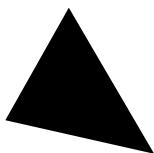


empresas **transnacionais brasileiras** na américa latina:  
um debate necessário





empresas **transnacionais brasileiras** na américa latina:  
**um debate necessário**

**Organização**

Campanha Justiça nos Trilhos

Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS)

Instituto Rosa Luxemburg Stiftung

Movimento dos Atingidos por Barragens

Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais

Rede de Justiça Ambiental

Rede Social de Justiça e Direitos Humanos

1a. edição

São Paulo, 2009

**expressão**  
**POPULAR**

Licença Creative Atribuição-Uso Não-Comercial-Vedada a Criação de  
Obras Derivadas 2.5 Brasil Commons

Revisão Instituto Rosa Luxemburg Stiftung

Capa e projeto gráfico oficina 2+

Impressão Cromosete

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

---

E55 Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário / organização: Instituto Rosa Luxemburg Stiftung...et al. --1.ed.-- São Paulo Expressão Popular, 2009. 248p. : il.

Vários autores.

Fórum Social Mundial em Belém, janeiro 2009.

Indexado em GeoDados - <http://www.geodados.uem.br>

ISBN 978-85-7743-128-1

1. Empresas multinacionais – América Latina. 2. Petróleo – Brasil.

3. Energia elétrica – Brasil. 4. Itaipu – Direito – Povo Paraguai.

5. Empresas construtoras – Brasil. 6. Empresas transnacionais

– Brasil – América Latina.

I. Instituto Rosa Luxemburg Stiftung. II. Título.

CDD 338.880981

338.88098

---

Bibliotecária: Eliane M. S. Jovanovich CRB 9/1250

Você pode copiar, distribuir, exibir e executar a obra, sob as seguintes condições:

**Atribuição** (você deve dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciante); **Uso Não-Comercial** (você não pode utilizar esta obra com finalidades comerciais); **Vedada a Criação de Obras Derivadas** (você não pode alterar, transformar ou criar outra obra com base nesta). Para cada novo uso ou distribuição, você deve deixar claro para outros os termos da licença desta obra. Qualquer uma destas condições podem ser renunciadas, desde que você obtenha permissão do autor. Nada nesta licença prejudica ou restringe os direitos morais dos autores.

1ª edição novembro 2009

EDITORA EXPRESSÃO POPULAR LTDA

Rua Abolição, 197, Bela Vista | CEP 01319 010 São Paulo SP

Fone/Fax +55 11 3112 0941

[vendas@expressaopopular.com.br](mailto:vendas@expressaopopular.com.br)

[www.expressaopopular.com.br](http://www.expressaopopular.com.br)

INSTITUTO ROSA LUXEMBURG STIFTUNG

Rua Ferreira de Araújo, 36, Pinheiros | CEP 05428 000 São Paulo SP

Fone +55 11 3796 9901 | Fax +55 11 3097 9014

[www.rls.org.br](http://www.rls.org.br)





	<b>Apresentação</b>	<b>8</b>
	<b>Introdução</b>	
	Empresas transnacionais brasileiras: dupla frente de luta <i>Ana Saggiaro Garcia, Instituto Rosa Luxemburg Stiftung</i>	<b>10</b>
	<b>Capítulo 1: Petróleo</b>	
	Petrobras no Equador <i>Alexandra Almeida, Acción Ecológica</i>	<b>27</b>
	Petrobras na América Central: O caso dos agro-combustíveis <i>Andrés León Araya e Alonso Ramirez, Centro de Estudos Políticos Alternativos</i>	<b>43</b>
Yasuní cinco anos depois: contribuições e desafios para o controle social e normativo sobre as empresas transnacionais brasileiras	<i>Julianna Malerba, Rede Brasileira de Justiça Ambiental</i>	<b>57</b>
	Brasil e o petróleo: neocolonialismo e uma festa para poucos <i>Ronaldo Pagotto, Consulta Popular</i>	<b>75</b>
	<b>Capítulo 2: Construtoras</b>	
	As origens da internacionalização das empresas de engenharia brasileiras <i>Pedro Henrique Campos, UFF</i>	<b>103</b>
Os padrões de comportamento das “transbrasilieras” no Equador: extra-territorializando a responsabilidade do Estado brasileiro	<i>Natalia Landívar, FIAN/Equador</i>	<b>115</b>
	O modelo de energia elétrica no Brasil e as grandes empresas brasileiras <i>Movimento dos Atingidos por Barragens</i>	<b>127</b>
	<b>Capítulo 3: Campanha</b>	
	Pelos direitos do povo paraguaio em Itaipu: Campanha pela soberania hidrelétrica <i>Coordenação Nacional pela Integração e Soberania Energética, Paraguai</i>	<b>141</b>
	<b>Capítulo 4: Mineração e Siderurgia</b>	
	A face agressiva da Vale <i>Dário Bossi, Gustavo Gazzinelli, Karina Kato, Bruno Milanez, Articulação Mineração-Siderurgia</i>	<b>159</b>
	O verdadeiro perfil do Grupo Votorantin <i>Maria Luísa Mendonça, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos</i>	<b>175</b>
	<b>Capítulo 5: Crédito e integração regional</b>	
O Brasil e seu “desbordamento”: o papel central do BNDES na expansão das empresas transnacionais brasileiras na América do Sul	<i>Luis Fernando Nova, Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais</i>	<b>187</b>
	Os caminhos e os agentes do saqueio da América Latina <i>Ana Esther Ceceña, Observatório Latinoamericano de Geopolítica, UNAM</i>	<b>205</b>
	<b>Capítulo final: Pela abertura do debate</b>	
	O imperialismo brasileiro <i>Virgínia Fontes, EPSJV/Fiocruz e UFF</i>	<b>219</b>

apresentação

A presente publicação é resultado de um debate realizado durante o Fórum Social Mundial em Belém (janeiro de 2009), organizado pelo *Instituto Rosa Luxemburg Stiftung*, *Movimento dos Atingidos por Barragens*, *Rede Social Justiça e Direitos Humanos*, *PACS*, *Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais* e *Rede Brasileira de Justiça Ambiental*. A realização deste debate nos proporcionou a articulação de informações e posicionamentos sobre a atuação das empresas transnacionais brasileiras na América do Sul, a partir de estudos, demandas e campanhas que já vêm sendo levadas a cabo por cada uma de nossas organizações e movimentos em nossas lutas específicas. Com isso, pudemos abrir um espaço comum de questionamento e discussão sobre o modelo de desenvolvimento capitalista ao qual o Brasil está submetido, ao mesmo tempo em que submete seus vizinhos.

Este livro contém análises de caráter acadêmico, jornalístico e posicionamentos de campanhas e movimentos sociais. Buscamos analisar e informar de maneira substantiva sobre a atuação das empresas transnacionais brasileiras – que têm impactos destruidores de meios de vida e trabalho das populações – relacionando esta atuação dentro e fora do Brasil. Estas se colocam como representantes do Brasil no exterior, imagem reforçada pela mídia e pelas declarações de representantes do governo brasileiro. Entendemos que os impactos da expansão das empresas brasileiras, juntamente com o novo posicionamento do Brasil no mundo, é um debate novo e necessário na esquerda e na sociedade brasileira em geral. Queremos abrir aqui este debate. Agradecemos a todos lutadores e lutadoras que aqui contribuíram, e esperamos fazer um aporte na luta por uma sociedade justa e socialista para os povos na nossa América.

introdução

## Empresas transnacionais brasileiras: dupla frente de luta

Ana Saggiro Garcia\*, Instituto Rosa Luxemburg Stiftung

\* Doutoranda em Relações Internacionais/ PUC-Rio.

O Brasil está em terceiro lugar no ranking das 100 empresas de países “emergentes” com potencial para desafiar empresas transnacionais estadunidenses e européias. Juntas, as 100 empresas somam US\$ 1,5 trilhão. São 14 as empresas com origem no Brasil, somente atrás de empresas da China e da Índia. Entre as brasileiras estão Petrobras, Vale e as grandes construtoras. Somente a empresa Camargo Corrêa dobrou de tamanho entre 2005 e 2007, somando US\$ 6,4 bilhões 2007<sup>1</sup>. Vemos, assim, que as empresas com origem no Brasil não só crescem, mas se internacionalizam e ganham maior importância no cenário internacional, e na política externa brasileira, tornando-se também agentes de conflitos entre Estados. Entre os mais emblemáticos estão os casos do conflito entre Brasil e Bolívia, devido a nacionalização do petróleo naquele país em 2006, e entre Brasil e Equador no último ano, devido aos problemas causados pela construtora Odebrecht na construção da hidrelétrica San Francisco.

De modo geral, as transnacionais são um dos principais motores do desenvolvimento capitalista. Elas têm um papel central na exploração e transferência das riquezas do Sul para o Norte, em inovações tecnológicas para seu lucro – mas representadas como inovações para toda a sociedade – e na transformação de países em potências hegemônicas ao longo da história do capitalismo. Por trás de uma grande empresa há sempre um Estado forte, que a financia e estrutura o campo jurídico e político para que ela atue. E por trás de um Estado hegemônico há sempre empresas transnacionais que atuam dentro e fora do país, levando sua marca e criando sua imagem junto à imagem do país potência. Em muitos casos, a relação entre empresa e Estado se explicita com a constante penetração das agentes das empresas dentro do aparelho estatal (em conselhos, ministérios ou pela via informal de amizades e lobby). Assim, elas influenciam políticas públicas, tanto para serem beneficiadas por grandes obras, quanto para rece-

1 “Brasil tem 14 grupos na lista de multis emergentes”, Estado de São Paulo 29/01/2009.

berem créditos e incentivos fiscais<sup>2</sup>. Esta mescla entre capital e Estado é característica da hegemonia capitalista, onde os interesses das classes dominantes são apresentados como interesses universais.

### Transnacionais e “sub-imperialismo”

Os “investimentos externos diretos”, ou seja, a exportação de capital via expansão e instalação de suas empresas por todo o mundo, foram um fator central na construção da “Pax Americanna” e da política internacional no período pós-guerra. É construída através deles uma relação política e economia interligada, expandindo e aprofundando as áreas de influência e controle dos EUA. As filiais das empresas instaladas em outros países exportam para outras empresas e para o país de origem, incrementando a balança comercial dos países destinatários, mas mantendo o controle empresarial sobre a produção internacional no Estado de origem, constituindo assim uma estrutura vertical de poder tecnológico, financeiro, e político-empresarial<sup>3</sup>. A concorrência entre empresas transnacionais americanas, européias e japonesas, a partir do final dos anos 60, se dá dentro do marco de dominação dos EUA, sendo este o grande “império informal” que dita as regras e normas da ordem mundial, e tem na hegemonia do dólar seu principal mecanismo de controle<sup>4</sup>.

O Brasil vem buscando se desenvolver dentro deste modelo. Suas grandes empresas têm sido tratadas como motor do crescimento econômico e do desenvolvimento nacional. Marini analisou na década de 70 o processo de internacionalização da economia brasileira através do que chamou de “sub-imperialismo”<sup>5</sup>. Este é a forma que assume uma economia dependente, ao chegar na etapa dos monopólios e do capital financeiro. Seus componentes principais são uma composição orgânica média dos aparatos produtivos na escala mundial, e uma política expansionista relativamente autônoma, mas com sua integração no mercado determinada pelos países centrais<sup>6</sup>. O sub-imperialismo brasileiro é resultado de um fenômeno econômico, e de um projeto político, que tem seu início com a ditadura militar. Do lado econômico, ele é resultado de uma crescente captação de dólares no exterior por meio de empréstimos estatais (para investimentos em mega-projetos de infra-estrutura e indústria básica), assim como a entrada em massa de capital estrangeiro na forma de investimentos privados, especialmente na indústria manufatureira. O seu projeto político foi definido pelo governo militar, que armou a estrutura jurídica e institucional para esta captação de recursos externos, e interveio assegurando a demanda da produção, e expandindo investimentos na América Latina e África. O Brasil se lança, assim, na órbita do capital

2 Campos, Pedro Henrique: Origem da internacionalização das empresas de engenharia brasileira. História e Lutas de Classe, dossiê Imperialismo, 2008.

3 Como resultado do período de construção de sua hegemonia no período pós segunda guerra, o capital estadunidense constituía 52% do total de investimentos externos diretos no mundo em 1971. Apesar dos IED europeus crescerem a partir de meados dos anos 70, os norte-americanos ainda eram três vezes maiores que os europeus em 73. Eles passaram de indústrias predominantemente extrativas para manufatureiras no período de 1948 a 1970. A produção de algumas transnacionais estadunidenses nos anos 60 e 70 era maior do que a economia total de muitos países do chamado “terceiro mundo”. Ver Gilpin, R.: U.S. Power and Multinational Corporations. New York. Basic Books, 1975. História e Lutas de Classe, dossiê Imperialismo, 2008.

4 Na Europa, o Plano Marshall garantiu que o capital americano entrasse via empréstimos e via corporações transnacionais, sendo essas grandes impulsionadoras da criação de um mercado comum europeu. No fim da década de 60, com boa parte das economias européias recuperadas, as corporações transnacionais do “velho continente” (assim como as japonesas) também começam a disputar espaços e se instalar em países do Sul (no caso do Brasil, já haviam se instalado nos anos 50). No entanto, isso se dá dentro das estruturas de poder, normas e parâmetros colocados pelos EUA, não configurando, portanto, uma competição “inter-im-

perial". Os EUA foram capazes de estabelecer um "império informal" através de sua penetração econômica e política nas estruturas dos principais Estados capitalistas e, através disto, puderam coordenar a política mundial de acordo com seus interesses, usando a força e invasão territorial somente quando necessário. Assim, foi possível estabelecer uma ordem mundial de forma a manter e garantir a hegemonia americana, ao mesmo tempo, representando esta ordem como interesse de todos, e não como uma imposição imperial. Sobre o império informal americano, ver Panitch, L./Gindin, S.: *Global Capitalism and American Empire*. Socialist Register 2004.

5 Marini, Ruy Mauro: *La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo*. Cuadernos Políticos, n. 12, Ediciones Era, México, 1977, p. 17, disponível em [www.marini-escritos.unam.mx](http://www.marini-escritos.unam.mx)

6 Para Marini, o Brasil constitui um caso típico, mas também a Espanha, *ibid*, p. 18.

7 *ibid*, p. 20.

8 *ibid*, p. 21

9 Caccia Bava, Silvío: *Gigante pela própria natureza*. Le Monde Diplomatique Brasil, fevereiro 2009.

10 Dados de pesquisa realizada periodicamente por uma instituição ligada aos meios empresariais, Fundação Dom Cabral, [www.fdc.org.br](http://www.fdc.org.br). Já a pesquisa realizada pela Sobeet para o jornal Valor Econômico aponta para recursos próprios das empresas, ou empréstimos e apoio técnico de bancos no exterior, vide revista "Multinacionais brasileiras", Valor Econômico, novembro 2008.

financeiro internacional de maneira subordinada e dependente, tentando atrair ao máximo o fluxo monetário, ao mesmo tempo, reintegrando parte dele novamente no movimento internacional de capitais, tendo como rampa as matérias primas e fontes de energia, como petróleo, ferro e gás<sup>7</sup>.

Marini aponta para um processo dialético, uma vez que a internacionalização da economia demanda, ao mesmo tempo, o reforço do próprio Estado nacional. Para a entrada de capital estrangeiro nas zonas periféricas, é necessário que o Estado seja capaz de organizar o mercado interno, sua infra-estrutura, realizar negociações comerciais e financeiras, e criar condições políticas favoráveis para o investimento (especialmente na área trabalhista). Assim, a exportação de capital dos países centrais e sua conversão em capital produtivo no marco de economias periféricas, exigiu que o Estado receptor garantisse sua realização e reprodução. Para isso, a burguesia brasileira precisou estar mais coesa e preparada para assumir sua integração subordinada aos centros imperialistas. O Estado nacional passa a ser o principal instrumento de intermediação entre o capital nacional e estrangeiro. Porém, segundo Marini, o Estado brasileiro não é um simples instrumento do capital: sua política sub-imperialista exige sua autonomia relativa dos distintos grupos capitalistas, para que possa organizar e arbitrar sobre a vida econômica com um grau de racionalidade superior do que teria o capital nacional ou estrangeiro. Isso lhe permite convergir interesses econômicos e políticos, o que seria o interesse de se tornar potência<sup>8</sup>.

## Políticas públicas para a internacionalização das empresas

O década neoliberal dos anos 90 sedimentou a internacionalização da economia brasileira e pavimentou o caminho para a expansão das empresas para fora, principalmente através da liberalização das importações, do fluxo de capitais, e a privatização das principais empresas brasileiras. Hoje, a expansão dos "negócios" brasileiros nos países vizinhos é inegável: 20% dos investimentos externos na Bolívia derivam da Petrobras; 80% da soja produzida no Paraguai pertence a fazendeiros brasileiros; e na Argentina, 24% das aquisições das empresas entre 2003-2007 foram por capital brasileiro<sup>9</sup>. Em 2006, as vinte maiores transnacionais brasileiras investiram US\$56 bilhões no exterior. O Investimento Brasileiro no Exterior (IBE) é especialmente concentrado nas empresas de recursos naturais e primários, Vale e Petrobras, sendo a compra da mineradora canadense Inco pela Vale o fator que fez com que o Brasil passasse de receptor de investimentos a investidor internacional. Mas também as siderúrgicas, (Gerdau, CSN), manufactureiras (Embraer) e construtoras (Odebrecht, Camargo

Correa) estão entre as principais empresas transnacionais com atividades em diversas partes do mundo, sendo que 77 mil trabalhadores(as) estão empregados pelas “trans-brasileiras” no exterior<sup>10</sup>.

Não deveria ser surpresa a declaração de empresas à recente pesquisa da CEPAL de que são necessárias políticas públicas para se internacionalizarem. Entre as principais políticas públicas estão uma legislação flexível e estável, que apóie a expansão, a participação maior do Brasil em acordos comerciais e bilaterais com EUA, Europa e outros países dos Sul (inclusive aproveitando o acesso a mercados de países que já tem acordo com os grandes mercados), e uma política de crédito afirmativa<sup>11</sup>. Assim, temos dois pilares importantes da ligação entre Estado e empresas: a política externa e a política de crédito.

Primeiro, as empresas têm diversas formas de financiamento à sua internacionalização<sup>12</sup>. Mas foi principalmente a partir de 2003, com a nova linha de crédito especial do banco brasileiro de desenvolvimento BNDES, que as empresas encontraram financiamento governamental específico para sua expansão. O objetivo do banco foi estimular a inserção externa das empresas, mas desde que promovam as exportações brasileiras. Assim, o BNDES alterou seu estatuto, e passou a apoiar empresas com capital brasileiro na implantação de investimentos e projetos no exterior, mas com ênfase comercial, especialmente ligados aos projetos de integração regional. O primeiro grande empréstimo deste programa foi ao frigorífico brasileiro Friboi, que comprou 85% da principal empresa de carne bovina argentina, Swift Armour, aumentando assim significativamente suas exportações totais de carne em 2005<sup>13</sup>. No caso do empréstimo ao Equador para a construção da hidrelétrica de San Francisco, o BNDES forneceu um pacote fechado ao país, determinando a contratação de uma empresa brasileira para a obra (no caso, a Odebrecht), assim como a aquisição de insumos e equipamentos provenientes do Brasil<sup>14</sup>. O repatriamento dos lucros feitos no exterior é outro critério importante, no entanto, não há esclarecimento sobre como estes lucros são reinvestidos no Brasil. A falta de transparência e acesso público aos critérios e termos dos empréstimos é um fator de preocupação e demanda das organizações sociais brasileiras. No que é possível aceder, percebemos que não há qualquer menção explícita a critérios ou fatores sociais, ambientais e trabalhistas para o financiamento dos investimentos brasileiros no exterior. Os direitos da população brasileira, assim como os direitos sociais e ambientais das populações nos países receptores destes investimentos, são desconsiderados. O “desenvolvimento”, de acordo com os critérios do BNDES, acaba sendo definido como o aumento da

11 Tavares, Márcia: Investimento brasileiro no exterior: panorama e considerações sobre políticas públicas. Serie Desarrollo Productivo 172. CEPAL. 2006

12 A pesquisa da FDC, por exemplo, aponta para o financiamento através da participação em bolsas de valores, especialmente de Nova Iorque e São Paulo.

13 Alem, Ana C./ Cavalcanti, C.: O BNDES e o apoio à internacionalização das empresas brasileiras. Revista do BNDES, v. 12, n. 24, dezembro 2005.

14 Novoa, Luis: O BNDES e as empresas transnacionais brasileiras. Apresentação no Forum Social Mundial, Belém 2009.

15 Desde o início do governo Lula, o ministro das relações exteriores Celso Amorim vem enfatizando a necessidade do Brasil de reconhecer suas responsabilidades perante os parceiros menores: “É preciso ter noção de responsabilidade(...) o Brasil precisa exercer uma certa liderança (no âmbito do Mercosul) no melhor sentido da palavra. Essa liderança envolve também um determinado grau de generosidade, o que não quer dizer ser bonzinho, pois precisamos é ter consciência da responsabilidade(...) o Brasil não pode, com relação a países menores, sobretudo Uruguai e Paraguai, agir como se estivesse agindo com a União Européia ou a República da China, que são gigantes”. “Brasil ampara os pequenos para lidar com a Alca”, Gazeta Mercantil 07/02/2003.

16 A título de exemplo, um dos principais projetos conflituosos da IIRSA (e sua versão brasileira, o PAC) é a construção do com-

plexo hidrelétrico no Rio Madeira, parte do eixo Brasil/Peru/Bolívia. Entre as empresas envolvidas estão a construtora Odebrecht, mas também o grupo espanhol Santander. As populações afetadas do Brasil e da Bolívia vem questionando e resistindo de forma conjunta contra o deslocamento de mais de 50 comunidades diretamente afetadas, a inundação de 50 mil hectares de terra, assim como o imenso volume de recursos públicos do BNDES e do CAF para o projeto, um custo total de R\$43 bilhões ([www.mabnacional.org.br](http://www.mabnacional.org.br)). Sobre os impactos da IIRSA, ver Observatório Latinoamericano de Geopolítica, [www.geopolitica.ws](http://www.geopolitica.ws), e Tautz, Carlos: Da ALCA a IIRSA. Le Monde Diplomatique Brasil, fevereiro 2009.

17 Este discurso foi enfatizado a partir da reunião ministerial da OMC em Cancún 2003. Lula não debate as consequências negativas do regime de livre-comércio mundial para pequenos produtores, senão que se coloca em favor de um “verdadeiro” livre-comércio, de modo a explicitar as contradições de políticas protecionistas dos EUA e Europa: “Em nenhum momento estamos pedindo qualquer benefício ou privilégio. O que estamos pedindo é que os países desenvolvidos façam uma política de comércio exterior em que sejamos tratados com igualdade. Nós queremos apenas a oportunidade de competir livremente” (apud Benjamin C./ Ribeiro, R.: “Alca, o livre-comércio e o futuro da América do Sul. LPP, UERJ, 2004, em [www.outro-brasil.net](http://www.outro-brasil.net)). Ver também “Lula: livre comércio para o G 20”, O Globo, 13/12/2003.

competitividade das empresas e o aumento de divisas pela exportação, e não a melhoria social e ambiental da vida das populações (brasileiras ou não) nos territórios de atuação das empresas.

Segundo, a atuação das transnacionais brasileiras está estreitamente ligada ao novo papel que o Brasil tem buscado ter no sistema internacional. A partir do governo Lula, maior ênfase foi dada à integração na América do Sul, e o Brasil vem se apresentando como um “amigo” e parceiro generoso aos vizinhos mais pobres<sup>15</sup>. Ele também vem se alinhando a outros países emergentes, como China, Índia e Rússia, buscando estabelecer uma identidade própria no sistema internacional, e participar de instâncias internacionais como ONU, OMC e, recentemente, o G 20, no mesmo patamar que países “desenvolvidos”. Isso, em boa parte, representa uma ruptura com relação aos governos neo-liberais anteriores, e, em teoria, viria de encontro às demandas dos movimentos sociais contra os acordos de livre-comércio com os EUA e a União Européia. No entanto, há contradições explícitas entre os discursos e a apresentação destas iniciativas, e seus reais efeitos e principais beneficiários. Muitos movimentos e organizações sociais brasileiras se opõem à forma em que vem se dando a atuação brasileira no contexto sul-americano, que tem tido as empresas como grandes beneficiárias de projetos de integração regional baseados na infra-estrutura. Os grandes projetos, especialmente no marco da IIRSA, têm sido conduzidos prioritariamente para exploração de recursos naturais e para o aprofundamento do modelo exportador. Assim, a *integração* da infra-estrutura tem levado, em muitos casos, à *desintegração* de territórios dos povos originais, populações locais e do meio ambiente<sup>16</sup>.

No crescente protagonismo do Brasil em instâncias internacionais, como recentemente a OMC e o G20, o país mostra uma postura contraditória, onde, ao mesmo tempo em que busca enfatizar sua autonomia e independência, deixa intactas as verdadeiras causas das assimetrias internacionais. Ao invés de gerar uma política externa que possa ir contra e transformar as hierarquias e os mecanismos mundiais que mantêm um sistema desigual, ele busca precisamente o inverso: ser parte do jogo internacional como um jogador reconhecido, para poder se tornar mais um dos que “ditam as regras”, perpetuando e aprofundando assim as próprias instituições e mecanismos de poder. Portanto, percebe-se uma ambigüidade, de um lado, do discurso de “autonomia” com relação aos países centrais, de outro, da participação nos regimes, normas e regras construídas e ditadas por estes. Esta ambigüidade pode ser demonstrada nas práticas discursivas do presidente Lula ao defender o “livre-comércio” contra o “protecionismo” dos países centrais<sup>17</sup>, nas insistentes tentativas do Brasil de seguir a

rodada de Doha na OMC, para liberalização dos mercados em benefício dos setores exportadores (especialmente o agronegócio brasileiro), assim como o recente apoio à reestruturação do FMI, passando de antigo devedor a credor oficial com um empréstimo de 4,5 bilhões de dólares<sup>18</sup>.

## Resistências e frentes de luta

Temos, portanto, uma situação complexa para as lutas das populações atingidas pelas empresas transnacionais brasileiras, dentro e fora do Brasil, e para os movimentos e organizações sociais que lutam por um sistema mais justo. Fora do Brasil, as empresas atuam como qualquer outra transnacional européia ou estadunidense. Organizações ambientalistas do Equador têm sistematicamente denunciado os problemas ambientais causados pela Petrobras no Parque Nacional Yasuní. Na Bolívia, onde a Petrobras é a principal operadora de gás do país, organizações sociais também denunciam problemas ambientais, e relatam problemas políticos, uma vez que o país busca restabelecer sua soberania sobre os recursos naturais. Movimentos sociais da América Central demonstram preocupação com a entrada da Petrobras na região através da expansão do etanol<sup>19</sup>. As construtoras brasileiras também têm sido apontadas por violações, irresponsabilidade com obras e corrupção: a construtora Odebrecht foi recentemente expulsa do Equador por falhas graves na obra da hidrelétrica San Francisco; a Queiroz Galvão teve que sair da Bolívia acusada de graves fissuras na construção de uma estrada, deixando a obra para outra construtora brasileira, OAS, que agora está sendo acusada de corrupção e fraude no processo de licenciamento<sup>20</sup>. Os impactos ambientais, sociais e trabalhistas das atividades da mineradora Vale vem sendo sofridos por populações e trabalhadores no Peru, Indonésia, Canadá, e outros países onde ela opera<sup>21</sup>.

Ao mesmo tempo, essas violações e impactos não se dão somente fora do Brasil, mas principalmente dentro do país. Dentro e fora do Brasil, os projetos das empresas vêm gerando conflitos, sendo elas acusadas de degradação ambiental, violações de direitos humanos e sociais das populações locais, problemas nas condições de trabalho, assim como vêm sendo envolvidas em denúncias de superfaturamento, corrupção e financiamento ilegal de partidos e políticos<sup>22</sup>. Sendo o Brasil um país com problemas gravíssimos de pobreza, desigualdade, injustiça, com uma história de inserção subordinada e periférica no sistema internacional, a luta de comunidades atingidas e movimentos sociais pela soberania sobre seus territórios e recursos torna-se mais complexa, diferenciando-se em boa parte das lutas contra empresas européias e estadunidenses. Vem-se buscando levantar junto à sociedade o questionamento sobre

18 Após afirmar que a crise financeira internacional deveria ser resolvida “pelos loiros de olhos azuis” que a causaram, Lula se coloca, contraditoriamente, como um dos “salvadores” do sistema capitalista através de participação ativa do Brasil no FMI, afirmando posteriormente que seria “fashion” emprestar ao fundo. Sobre o empréstimo, ver “Brasil aceita virar credor do FMI e emprestará até US\$ 4,5 bilhões”, Folha online, 9/4/2009.

19 Apresentação de movimentos e organizações sociais do Equador, Bolívia e Costa Rica em oficina “Atuação das empresas transnacionais brasileiras na América Latina” no Fórum Social Mundial, Belém 2009. Para a perspectiva de organizações ambientalistas na América do Sul, ver Malerba. J./ Leroy, J: Petrobras, integración o explotación? FASE, Rio de Janeiro, 2005; para as denúncias de impacto ambiental da Petrobras no parque Yasuní, no Equador: [www.accionecologica.org](http://www.accionecologica.org)

20 “Equador rejeita proposta e expulsa Odebrecht”, Folha online, 08/10/2008; “Bolívia investiga projeto com financiamento do BNDES”, Folha online, 13/03/2009

21 “Vale: uma empresa global”. Centro Nuovo Modello di Sviluppo, Itália. Atualmente, os trabalhadores sindicalizados da Vale-Inco canadense fazem greve na unidade de Sudbury, Ontário, contra as pressões da empresa para rebaixar direitos de pensão e bônus conquistados. O sindicato USW argumenta que a Vale tem usado a crise econômica mundial como justificativa para rebaixar standards e direitos, no

entanto, seus lucros mundiais não demonstram declínio. Para posição do sindicato, ver [www.fairdealnow.ca](http://www.fairdealnow.ca), e “Trabalhadores da subsidiária da Vale no Canadá decidem por greve”, [oglobo.com](http://oglobo.com), 11/07/2009.

22 Redes e movimentos sociais brasileiros vêm debatendo o modelo de desenvolvimento, no qual as empresas (e as políticas públicas que as apóiam) são os principais vetores. A título de exemplo, a campanha “Justiça nos Trilhos” vêm denunciando as irregularidades da atuação na Vale no Maranhão ([www.justicanostrilhos.org.br](http://www.justicanostrilhos.org.br)); a Rede Brasileira de Justiça Ambiental vêm pesquisando e buscando denunciar os impactos da atuação da Petrobras dentro e fora do Brasil ([www.justicaambiental.org.br](http://www.justicaambiental.org.br)); o movimento brasileiros das populações atingidas por barragens, MAB, vêm denunciando e se opondo às construções de barragens, seus impactos sobre o meio-ambiente e as comunidades locais, colocando o questionamento sobre a que serve a energia produzida pelos megaprojetos elétricos, e quem são os beneficiados destas grandes obras. Especialmente as grandes construtoras brasileiras são beneficiadas pelas licitações públicas, e as grandes empresas extrativas, consumidoras de enorme volume de água e energia, têm sido as principais beneficiadas da energia gerada pelas hidrelétricas e termoeletricas, pagando preço inferior ao do restante da população (enquanto as famílias pagam em média 0,30centavos kw/h, a empresa Alcoa paga 0,045, e a Vale 0,033 kw/h. Ver [www.mabnacional.org.br](http://www.mabnacional.org.br)). Para o caso da recente acusação à construtora Camargo Correa

o modelo de desenvolvimento ao qual o Brasil está submetido, ao mesmo tempo em que submete seus vizinhos: Que tipo de crescimento e desenvolvimento está sendo criado? Quais as vias de desenvolvimento que estamos seguindo? Quem está pagando por ele? E qual desenvolvimento queremos para nós, povos do Brasil e do continente, e como chegamos a ele? As organizações sociais que buscam levantar estes questionamentos, porém, deparam-se com uma enorme dificuldade, uma vez que as empresas são representadas por governos e pelos meios de opinião pública como os motores de desenvolvimento nacional, símbolo de um Brasil “moderno” e novo, capazes de competir no mercado internacional entre “as grandes”.

Para os movimentos sociais brasileiros, esta situação torna-se ainda mais complexa quando o governo brasileiro, ao mesmo tempo em que defende veementemente as empresas em nome do “interesse nacional”, busca dialogar e não entrar em enfrentamento direto com os governos vizinhos, como no caso do conflito entre a Petrobras e o governo boliviano em 2006<sup>23</sup>. Esta prudência do governo brasileiro – que nestes casos recebe apoio de vários setores da esquerda contra outros setores fortes da elite nacional, que apresentam posicionamento hostil aos governos progressistas na região – deve ser entendida dentro da *tentativa* de construção de uma hegemonia regional. Esta requer certas concessões aos países menores, para que o Brasil possa exercer seu papel com o consentimento destes, que vêm na liderança do Brasil a realização de seus próprios interesses (em oposição a uma liderança dos EUA, por exemplo). Este consentimento é cultivado na constante representação do governo brasileiro como um “amigo” dos países vizinhos, declarando generosidade, objetivando uma integração solidária<sup>24</sup>. Assim, são feitas acomodações e concessões aos interesses dos países vizinhos, mas sempre de modo a não tocar ou alterar os interesses dos setores econômicos fortes do Brasil. Portanto, pode-se dizer que o Brasil procura combinar uma estratégia de formação de hegemonia (buscando legitimar sua liderança através de acomodações aos interesses de seus vizinhos e de seu consentimento, no sentido “Gramsciano”) com os elementos do “sub-imperialismo” descritos acima, através da exportação de capital e política expansionista de suas empresas<sup>25</sup>.

Assim, é necessário entendermos esta dinâmica da política externa, os mecanismos públicos de apoio às empresas, sua representação na opinião pública, e os efeitos disso no sentimento nacional de um Brasil “grande” e “se tornando importante”, que toca no senso comum e no imaginário popular na sociedade brasileira. O “sub-imperialismo” brasileiro nos coloca em uma situação de duas frentes de luta. De um lado, temos o enfrentamento direto com as empresas, e os agentes do Estado que as apóiam, contra

projetos destruidores dos meios de vida de milhares de pessoas, do meio ambiente, absorvedoras de créditos públicos e, desta forma, da renda da população brasileira. De outro, temos a luta dentro da própria sociedade brasileira pela construção de um novo senso comum. Este carrega a idéia de que, de um lado, somos maiores e mais “desenvolvidos” que nossos vizinhos sul-americanos, de outro, precisamos nos “desenvolver” no mesmo modelo europeu e estadunidense, crescendo sobre os nossos vizinhos a partir de um projeto de “Brasil potência”, difundida mais fortemente a partir dos governos militares. Aqui, os interesses privados das empresas são mesclados com “interesse nacional”, e a defesa das empresas em conflito com governos e populações de outros países são representados como interesses universais da população brasileira.

### **Senso comum, construção de consenso e a função da responsabilidade social corporativa**

Gramsci definiu o senso comum como a coleção de idéias e opiniões fragmentadas, acrílicas, incoerentes, que estariam ligadas ao folclore, mitos populares, crenças religiosas, etc. É a concepção popular tradicional de mundo. Oposto a ele estaria o “bom senso”, o pensamento crítico, coerente e consciente, que une pensamento e ação de forma direcionada<sup>26</sup>. A hegemonia das classes dominantes (do seu modo de produção e organização da sociedade) é construída na esfera da sociedade civil, a partir do senso comum, mas de maneira a guiá-lo no sentido coerente com o seu programa, criando um consenso em torno deste. Enquanto o senso comum para Gramsci é amplo e fragmentado, o consenso é ativamente construído e produzido pelas instituições da sociedade civil (mídia, universidades, marketing, nas associações, escolas, igrejas etc.), de forma coerente com a ideologia do grupo que busca exercer liderança. A construção do consenso é fundamental para legitimação da hegemonia de determinada classe ou bloco dominante, uma vez que a hegemonia só se mantém através da liderança ideológica permanente, mesmo após ter chegado ao poder do Estado. As concessões e acomodações necessárias de parte dos interesses das classes subalternas faz com que os interesses das classes dominantes aparentem e sejam representados como interesses de todos<sup>27</sup>. O consenso é propagado e mantido nas instituições da sociedade civil, penetrando e se consolidando no imaginário popular das massas.

De acordo com Gramsci, uma crise econômica não gera automaticamente transformações históricas, mas deixa o terreno favorável para a disputa de idéias, para disseminar certos modos de pensamento, modos de colocar e resolver questões, que envolvem o desenvolvimento de toda a vida nacional. A ruptura do equilíbrio de forças não ocorre

por envolvimento com partidos políticos através de financiamento ilegal e lavagem de dinheiro, ver “Investigações apontam que Camargo Corrêa fez doações ilegais a sete partidos”, Folha online 25/03/2009.

23 Segundo Amorim: “Há muita gente, hoje, com grande surpresa, que sempre foi flexível com as grandes potências. Com a Bolívia querem um diálogo como se fôssemos o Ted Roosevelt. Nossa política sempre foi, é e será da boa vizinhança, e não do porrete. Não temos marines e, se tivéssemos, não mandaríamos para desalojar os administradores bolivianos lá”. “O Brasil não usa marines”, Entrevista com Celso Amorim, Carta Capital, 17/05/2006

24 A título de exemplo, o assessor especial para política internacional, Marco Aurélio Garcia, declara, em recente entrevista, que “o Brasil não tem aspirações de liderança (...). A opção que fizemos é de integração solidária, crescermos juntos. Todos esses incidentes tiveram desfechos favoráveis. Com a Bolívia, normalizamos as relações e continuamos importando gás - e quem estabeleceu essa dependência em relação ao gás boliviano foram os governos anteriores. Com o Equador, foi um incidente que opôs uma empresa ao governo local, que, a meu ver, agiu de forma precipitada. Mas nós não perdemos um centavo e o Equador continua pagando as dívidas que havia contraído. Com o Paraguai, estamos discutindo civilizadamente as diferenças e tenho certeza de que vamos chegar a bom termo”. Ver “Perto do príncipe, ma non troppo”, Estado de São Paulo, 21/03/2009.

25 Sobre o conceito de hegemonia de Gramsci aplicado às relações internacionais, ver Cox, R.: "Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method", em Gill, S. (ed.): Gramsci, historical materialism and international relations. Cambridge U. Press, 1994. Este uso do conceito de hegemonia é próximo ao que Panitch/Gindin chamaram de "império informal" dos EUA após a segunda guerra. No entanto, os autores buscaram se diferenciar do conceito Gramsciano de hegemonia, afirmando que não houve transferência de lealdade das classes subordinadas em outros países ao Estado americano, e o consentimento ativo à dominação do império informal foi sempre mediada pela capacidade de cada país em legitimar dentro de seu território o projeto particular dos EUA. Ver Panitch/Gindin, *Global capitalism and American Empire*. Socialist Register 2004, p. 32.

26 Gramsci: Selections from the Prison's Notebooks. International Publishers. New York, 2008 (1971), p. 326-28; 419-20.

27 A luta no campo das idéias é central para Gramsci, mas não pode ser isolada do elemento econômico. Ele afirma que a hegemonia é ético-política, mas é também necessariamente econômica, baseada na função decisiva exercida pelo grupo dominante nos núcleos centrais de atividade econômica. Ver *ibid.*, p. 161.

28 *ibid.*, p. 184.

29 Para Gramsci, é necessário demonstrar que "todo mundo é um filósofo", *ibid.*, p. 330-1.

de maneira mecânica, mas em conflitos que vão além do econômicos, relacionados a prestígio, sentimentos de poder e autonomia<sup>28</sup>. Para Gramsci, a "filosofia da práxis" tem que ser uma crítica ao senso comum, mas baseando-se inicialmente nele mesmo, demonstrando suas contradições para, a partir disso, renovar e tornar crítica as atividades já existentes<sup>29</sup>. A transformação do senso comum significa, portanto, romper com a naturalização de relações de poder, opressão e hierarquia econômico-social. Para transformar a situação concreta e material é necessário desconstruir essa naturalização no imaginário popular, e permitir imaginar uma nova ordem, um novo mundo, um outro tipo de desenvolvimento que tenha o bem-estar e os direitos dos povos no seu centro<sup>30</sup>.

A estratégia para isso está na chamada "guerra de posições", a transformação na esfera das instituições da sociedade civil, que organizam o consenso. Para Gramsci estas instituições são as "trincheiras de defesa" e as "fortalezas" do sistema de dominação estabelecido, de modo que a tomada de poder do Estado pode não significar imediatamente uma transformação do sistema, visto que, por trás dele, as classes dominantes armaram aparatos de sustentação ideológica e institucional de seu poder<sup>31</sup>. É necessário reconhecer o terreno e identificar os elementos de "trincheiras e fortalezas" estabelecidos dentro e fora das instituições do Estado propriamente dito, para poder combatê-las. Para Gramsci, vencer a guerra de posição no terreno político é decisivo<sup>32</sup>.

No esforço de reconhecer o terreno e identificar as "trincheiras e fortalezas" erguidas na esfera da sociedade civil, podemos perceber que um importante elemento de sustentação de poder das empresas transnacionais nas sociedades é a chamada "responsabilidade social corporativa", que abarca códigos de conduta voluntários externos e internos, assim como os investimentos ambientais, sociais e culturais em geral. As estratégias de responsabilidade social e ambiental são ações das empresas junto às comunidades e à sociedade, que permitem com que essas penetrem no seio da sociedade civil de diversas formas, levando sua marca junto a ações de caráter social-público, melhorando assim sua imagem e assimilando e cooptando setores sociais que sofrem seus impactos. Muitas vezes, as empresas buscam políticas compensatórias por danos sociais e ambientais causados, sem mudar sua estratégia e sua ação, não eliminando assim a possibilidade de danos futuros.

Segundo Hernandez<sup>33</sup>, as normas de conduta e ações de responsabilidade social são instrumentos voluntários que representam uma "derresponsabilização" das empresas frente aos direitos humanos, sociais e trabalhistas das populações. O chamado direito comercial global abarca contratos e acordos internacionais vinculantes, frente aos quais os

direitos humanos internacionais acabaram se enfraquecendo, e tomando uma posição subordinada na hierarquia jurídica internacional<sup>34</sup>. Por outro lado, os códigos de conduta voluntários vêm sendo gradualmente introduzidos de modo a complementar o “núcleo duro” do direito das empresas, buscando dar “um rosto humano ao mercado”<sup>35</sup>. Assim, direitos humanos e sociais são transferidos para uma esfera voluntária, vulnerável à benevolência de alguns empresários, enquanto as garantias de contratos comercial e de investimento das empresas, e a necessidade artificialmente criada em garantir “segurança jurídica” em torno destes, prevalecem com vinculação internacional<sup>36</sup>.

Portanto, de maneira voluntária, as políticas de “responsabilidade social” das empresas vêm crescendo, vinculadas a políticas de marketing, e de criação de um consenso social em torno de seu papel. Para tomar alguns exemplos da empresas transnacionais brasileiras, a Petrobras divulgou ter investido em 2007 R\$ 585,8 milhões em projetos sociais, ambientais, culturais e esportivos<sup>37</sup>; a Vale divulgou o valor de R\$ 424 milhões em iniciativas sociais em 2008<sup>38</sup>; a construtora Odebrecht divulgou R\$ 32 milhões em projetos sócio-ambientais em 2007<sup>39</sup>. As três transnacionais são signatárias do Pacto Global da ONU, sendo a Petrobras a única empresa latino-americana no Conselho Internacional.

A Petrobras demonstra uma preocupação especial com o investimento em áreas da cultura nacional. Pode-se avaliar que isso se deve ao fato de ser uma empresa semi-pública e ter assim, em princípio, uma função social mais direta, demonstrando também a necessidade mais explícita de vinculação de sua imagem junto a elementos da identidade cultural nacional. Segundo a própria empresa, “desde a década de 1990, a Petrobras é a maior patrocinadora da cultura brasileira. Em 2006, em decorrência do lucro recorde alcançado pela Petrobras no exercício, o valor destinado ao patrocínio a projetos culturais atingiu também seu valor recorde: R\$ 288 milhões”. Ela não esconde a relação do investimento em cultura com a valorização de sua imagem e sua política de marketing: “O patrocínio cultural é uma técnica de comunicação por associação: as empresas patrocinam projetos culturais também para associar à sua marca, de forma mais continuada, qualidades existentes nas ações culturais (...) São exemplos de patrocínios nesta modalidade a Orquestra Petrobras Sinfônica, o Grupo Corpo, o Porta Curtas Petrobras e o Festival de Cinema de Brasília”. O lucro da empresa é investido na área de cultura também como estratégia de redirecionar os gastos com impostos: “Parte dos projetos de Oportunidade/Relacionamento Institucional se refere também às contratações de patrocínio motivadas pela necessidade de otimização do benefício fiscal, o que ocorre nos anos em que a empresa apresenta lucro apurado

30 Ver Rupert, M.: *Globalization and contested common sense in the United States*, em Gill/Mittelmann: *Innovation and transformation in international studies*. Cambridge U. Press, 1997. Com base em Gramsci, Rupert trabalha com a idéia de desnaturalização das relações de poder, contestação e disputa na esfera do senso comum nas negociações do NAFTA nos EUA.

31 Para Gramsci, em sociedades onde a sociedade civil é forte, o Estado deve ser entendido em sentido amplo, abrangendo a sociedade política e a sociedade civil. Neste sentido, o poder está disseminado e sustentado em ambos, e a luta pela transformação social tem que ser dada em ambas esferas. Ver *ibid*, p. 235-39.

32 Gramsci, *ibid.*, p. 238-9.

33 Hernandez, Juan: *Las empresas transnacionales frente a los derechos humanos: historia de una asimetría normativa*. Hegoa, Bilbao, 2009.

34 Segundo Hernandez, as empresas lograram, ao longo da década neoliberal, montar um arcabouço jurídico internacional através de acordos regionais e bilaterais de investimento entre países, assim como as cláusulas de investimento da OMC, de modo a constituir uma “nova Lex mercatoria” ou direito comercial global. Este tem ênfase na garantia dos contratos de investimento com força vinculante capaz de condicionar políticas públicas nacionais. Frente a isso, o sistema legal de direitos humanos, sociais e trabalhistas ficaram enfraquecidos, uma vez que permanecem

no âmbito nacional, não tendo adquirido mesma força jurídica, capaz de vinculá-los internacionalmente. Ver *ibid.*, p. 30. Frase usado pelo antigo secretário geral das Nações Unidas, Koffi Annan, ao introduzir a necessidade do Pacto Global (<http://www.un.org/News/Press/docs/1999/19990201.sgsm6881.html>).

35 Frase usado pelo antigo secretário geral das Nações Unidas, Koffi Annan, ao introduzir a necessidade do Pacto Global (<http://www.un.org/News/Press/docs/1999/19990201.sgsm6881.html>).

36 A retaliação internacional no âmbito da opinião pública ao governo boliviano, por gerar “insegurança jurídica” para os investidores internacionais, ao anunciar a nacionalização dos recursos naturais naquele país, é um exemplo disto.

37 “Balanço Social Ambiental 2007”, [www.petrobras.com.br](http://www.petrobras.com.br). A Petrobras atingiu valor de mercado de R\$ 429,9 bilhões em 2007, aumento de 86,6% em relação ao ano anterior. A receita operacional líquida foi de R\$ 170,6 bilhões, um crescimento de 8% em relação a 2006, e lucro líquido atingiu R\$ 21,5 bilhões.

38 <http://www.vale.com/vale/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=267&infoid=3095>. Ao mesmo tempo, seu valor de mercado em 2007 foi de US\$ 151,7 bilhões, e seu lucro operacional de US\$ 13,2 bilhões (lucro antes de juros e impostos), resultado 73,7% superior ao obtido em 2006. “Relatório de Sustentabilidade 2007”, [www.vale.com](http://www.vale.com).

bastante superior ao previsto”<sup>40</sup>. Seu maior programa de promoção cultural, o Petrobras Cultural, trabalha diretamente junto ao Ministério da Cultura, tendo investido, em 2007, R\$ 90 milhões de reais em edital de seleção pública<sup>41</sup>.

Percebe-se que no caso de outras empresas transnacionais brasileiras, estes fatores não são explicitados<sup>42</sup>. No entanto, também nos casos da Vale e da Odebrecht, há uma preocupação em vincular a imagem da empresa a símbolos, histórias e territórios que representam a construção da identidade das populações locais e regionais onde a empresa atua. A Fundação Vale divulga promover ações de educação e cultura, além de patrocínios e doações, vinculando-se à história das comunidades que vivem da mineração, usando, em muitos casos, o símbolos do trem, trilhos e estrada de ferro, ligados a sua marca<sup>43</sup>. A Odebrecht promove prêmios ligados a história do Brasil, especialmente referentes à Bahia, sede da empresa, e da região Nordeste, assim como incentivos ligados a integração latino-americana, como uma publicação sobre Simon Bolívar e Cátedra Memorial da América Latina<sup>44</sup>.

As empresas também ocupam outros espaços importantes no sentido da formação do consenso na esfera das instituições da sociedade civil. O cinema brasileiro é um dos meios de formação e cultura que passou a receber, nos últimos anos, forte financiamento corporativo. Em grande medida, a produção de cinema nacional passou a depender do financiamento privado, proveniente das grandes empresas, para sua manutenção<sup>45</sup>. Os jornais e meios de comunicação são freqüentemente ocupados por artigos de opinião de empresários e executivos das grandes empresas. E as universidades, especialmente os setores técnicos, têm boa parte de projetos financiados por elas. O conhecimento desenvolvido é direcionado de acordo com as necessidades das empresas, sendo elas também a opção de emprego para estudantes, que condicionam seus interesses de pesquisa. Além disso, elas são objeto de prestígio, apoiando assim o “mito” da empresa como motor do desenvolvimento nacional<sup>46</sup>. Assim, as parcerias entre universidade e empresas são tidas como importantes fatores do desenvolvimento de conhecimento e tecnologia, representados como para o bem comum de toda a sociedade, e não como para lucratividade e interesses privados das empresas.

É importante notarmos que o senso comum estabelecido mescla a identidade nacional com o papel das empresas. Estas se colocam como representantes do Brasil no exterior, imagem reforçada pela mídia e pelas declarações de representantes do governo brasileiro. Os interesses das empresas são representados como interesse nacional, de todos os brasileiros. De maneira emblemática, a empresa Odebrecht se autodenomi-

nou recentemente “construtora da integração regional” em anúncios públicos, colocando-se como instrumento de realização dos interesses dos Estados, na tentativa de, ao mesmo tempo, “limpar” sua imagem deteriorada por problemas graves em grandes obras nos últimos anos<sup>47</sup>. Como desconstruir esse mito, e desvincular a identidade dos povos da identidade corporativa de uma empresa como, por exemplo, a Petrobras, que representa um passado de luta pela soberania sobre nossos recursos, mas que hoje é denunciada por explorar os bens e recursos naturais dos povos da região? A “responsabilidade social corporativa”, mecanismos de marketing, formação de conhecimento, informação e mídia, entre outros, são “trincheiras de defesa e fortalezas” das empresas na esfera da sociedade civil, que ajudam na formação de um consenso sobre seu papel, e o papel do Estado, que tem efeito no senso comum popular. Temos assim um complexo mecanismo que mistura interesse público e privado – funções sociais, antes exercidas por órgãos estatais e hoje por empresas – e, de certa maneira, “benevolência” e marketing, nos colocando um “quebra-cabeça” entre identidade nacional-política externa- interesses privados.

## Conclusões

A atual luta de movimentos sociais e populares contra atividades e mega-projetos das empresas transnacionais brasileiras enfrenta diferentes frentes de batalha. De um lado, estes movimentos estão articulados dentro e fora do Brasil para barrar as atividades que estão destruindo seus meio de trabalho e de vida, assim como para transformar as políticas de governo e agentes públicos que as apóiam. De outro, enfrentam uma batalha ideológica dentro da sociedade brasileira, uma vez que o Brasil é compreendido como país “em desenvolvimento”, que precisa crescer e se estabelecer no sistema internacional, tendo as empresas como grandes motores desta lógica de desenvolvimento. Esta idéia, embutida no senso comum, é sustentada pelas diversas formas de penetração das empresas nas esferas e instituições da sociedade civil e das comunidades onde as empresas atuam, assim como pelos discursos e políticas de apoio governamental. O atual governo brasileiro busca legitimar o país como ator autônomo e competitivo para fora e para dentro. Para fora, ele busca estabelecer uma situação de hegemonia regional, e um lugar nas instituições da “sociedade internacional” no mesmo patamar dos países dominantes. Para dentro, ele precisa se legitimar e se manter frente às forças conservadoras e de direita, que preferiam uma volta ao neoliberalismo “sem máscaras”. No entanto, este artigo buscou questionar, a partir da perspectiva das forças sociais em contestação e disputa, quem ganha e quem perde no

39 [http://www.odebrechtonline.com.br/relatorioanual/2007/wordpress/?page\\_id=47](http://www.odebrechtonline.com.br/relatorioanual/2007/wordpress/?page_id=47). No mesmo relatório, a empresa divulga receita bruta em 2007 de R\$ 31 bilhões de reais.

40 “Petrobras, a maior patrocinadora da cultura do Brasil”, [www2.petrobras.com.br/portal/frame.asp?pagina=/Cultura](http://www2.petrobras.com.br/portal/frame.asp?pagina=/Cultura)

41 “Balanço Social Ambiental 2007”, [www.petrobras.com.br](http://www.petrobras.com.br)

42 Ao compararmos a divulgação de balanços anuais e números gerais destas três empresas, percebemos que Petrobras divulga números e valores de forma mais transparente e concisa. A Vale divulga projetos de forma fragmentada, por estado, país, ou por instituição (por exemplo, sua fundação), e em muitos casos, sem os valores dos recursos investidos. No caso da grupo Odebrecht, inversamente, a divulgação é pouco detalhada, sendo divulgados projetos e números gerais, com poucas especificações.

43 [http://www.vale.com/relatoriosustentabilidade2007/desenvolvimento\\_territorial\\_fundacaovale\\_2.asp](http://www.vale.com/relatoriosustentabilidade2007/desenvolvimento_territorial_fundacaovale_2.asp)

44 [http://www.odebrechtonline.com.br/relatorioanual/2007/wordpress/?page\\_id=11](http://www.odebrechtonline.com.br/relatorioanual/2007/wordpress/?page_id=11)

45 “Crise financeira põe em risco produção de filmes nacionais”, Folha online 11/03/2009

46 A Petrobras, além de seu programa de formação corporativa interno (“Universidade Petrobras”), tem projetos em parceria com diversas universidades brasileiras, e divulga premiação para trabalhos e teses de pesquisa nas áreas técnicas e ambiental (“Balanço Social e Ambiental

2007”, [www.petrobras.com.br](http://www.petrobras.com.br)). A Odebrecht também mantém parceria com diversas universidades no Brasil e fora dele ([http://www.odebrechtonline.com.br/relatorioanual/2007/wordpress/?page\\_id=12](http://www.odebrechtonline.com.br/relatorioanual/2007/wordpress/?page_id=12)).

47 “Pivô de crise, Odebrecht saúda cúpula e pede “integração” Folha de S. Paulo 15/12/2008.

marco desta política. Desde a perspectiva das maiorias é questionável se a classe trabalhadora brasileira está ganhando com a expansão das empresas para outros territórios, e a exploração de outros povos. Afinal, para quê e para quem serve o modelo de desenvolvimento vigente? – esta é a pergunta que buscamos apresentar aqui. Entendemos que o esforço de crescimento do Brasil é um esforço da população trabalhadora. É do trabalho da população, a geração do valor, que se torna recurso para o Estado. Entendemos que estes recursos, ao serem aplicados nas empresas, nas instituições financeiras internacionais (como o FMI) e nos mega-projetos de infra-estrutura, estão sendo usados de forma perversa, contra os interesses de justiça social, trabalhista e ambiental da classe trabalhadora.

### **Bibliografia**

Alem, Ana C./ Cavalcanti, C.: “O BNDES e o apoio à internacionalização das empresas brasileiras”. Revista do BNDES, v. 12, n. 24, dezembro 2005.

Benjamin Cesar/ Ribeiro, Romulo: “Alca, o livre-comércio e o futuro da América do Sul. LPP, UERJ, 2004, em [www.outrobrasil.net](http://www.outrobrasil.net).

Caccia Bava, Silvio: “Gigante pela própria natureza”. Le Monde Diplomatique Brasil, fevereiro 2009.

Campos, Pedro Henrique: “Origem da internacionalização das empresas de engenharia brasileira”. Historia e Lutas de Classe, dossiê Imperialismo, 2008.

Cox, Robert: “Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method”, em Gill, S. (ed.): Gramsci, historical materialism and international relations. Cambridge U. Press, 1994.

Fundação Dom Cabral: “Pesquisa Global Players II – Internacionalização das empresas da América Latina”, em [www.fdc.org.br](http://www.fdc.org.br)

Gilpin, Robert: “U.S. Power and Multinational Corporations”. New York. Basic Books, 1975.

Gramsci, Antonio: “Selections from the Prison’s Notebooks”. International Publishers. New York, 2008 (1971).

Hernandez, Juan: “Las empresas transnacionales frente a los derechos humanos: historia de una asimetría normativa”. Hegoa, Bilbao, 2009.

Malerba, Julianna/ Leroy, Jean-Pierre (org.): “Petrobras, integracion o explotacion?”. FASE, Rio de Janeiro, 2005.

Marini, Ruy Mauro: “La acumulacion capitalista mundial y el subimperialismo”. Cuadernos Políticos, n. 12, Ediciones Era, México, 1977, disponível em [www.marini-escritos.unam.mx](http://www.marini-escritos.unam.mx).

Odebrecht: “Relatório anual 2007” [http://www.odebrechtonline.com.br/relatorioanual/2007/wordpress/?pag=e\\_id=47](http://www.odebrechtonline.com.br/relatorioanual/2007/wordpress/?pag=e_id=47).

Petrobras: “Balanço Social Ambiental 2007”, [www.petrobras.com.br](http://www.petrobras.com.br)

\_\_\_\_\_: “Petrobras, a maior patrocinadora da cultura do Brasil”, [www2.petrobras.com.br/portal/frame.asp?pagina=/Cultura](http://www2.petrobras.com.br/portal/frame.asp?pagina=/Cultura)

Panitch, Leo/Gindin, Sam: “Global Capitalism and American Empire”, em Panitch/Leys (eds.): *The new imperial challenge*. Socialist Register, Merlin Press, 2004.

Rupert, Mark: “Globalization and contested common sense in the United States”, em Gill/Mittelman: *Innovation and transformation in international studies*. Cambridge U. Press, 1997.

Tavares, Márcia: “Investimento brasileiro no exterior: panorama e considerações sobre políticas públicas”. *Serie Desarrollo Productivo* 172. CEPAL. 2006.

Tautz, Carlos: “Da ALCA a IIRSA”. *Le Monde Diplomatique Brasil*, fevereiro 2009.

Vale: “Relatório de Sustentabilidade 2007”, <http://www.vale.com/relatoriosustentabilidade2007/>

## **Imprensa**

“Brasil ampara os pequenos para lidar com a Alca”, entrevista com Celso Amorim, *Gazeta Mercantil* 07/02/2003.

“Lula: livre comércio para o G 20”, *O Globo*, 13/12/2003

“O Brasil não usa marines”, entrevista com Celso Amorim, *Carta Capital*, 17/05/2006

“Equador rejeita proposta e expulsa Odebrecht”, *Folha online*, 08/10/2008

Revista “Multinacionais brasileiras”, *Valor Econômico*, novembro 2008.

“Pivô de crise, Odebrecht saúda cúpula e pede ‘integração’”, *Folha de SP*, 15/12/2008.

“Brasil tem 14 grupos na lista de multis emergentes”, Estado de São Paulo, 29/01/2009

“Crise financeira põe em risco produção de filmes nacionais”, Folha online 11/03/2009

“Bolívia investiga projeto com financiamento do BNDES”, Folha online, 13/03/2009  
“Perto do príncipe, ma non troppo”, entrevista com Marco Aurélio Garcia, Estado de São Paulo, 21/03/2009

“Investigações apontam que Camargo Corrêa fez doações ilegais a sete partidos”, Folha online 25/03/2009

“Brasil aceita virar credor do FMI e emprestará até US\$ 4,5 bilhões”, Folha online, 9/4/2009.

“Trabalhadores da subsidiária da Vale no Canadá decidem por greve”, oglobo.com, 11/07/2009.

petróleo

# **A Petrobras no Equador**

Alexandra Almeida



## **A Petrobras no Equador**

Alexandra Almeida, Acción Ecológica

A exploração petrolífera no Equador é desenvolvida na região Amazônica há mais de 40 anos. Aproximadamente 4 milhões de hectares de bosque úmido tropical estão destinados a esta atividade. A empresa estatal Petroecuador opera em 700.000 hectares.

No Equador foram realizadas oito rodadas de licitações petrolíferas, por meio das quais foram entregues blocos de aproximadamente 200.000 hectares cada.

Além da Petroecuador, atualmente existem 15 empresas petrolíferas privadas operando na área, algumas delas de capital equatoriano, mas a maioria transnacionais.

As operações dessas empresas afetam o ecossistema amazônico caracterizado por possuir grande biodiversidade, prejudicando inclusive nove áreas protegidas, além do território ancestral de nove povoados indígenas amazônicos, dos quais dois grupos encontram-se em isolamento voluntário.

### **Petrobras**

A Petrobras, empresa de origem brasileira, ingressou no Equador em 2002, ao assumir operações da empresa argentina Pérez Companc que possuía dois blocos sob concessão, o 18 e o 31.

### **História do bloco 18**

O Bloco 18, localizado na Província de Orellana, foi licitado na sétima rodada de licitações em 1994 e no dia 19 de dezembro de 1995 foi assinado um Contrato de Participação para a Prospecção e Exploração de hidrocarbonetos entre a Petroecuador e a companhia norte-americana Amoco B.V. em consórcio com a ExxonMobil.

Em 1996, a Amoco transferiu 40% de suas ações para a empresa francesa ELF, permanecendo com os 60% restantes e como operadora do bloco. Um ano mais tarde, em 1997, a ELF repassou seus 40% à empresa equatoriana Petromanabí.

Em 1998 os trabalhos de prospecção sísmica que a Amoco realizou demonstraram que o bloco não era rentável, razão pela qual a empresa decidiu abandonar o país neste ano, transferindo, porém, seus 60% à também equatoriana Cayman International Exploration Company S.A.

Inicialmente o bloco 18 contava com 200.000 hectares e uma parte dele se encontrava dentro do Parque Nacional Sumaco Galeras. Quando o bloco passou a ser operado pelas empresas Cayman e Petromanabí, a sua extensão se reduziu, a parte que estava dentro do parque foi eliminada e o limite oeste do bloco hoje se junta com o do parque.

O consórcio Cayman-Petromanabí, imediatamente depois da concessão, procurou realizar os trâmites necessários para obter o campo Palo Azul, localizado no limite leste do bloco 18 e com enormes reservas testadas pela Petroecuador.

Em 2001 a Cayman e Petromanabí criaram, com parte de suas ações, a empresa Ecuador TLC, e neste mesmo ano, transferiram as ações da Ecuador TLC para a empresa argentina Pérez Companc Pecom Energía S.A. A Petrobras assumiu a gestão do Bloco 18 em janeiro de 2002, quando, depois da falência da Pérez Companc, comprou a empresa e assumiu todas as suas posses, inclusive o Campo Unificado Palo Azul.

### **Irregularidades registradas nesta história**

A história deste bloco está infestada de irregularidades, conspirações, oportunismos, uso de influência e corrupção.

Quando a Amoco saiu do país, teve que devolver a área contratada ao Estado Equatoriano, no entanto, solicitou ao Ministério de Minas e Energia que pudesse ceder suas ações do bloco 18 à Cayman, empresa que não possuía capacidade financeira, contradizendo o que estipula a Lei de Hidrocarbonetos.

Assim, 60% do bloco 18 acabou em poder de uma empresa inadimplente (Cayman) enquanto os outros 40% acabaram nas mãos de uma empresa instalada no Panamá que tinha um capital social reduzido e jamais havia explorado petróleo. Tudo isto em flagrante delito, já que a lei não permite tais irregularidades.

A maior ilegalidade ocorreu na adjudicação do campo Palo Azul, de propriedade do Estado, ao bloco 18, cedido ao consórcio Cayman-Petromanabí, o qual não era registrado na Direção Nacional de Hidrocarbonetos. Cabe ressaltar que o campo Palo Azul tem reservas 20 vezes maiores do que as do bloco 18. Nesta operação são registrados indícios de interpretação fraudulenta de informações técnicas e de entrega ilegal de informação privilegiada sobre as reservas da Petroecuador. Por esta razão, o Convênio de Exploração Unificada da Jazida Comum Hollín do Campo Palo Azul, determinaria a existência de causas de caducidade referidas no artigo 74 da Lei de Hidrocarbonetos por falsidade com intenção dolosa em informes sobre dados técnicos, fraude na subscrição de contratos e integração do consórcio sem autorização do Ministério.

Uma vez constituída com 70% do Consórcio, a empresa Equador TLC, repassou o total de suas ações à empresa argentina Pérez Companc (PECOM Energía S.A.). Esta transação foi ilegal, pois uma mudança em mais de 50% das ações é considerada mudança na personalidade jurídica, o que significa que deveria ter sido feito um novo contrato.

Em outubro de 2002 a Pérez Companc comunicou que vendeu 58,6% de suas ações para a Petrobras. A transferência das ações, que incluiu 100% da EcuadorTLC significou a concessão de 70% das participações do bloco 18 e do Campo Palo Azul e não existiu autorização ministerial, como exige a cláusula 16.2.1 do Contrato de Participação, o artigo 74 numeral 11 e o artigo 79 da Lei de Hidrocarbonetos. Assim chegou a Petrobras ao Equador, sem arriscar nada.

Quando a Petrobras assumiu a operação do bloco 18 foi informada, pelos trabalhadores petrolíferos da estatal equatoriana, das irregularidades existentes na concessão do Campo Palo Azul, no entanto, a empresa brasileira não fez nenhuma mudança e continuou a operação neste polêmico campo cuja produção é a responsável pelos lucros de todo o bloco 18.

No dia 24 de janeiro de 2005 a Petrobras transfiriu 40% das participações dos blocos 18 e 31 e do Campo Palo Azul à empresa japonesa Teikoku Oil através da assinatura de um Acordo de Venda e Associação, sem autorização ministerial e sem que a Petrobras tivesse direitos contratuais.

Em 27 de dezembro de 2006 através do Acordo Ministerial 095, é autorizada a mudança do nome social da Pecom Energia para Petrobras, quatro anos depois da empresa argentina ter desaparecido. No dia 11 de janeiro de 2007, 4 dias antes de trocar de governo, o Ministro de Energia, através do Acordo Ministerial 118, autorizou a

transferência de 40% da Equador TLC (Petrobras) à Teikoku Oil Equador. Todo este último processo configurou causa de caducidade contemplada no artigo 74 numeral 11 da Lei de Hidrocarbonetos. Este caso é muito mais grave do que o da empresa Ocidental, a qual o Equador declarou caducidade de contrato em maio de 2006.

No governo de Rafael Correa, o Ministério de Energia nomeou uma comissão para que fossem investigadas as demandas de caducidade dos contratos do Estado com a Petrobras apresentadas por vários setores sociais, profissionais e institucionais do país. Esta comissão emitiu um informe que estabeleceu que praticamente todo o processo, desde 1995 até a data (2008), estava infestado de irregularidades e danos ao Estado. Do Informe se conclui que: “o Bloco 18 contava apenas com 2 milhões de barris de reservas provadas e uma produção média por dia de 170 barris, enquanto o campo denominado Palo Azul da Petroecuador, registra 100 milhões de barris de reservas provadas e uma produção média de 35.000 barris de petróleo por dia (BPPD)”.

Através de uma carta emitida ao Presidente Correa, o Ministro de Energia manifesta que é necessário fazer cumprir a nova lei e recuperar o que fraudulentamente foi tirado do povo equatoriano com a farsa de uma jazida comum inexistente.

Baseado no informe da Comissão, estabelecida pelo Ministro de Energia em fevereiro de 2008, o Procurador Geral do Estado solicitou ao Ministro de Petróleos, o início do processo de caducidade do contrato da Petrobras em relação ao bloco 18 e o campo Palo Azul, entre outras, por uma suposta transferência ilegal de obrigações. Segundo o Procurador, a Petrobras teria incorrido em três causas de caducidade.

Apesar de todas estas provas contra a Petrobras, contradizendo informes técnicos, o Governo Nacional decidiu renegociar um novo contrato com a empresa brasileira, resultado de um acordo bilateral com Lula e a Petrobras celebrado na época da campanha eleitoral para proteger os interesses da transnacional brasileira.

Segundo um analista de petróleo, isto corresponde a um mapa de acordos bilaterais, demarcados na estratégica rota do IIRSA: Manaus-Manta, na qual o Equador cumpre as funções de “Paeaje”, ou seja, um corredor de trânsito entre o Brasil e a China.

Os interesses e investimentos do sub-império brasileiro são múltiplos, desde a questionada construção das centrais hidrelétricas e dos aeroportos, vias e obras civis através de empresas brasileiras, até a hidrovia do Rio Napo, projetos de biocombustíveis e a exploração de hidrocarbonetos através da Petrobras.

A existência dos acordos entre os dois governos é revelada através de um ofício datado de 23 de maio de 2007, emitido pela Chanceler María Fernanda Espinosa, ao Ministro de Energia do Equador, onde os questionamentos do Ministério das Relações Exteriores do Brasil sobre a participação da Petrobras nos blocos 18 e 31 da Amazônia equatoriana foram transmitidos, através de Jorge Tauney, Subsecretário Geral da América do Sul.

A mesma lembra que, devido a visita de Estado realizada pelo Presidente Rafael Correa, o Brasil havia entendido que os próprios Chefes de Estado entraram em acordo sobre o tema, já que a Petrobras havia cumprido com todos os trâmites, inclusive o último pagamento, para ter a licença ambiental. Em referência à operação da Petrobras no Parque Nacional Yasuní, o Embaixador Tauney declarou que a empresa brasileira utilizaria tecnologias de ponta, a fim de proteger a vida dos povos Tagaeri e Taromenani, razão pela qual apontou que *“existem pequenos setores que estão usando pretextos para não cumprir com uma determinação adotada pelos Presidentes Lula e Correa em Brasília”*. Ou seja, o governo do Brasil estava comunicando e lembrando ao governo do Equador que existiu uma decisão conjunta. A não ser que o Embaixador tenha faltado com a verdade.

O Presidente Lula e as autoridades do Equador usaram estratégias para ludibriar o que estabelece o artigo 26 da Lei de Hidrocarbonetos: “Estas empresas estrangeiras estarão sujeitas aos tribunais do país e renunciarão expressamente a qualquer protesto por via diplomática. Estas sujeição e renúncia serão consideradas implícitas em todo contrato celebrado com o Estado ou com a Petroecuador”.

Outro aspecto que coloca em questão o acordo entre Lula e Correa para proteger os interesses da Petrobras no Equador está explícito nas declarações do Presidente da Petroecuador, publicadas na Revista Vanguardia do dia 19 de agosto de 2008: “ Não há processo de caducidade. Assim ficamos decididos e assim se estabeleceu quando conversamos com o Presidente (Rafael Correa) e com pessoas da Petrobras”. “Com a Petrobras passaremos diretamente ao contrato de prestação de serviços.”

Efetivamente, no dia 31 de outubro de 2008, o governo do Equador, através da Petroecuador e o governo do Brasil, através da Petrobras, em conjunto com seus sócios equatorianos (Petromanabí e Cayman), assinaram o novo contrato do bloco 18 e Campo Palo Azul, prejudicando o Estado equatoriano que deveria controlar 100% das reservas e da produção das citadas áreas petrolíferas.

## Impactos sociais e ambientais

A Petrobras, na área de suas operações, controla e impede, através de suas seguranças particulares, a livre circulação de cidadãos equatorianos que não contem com sua autorização. Em cada estrada que dá acesso ao território, há uma guarita de controle. Em todos os lugares do bloco 18 e do Campo Palo Azul, onde a empresa está, há presença militar permanente, ainda que não existam acampamentos na zona. A empresa brasileira também mantém boas relações com a Polícia, tanto que realizou obras civis para beneficiar esta instituição.

A estratégia mais utilizada pela Petrobras para apaziguar as relações com as comunidades, tem sido contratar gente local como moderadores comunitários encarregados de intermediar as relações entre a empresa e as comunidades. Desta maneira, aqueles que enfrentam os conflitos são estes mediadores que, ao receber uma remuneração da empresa, dificilmente assumem uma atitude contrária a seus interesses.

Outra estratégia adotada foi ameaçar os habitantes das comunidades de expropriar seus terrenos quando estes se opuseram a autorizar a entrada da empresa em seus territórios. Foram registrados processos de expropriação nas comunidades, assim como na rota do oleoduto. Alguns camponeses tiveram que vender seus terrenos à empresa por ameaças de expropriação.

Devido à pressão exercida pela empresa, algumas comunidades aceitam a entrada da Petrobras em seus terrenos, para isto, a empresa assina convênios com os moradores, a maioria dos quais não são totalmente cumpridos, principalmente os pontos relativos ao abastecimento de água para a população. Na comunidade de La Alamoreña, os camponeses negociaram um convênio com a companhia, porém, no momento de assiná-lo, se deram conta que a empresa havia modificado algumas cláusulas.

Os impactos ambientais registrados nesta zona são muito graves e colocam a população em risco permanente. A petrobras construiu um depósito de resíduos tóxicos na comunidade “25 de diciembre” em terrenos que foram comprados de maneira enganosa, de onde exala um forte odor de hidrocarbonetos, o que afeta a saúde da população. A empresa nega a existência deste problema.

Na comunidade indígena de Huataracu, também são encontrados vários aterros sanitários criados pela empresa com a técnica *landfield*; lixeira tóxica e incineradores de gás residual. Nesta comunidade, moradores denunciaram que a construção da estação

Pata e da estrada de acesso transformaram-lhes em “prisioneiros dentro de sua própria terra” e afetou a caça, a agricultura e a forma de vida com liberdade e tranquilidade que tinham antes.

Foram registradas denúncias de que, no início, a Petrobras lançava à noite ao rio, água de formação que é altamente tóxica por seu conteúdo salino, de metais pesados, hidrocarbonetos policíclicos aromáticos e inclusive de substâncias radioativas. Abandonou esta prática somente depois de reclamações e de indisposições da comunidade. Também se denunciou que a noite passavam petroleiros derramando água tóxica nas vias, além de jogar plásticos e sacolas com petróleo cru.

Uma das denúncias mais graves contra a Petrobras realizada pelo Conselho Provincial de Orellana é referente às descargas de água de formação ao rio Coca na zona da comunidade de Huataracu. A água de formação sai misturada com o petróleo e contém altíssimos níveis de compostos tóxicos. Através de carros-pipa a empresa vertia diariamente a água em uma zona considerada de reciação e localizada a 7 km do ponto de captação da água potável da cidade de Coca. Análises de água de descarga, apontaram que esta contém Hidrocarbonetos (TPHs) em níveis que ultrapassam o permitido pela Legislação Ambiental. A entidade que regula o uso de corpos de água no país manifestou que a Petrobras não tinha permissão para utilizar o rio Coca como receptor de seus resíduos.

Nas plataformas são registrados frequentes derramamentos de petróleo cru que, quando chove, vão parar em algumas piscinas que não são cobertas, onde a substância pode infiltrar nas camadas mais inferiores e contaminar a água subterrânea. Também foram denunciados outros derramamentos de maior volume, como o ocorrido na plataforma WPB no dia 31 de outubro de 2005. Nesta ocasião o afetado não foi indenizado nem se realizou remediação ambiental. Outros derramamentos de petróleo ocorreram em dezembro de 2004, durante uma mudança de tubulação na plataforma Palo Azul B. No primeiro, o pessoal da empresa tentou, sem sucesso, ocultar o fato de que o presidente da comunidade se encontrava presente. No segundo derramamento, tentaram afastá-lo do local. Os trabalhos de limpeza foram realizados à noite. No dia seguinte área estava tampada, mas não limpa.

A empresa declarou as áreas de incineração como zonas restrita, porque além do ruído, ocorrem acidentes quando o gás é misturado com o petróleo cru, assim como explosões muito perigosas. Na estação Pata, na primeira semana de fevereiro de 2005, um incêndio na área de incineração deixou os arredores da região manchados de petróleo cru.

Além dos impactos ambientais, foram registradas más relações entre a empresa e as comunidades. Isto se deve aos permanentes maltratos, enganações, compromissos não cumpridos e ameaças realizadas pela empresa. A Petrobras está unicamente interessada em manter uma boa imagem externa, assim, em uma festa de natal, funcionários da empresa chegaram com um cartaz que dizia “Obrigado, Petrobras” com a intenção de tirar fotos das crianças da comunidade junto aos dizeres. Isto não se deu através da intervenção dos dirigentes. Uma prática frequente da Petrobras é dividir as comunidades.

A população denunciou que a empresa não lhes indeniza quando seus terrenos são afetados, como é o caso da fiação de uma linha de alta tensão, de campanhas de prospecção sísmica, ou danos a vertentes de água. Além disso, devido aos efeitos negativos causados pela empresa, algumas famílias se viram obrigadas a mudar de domicílio, o que lhes ocasionou deslocamentos e gastos. Afirmam também que a Petrobras não cumpre com os Estudos de Impacto Ambiental e mantém os camponeses que contrata trabalhando das 6 às 6 e em situação de permanente maltrato.

A Petrobras também foi repreendida pelas autoridades ambientais e energéticas do Equador, assim, em 2005 a Subsecretaria de Proteção Ambiental do Ministério de Minas e Energia notificou ao gerente da Petrobras que a empresa não apresentou os informes de monitoramento interno de emissões na atmosfera, descumprindo com o estabelecido no Regulamento Substitutivo do Regulamento Ambiental para Operações Hidrocarbônicas no Equador. Além disso, comunicou à empresa que os informes do monitoramento de descargas líquidas apresentados seguem excedendo os valores limites permitidos, infringindo o mesmo Regulamento Ambiental. Por isso, a Subsecretaria pediu à Direção Nacional de Hidrocarbonetos que providencie a sanção prevista na lei.

Também foram registrados problemas entre a Petrobras e as empresas contratistas, dentre elas a empresa sueca Skanska. Estes problemas ocorreram porque os trabalhadores das contratistas denunciam o descumprimento do pagamento dos benefícios aos empregados. Em 2006 os trabalhadores da Skanska receberam US\$ 1.000, enquanto os da Petrobras US\$ 200.000. A lei diz que eles devem receber de maneira igualitária. Um trabalhador da Skanska denunciou que os funcionários da Petrobras lhe disseram: “Se você quer seguir trabalhando, assine a renúncia a seus benefícios”. O Ministério do Trabalho determinou resoluções a favor dos trabalhadores. A Petrobras apelou em três ocasiões da sentença do Ministério, porém este sempre se ratificou a favor dos trabalhadores. O último foi decretado em fevereiro de 2008.

Os trabalhadores prejudicados pela Petrobras denunciaram que a empresa superexplorou os poços de petróleo no campo Palo Azul. Isto causa um grande prejuízo econômico ao Estado Equatoriano e corresponde a um claro porcesso de corrupção.

### **Bloco 31**

O bloco 31 foi licitado na oitava rodada, em 1995, enquanto o contrato de Participação com a empresa argentina Pérez Companc foi assinado em 1996. No ano de 2002, devido à crise argentina, a empresa Pérez Companc quebrou e foi absorvida pela estatal brasileira Petrobras. Os bens da Pérez Companc no Equador a partir deste ano passaram a pertencer à Petrobras.

Cerca de 70% deste bloco se localiza dentro do Parque Nacional Yasuní, território ancestral do povoado indígena Waorani e lugar de passagem dos povoados Tagaeri e Taromenane que se encontram em isolamento voluntário. Durante 1997 e 1998, a empresa Pérez Companc realizou prospecções sísmicas no bloco e perfurou dois poços exploratórios: Apaika e Nenke.

A transferência das ações do bloco 31 da Pérez Companc para a Petrobras, assim como no caso do bloco 18, foi realizada sem a autorização ministerial, o que exigia o Contrato de Participação e os Artigos 74, numeral 11 e 79 e da Lei de Hidrocarbonetos. Foi desta maneira que a Petrobras operou o bloco de forma ilegal.

Em 24 de janeiro de 2005, a Petrobras transferiu 40% da participação do bloco 31 à empresa japonesa Teikoku Oil através da assinatura de um Acordo de Venda e Associação, sem autorização ministerial.

A autorização da mudança de nome da Pecom Energia para Petrobras e da transferência de ações da Petrobras para a Teikoku, realizadas inoportunamente, envolvem também o bloco 31 e são causa de caducidade de contrato.

A exploração petrolífera neste bloco foi muito questionada por se encontrar dentro de uma área protegida, o Parque Nacional Yasuní, que, de acordo com um informe realizado por vários cientistas em 2004, abriga a maior biodiversidade do planeta. Esta região tem níveis de diversidade em muitos grupos taxonômicos, que excedem os níveis locais e mundiais. O “Bosque Húmedo del Napo” foi declarado pelos cientistas do World Wildlife Found (WWF) como uma das 200 áreas mais importantes do mundo a serem protegidas. O Yasuní também conserva uma das maiores quantidades

de vida silvestre amazônica, identificada como uma das 24 áreas prioritárias para a vida silvestre do mundo. Em um só hectare destes bosques, há quase tantas espécies de árvores e arbustos que em todo o território dos EUA e Canadá juntos.

A extração de petróleo nesta área provocaria, inevitavelmente, a destruição da biodiversidade. O impacto direto mais grave desta atividade é a descarga de águas tóxicas, associadas ao petróleo cru, assim como de outros resíduos poluentes no meio ambiente.

No entanto, apesar da oposição de organizações ambientalistas, no dia 19 de agosto de 2004, o Ministério do Meio Ambiente do Equador outorgou à Petrobras a licença ambiental para a fase construtiva do Projeto para o Desenvolvimento do Bloco 31, através dos campos Nenk e Apaika. Este fato coincidiu com a visita do presidente Lula ao Equador. Várias organizações sociais entraram com um recurso de amparo contra a outorga da licença que, lamentavelmente, foi negado, permitindo que a petrolífera brasileira iniciasse seus trabalhos na zona. Em julho de 2005 mais de 160 índios Watorani se deslocaram para Quito e pediram a saída da Petrobras da Amazônia, além de uma suspensão (por 10 anos) da atividade petrolífera no Parque Nacional Yasuní. Estes também não foram ouvidos pelo governo.

Várias organizações ecológicas apresentaram demandas legais, como recursos de amparo e recursos de revisão, para que a licença ambiental outorgada à Petrobras para operar no bloco 13 fosse anulada, já que esta licença foi concedida contrariando normas expressas de caráter ambiental e constitui um ato ilegítimo da autoridade pública. Outro grupo de cidadãos mantiveram, durante quatro meses, plantões semanais de protesto na frente do edifício onde funcionavam os escritórios da Petrobras. Infelizmente, nenhuma destas ações teve resultados positivos.

Em julho de 2005, o Ministério do Meio Ambiente não autorizou que a Petrobras construísse uma ponte sobre o rio Tiputini, uma passagem temporária por este e uma entrada para o Parque Nacional Yasuní. As razões para esta decisão foram fundamentadas por uma série de denúncias nacionais e internacionais que o Ministério recebeu a respeito das irregularidades cometidas no processo de emissão da licença ambiental. A revisão levou em conta que esta empresa já cometeu faltas graves, como apresentar um Estudo de Impacto Ambiental que pretendia construir uma estação petrolífera fora do Parque Nacional Yasuní, e depois do estudo ser aprovado, dizer que o construiria dentro do parque. Além disso, não foram consideradas nenhuma das alternativas que minimizariam os impactos: como teleférico, monocarril, etc.

Ante a esta decisão, no dia 28 de julho, a Petrobras apresentou uma ação legal (recurso de amparo) contra a desautorização do Ministério. A Petrobras, aliás, foi notificada pelo Ministério do Meio Ambiente em julho de 2005 que incorreu em “Não Conformidades Maiores e Menores” e que estas não foram justificadas. Este fato, segundo a legislação ambiental, é causa de revogação definitiva da licença.

Em 27 de agosto de 2005, a ação de amparo apresentada pela petrolífera brasileira foi recusada pelo juiz competente, dando razão ao Ministério do Meio Ambiente e mantendo suspensa a licença ambiental para operar no Yasuní.

Por isso, não se fez esperar a pressão por parte do governo do Brasil ao seu homólogo do Equador, que incluiu uma visita do chanceler brasileiro com o afã de proteger e assegurar a continuidade dos interesses econômicos e políticos, em especial petrolíferos, que o Brasil tem no país.

A Petrobras, posteriormente, contratou a consultora Entrix para realizar novos estudos de impacto ambiental, reconhecendo todos os questionamentos que seu primeiro estudo havia recebido. Desta maneira, em 18 de outubro de 2007, o Ministério do Meio Ambiente autorizou que a Petrobras iniciasse a exploração no bloco 31 dentro do Parque Nacional Yasuní, apesar da oposição de vários setores sociais, da rejeição do Povo Waorani, da falta de justificativa às Não Conformidades as quais incorreu anteriormente e do processo de investigação por possíveis causas de caducidade de contrato cometidas pela empresa.

A entrega desta licença causou uma indignação ainda mais forte do que a anterior, porque quatro meses antes, o Governo Nacional do Equador, havia lançado a proposta de manter o petróleo do campo ITT represado no subsolo, por este se encontrar em um lugar de grande biodiversidade e por ser o lar de povos indígenas em isolamento voluntário. O bloco 31 se encontra junto ao campo ITT e os dois têm exatamente as mesmas características, já que são parte do Parque Nacional Yasuní.

A Petrobras permaneceu um tempo sem realizar nenhum trabalho no bloco 31 esperando o desenlace da proposta a respeito do campo ITT, já que é uma das empresas mais interessadas na sua exploração.

## **Impactos ambientais e sociais no bloco 31**

A empresa Petrobras provocou severas consequências ambientais e sociais na história. Quando operava no bloco 17, em 1987, ainda como Braspetro, causou graves impactos sociais e ambientais e explorou os trabalhadores. Funcionários chegaram inclusive a entrar com cães para assustar os Waorani.

Os Estudos de Impacto Ambiental para a exploração do bloco 31, ainda que aprovados, foram muito questionados por serem ambíguos e não garantirem uma verdadeira proteção a esta tão frágil área

Em uma entrevista com o diretor do Parque Nacional Yasuní em julho de 2004, um funcionário acusou a Petrobras de estar provocando impactos físicos através da construção de sete casas de concreto armado na comunidade Waorani de Kawimeno em plena selva. Da mesma forma, denunciou que a Petrobras não atende aos chamados de atenção das autoridades do parque.

A Petrobras contratou a empresa Skanska para construir um cais à beira do rio Napo, sobre os territórios da comunidade Kichwa de Chiru Isla. A construção deste porto representa a via de acesso ao bloco 31 e ao Parque Nacional Yasuní. Para que os trabalhos de construção fossem realizados, várias dezenas de trabalhadores, máquinas pesadas, canoas e veículos de transporte ingressaram nesta frágil área. A superfície total do cais é de oito hectares, dos quais a maioria era antes terras utilizada para o cultivo de várias famílias indígenas locais.

A população indígena de Chiru Isla denunciou os efeitos negativos causados pelos trabalhos de construção deste cais. Eles informaram que a empresa contaminou os cursos de água com substâncias tóxicas e, em geral, as considerações ambientais da empresa eram seriamente defeituosas.

Segundo informes da “Acción Ecológica”, cinco famílias em Chiru Isla tiveram intoxicação e se viram seriamente afetadas pelas emissões. Além disso, houve uma denúncia de que os dejetos das latrinas haviam sido derramados nos campos periféricos, desrespeitando as leis sanitárias do Equador.

De acordo com os habitantes de Chiru Isla, as empresas Skanska e Petrobras também exploravam a população local, pagando-lhes baixos salários por trabalhos perigosos. Além disso, as companhias foram acusadas de adquirir bananas e mandioca sem pagar quase nada em troca.

Um das irregularidades que o Ministério do Meio Ambiente encontrou nos trabalhos da Petrobras, foi justamente a falha na construção do acampamento de Chiru Isla. Segundo o informe do Ministério, uma área de mais de quatro hectares foi deflorada, sem que o governo fosse ao menos comunicado. Também descobriram que o ponto de descarga das águas servidas do acampamento estava a aproximadamente 150 metros do local onde as famílias apanhavam água. O tratamento das águas cinzas e negras do acampamento não funcionavam perfeitamente, já que o leito filtrante estava destruído ou supersaturado, o que fazia com que as águas regressassem ao escoadouro e fossem derramadas nos coletores das águas de escoamento e, posteriormente, ao rio Napo.

Alguns trabalhadores de intermediárias da Petrobras também denunciaram violações à lei. Supostamente a Petrobras repartiu os lucros com os donos das empresas intermediárias e não deu nada aos trabalhadores.

### **Reversão do bloco ao Estado**

O processo de caducidade do contrato do Bloco 18, inevitavelmente se estende ao Bloco 31, já que a causa principal se baseia na assinatura de um Acordo Prévio para a concessão de direitos e obrigações da Petrobras à Teikoku, sem autorização ministerial. O Acordo Prévio se refere à concessão de 40% de direitos e obrigações nos blocos 18 e 31 e uma parte das ações do Oleoduto de Crus Pesados. Ou seja, em sujeição à lei, os dois contratos deveriam caducar.

Em setembro de 2008, o Estado equatoriano e a Petrobras assinaram uma Ata de Entendimento para o término por mútuo acordo do contrato de participação para a prospecção de hidrocarbonetos e a exploração de petróleo cru no bloco 31, localizado na região amazônica equatoriana. A ata previa também a devolução da infra-estrutura da área de operações. O governo de Rafael Correa anunciou, em dezembro deste ano, que o bloco 31 havia sido revertido ao Estado, sem indenização. Porém o presidente não disse que o acordo comprometeu o transporte de 70 mil barris diários de petróleo da Petroecuador, obrigando a empresa equatoriana a utilizar o contingente que a Petrobras possui no Oleoduto de Crus Pesados (privado), com uma tarifa de US\$ 1,51 por barril, sendo que o oleoduto estatal (SOTE) custa apenas US\$ 0,40 por barril. Desta forma, através da tarifa de transporte, o governo está devolvendo US\$ 243 milhões dos investimentos da Petrobras no bloco 31.

O bloco 31 passou para as mãos da Petroamazonas que é uma empresa privada com bens estatais. Esta empresa teria a possibilidade de operar o bloco associando-se a ou-

tra e formando assim uma empresa de economia mista. E esta outra empresa poderia ser a Petrobras, aspirando algum dia possuir o campo ITT.

A caducidade dos contratos nos blocos 18 e 31 e a recuperação do Campo Palo azul, significava, economicamente para o Equador, a recuperação de 100 milhões de barris de reservas, uma produção diária entre 35 e 40 mil barris, equivalente a US\$ 3,5 milhões diários, ou seja, mais de US\$ 400 milhões anuais adicionais para o país. Mais do que isso, significava, principalmente, a proteção do último paraíso da terra, o Parque Nacional Yasuní.

## **Bibliografia**

Acción Ecológica Boletim de imprensa julho, 2005

Almeida A. Proaño J. Tigre Aguila Waorani, una sola selva, una sola lucha. La deuda ecológica de las Transnacionales Petroleras con el Pueblo Waorani y el Parque Nacional Yasuní. Acción Ecológica, Quito, maio de 2008

Almeida Alexandra . Skanska en el Ecuador, Un caso de Impunidad Ambiental Documento sin publicar, julho 2008

Carta de trabalhadores à embaixada do Brasil. 25 junho, 2008

Conselho Provincial de Orellana. Boletim de Imprensa, 27 septiembre, 2005 “Petrobras contamina aguas de Consumo Humano”

Diálogo con Delfin Ordoñez chefe do Departamento Ambiental do Gobierno Provincial de Orellana, fevereiro, 2005

[http://www2.elcomercio.com/noticiaEC.asp?id\\_noticia=184438&id\\_seccion=6](http://www2.elcomercio.com/noticiaEC.asp?id_noticia=184438&id_seccion=6)

Informação recolhida por Vicente Castillo Coordenador do Comitê de Direitos Humanos de Sacha. julho 2008

Informe de produção do campo Palo Azul, janeiro, 2007

Maldonado A. Almeida A. Atlas Amazónico del Ecuador. Agresiones y Resistencias. Acción Ecológica Conaie. Quito, janeiro, 2006

Ministério de Minas e Energia: Carta do Subsecretário de proteção ambiental ao Gerente da Petrobras, 23 de novembro de 2005

Ministério do Meio Ambiente: Informe da inspeção técnica ao cumprimento da PMA 2005, fase construtiva do cais, acampamento Chiru Isla e via de acesso ao bloco 31, março, 2007

Petroecuador. Ata de Entendimiento para o término por mútuo acordo do contrato de participação para a prospecção de hidrocarbonetos e a exploração de petróleo cru no bloco 31 da região Amazônica equatoriana e devolução da infra-estructura da área de operações

Salto N, Villavicencio F, Comisión Especial Caso Petrobras. Ecuador Peaje Global De la hegemonía de USA a la Hegemonía de Brasil. Quito, 2007

Villavicencio Fernando, Artigo: “Petrobras: El nacionalismo transnacional de Correa y Lula.”

Mapas: Comissão do Ministério de Minas e Energia sobre o caso Petrobras

Fotos: Arquivo Acción Ecológica.

**A Petrobras na América Central:  
o caso dos agrocombustíveis**

Andrés León Araya y Alonso Ramírez



## **A Petrobras na América Central: o caso dos agrocombustíveis\***

Andrés León Araya y Alonso Ramírez, Centro de Estudos Políticos Alternativos

Este documento explorará a presença da empresa transnacional Petrobras em território centro-americano no tema específico dos agrocombustíveis. Este tema tem se mostrado de crescente importância e relevância no contexto da crise generalizada do capitalismo neoliberal, especialmente em relação à crise alimentar e energética. Assim, nos últimos anos vem se observando um incentivo ao cultivo de biomassas para a produção de etanol e diesel promovido pela maioria dos países de centro (fundamentalmente a União Europeia e os EUA).

Neste contexto, é importante levar em conta o papel do Brasil, não apenas como um dos maiores produtores de biomassa, principalmente de cana de açúcar, mas também como o maior produtor de agrocombustíveis do mundo. Além disso, o Brasil vem aplicando uma estratégia muito agressiva no que se refere a esta questão, como é possível evidenciar no acordo assinado recentemente com os EUA para impulsionar a produção de agrocombustíveis no hemisfério americano.

Evidentemente, o papel do governo através desta estratégia, é promover os interesses das empresas nacionais que se dedicam ao negócio, sendo a Petrobras uma das mais importantes. Segundo a revista Fortune, esta empresa que se dedica à prospecção, extração e exploração de recursos fósseis (fundamentalmente gás natural e petróleo), é atualmente a 63ª maior empresa global do mundo, com lucros ao redor de US\$88 bilhões.

No caso centro-americano, é importante ressaltar que, atualmente, não existe presença concreta e oficial da Petrobras na região. No entanto, nesta zona, o tema do incentivo aos agrocombustíveis vem ganhando força nos últimos anos e há a tendência de apresentá-lo como um setor de grandes oportunidades para os países do istmo. Neste sentido, esta pesquisa se concentrará em três pontos: primeiro se fará uma ca-

\* Breve informe elaborado por Andrés León e Alonso Ramírez do "Centro de Estudios Políticos Alternativos" (CEPA) encomendado pela "Secretaria Mesoamericana del Grito de los Excluidos". América Central, julho de 2009.

racterização da estratégia de investimentos e do plano de futuros negócios da Petrobras, especialmente em relação aos agrocombustíveis, em seguida serão apresentadas algumas observações sobre o interesse da Petrobras na América Central e, finalmente, alguns comentários finais.

### **A Petrobras e sua estratégia para o futuro: Plano Estratégico PETROBRAS 2020 e o Plano de Negócios 2008-2012**

A Petrobras é uma empresa brasileira de capital misto (público e privado) dedicada à geração de energia e à exploração de hidrocarbonetos. Segundo o informe anual de 2007 da companhia:

“A Petrobras é uma sociedade anônima de capital aberto, que atua de forma integrada nos seguintes segmentos da indústria de óleo, gás e energia: exploração e produção, refino, comercialização, transporte e petroquímica, distribuição de derivados, gás natural, biocombustíveis e energia elétrica. Criada em 1953, é hoje a sexta maior companhia de petróleo do mundo com base no valor de mercado (...) Líder do setor petrolífero brasileiro(...)” (Petrobras, 2008: 2).

Segundo o mesmo informe, visiona em 2020 ser : “uma das cinco maiores empresas integradas de energia do mundo e a preferida pelos nossos públicos de interesse.” (Petrobras, 2008a: 2).

Esta visão é a que vigora tanto no Plano Estratégico Petrobras 2020, quanto no Plano de Negócios 2008-2012, no qual se prevê investimentos de US\$112,4 bilhões, sendo US\$15 bilhões aplicados fora do Brasil, dos quais 79% destinados a América Latina, EUA e Oeste da África. Além disso, US\$1,5 bilhões serão investidos em agrocombustíveis, sendo 46% para dutos e alcodutos e 29% para biodiesel. Da mesma forma, as metas da empresa estipulam uma disponibilidade de 329 mil m<sup>3</sup>/ano de biodiesel em 2008 até chegar a 1,182 bilhões de m<sup>3</sup>/ano em 2015 (Petrobras, 2008a).

Por outro lado, segundo a nova estrutura revelada no Plano Estratégico, a Petrobras passará a concentrar-se em 6 segmentos: exploração e produção *Downstream* (refinação, transporte e comercialização), petroquímica, distribuição, gás, energia e agrocombustíveis. Esta nova disposição é importante, pois já mostra claramente o interesse da Petrobras de não apenas penetrar com força no subsetor de agrocombustíveis, como também transformá-lo em parte estruturante das propostas de negócios que a empresa possui.

Neste sentido, uma nota à imprensa da companhia anunciando a aprovação do Plano Estratégico e do Plano de Negócio, explica que, no caso dos agrocombustíveis, a Petrobras se propõe a “...atuar, globalmente, na comercialização e logística de biocombustíveis, liderando a produção nacional de biodiesel e ampliando a participação no negócio de etanol” além disso, “a Companhia tem como meta tornar-se uma empresa global para a comercialização e logística de biocombustíveis” (Petrobras,2008b). Da mesma forma, dentro das já apresentadas expectativas da empresa para o ano de 2020, encontra-se o desejo de transformar-se em: “Referência mundial em biocombustíveis” (Petrobras, 2008a: 2).

O perfil que este informe apresenta parece enfatizar a preferência na produção nacional de agrocombustíveis. No entanto, consideramos que a companhia tem um claro interesse na região centro-americana, não apenas como produtor direto de biomassas, mas fundamentalmente, como uma porta de entrada para mercados de comum interesse, como o norte-americano ou o europeu Retomaremos este tema posteriormente. O que nos parece importante ressaltar neste momento é que a Petrobras vem apresentando uma estratégia bastante agressiva, e que o fato da empresa pretender expandir-se a novos setores (agrocombustíveis)<sup>2</sup> e mercados (a apelação ao mercado global), implica, necessariamente, uma ampliação estratégica, já que o Brasil simplesmente será incapaz de produzir a biomassa necessária para o aumento massivo da produção. Assim, a posição geoestratégica do Istmo centro-americano pode ser fundamental.

O quadro 1 mostra as metas empresariais em relação aos investimentos. Como se observa no Plano de Negócios mostrado anteriormente, se planeja um aumento de 25% dos investimentos destinados ao setor de agrocombustíveis. Isto é relevante para demonstrar a crescente importância que este setor vem conquistando dentro da estratégia da Petrobras.

A segunda figura apresentada é um gráfico (gráfico 1) que mostra os rendimentos atuais e propostos para 2012 em matéria de agrocombustíveis.

Neste gráfico é possível observar o significativo aumento da produção e, especialmente, da exportação de agrocombustíveis que a empresa planeja para os próximos anos. Isto é uma clara amostra da estratégia empresarial agressiva que a Petrobras deseja implantar, na qual acreditamos que a América Central ocupará papel fundamental.

2 “O Conselho de Administração da Petrobras aprovou o Plano Estratégico 2020 e o Plano de Negócios 2008-2012 da empresa que mantém as metas agressivas de crescimento da Companhia e reforçam os desafios para enfrentar os mercados de gás natural e de biocombustíveis” (Petrobras, 2008b).

**Quadro 1**

Investimentos por segmento de negócios da Petrobras:  
Plano de Negócios 2007-2011 e 2008-2012

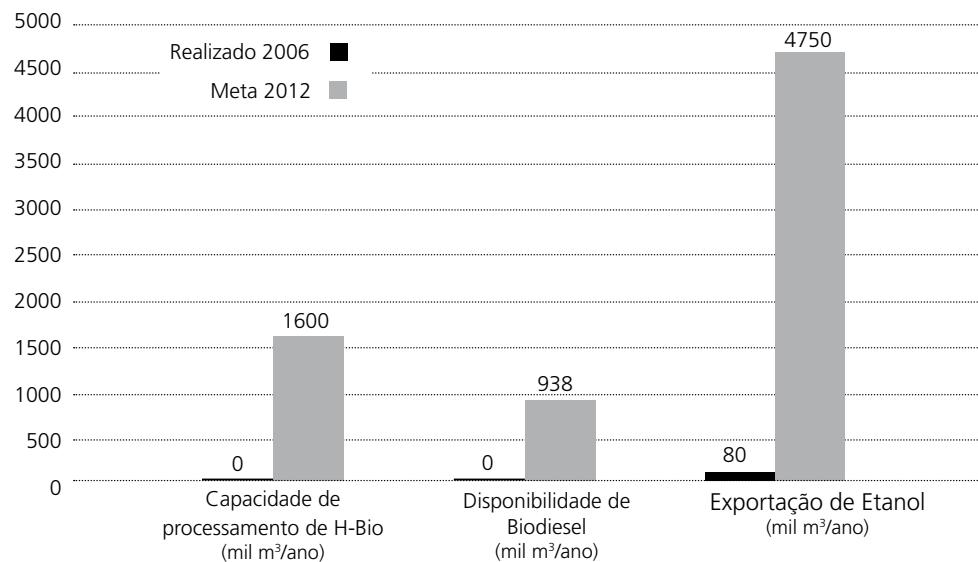
Segmento de Negócio	Petrobras 2007-11	Petrobras 2008-12	Diferença %
E-P	49,3	65,1	32
RTC	21,9*	29,6	35
G-E	7,3*	6,7	- 8
Petroquímica	3,3	4,3	30
Abastecimento	2,3	2,6	13
Biocombustível	1,2	1,5	25
Corporativo	1,8	2,5	39
<b>Total</b>	<b>87,1</b>	<b>112,4</b>	<b>29</b>

fonte: Petrobras (2008)

\*O Plano 2007-2011 considerava os investimentos em biocombustíveis

**Gráfico 1**

Petrobrás: Produção atual e proposta de agrocombustíveis para 2012.



fonte: elaboração própria a partir de Petrobras (2008b)

## O Interesse da Petrobras na América Central

Como mencionado anteriormente, não existe, na atualidade, uma presença concreta e específica da Petrobras na América Central. No entanto, é possível observar um interesse especial da empresa, seja diretamente ou através do governo brasileiro, em penetrar na região. É oportuno especular que este interesse, tanto da empresa quanto do governo brasileiro, está fortemente relacionado às metas e objetivos que tem a Petrobras no setor de agrocombustíveis, já mencionados anteriormente.

Talvez os exemplos mais claros deste interesse sejam as declarações dadas por José Sergio Gabrielli de Azevedo, presidente da Petrobras em 2007. Segundo o senhor Azevedo “a região tem as condições e a Petrobras está estudando as possibilidades de ter uma presença mais ativa”. Estas condições existem porque os países da região centro-americana se dedicam à atividade agrícola, especialmente de cana de açúcar, fonte fundamental para a produção de etanol. Além disso, Azevedo expressou interesse em utilizar a região como ponto de distribuição no continente, já que há a possibilidade de usar os países centro-americanos como plataforma para exportar aos EUA, através da CAFTA. Segundo o mesmo Azevedo, para a Petrobras, a atividade dos agrocombustíveis é “... uma oportunidade importante de expandir a novos mercados, tanto na produção e distribuição de etanol misturado com gasolina, quanto na aplicação de novas tecnologias para a produção de diesel”. (IBLNEWS, 2007).

Em termos gerais, este interesse da Petrobras na região pode ser visto seguindo duas direções: por um lado uma tentativa bastante evidente do governo brasileiro de promover a produção de agrocombustíveis na América Central, o que foi incentivado também pelo acordo assinado entre Brasil e EUA e, por outro, o interesse dos governos centro-americanos em estimular a produção e a presença brasileira na região.

A respeito do segundo, talvez o país mais ativo em busca da participação da Petrobras seja a Guatemala. Em uma visita ao país sul-americano, Álvaro Colom “...visitou a empresa Petrobras e se reuniu com Jorge Zelada, diretor da área internacional e Carlos da Costa, gerente do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento desta companhia...” Na ocasião, o presidente guatemalteco conheceu uma usina de etanol da Petrobras e estipulou-se que uma comissão da empresa visitaria a Guatemala para estudar possíveis negócios de exploração de petróleo e produção de biocombustíveis. (EFE, s.f)

No entanto, o governo brasileiro, na figura de seu presidente Luiz Inácio Lula da Silva, realizou viagens a vários países da região e ofereceu a ajuda do Brasil na área de

biocombustíveis, assim como sondou a possibilidade de promover investimentos brasileiros no setor. Recentemente, durante uma excursão realizada em junho de 2009, além de reafirmar seu interesse em contribuir para a diversificação das fontes energéticas da região, afirmou desejo em dar início aos preparativos para a negociação de um acordo comercial entre a região e o Mercosul. Esta aproximação foi feita de maneira intensa na Costa Rica que, desde julho, é responsável pela Presidência *pro tempore* do Sistema de Integração Centro-americana (03/06/2009: “Brasil/Costa Rica: Lula espera avances en acuerdo entre Centroamérica y Mercosur”, Infolatam).

O seguinte quadro resume um conjunto de matérias jornalísticas encontradas sobre o tema.

País	Resumo das matérias
<p><b>América Central</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Um dos objetivos que o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva busca em sua excursão de seis dias pelo México e América Central é oferecer cooperação técnica na área de biocombustíveis.</li> <li>- “Nossa intenção é levar a cooperação na área de biocombustíveis porque todos eles (com exceção do México) são importadores de petróleo e poderiam economizar muito”, afirmou Gonçalo Mourão, diretor do Departamento de México, América Central e Caribe do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.</li> <li>- Excursão por Panamá, Honduras, Nicaragua e Jamaica (05/07/2007 “Lula: biocombustibles para A. Central” BBC mundo)</li> </ul>
<p><b>Costa Rica</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O governo da Costa Rica afirmou, no dia 31, que o país receberá ajuda do Brasil para se envolver na produção de biocombustíveis, segundo estabeleceram o presidente Oscar Arias e seu homólogo brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva. Como resultado do encontro dos dois mandatários ontem, Lula prometeu dar apoio técnico e tecnológico para que a Costa Rica comece a gerar biocombustíveis, oportunidade que chega quando o país enfrenta dificuldades para cobrir seus gastos petrolíferos.</li> <li>- Segundo o estipulado, o país sul-americano capacitará os costariquenhos em técnicas agropecuárias para intensificar o cultivo de iúca e mamão, produtos que podem gerar carburantes limpos.</li> <li>- Nas bases do acordo, Lula comentou que a Costa Rica tem capacidade de liderar a “revolução dos biocombustíveis na América Central”. (01/08/2008 “Brasil apoyará a Costa Rica para producir biocombustibles” Xinhua).</li> <li>- Durante viagem à Costa Rica realizada em julho de 2009, Lula anunciou que seu governo incentivará empresas brasileiras produtoras de etanol a se instalem na Costa Rica para que possam vendê-lo sem pagar impostos. (04/06/2009: “Lula desea vender etanol a EE. UU. usando a Costa Rica como puente” - La Nación).</li> </ul>

País	Resumo das matérias
El Salvador	<p>- O presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, chegará amanhã em El Salvador com o objetivo de impulsionar o comércio, os investimentos e a cooperação regional em biocombustíveis, informou hoje uma fonte da "Casa Presidencial" de El Salvador.</p> <p>(28/05/2008 "Lula viajará a El Salvador para tratar cooperación en biocombustibles" Efe)</p>
Guatemala	<p>- O ministro das Finanças da Guatemala Hugo Eduardo Beteta, confirmou o o interesse do Brasil em investir no país para transformá-lo em uma "plataforma" para produção e exportação de etanol a mercados norte-americanos. "É um processo altamente dinâmico", disse. Recebemos visitas de várias delegações brasileiras para explorar alianças (bilaterais)". O interesse brasileiro coincide com um movimento inusitado na América Central que busca o desenvolvimento de fontes alternativas de energia como forma de por fim à total dependência do petróleo estrangeiro.</p> <p>(18/03/2007 "Brasil quiere construir una planta de etanol en Guatemala" Los Tiempos).</p>
Honduras	<p>- O presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, incentivou a produção de etanol durante uma breve visita a Honduras realizada nesta terça-feira e assinou, com seu homólogo hondurenho Manuel Zelaya, vários acordos de cooperação nas áreas agropecuária, sanitária e de assistência social</p> <p>- O presidente sul-americano reiterou a "total disposição" do Brasil em cooperar com a Honduras "em relação ao etanol e ao biodiesel", pois o "desenvolvimento dos biocombustíveis representa uma alternativa de geração de energia imprescindível para o progresso econômico e social" dos países.</p> <p>- O Brasil assinou em março, com o presidente norte-americano George W. Bush, um acordo para priorizar a produção de etanol. Os dois países, que respondem por 70% da produção mundial deste biocombustível, esperam fazer da América Central e Caribe uma plataforma para satisfazer a demanda norte-americana.</p> <p>(08/07/2008 "Promueve Lula en Honduras el desarrollo de biocombustibles" Afp)</p> <p>- A Petrobras ofereceu 50 milhões de dólares ao governo Hondurenho para processar azeites e outros lubrificantes de primeira qualidade</p> <p>(12/05/2009: "Petrobras interesada en invertir en planta procesadora de aceites en Honduras", El Dictamen; 30/03/2009: "Venezuela quiere explorar petróleo en Honduras", La Prensa).</p>

Além disso, o Brasil assinou alguns acordos de cooperação com países da América Central, a respeito de agrocombustíveis. É importante mencionar ao menos três deles. Utilizaremos novamente uma tabela para demonstrar a síntese das matérias jornalísticas que fazem referência a tais acordos.

<b>País</b>	<b>Resumo das Matérias</b>
<b>Costa Rica</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva assinou um acordo com seu colega da Costa Rica, Oscar Arias, para a produção de biodiesel com tecnologia brasileira no país centro-americano.</li> <li>- “O Brasil, nesta associação com a Costa Rica, encontra o modelo que deseja desenvolver em toda América Central”, disse Lula, ao enfatizar o convênio de biocombustíveis em um almoço oferecido a Arias.</li> <li>- Sobre o acordo energético, Lula disse que a Costa Rica tem “todas as condições para liderar a revolução dos biocombustíveis na América Central”, já que possui uma longa tradição no cultivo de cana de açúcar. (31/05/2008 “Presidentes de Brasil y Costa Rica firman acuerdo biocombustibles” Reuters)</li> <li>- Durante a visita de Lula à Costa Rica em junho de 2009, claros avanços para a assinatura de um Acordo de Associação entre a América Central e o Mercosul podem ter sido realizados (03/06/2009: “Brasil/Costa Rica: Lula espera avances en acuerdo entre Centroamérica y Mercosur”).</li> </ul>
<b>El Salvador</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- El Salvador acelera a elaboração de uma lei de biocombustíveis, após os governos de Estados Unidos e Brasil escolherem o país para desenvolver um plano piloto de produção de etanol na América Central, anunciam fontes oficiais.</li> <li>- O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) anunciou na segunda-feira anterior que financiará o projeto de etanol na América Central com a quantia de 300 milhões de dólares, além de assistência técnica. (10/04/2007 “Acelera el Salvador ley de biocombustibles para producir etanol” Notimex)</li> </ul>
<b>Panamá</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O Panamá e o Brasil assinaram um convênio para a produção conjunta de biocombustíveis, principalmente etanol, durante a visita ao país do presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, que concluiu, nesta sexta-feira, uma excursão pela região.</li> <li>- O Panamá poderia destinar 288.000 hectares para a plantação de cana de açúcar, iúca, milho e palmeiras de óleo (dendzeiro) para produzir biocombustíveis com assessoria brasileira, segundo um estudo revelado pelo ministro de agricultura, Guillermo Salazar.</li> <li>- “O Brasil, como principal produtor e exportador de etanol do mundo, planeja utilizar o Panamá como uma plataforma para exportar a outros mercados e acredita que o biocombustível possa ser produzido no país”, declarou recentemente o chanceler Samuel Lewis.</li> <li>- Lewis disse à AFP que o Brasil pretende utilizar a Zona Livre de Colón, principal porto de reexportação da América Latina, como centro para a redistribuição de mercadoria e produtos brasileiros, além de biocombustíveis (08/11/2007 “Panamá y Brasil acuerdan impulsar biocombustibles en cierre de gira de Lula” El periódico de México).</li> </ul>

Parece claro o interesse da Petrobras na América Central, o qual é expressado, fundamentalmente, através de ações do governo brasileiro. Em termos gerais, três aspectos deste interesse podem ser colocados: primeiro, que o istmo é considerado um mercado para os agrocombustíveis (com a ajuda de reformas para que sejam utilizadas misturas nos combustíveis). Na Costa Rica, desde 2006, a estratégia energética nacional inclui entre seus aspectos mais importantes: a reativação agrícola através da produção de agrocombustíveis e da criação de um mercado para estes (Fernández e Arce, 2008). Com este fim, foi criado o Programa Nacional de Biocombustíveis que, desde o mesmo ano, vem executando um plano piloto que consiste na venda de gasolina regular misturada com 8% de etanol. O Plano Piloto abasteceu 66.000 veículos (12% da frota nacional) e funcionou mediante a importação de etanol produzido no Brasil que chegava via Nicarágua e depois era transportado às instalações da RECOPE, para sua mistura, distribuição e comercialização (Fernández e Arce, 2008; RECOPE, 2009).

Este plano serviu como impulso para a venda em escala nacional da gasolina Plus 91 com o objetivo de substituir gradualmente a tradicional gasolina regular. A partir de outubro de 2008 começou-se a vender a gasolina regular misturada, inicialmente, a 7,5% de etanol e o diesel misturado a 5% do mesmo produto. Para 2010, a Comissão Interinstitucional responsável por este programa tem como expectativa que todos os tipos de gasolina vendidos ao consumidor conttenham 10% de etanol, enquanto o diesel 20% de biodiesel (Fernández e Arce, 2008). Para isto, o país deveria investir 484 milhões de dólares em cultivo (cerca de 34% do importe petrolífero nacional).

Se sabe que a Guatemala e a Nicarágua estudam planos semelhantes para integrar gradualmente o etanol a diferentes tipos de gasolina para veículos automotores (González, 2008).

O segundo aspecto deste interesse é o projeto de transformar a região em produtora direta de biomassas (especialmente cana de açúcar) para a geração de agrocombustíveis. Em 2004 a CEPAL apontou que na América Central existem bons níveis de produtividade agrícola e industrial, assim como experiências anteriores na produção de agrocombustíveis. Na Guatemala já existem destilarias de etanol consolidadas pertencentes a vários engenhos públicos e privados com uma produção anual calculada em 203 milhões de litros (MEM, 2009). Na Nicarágua, se estima que a produção seja de cerca de 18 milhões de litros (González, 2008).

Quanto ao biodiesel, a produção hoje encontra-se mais difundida. Na Costa Rica e em Honduras, são produzidos cerca de 50.000 a 55.000 galões por mês, enquanto em

El Salvador, recentemente foi implantado um projeto piloto que tem uma capacidade estimada de 40 litros por dia. Grande parte do biodiesel produzido na região é destinado ao consumo nacional por conta dos altos impostos de entrada nos mercados dos Estados Unidos e da União Européia (que produzem biomassa e agrocombustíveis similares) (González, 2008; CEPAL, 2007).

O Programa Nacional de Biocombustíveis da Costa Rica propôs o desenvolvimento de zonas de cultivo destinadas diretamente à produção de agrocombustíveis. A proposta estima, inicialmente, o cultivo de 10.000 hectares de cana de açúcar para etanol na zona norte do país. A isto se somariam 6.500 hectares de palmeiras de óleo (dendzeiro) nas planícies orientais e na costa do pacífico, além de outros 4.000 hectares de mandioca também ao norte do território costarriquenho (Fernández e Arce, 2008).

Um terceiro aspecto, que consideramos o mais importante, é a intenção de transformar a América Central em uma plataforma para a exportação de etanol brasileiro aos EUA e à União Européia. Durante uma viagem à Costa Rica em junho de 2009, o mesmo presidente Lula da Silva anunciou intenção de incentivar que empresas brasileiras produtoras de etanol se instalem no país a fim de exportar este produto aos Estados Unidos (04/06/2009: “Lula desea vender etanol a EE.UU. usando a Costa Rica como puente”; La Nación). Segundo fontes jornalísticas costarriquenhas, a Liga Agrícola Industrial de Cana de Açúcar (LAICA), ente público estatal encarregado de promover o cultivo de cana de açúcar no país, conseguiu assinar um contrato com uma empresa brasileira. O contrato consistiria na importação, por parte da empresa, de álcool cru ao país, que seria desidratado em usinas estatais para posteriormente destiná-lo, já como etanol, aos Estados Unidos.

Este fato põe em perspectiva certos importantes acontecimentos regionais. Um deles é a obtenção de garantias muito favoráveis ao comércio de agrocombustíveis no âmbito das negociações do Acordo de Associação entre o bloco europeu e os países do Istmo centro-americano. O outro é a licitação regional, fora do Plano Puebla-Panamá, pelo estabelecimento de uma refinaria na região do Istmo, com custo entre 3 mil e 4 mil milhões de dólares. Este último, que acontece no momento em que a Petrobras declara um enorme interesse em realizar atividades de exploração e exportação petrolífera e de gás natural na costa oriental da Guatemala e na Honduras. (08/06/2009: “Empresas brasileñas interesadas en explorar Guatemala”, Prensa Libre; 30/03/2009: “Venezuela quiere explorar petróleo en Honduras”, La Prensa; 12/05/2008: “Petrobras interesada en invertir en planta procesadora de aceites en Honduras”, El Dictamen).

É importante apontar também que este interesse não tem em absoluto um caráter unilateral. Definitivamente, tanto os governos centro-americanos quanto os grupos vinculados à produção de cana estão em grande parte interessados em que este vínculo com a Petrobras, ou com qualquer outra empresa, seja levado a cabo. É claro que os agrocombustíveis são vistos pelos setores econômicos mais importantes como um espaço fresco de acumulação de excedentes e é vendido aos setores rurais mais pobres como uma alternativa viável para sair da pobreza, o que evidentemente é pouco provável por conta da concentração da produção de biomassas nas grandes empresas e por se tratar claramente de uma produção monocultora.

### **Comentários gerais: a Petrobras e a América Central**

- A Petrobras é atualmente uma das empresas energéticas transnacionais mais importantes do mundo. Ainda que sua atividade se concentre fundamentalmente na produção de carburantes fósseis, nos seus últimos planos de negócios e investimentos, os agrocombustíveis já aparecem como tema importante.
- Seguindo esta linha, a Petrobras desenvolve uma estratégia de negócios bastante agressiva e busca se posicionar futuramente como uma das empresas produtoras de agrocombustíveis mais importantes do mundo. É possível enxergar de modo claro este interesse através da estratégia de ampliação e promoção de agrocombustíveis que o Estado Brasileiro está seguindo (como por exemplo, o acordo assinado com os EUA).
- Ainda que atualmente a Petrobras não esteja presente na América Central, é evidente o seu interesse em expandir sua atividade no Istmo. De fato a empresa vem se aproximando de vários governos da região.
- Definitivamente, foi o governo brasileiro, na figura do presidente Lula, o que se mostrou mais ativo em promover a produção de agrocombustíveis na região. Este interesse do sul do continente foi recebido com bons olhos pelos governos do Istmo que, por sua vez, se mostram muito interessados em que investimentos brasileiros sejam aplicados na região. Os casos que melhor evidenciam esta disposição são os da Costa Rica e, especialmente, da Guatemala.
- O interesse da Petrobras e do Brasil, em geral, se deve, basicamente, a três motivos: o primeiro está relacionado ao longo histórico de produção, nestes países centro-americanos, de certas biomassas úteis na geração de agrocombustíveis (principalmente cana de açúcar, mas também milho e palmeira de óleo africana). Isto significa que o processo de produção de agrocombustíveis seria mais fácil ali do que em outras

regiões onde se necessitaria, antes de mais nada, introduzir as práticas produtivas. Se a isto se acrescentar o fato de que, na atualidade, a maioria dos pequenos produtores centro-americanos se encontram em condição de muita pobreza, é evidente que uma proposta como esta seria atrativa tanto para os governos, que a vendem como uma alternativa para escapar da penúria, quanto para os pequenos produtores que enxergam nesta proposta uma solução para o problema.

- O segundo motivo tem a ver com a posição geopolítica e geoeconômica da América Central. Antes de tudo, com a assinatura do DR-CAFTA, o Istmo se transformou em um lugar privilegiado para exportar agrocombustíveis do Brasil aos EUA, pagando poucos impostos. Além disso, com a proximidade com o Canal do Panamá e o provável acordo de livre comércio entre a Costa Rica e a China, existiria a possibilidade de exportar à potência asiática através deste país. Neste sentido, é importante lembrar que, na atualidade, a União Européia está negociando um Acordo de Associação com a América Central e que já se chegou a um consenso sobre o tema dos agrocombustíveis.

- O terceiro motivo está relacionado a um apoio generalizado ao modelo dos agrocombustíveis. É evidente que as empresas que ganhariam mais com a promoção mundial dos agrocombustíveis seriam as que se dedicam ao tema, inclusive a Petrobras. Neste sentido, a criação de um mercado para tais produtos na região centro-americana também seria do interesse da empresa brasileira.

## **Bibliografia**

Fernández, Jimmy e Arce, Randall. Opciones al nuevo entorno energético internacional. Ponencia realizada para el Catorceavo Informe Estado de la Nación. San José: Programa Estado de la Nación.

González, Carlos. (2008). Energía en Centroamérica: requerimientos para el crecimiento económico y una inserción internacional ventajosa. Ponencia realizada para el Tercer Informe Estado de la Región. San José: Programa Estado de la Nación.

MEM. (2009). Informe sobre la producción, precios, exportaciones de etanol. Guatemala: Ministerio de Energía y Minas.

Petrobras (2008a) “Informe Anual 2007”.

Petrobras (2008b) Nota à imprensa da Petrobras “Aprobado el plan estratégico Petrobras 2020 y el plan de negocios 2008-2012” 14/07/2008.

RECOPE. (2009). Plan Piloto de la gasolina regular con etanol en Guanacaste y el Pacífico Central. San José: Refinadora Costarricense de Petróleo.

### **Matérias jornalísticas**

s.f “Álvaro Colom busca acuerdos con Brasil” Efe

18/03/2007 “Brasil quiere construir una planta de etanol en Guatemala” Los Tiempos

10/04/2007 “Acelera el Salvador ley de biocombustibles para producir etanol” Notimex

03/05/2007 Petrobras: Centroamérica es apta para biocombustibles IBLNEWS, Agencias.

05/07/2007 “Lula: biocombustibles para A. Central” BBC mundo

08/11/2007 “Panamá y Brasil acuerdan impulsar biocombustibles en cierre de gira de Lula” El periódico de México

28/05/2008 “Lula viajará a El Salvador para tratar cooperación en biocombustibles” Efe

31/05/2008 “Presidentes de Brasil y Costa Rica firman acuerdo biocombustibles” Reuters

08/07/2008 “Promueve Lula en Honduras el desarrollo de biocombustibles” Afp

01/08/2008 “Brasil apoyará a Costa Rica para producir biocombustibles” Xinhua.

12/05/2008: “Petrobras interesada en invertir en planta procesadora de aceites en Honduras”, El Dictamen.

30/03/2009: “Venezuela quiere explorar petróleo en Honduras”, La Prensa

04/06/2009: “Lula desea vender etanol a EE.UU. usando a Costa Rica como puente”, La Nación.

03/06/2009: “Brasil/Costa Rica: Lula espera avances en acuerdo entre Centroamérica y Mercosur”, Infolatam.

08/06/2009: “Empresas brasileñas interesadas en explorar Guatemala”, Prensa Libre.

**Yasuní cinco anos depois: contribuições e desafios para o controle social e normativo sobre as empresas transnacionais brasileiras**

Julianna Malerba



## Yasuní cinco anos depois: contribuições e desafios para o controle social e normativo sobre as empresas transnacionais brasileiras

Julianna Malerba\*, Rede Brasileira de Justiça Ambiental

Em setembro de 2004, a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), em articulação com movimentos e organizações internacionais, deu início a uma campanha que questionava a iniciativa da Petrobras de prospectar e explorar petróleo no Parque Nacional Yasuní, no Equador.

O Parque Nacional Yasuní, localizado na porção amazônica do território equatoriano, foi declarado Reserva da Biosfera pela UNESCO em 1988 e compreende uma área de significativa relevância ambiental<sup>1</sup>, além de ser território ancestral de povos indígenas da etnia Huaorani.

Dada a centralidade que a exploração hidrocarbonífera representa para a pauta de exportação equatoriana, acordos entre os ministérios de Agricultura, de Energia e Minas possibilitaram o desenvolvimento de atividades petrolíferas no Parque Yasuní, flexibilizando a legislação ambiental unificada do país que em seu artigo 170 proíbe a exploração petrolífera em áreas protegidas, fato que vai na contramão da tendência internacional de garantir políticas de proteção integral em zonas com tais características<sup>2</sup>.

Desde a década de 1990 algumas empresas vêm obtendo concessões para explorar petróleo em áreas do Parque a despeito dos constantes protestos dos Huaorani que, em diversos documentos e através de uma série de ações políticas, relatam permanentes violações de seus direitos culturais econômicos e ambientais decorrentes das atividades de prospecção e extração de petróleo em seu território<sup>3</sup>.

A região do Parque Nacional Yasuní, em que se situa o Bloco 31, onde a Petrobras pretendia explorar petróleo, representa uma das últimas regiões livres de atividades petrolíferas na Amazônia equatoriana, onde, segundo reivindicação dos Huaorani,

\* Mestre em Planejamento Urbano e Regional, técnica do Núcleo Brasil Sustentável/FASE e membro da Rede Brasileira de Justiça Ambiental e da Rede Economia e Feminismo (REF).

email: julianna@fase.org.br

1 Calcula-se que em Yasuní haja mais de 100.000 espécies de insetos por hectare, habitem 173 espécies de mamíferos, 105 de anfíbios, 567 aves e 83 de répteis e protege 10 espécies consideradas em extinção. Conf. OILWATCH. Petrobras em Yasuní. Comentarios al estudio de impacto ambiental del bloque 31. Quito, 2004 (mimeo).

2 Para mais detalhes sobre o processo de flexibilização da proteção ambiental no Parque Nacional Yasuní ver Julianna Malerba e Maria Elena Rodriguez. Extraterritorialidad y derechos humanos: el doble estándar de la Petrobras em Yasuní in LEROY, J e MALERBA, J. Petrobras: integración o explotación? Rio de Janeiro: FASE, 2005. pp 21a 39

3 Em julho de 2005 os Huaorani realizaram uma marcha até Quito, onde entregaram uma carta ao presidente Alfredo Palacio pedindo a saída da Petrobras do Parque Nacional Yasuní. Além disso, em uma série de documentos a Organização da Nacionalidade Huaorani da Amazônia Equatoriana - ONHAE - tem declarado que a exploração petrolífera têm resultado em irreparáveis danos para sua perpetuação sociocultural. Conf. Carta aberta do povo Huarani ao governo de Alfredo Palacio para os povos do Equador e do mundo, pela autodeterminação dos Huaorani e contra a Petrobras no Bloco 31, 2005; Missão de verificação dos Impactos Petrolíferos na Reserva da Biosfera Yasuní / Territorio Huaorani, 2004; Declaração da Associação das Mulheres Huaorani na 4ª sessão do Fórum permanente para questões indígenas da ONU, 2005 disponíveis em [www.justicaambiental.org.br](http://www.justicaambiental.org.br)

4 Pensamento do povo Huaorani para o futuro, 2007 disponível em [www.justicaambiental.org.br](http://www.justicaambiental.org.br)

5 Informe da Missão de verificação dos Impactos Petrolíferos na Reserva da Biosfera Yasuní/Territorio Huaorani, 2004 disponível em [http://www.odg.cat/documents/enprofunditat/Transnacionales\\_espnyoles/maria-mv16.pdf](http://www.odg.cat/documents/enprofunditat/Transnacionales_espnyoles/maria-mv16.pdf)

sua etnia (incluindo os povos Tagaeri, Taromenane e Oñamenane que vivem nessa zona em isolamento voluntário) poderia manter sua autonomia de forma a garantir seu modo de vida e reprodução sociocultural<sup>4</sup>.

Diante disso, organizações indígenas e ambientalistas do Equador iniciaram, no início de 2004, um processo de articulação internacional reivindicando a suspensão da licença, então concedida à Petrobras. Nesse marco, em agosto de 2004, membros da Rede Brasileira de Justiça Ambiental foram convidados a tomar parte em uma missão internacional de verificação, organizada pela sociedade civil do país, para avaliar os impactos ambientais das atividades petrolíferas no interior do Parque.

Os integrantes da missão percorreram as zonas então operadas pelas empresas REP-SOL/YPF, EnCana e os futuros campos da Petrobras no bloco 31. As duas primeiras regiões foram escolhidas por conter elementos suficientes sobre as condições socioambientais da região após a implementação da atividade petrolífera.

O relatório da missão demonstra que essas atividades têm resultado em mudanças estruturais na forma de reprodução das comunidades locais à revelia de seu próprio controle ou escolha<sup>5</sup>. Além de divisões entre as comunidades geradas pelos conflitos decorrentes de uma nova dinâmica no uso do território imposta pela chegada de uma atividade produtiva exógena, inúmeros derrames de petróleo, desmatamentos e contaminações relatados pelas comunidades e verificados *in loco* pelos integrantes da missão tiveram como efeito a violação de uma série de direitos das comunidades locais, em especial os direitos à saúde e à alimentação e à livre determinação.

Retornando ao Brasil, os integrantes da missão deram início a um debate junto aos membros da Rede Brasileira de Justiça Ambiental com foco no risco que as atividades da Petrobras poderiam representar para a garantia dos direitos do povo Huaorani e para a própria conservação da Amazônia equatoriana.

A essa discussão, os membros envolvidos no debate agregaram uma leitura que entendia o desenvolvimento de atividades extrativistas por parte da Petrobras nessa área como a adoção de um duplo padrão de comportamento por parte da empresa, que no Brasil se vê impedida pela legislação em vigor de explorar em Parques Nacionais e em territórios indígenas.

De fato, a legislação brasileira reconhece os riscos e impactos das atividades de exploração petrolífera, e, por essa razão, proíbe esse tipo de atividade em áreas frágeis como Parques Nacionais, considerados como áreas de proteção integral. Em 2003, o

IBAMA impediu a licitação de blocos próximos ao Parque Nacional de Abrolhos na Bahia e, em 2005, negou licença para explorar petróleo em outros blocos que ficam próximos a uma zona considerada de amortecimento desse Parque<sup>6</sup>. Além disso, até este momento (setembro de 2009), não está regulamentada a exploração mineral em terras indígenas. Embora a nossa Constituição permita, em seu art. 231, a exploração mineral em terras indígenas, ela só pode ocorrer com autorização do Congresso Nacional e após consulta às comunidades, às quais deve ser assegurada participação nos resultados. Para que esse processo ocorra é necessário que ele seja regulamentado por lei. As propostas de regulamentação ainda estão em tramitação no Congresso, o que impede o desenvolvimento dessas atividades em territórios indígenas. Apesar disso, o lobby das mineradoras para flexibilizar a legislação ambiental e permitir a exploração mineral em terras indígenas segue forte.

6 Conf. Julianna Malerba e Maria Elena Rodriguez. Op. Cit. p. 28

Preocupados com o comportamento extraterritorial de uma empresa brasileira que, a exemplo da prática de outras empresas transnacionais, aproveitava-se de uma legislação mais permissiva no Equador para iniciar uma atividade de reconhecido impacto socioambiental em territórios que no Brasil se vê impedida de operar, os membros da RBJA, articulados com as iniciativas internacionais de proteção a Yasuní e seus povos, deram início a uma campanha junto à sociedade e ao governo brasileiro. A campanha reivindicava um compromisso público por parte da Petrobras de não desenvolver atividades em territórios indígenas e em áreas de reconhecida fragilidade socioambiental como parques nacionais. Em outras palavras, nos países que possuem uma legislação com uma proteção ao meio ambiente e às populações menos rígida do que no Brasil, propôs-se que a Petrobras adote os parâmetros da legislação brasileira, no que se refere à garantia dos direitos sociais, culturais e ambientais dos grupos diretamente impactados pelas atividades petrolíferas.

Ao longo da campanha, que teve o apoio da Relatoria de Direito Humano ao Meio Ambiente da Plataforma Brasileira dos Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais<sup>7</sup>, as seguintes ações foram implementadas: (i) envio de cartas aos governos brasileiros e equatoriano, (ii) visita da então relatora para Direito Humano ao Meio Ambiente ao Parque Nacional Yasuní, onde realizou uma audiência com os povos indígenas que seriam afetados pelas atividades da empresa, (iii) reuniões com a ouvidoria da empresa, (iv) apresentação no Conselho Nacional de Meio Ambiente de uma moção de recomendação à Petrobras que solicitava à empresa que adotasse voluntariamente o compromisso de não operar em áreas protegidas nos países onde atua, seguindo o que prescreve a legislação brasileira, além de (v) artigos e entrevistas na imprensa nacional

7 Para mais informações sobre o Projeto relatores e as ações das Relatorias Nacionais em Direitos econômicos, sociais e culturais ver [http://www.dhes-brasil.org.br/\\_plataforma/](http://www.dhes-brasil.org.br/_plataforma/)

e internacional e (vi) da publicação, em 2005, pela Rede Brasileira de Justiça Ambiental do livro “Petrobras: explotación o integración?” dando visibilidade a denúncias de movimentos e organizações sul americanas sobre a atuação da empresa nos países do subcontinente, evidenciando publicamente uma série de conflitos socioambientais envolvendo as atividades da Petrobras nos países vizinhos. Tais ações se desenvolveram articuladas às estratégias que outras organizações e movimentos desenvolviam dentro e fora do Equador e à conjuntura política nacional e internacional.

Em 2005, após a deposição do governo de Lucio Gutiérrez no Equador, a licença concedida à Petrobras no ano anterior foi suspensa em função de uma série de irregularidades na construção de um porto no Bloco 31 pela empresa. Apesar das ações de pressão por parte do governo brasileiro, com visitas do ministro Celso Amorim e uma carta do próprio presidente Lula ao presidente do Equador demonstrando sua preocupação com a decisão do Ministério do Ambiente de suspender a licença<sup>8</sup>, somente em 2007, depois de apresentar novos estudos de impacto ambiental considerando os questionamentos feitos pelas organizações equatorianas ao estudo anterior, a Petrobras recebeu nova licença do Ministério do Ambiente para operar no Bloco 31.

Entretanto, meses antes o governo equatoriano havia assumido internacionalmente o compromisso de manter o petróleo represado no Bloco ITT, contíguo ao Bloco 31, como proposta de mitigação às mudanças climáticas e medida de proteção aos grupos indígenas e à biodiversidade. A Petrobras já havia demonstrado interesse em operar o Bloco ITT e apresentou, em parceria com a companhia estatal chinesa Sinopec, proposta ao governo equatoriano no início de 2006<sup>9</sup>. Apesar da autorização legal para retomar as atividades no Bloco 31, a Petrobras não reiniciou as obras que vinha desenvolvendo antes da suspensão da licença.

Ao mesmo tempo, uma série de irregularidades envolvendo a compra, em 2002, de ações da Pecom Energia, que então possuía a concessão dos Blocos 31 e 18, sem autorização do Ministério de Energia e Minas, e a assinatura de um convênio de venda de 40% de participação nessas ações para a companhia japonesa Teikoku Oil, sem que tivesse direito contratual sobre as citadas áreas petrolíferas, fez com que organizações ligadas aos setores sindicais, em 2006, apresentassem ao Ministério de Energia e à Petroequador uma ação de caducidade do contrato com base nos Arts. 74 e 79 da Lei de Hidrocarbonetos. Além disso, estudos do governo apontavam irregularidades na unificação dos poços de petróleo que compunham o Bloco 18, que em 2002, foram considerados como jazidas contínuas. Embora a Pecom houvesse entregue à Petro-

8 Conf. Brasil busca acercamiento con Palacio El Comercio, 17 de agosto de 2005; Canciller de Brasil se reúne con presidente de Palacio. La hora, 16 de agosto de 2005

9 Conf. Petrobras solo quiere el Tiputini del ITT. Hoy, 28 de fevereiro de 2006

bras o campo que supostamente continham blocos compartilhados, o estudo realizado mostrava que as jazidas eram independentes, o que significava que a Petrobras estaria explorando em grande parte um petróleo que legalmente não lhe pertencia. Nesse mesmo período, o governo também iniciou um processo de renegociação dos contratos com todas as empresas de petróleo, visando aumentar a participação do Estado equatoriano na receita das empresas petrolíferas estrangeiras que atuam no país.

Diante desse quadro e em meio a pressões de organizações ambientalistas e de direitos humanos dentro e fora do Brasil, em setembro de 2008, a Petrobras e o governo equatoriano assinaram uma ata de entendimento para devolução do Bloco 31 ao Estado. Em entrevista a *Gazeta Mercantil*, um executivo da empresa afirmou que além das complicações com a renegociação dos contratos e com o processo de caducidade, a sobreposição da área a uma reserva indígena fez com que a companhia temesse pelas complicações sociais e ambientais que poderia vir a ter<sup>10</sup>.

### **Desafios para o controle social sobre as atividades da Petrobras dentro e fora do Brasil**

O histórico da atuação e criação da Petrobras no Brasil remete a uma estratégia estatal de romper com a dependência externa de um recurso considerado estratégico para o desenvolvimento econômico do país. A opção pelo monopólio estatal do mercado de petróleo (que vigorou entre os anos 1953 e 1997) permitiu ao Estado controlar o refino e a distribuição de combustíveis a partir do petróleo importado e acumular capital para investir no desenvolvimento de uma indústria petrolífera própria, capaz de desenvolver tecnologias para buscar e extrair petróleo e gás no território nacional e assim reduzir, a médio prazo, a dependência do país em relação à importação desses recursos.

É assim que, ao longo de sua história, a Petrobras se tornou, para grande parte dos brasileiros, um símbolo de soberania e orgulho nacional. Do anúncio, em 2006, sobre a conquista da auto-suficiência no abastecimento, possibilitando ao país romper com a dependência externa do petróleo à recente descoberta de reservas na ordem de 14 bilhões de barris de petróleo na camada pré-sal a 7 mil metros de profundidade, soma-se o papel de apoio e fomento a múltiplas atividades culturais, sociais e ambientais que a empresa desenvolve de forma agressiva, com um orçamento para esse fim de R\$ 172 milhões de reais em 2007<sup>11</sup>.

10 Conf. Petrobras devolve bloco, mas quer US\$ 250 milhões. *Gazeta Mercantil*, 09 de outubro de 2008

11 Conf. <http://www2.petrobras.com.br/Cultura/ppc/programa/numeros.asp#a01>. A título de comparação, o orçamento total do Ministério da Cultura do Brasil em 2007 foi em torno de R\$ 824 milhões de reais, divididos em 18 programas (além de 4 itens orçamentários referentes a gastos administrativos, cumprimento de sentenças judiciais, serviço da dívida externa e comunicação de governo). O programa com maior dotação orçamentária teve recursos na ordem de R\$126,6 milhões de reais. Conf. <http://www.cultura.gov.br/site/categoria/politicas/gestao-orcamentaria/>

12 Conf. Aline Chaves. O vazamento de óleo da Petrobras na baía de Guanabara e as providências adotadas cinco anos depois. Análise preliminar da efetividade das normas ambientais brasileiras os danos causados à Baía de Guanabara e a impunidade da Petrobras: uma experiência concreta da ausência de efetividade das normas ambientais, 2006 (mimeo)

13 Boletim do Sindipetro Litoral Paulista, Boletim n. 40, 09/01/2007. Conf <http://acpo.org.br/sindipetro/boletimrpb-c40f.htm>

14 O Instituto de Desenvolvimento Ambiental MPF tem uma ACP de nº 2003.34.00.019588-6 ajuizada contra a Petrobras Distribuidora aqui em Brasília, DF por contaminação de lençol freático trazendo graves danos a saúde de populações lindeiras.

15 Conf. Lino Jose de Oliveira Neves e Araci Maria Labiak. A Petrobras e os Arredios do Ita-coai e Jandiatuba: 'Apocalypse Now', em Silêncio. In: Povos Indígenas no Brasil/1984. Centro Ecumênico de Documentação e Informação-CEDI. São Paulo/SP. 1985.

16 Conf. Amazon Watch. A reserva de gás e gasodutos de Urucu ameaça áreas intactas da floresta amazônica brasileira, 2001

17 Conf. Associação Homens do Mar. Manifesto pela Investigação dos Crimes Ocorridos na Baía de Guanabara, 2009 (mimeo) e Comissão Pastoral da Pesca. Denúncia sobre injustiça ambiental relacionada com a indústria petrolífera no Brasil, 2009 (mimeo)

Frente a este cenário, constata-se um relativo silêncio no país sobre os impactos socio-ambientais de suas atividades que, de maneira pouco articulada e com pouca visibilidade, têm sido denunciadas por movimentos ambientalistas e organizações locais diretamente afetadas. São exemplos: as denúncias dos movimentos de pescadores da Baía de Guanabara, que até 2006 ainda esperavam indenização da empresa pelo vazamento de petróleo da refinaria de Duque de Caxias ocorrido em janeiro de 2000 que contaminou a Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, com 1,3 milhão de litros de óleo<sup>12</sup>; os alertas do sindicato dos petroleiros da refinaria Presidente Bernardes de Cubatão/SP (RPBC) sobre os problemas ocupacionais que, com base em estudos realizados pelo Serviço de Saúde Ocupacional da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), apontam que 20% dos trabalhadores da RPBC apresentam indícios de contaminação por benzeno<sup>13</sup>; a ações civis públicas de entidades ambientalistas de Brasília pela contaminação de lençóis freáticos pelos postos da Petrobras distribuidora<sup>14</sup>; as denúncias do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) sobre a estratégia da empresa de distribuir espingardas e munição para seus funcionários para reagirem contra o ataque dos índios isolados da região ao acampamento da companhia no Vale do Javari (AM), na década de 80, quando ainda era permitida a exploração de petróleo em terras indígenas no país<sup>15</sup>; os documentos da Comissão Pastoral da Terra que relatam o bloqueio de igarapés que suprem necessidades de populações ribeirinhas e dezesseis acidentes de derramamento de óleo por empresas ligadas a Petrobras na Amazônia nos quatro primeiros anos de operação do gasoduto Urucu-Coari (AM)<sup>16</sup> e, mais recentemente, denúncias da Comissão Pastoral da Pesca e da Associação Homens do Mar, respectivamente, nas baías de Todos os Santos (BA) e da Guanabara (RJ) sobre as atividades de transporte de combustível e de refino nessas regiões, que têm afetado diretamente as atividades produtivas que constituem fonte de renda dessas comunidades<sup>17</sup>.

No contexto atual de uma política agressiva de investimentos em infra-estrutura e produção de energia, o setor de petróleo e gás tem expandido suas atividades no país. Além de terem sido descobertas reservas de petróleo na camada do pré-sal, cujo marco regulatório está em debate no Congresso Nacional, estão sendo construídas duas refinarias<sup>18</sup>, ampliada a rede de gasodutos e priorizada a prospecção de novos campos de exploração, alguns deles previstos para serem explorados na Amazônia, na bacia sedimentar do Solimões, onde há dezenas de povos indígenas, muitos deles vivendo em isolamento voluntário<sup>19</sup>.

Paralelamente à ampliação das atividades do setor petrolífero nacional (que apesar do fim do monopólio em 1997, segue tendo a Petrobras como o mais importante ator

do setor empresarial), os investimentos externos do Brasil nessa área se ampliaram aceleradamente. Aproveitando a desregulamentação dos mercados energéticos levada a cabo no continente a partir dos anos 1990, a Petrobras lançou-se a um processo de transnacionalização das suas operações no continente sul americano<sup>20</sup> em todos os segmentos de atividades (exploração e produção, refino, transporte, comercialização, petroquímica e geração de energia)<sup>21</sup> com o objetivo de aproveitar a proximidade do mercado brasileiro (maior demandante de energia da América do Sul) e as vantagens dos acordos comerciais existentes.

Ainda que o governo controle as ações que dão direito a voto nas decisões da empresa, a quebra do monopólio seguida da abertura de seu capital a investidores privados em 2000, orientou a Petrobras a buscar acesso a novas reservas fora do país e, a partir de uma visão de mercado, “reduzir os riscos por meio da diversificação de seus ativos”<sup>22</sup> a fim de garantir rentabilidade a seus acionistas. Mais recentemente, a empresa também tem privilegiado a busca pelo acesso a novos mercados, com destaque para exportação de agrocombustíveis.

Ao expandir suas atividades para a América do Sul, a Petrobras se tornou um importante ator político e econômico na região. Pelos laços de interdependência que cria entre o Brasil e os países vizinhos e pelo seu papel no processo de aproveitamento compartilhado dos recursos energéticos, a sua atuação como empresa controlada pela União e orientada tanto pela busca de rentabilidade quanto pelo papel que exerce como agente da política externa brasileira adquire uma relevante dimensão política.

Na América Central, o governo brasileiro vê na possibilidade de promover a produção de agrocombustíveis uma estratégia para ampliar a influência do Brasil na região e, ao mesmo tempo, garantir à Petrobras a expansão para novos mercados que inclui os Estados Unidos, com quem esses países mantêm acordos comerciais, facilitando, portanto, a entrada do etanol brasileiro no mercado norte americano com menores tarifas comerciais<sup>23</sup>.

Na Bolívia, durante o processo de nacionalização do petróleo e gás, a despeito da declaração de executivos da Petrobras de que os investimentos na companhia no país seriam cancelados em resposta às reações da imprensa brasileira contra o governo boliviano acusado de expropriar o capital da companhia no país e causar injustas perdas financeiras<sup>24</sup>, a Petrobras, sob orientação do governo brasileiro que publicamente contradisse as declarações da empresa, aceitou negociar as condições da nacionalização, tentando conciliar os interesses empresariais às estratégias da política externa

18 O Brasil tem hoje duas refinarias em construção. Uma em Pernambuco, em parceria com a venezuelana PDVSA, que terá capacidade para 200 mil barris de petróleo por dia e outra, no Rio de Janeiro, que está sendo projetada para ser um misto de refinaria e pólo petroquímico e vai transformar petróleo pesado da Bacia de Campos em matéria-prima para a indústria de plásticos. Em maio de 2008 foi anunciada uma terceira refinaria no Maranhão. [http://www.eln.gov.br/opencms/opencms/modulos/noticia/noticia\\_0133.html?uri=/modulos/home\\_noticias.html](http://www.eln.gov.br/opencms/opencms/modulos/noticia/noticia_0133.html?uri=/modulos/home_noticias.html)

19 Há no Brasil 15 povos indígenas em isolamento voluntário cuja existência já foi comprovada pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Todos eles vivem na Amazônia, mesma região onde a Funai registrou o relato da presença de outros 28 povos ainda não-contactados. Conf. <http://www.cedefes.org.br/new/index.php?conteudo=materias/index&secao=1&tema=15&matéria=2121>

20 A Petrobras atualmente opera nos seguintes países sul americanos: Argentina, Bolívia, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

21 Na Argentina a Petrobras está entre as três empresas que detém maior controle das reservas de petróleo e gás no país, possui 25% do mercado de naftas, com 2 refinarias e participação de 50% em uma terceira, é considerada umas das principais petroquímicas, detém 6,5% da geração elétrica da central Genelba e as hidrelétricas Piedra del Aguila e Pichi Picun Leufu, antes de vender a Enarsa em 2007,

controlava 25% do transporte de eletricidade do país e tem participação na Transportadora Gás del Sur e na distribuidora Edesur. Em 2005, comprou parte dos ativos da Shell, obtendo assim operações na Colômbia, Paraguai e Uruguai, sobretudo no que se refere a distribuição de gás. No Equador, além de ter adquirido dois blocos de exploração e produção depois de ter comprado a Perez Companc em 2002, a empresa é uma das proprietárias do OCP (oleoduto de Crudos Pesados) que atravessa parte do país para transportar o petróleo extraído da Amazônia equatoriana. Na Bolívia a empresa opera nas duas maiores reservas de gás e no Peru e na Venezuela, além de explorar reservas de petróleo, tem acordos com os governos locais para construção, em parceria com os estados, de refinarias e petroquímicas. Conf. em Diego Mansilla. Petroleras estatales en América Latina: entre a transnacionalización y la integración. 2008

22 Beatriz Cardoso. "Internacionalização planejada". In: Conjununtura Econômica, julho de 2004.

23 Andres Leon e Alonso Ramirez. Petrobras na America Central. O caso dos agrocombustíveis, nesta publicação.

24 Diário do Nordeste, 07 maio 2006, p. 3 e O Povo, 07 maio 2006, p.6, Miriam Leitão. O segundo golpe. Globo, 15 de setembro de 2006.

25 Diego Mansilla. Op. Cit. 2008

26 Hernan Sacandizzo e Laura Calderon. La gris estela de Petrobras en Argentina. Leroy, J e Malerba, J. Op. Cit. P. 55 a 68

brasileira de consolidar o papel de liderança que o Brasil busca construir para si no processo de integração sul americano.

Na Argentina, entretanto, onde a Petrobras explora 60% das reservas de petróleo e 83% das reservas de gás, entre 2003 e 2006 houve uma redução de 30% das reservas de petróleo. Nesse mesmo período, dados da Secretaria de Energia informam que a empresa perfurou 256 poços de exploração (em jazidas comprovadas) e apenas cinco poços pioneiros (para buscar novas reservas). Isso significa que, apesar de aumentar sua produção na Argentina, nesse período a Petrobras não realizou nenhum investimento de risco que pudesse garantir o abastecimento futuro, limitando-se a extrair de reservas que já haviam sido descobertas anteriormente pela empresa estatal argentina<sup>25</sup>.

Em 2003, a Petrobras aderiu ao Pacto Global das Nações Unidas, um acordo internacional voluntário onde as partes se comprometem a garantir o respeito a nove princípios relativos aos Direitos Humanos sobre condições de trabalho e meio ambiente. Entretanto, na Argentina os trabalhadores da empresa na região de Baia Blanca, onde a Petrobras mantém uma refinaria, têm denunciado políticas de flexibilização trabalhista e terceirização e a estratégia da empresa em construir aceitação pública e diluir as resistências locais por meio de investimentos em responsabilidade social que incluem desde a pintura da escola das localidades e cursos para professores até patrocínios a associações desportivas e restauração de prédios públicos<sup>26</sup>.

No Equador, a devolução do bloco 31 ao Estado foi realizada pela empresa depois que o governo equatoriano se comprometeu em utilizar o oleoduto privado OCP, sob o qual a Petrobras é uma das empresas que detém o controle e a propriedade, para transportar 70 mil barris de petróleo diários extraídos pela Petroequador com uma tarifa de US\$ 1,51 o barril que, se transportados pelo oleoduto estatal, custaria US\$ 0,70<sup>27</sup>. O acordo foi estabelecido a título de indenização pelos investimentos realizados pela companhia que exigia do Estado US\$ 250 milhões como compensação pelos estudos de sísmica e perfuração de blocos.

Uma das principais dificuldades para o controle social e normativo de empresas transnacionais reside na enorme debilidade do sistema jurídico internacional em articular sistemas universais de proteção de direitos humanos que submetam as normas que organizam as atividades econômicas no plano global. Com a globalização, "o Estado deixa de ser protagonista central da produção legislativa e o pluralismo jurídico global se consolida como expressão de uma legalidade supra estatal, formal e informal, baseada nas instituições e agentes econômicos dominantes"<sup>28</sup>. Nesse quadro, o direito

comercial global assegura, através de acordos regionais e bilaterais de investimentos e de normas estabelecidas pela Organização Mundial do Comercio (OMC), um arcabouço jurídico que garante a segurança contratual das operações econômicas a nível internacional. Nesse processo, o direito público é substituído pelas normas privadas e a lógica legislativa pela lógica contratual. A capacidade normativa do Estado e seu papel intervencionista se vêem subordinados a instituições supranacionais, cujo ordenamento jurídico é construído sem controle democrático. Como parte desse cenário, as ações de flexibilização por meio das privatizações, das desregulamentações e da redução de políticas públicas funcionam como mecanismos da imposição das condições contratuais mais favoráveis ao capital e faz com que, cada vez mais, os estados se dediquem a manter a lógica mercantil ao invés de regular os agentes econômicos<sup>29</sup>.

Frente a isso, o sistema internacional de Direitos Humanos não é capaz de impedir ou neutralizar a força do direito comercial global que, embora estabeleça que as atividades econômicas no plano global não possam se submeter a tratamentos especiais ou discriminações aparentes, em meio a uma economia globalizada opera sob relações de força desiguais e assimétricas. Ainda que as empresas estejam obrigadas a respeitar as normas e princípios reconhecidos pelas Nações Unidas como o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos ou a Declaração da Organização Internacional do Trabalho seu caráter vinculante, muitas vezes, fica sob a dependência da ratificação dos Estados que, a exemplo da não adesão aos convênios sobre liberdade sindical pela China, não tende a sofrer significativas pressões internacionais<sup>30</sup>. Já a não adesão às regras de comércio internacional por parte de um país é praticamente impensável, na medida em que resulta em pressões políticas, mecanismos coercitivos e sanções com implicações econômicas de graves conseqüências para os países periféricos.

Em meio às críticas e denúncias sobre os impactos negativos de suas atividades, a partir da década de 1990, pressionadas pela sociedade civil, as empresas começaram a adotar, de forma voluntária, códigos de ética e conduta incorporados em seus discursos como ações de responsabilidade social. Em que pese a importância dessas iniciativas, a adoção de ações voluntárias além de ser insuficiente porque carece de mecanismos de monitoramento, muitas vezes serve como instrumento de cooptação, de construção de aceitação pública e de omissão das empresas diante da garantia dos direitos dos grupos diretamente afetados por suas atividades.

Se, de um lado, a garantia dos contratos e investimentos é assegurada por um arcabouço normativo internacional por meio de tribunais arbitrais, de cláusulas sobre indenizações, compensações por perdas e outros princípios que asseguram a garantia

27 Alexandra Almeida. Petrobras no Equador, nesta publicação.

28 Juan Hernandez Zubizarreta. El derecho comercial global frente al derecho internacional de los derechos humanos, 2009 (mimeo) p.1

29 Idem. p.1-2 e Ana Garcia e Alessandro Biazzi. Política externa, identidade nacional e interesses privados: o papel das empresas transnacionais brasileiras na América do Sul, apresentado na Conferência Internacional Conjunta ABRI-ISA "Diversidade e Desigualdade na Política Mundial" – Rio de Janeiro 22, 23 e 24 de Julho de 2009.

30 Freedom House. Freedom of Association under threat. The new authoritarians offensive against civil society. 2008. [http://www.freedomhouse.org/uploads/2008\\_11\\_14\\_FOA\\_Report.pdf](http://www.freedomhouse.org/uploads/2008_11_14_FOA_Report.pdf)

dos investimentos, o respeito aos direitos humanos fica submetido à voluntariedade, à unilateralidade, à auto-regulação por meio da responsabilidade social corporativa.

A esse quadro, soma-se a construção de uma retórica pelo pensamento hegemônico que naturaliza o mercado como um mecanismo que produz em abstrato a alocação mais eficiente dos recursos quando, de fato, ele é um campo de forças concreto, onde se desenvolve a luta econômica. Essa concepção incorporada pelo senso comum re-produz de maneira acrítica as condições impostas no mercado pelos que nele tem maior força política. Assim, medidas de desregulação que destroem direitos que diminuíam a assimetria e a desproporção de poder entre capital e trabalho passam a ser defendidas publicamente como condição para garantir aos países maior competitividade e atração de investimentos supostamente necessários ao desenvolvimento.

Acsehrad, citando Paul Krugman afirma que “entre 1973 e 1990, os EUA, o Japão e países europeus elevaram seus respectivos padrões de vida através do simples crescimento da produtividade doméstica e não do aumento da mesma em relação à dos demais países”, o que aponta que tenha sido a dinâmica interna o fundamento central do crescimento econômico dessas nações<sup>31</sup>.

Assim, a força que adquire nos países da região o discurso em defesa da inserção competitiva do Brasil na esfera global contribui para a construção de um consenso em torno da defesa de uma política agressiva de investimentos externos, identificada com o que seria um suposto “interesse nacional” e, muitas vezes, contraditória com o reconhecimento no discurso dos governos da assimetria existente entre os países e o compromisso com sua redução por meio da construção de uma política comum que priorize a complementariedade e a solidariedade.

### **Contribuições da campanha Yasuní para o avanço da luta por direitos**

Durante toda a campanha contra a exploração de petróleo pela Petrobras em Yasuní, os argumentos assumidos pelas organizações e movimentos envolvidos centraram-se no repúdio à adoção de um duplo padrão de comportamento pela empresa que, no seu país de origem, se vê impedida de explorar petróleo em Parques Nacionais ou em territórios indígenas.

Essa estratégia argumentativa tinha como objetivo intensificar um debate público em que a Rede Brasileira de Justiça Ambiental já vinha investindo, desde 2003, sobre a forma como a globalização, através da deslocalização e da flexibilização, redefine as condições da luta por direito e, ao mesmo tempo, fortalecer ações políticas que se contrapõem a esse processo.

31 Henri Acsehrad. A competitividade retórica. p. 2 (mimeo)

As crises econômicas aliadas às ideologias de liberalização da economia e desregulação fizeram emergir com força um discurso de aceitação dos custos ambientais como alternativa a manutenção de postos de trabalho e geração de divisas. A partir dos anos 1990, à essa “chantagem do desemprego” somou-se a “chantagem da localização”. A revolução tecnológica aliada a um processo de desindustrialização, desemprego estrutural, austeridade fiscal e declínio dos poderes do Estado no controle do fluxo monetário internacional fez com que os investimentos tomassem, cada vez mais, a forma de uma negociação entre o capital financeiro internacional e os poderes locais, os quais passam a fazer o máximo para adequar suas atividades aos interesses do desenvolvimento capitalista na busca por geração de divisas e empregos<sup>32</sup>. Esses fatores geram um movimento onde se potencializa a força política dos capitais de interferirem nas regulações ambientais e trabalhistas por meio da eminente ameaça de deslocamento para regiões que lhes ofereça melhores vantagens.

Assim, a correlação de forças entre o capital e os atores sociais passa a ser pautada pelo “diferencial da mobilidade”<sup>33</sup> com uma clara desvantagem para os governos locais e movimentos sociais que, menos móveis, passam a ter menor poder de barganha em relação às grandes empresas. E acabam por ser responsabilizados pela perda dos postos de trabalho quando da saída de investimentos de seus territórios em função do estabelecimento de exigências trabalhistas e/ou ambientais.

Atentos a essa dinâmica, que tende a aumentar a desigualdade de acesso aos recursos naturais pela facilidade de transferir riscos para locais onde os grupos sociais encontram-se menos mobilizados ou sob proteção de leis menos rígidas, os membros da Rede Brasileira de Justiça Ambiental vinham investindo no fortalecimento de ações que construíssem estratégias de resistência integradas que impeçam a tentativa<sup>34</sup>, por parte das empresas, de exportação de riscos e de desregulação social e ambiental.

No momento em que foi discutida a denúncia sobre os riscos que as atividades da Petrobras representavam para a conservação da biodiversidade e para a autodeterminação dos povos indígenas que habitam o Parque Nacional Yasuní, os membros da RBJA compreenderam que garantir o cumprimento pelas multinacionais brasileiras – especialmente aquelas controladas pelo Estado – de padrões de extraterritorialidade que observem o respeito aos direitos humanos se inscrevia na mesma dinâmica de resistência à deslocalização e à flexibilização que vinham investindo.

Isso porque parte do processo de fragilização das lutas sociais e do controle social sobre as empresas (permanentemente reforçados pela força que adquire o direito co-

32 Para uma análise das transformações na administração urbana em direção a uma dependência dos poderes locais em relação ao capital financeiro internacional ver David Harvey. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio, 1996.

33 Henri Acselrad. Justiça Ambiental: há algo de novo que justifique a Rede? 2002 e Henri Acselrad, Cecilia Campello do Amaral Mello. O que é Justiça Ambiental, 2009

34 Julianna Malerba. Novas alianças para uma nova estratégia no embate capital-trabalho. Revista Crítica Social, n. 06 agosto/Outubro de 2005. pp77-85.

mercial global, os discursos de responsabilidade corporativa e o consenso em torno do discurso em defesa do crescimento econômico através da inserção competitiva dos países no mercado global) inclui o estabelecimento das empresas em áreas com regulações mais permissivas, permitindo a essas atuarem sob padrões menos rígidos de produção e de respeito aos direitos.

Assim, para os membros da RBJA investir em uma campanha que exija que as empresas elevem seu padrão de atuação em todos os territórios onde desenvolvem atividades, tendo como referência os princípios mais rígidos de respeito aos direitos e de proteção ambiental que orientam a legislação de seu país de origem, significa recolocar os termos do debate que hoje norteia a tomada de decisões no campo político e econômico, fazendo com que o respeito aos direitos humanos e ao meio ambiente ganhe centralidade nos processos decisórios.

Por isso, as organizações envolvidas na campanha apostavam na importância de não apenas garantir que a empresa desistisse de operar em Yasuní, mas que sua saída se desse a partir do compromisso público de não explorar petróleo em áreas de proteção ambiental e territórios indígenas. Se assumido publicamente, esse compromisso abriria um precedente importante para a luta pela conservação da Amazônia e para o respeito aos direitos territoriais dos povos que lá vivem, que teriam no reconhecimento da empresa e do governo brasileiro um argumento importante para a sua demanda em manter a zona livre de atividade extrativista pela ameaça que representa à sua sociobiodiversidade.

Sob essa mesma perspectiva, durante a campanha, as organizações equatorianas lançaram uma proposta de moratória à exploração petrolífera no Parque sob o argumento de que essa iniciativa representaria um compromisso com sua conservação e com os direitos das populações que lá vivem, além de contribuir com a mitigação às mudanças climáticas pela diminuição da queima de combustíveis fósseis que essa opção resultaria<sup>35</sup>. Os movimentos equatorianos conseguiram acumular forças em torno da proposta, de forma a fazer com que ela fosse assumida publicamente pelo governo de Rafael Corrêa em 2007<sup>36</sup>.

35 Alberto Acosta, Eduardo Gudynas, Esperanza Martines, Joseph Vogel. Dejar el crudo em tierra o la búsqueda del paraíso perdido. Elementos para una propuesta política y económica para la iniciativa de no explotación del crudo del ITT. 2009 (mimeo)

36 El presidente Corea reitera el llamado a la comunidad internacional para que compense por no explotación petrolero de la Reserva de Biosfera Yasuní. 06 de junho de 2007 <http://www.altercom.org>

No Brasil, os membros da RBJA enviaram ao governo brasileiro uma carta solicitando apoio público à iniciativa equatoriana. Tanto a defesa de moratória à exploração de petróleo no Parque quanto à reivindicação de que a Petrobras adote o compromisso de não explorar petróleo em áreas protegidas e territórios de povos originários têm como fundamento ético a garantia de direitos e a reivindicação de que sua defesa

orientar a implementação de todas as políticas, inclusive econômicas, por meio de processos que tenham na democracia e na promoção da equidade seu horizonte.

Apesar de representar uma vitória a saída da Petrobras de Yasuní, no Brasil, a reivindicação de que a empresa assuma, em suas atividades extraterritoriais, o compromisso de não explorar em áreas protegidas e territórios indígenas segue sendo uma demanda dos movimentos sociais que, ao longo desses cinco anos, têm apoiado a campanha e temem pela ameaça que as operações da Petrobras representam para outras áreas protegidas no Peru e na Bolívia. Na região do rio Yurúa, no Peru, próximo à fronteira com o Brasil, a empresa pretende iniciar atividades em um lote sobreposto a territórios de comunidades nativas (inclusive de povos indígenas em isolamento voluntário) e na Zona Intangível e de Proteção Integral de Reserva Absoluta, onde vivem os Toromonas, na Bolívia, teve seus contratos renovados recentemente<sup>37</sup>.

No Equador, a proposta de moratória ainda carece de mecanismos institucionais que garantam sua implementação. Isso porque a iniciativa foi assumida pelo governo sob a condição de que os custos econômicos da opção de não explorar o petróleo dessa área fossem compensados pela comunidade internacional através da constituição de um fundo público, cujos recursos seriam investidos em políticas de conservação e proteção de direitos. Apesar do interesse de alguns países como Noruega e Espanha<sup>38</sup> em aportar o fundo, o governo não definiu a forma como administrar, capitalizar, utilizar e controlar socialmente esses recursos.

Além disso, as organizações que defendem a iniciativa criticam a centralidade que o governo tem dado para o fundamento compensatório da proposta, isto é, para o “sacrifício” que representaria ao país, em termos de ingressos econômicos, optar por não explorar o petróleo de Yasuní, condicionando essa opção, portanto, à criação do referido fundo, sobre o qual, tampouco, criou mecanismos normativos. No lugar de condicionar a consolidação da proposta à captação de recursos que a tornem viável, os movimentos defendem que ela deva ser assumida como uma *política pública de Estado* que pode e deve contar com apoio internacional, na medida em que contribui para reversão do quadro de mudanças climáticas, mas que não pode depender disso para ser colocada em prática<sup>39</sup>. Antes de condicionar o compromisso com a conservação e com a garantia de direito às opções econômicas do país, essa perspectiva estabelece que são as políticas econômicas que devem estar subordinadas à proteção ambiental e ao bem estar, apontando como desafio valorar processos socioprodutivos que geram riqueza, mas que são mantidos à margem da visão econômica clássica que orienta as políticas e a adesão pública a elas<sup>40</sup>.

37 Indígenas brasileiros criticam los planes de Petrobras sobre los no contactados. Boletim Famaliá. 09 de setembro de 2008 <http://www.famalia.com.br/boletim/?p=5755> e Campanha Amazônia sem Petróleo. Carta aberta ao presidente da Bolívia. 24 de abril de 2009 <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?boletim=1&lang=PT&cod=38575>

38 Equador: mais adeptos contrários à exploração de petróleo. 24 de agosto de 2007. Agência Envolverde/IPS <http://mercadoetico.terra.com.br/arquivo/equador-pode-abrir-mao-de-explorar-petroleo-na-amaz%C3%B4nia-em-troca-de-compensacao/>

39 Alberto Acosta, Eduardo Gudynas, Esperanza Martines, Joseph Vogel. Dejar el crudo em tierra o la busqueda del paraiso perdido. Op. Cit.

40 Madalegna Leon. Democracia y diversidad economicas: un esbozo de las transformaciones constitucionales. 2008 (mimeo), Nalu Faria e Miriam Nobre. A produção do Viver, 2003, Nalu Faria e Miriam Nobre. Economia Feminista. 2002

Esses limites evidenciam que ainda estão postos uma série de desafios para o fortalecimento de processos que desconstruam a perspectiva economicista de subordinação dos direitos às dinâmicas excludentes dos mercados globalizados.

Ainda assim, em um cenário onde os investimentos de empresas como a Petrobras conectam em uma mesma dinâmica temporal e espacial cidades e localidades como Rio de Janeiro, Quito e Yasuní, tais ações de resistência têm mostrado como cresce a escala de interatividade entre as práticas presentes nos territórios projetadas a nível global.

Nesse contexto, as lutas sociais que reivindicam, de forma articulada, a garantia de direitos através da disputa no espaço da representação do que seria ambientalmente benigno e socialmente justo no que se refere às formas de apropriação dos territórios pelos diferentes atores sociais, tem relacionado o particular ao universal e ampliado a possibilidade de produzir uma alteração no campo das representações dominantes sobre os modelos de desenvolvimento a nível planetário, fortalecendo a garantia dos direitos em face a seguridade jurídica dos investimentos econômicos.

## Bibliografia

ACSELRAD, Henri: A competitividade retórica (mimeo) s/d

ACSELRAD, Henri: Justiça Ambiental: há algo de novo que justifique a Rede? , 2002 (mimeo)

\_\_\_\_\_, MELLO, Cecilia Campelo do Amaral, BEZERRA, Gustavo das Neves: O que é Justiça Ambiental. Rio de Janeiro: Garamond, 2009

ACOSTA, Alberto, GUDYNAS, Eduardo, MARTINEZ, Esperanza, VOGEL, Joseph: Dejar el crudo em tierra o la busqueda del paraiso perdido. Elementos para uma proposta politica y econômica para la iniciativa de no explotación del crudo del ITT. 2009 (mimeo)

ALMEIDA, Alexandra: Petrobras no Equador, nesta publicação.

AMAZON WATCH: A reserva de gás e gasodutos de Urucu ameaça áreas intactas da floresta amazônica brasileira, 2001

CARDOSO, Beatriz: Internacionalização planejada. Conjuntura Econômica, julho de 2004.

CHAVES, Aline: O vazamento de óleo da Petrobras na baía de Guanabara e as pro-

vidências adotadas cinco anos depois. Análise preliminar da efetividade das normas ambientais brasileiras os danos causados à Baía de Guanabara e a impunidade da Petrobras: uma experiência concreta da ausência de efetividade das normas ambientais. 2006 (mimeo)

FARIA, Nalu e NOBRE Mirian. Economia Feminista. São Paulo: SOF, 2002

\_\_\_\_\_. A produção do Viver. São Paulo: SOF, 2003

FREEDON HOUSE: Freedom of Association under theath. The new authoritarians offensive against civil society. 2008. [http://www.freedomhouse.org/uploads/2008\\_11\\_14\\_FOA\\_Report.pdf](http://www.freedomhouse.org/uploads/2008_11_14_FOA_Report.pdf)

GARCIA Ana/ BIAZZI Alessandro: Política externa, identidade nacional e interesses privados: o papel das empresas transnacionais brasileiras na América do Sul. Conferência Internacional ABRI-ISA “Diversidade e Desigualdade na Política Mundial” – Rio de Janeiro 22, 23 e 24 de Julho de 2009

HARVEY. David: Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. Espaços e Debates, n. 39, pp 48 – 63,1996.

LEON Andres e RAMIREZ. Alonso. Petrobras na America Central: o caso do agro-combustíveis, nesta publicação.

LEON, Madalegna: Democracia y diversidad economicas: un esbozo de las transformaciones constitucionales. 2008 (mimeo)

LEROY, Jean Pierre: Que integração regional? Janeiro de 2007 (mimeo)

LEROY, J e MALERBA, J. Petrobras: integración o explotación? Rio de Janeiro: FASE, 2005. pp 21a 39

MALERBA Julianna Novas alianças para uma nova estratégia no embate capital-trabalho. Revista Critica Social, n. 06 agosto/Outubro de 2005. pp77-85.

MALERBA Julianna e RODRIGUEZ Maria Elena. Extraterritorialidad y derechos humanos: el doble estándar de la Petrobras em Yasuní in LEROY, J e MALERBA, J. Petrobras: integración o explotación? Rio de Janeiro: FASE, 2005. pp 21a 39

MANSILLA, Diego: Petroleras estatales en América Latina: entre a transnacionalización y la integración. 2008

NEVES, Lino Jose de Oliveira e LABIAK, Araci Maria. A Petrobras e os Arredios do Itacoai e Jandiatuba: 'Apocalypse Now', em Silêncio. Povos Indígenas no Brasil/1984. Centro Ecumênico de Documentação e Informação-CEDI. São Paulo/SP. 1985.

OILWATCH. Petrobras em Yasuní. Comentarios al estudio de impacto ambiental del bloque 31. Quito, 2004 (mimeo).

SACANDIZZO, Hernan e CALDERON, Laura: La gris estela de Petrobras en Argentina. LEROY, J e MALERBA, J. Petrobras: integración o explotación? Rio de Janeiro: FASE, 2005. p. 55 a 68

ZUBIZARRETA, Juan Hernandez: El derecho comercial global frente al derecho internacional de los derechos humanos, 2009 (mimeo) p.1

### **Documentos**

Informe da Missão de verificação dos Impactos Petroleiros na Reserva da Biosfera Yasuní / Territorio Huaorani, 2004 disponível em

[http://www.odg.cat/documents/enprofunditat/Transnacionals\\_espanyoles/maria-mv16.pdf](http://www.odg.cat/documents/enprofunditat/Transnacionals_espanyoles/maria-mv16.pdf)

Carta aberta do povo Huarani ao governo de Alfredo Palacio para os povos do Equador e do mundo, pela autodeterminação dos Huaorani e contra a Petrobras no Bloco 31, 2005; disponível em [www.justicaambiental.org.br](http://www.justicaambiental.org.br)

Declaração da Associação das Mulheres Huaorani na 4ª sessão do Forum permanente para questões indígenas da ONU, 2005, disponível em [www.justicaambiental.org.br](http://www.justicaambiental.org.br)

Pensamento do povo Huaorani para o futuro, 2007 disponível em [www.justicaambiental.org.br](http://www.justicaambiental.org.br)

Carta aberta ao presidente da Bolívia. Campanha Amazônia sem petróleo. 24 de abril de 2009 <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?boletim=1&lang=PT&cod=38575>

Manifesto pela Investigação dos Crimes Ocorridos na Baía de Guanabara. Associação Homens do Mar, 2009 (mimeo)

Denúncia sobre injustiça ambiental relacionada com a indústria petrolífera no Brasil, Comissão Pastoral da Pesca, 2009 (mimeo)

## Periódicos

Brasil busca acercamiento con Palacio El Comercio, 17 de agosto de 2005

Canciller de Brasil se reúne con presidente de Palacio. La hora, 16 de agosto de 2005

Petrobras solo quiere el Tiputini del ITT. Hoy, 28 de fevereiro de 2006

Diário do Nordeste, 07 maio 2006, p. 3

O Povo, 07 maio 2006, p.6

O segundo golpe. Globo, 15 de setembro de 2006

Relatório da USP aponta: 20% dos trabalhadores da RPBC podem estar contaminados. Boletim do sindipetro litoral paulista, n. 40, 09 de janeiro de 2007. Disponível em <http://acpo.org.br/sindipetro/boletimrpb40f.htm>

El presidente Corea reitera el llamado a la comunidad internacional para que compense por no explotación petróleo de la Reserva de Biosfera Yasuní. Altercom. 06 de junho de 2007

Equador: mais adeptos contrários à exploração de petróleo. 24 de agosto de 2007.

Agencia Envolverde/IPS <http://mercadoetico.terra.com.br/arquivo/equador-pode-abrir-mao-de-explorar-petroleo-na-amaz%C3%B4nia-em-troca-de-compensacao/>

Indígenas brasileiros criticam los planes de Petrobras sobre los no contactados Boletim famaliá. 09 de setembro de 2008 <http://www.famalia.com.br/boletim/?p=5755>

Petrobras devolve bloco, mas quer US\$ 250 milhões. Gazeta Mercantil, 09 de outubro de 2008

Chance de Ouro. Revista Isto é. 9 de setembro de 2009, ano 32, n. 2078

## Paginas web

<http://www2.petrobras.com.br/Cultura/ppc/programa/numeros.asp> <http://www.cultura.gov.br/site/categoria/politicas/gestao-orcamentaria/>

[http://www.eln.gov.br/opencms/opencms/modulos/noticia/noticia\\_0133.html](http://www.eln.gov.br/opencms/opencms/modulos/noticia/noticia_0133.html)  
[luri=/modulos/home\\_noticias.html](http://www.eln.gov.br/opencms/opencms/modulos/home_noticias.html)

<http://www.cedefes.org.br/new/index.phpconteudo=materias/index&secao=1&tema=15&materia=2121>

[www.altercom.org](http://www.altercom.org)

**Brasil e o petróleo: neocolonialismo  
e uma festa para poucos**

Ronaldo Tamberlini Pagotto



## Brasil e o petróleo: neocolonialismo e uma festa para poucos

Ronaldo Tamberlini Pagotto\*, Consulta Popular

### Introdução

O petróleo é a principal fonte de energia e uma das três matérias primas mais importantes<sup>1</sup> da economia moderna. A retirada das entranhas da terra dessa matéria prima trouxe não só desenvolvimento, mas também tristeza, roubo e muito sangue. O óleo negro talvez seja um dos principais motivos desencadeadores de guerras, e o controle sobre a tríade produção–fornecimento–preço é indissociável do domínio geopolítico do planeta<sup>2</sup>.

No Brasil, a recente confirmação de enormes jazidas na camada do pré-sal nos coloca diante de uma oportunidade diferenciada para enfrentarmos os problemas sociais e econômicos da atualidade. E isso nos remete a um desafio: como o povo pode se apropriar dessa riqueza? A pergunta central é: como trabalhar um tema complexo, motivo de intensas disputas e organizar o povo para lutar para que essa riqueza, que é sua, seja utilizada em benefício da maioria e não como mais um capítulo da história de rapina e colonialismo?

### O petróleo hoje

Hoje, o tema exige a compreensão de pelo menos sete aspectos combinados. São eles:

1. *Oferta em declínio*: A descoberta de novas jazidas vem se estabilizando, enquanto o consumo cresce<sup>3</sup>. O aumento da produção no último período se deve mais às inovações tecnológicas (que permitem reavaliar a capacidade de produção e dimensão dos poços) do que pelo aumento da capacidade de produzir em cada poço.

2. *Demanda crescente*: O consumo continua a crescer, impulsionado, em especial, pelos seguintes fatores: a crescente urbanização, a intensificação da motorização mo-

\* Formado em direito. Militante da Consulta Popular. ronaldopagotto@yahoo.com.br

1 Juntamente com o ferro e o carvão

2 Igor Fuser, página 14.

3 Os países membros da OPEP reduziram drasticamente as atividades de exploração nos últimos 30 anos, Fuser, pg 14.

vida a petróleo, o crescimento vegetativo das populações no mundo, a ampliação da indústria dependente do petróleo, o crescimento acelerado das grandes economias semi-periféricas (como China e Índia) e a substituição de outras fontes de energia pelo petróleo (como é o caso da indústria termoelétrica, baseada no carvão). Tudo isso configura o padrão civilizatório imposto pelos Estados Unidos e Europa ao restante do mundo, cujos efeitos geram contradições para os próprios proponentes.

3. Recurso finito: Há questionamentos sobre esse debate. Existem afirmações de que a perspectiva para duração do recurso é de mais cinco décadas, enquanto outras argumentam que a especulação em torno da finitude do recurso é parte da estratégia de grupos econômicos, que tirariam vantagens dos altos preços elevados pelo desespero por um suposto fim do produto a curto e médio prazo, usando-o também como justificativa para as intervenções militares.

4. Base da economia: Sua importância na economia moderna é estratégica. A idéia central da globalização é o intercâmbio efetivo em todo o mundo, interligado por uma rede de comércio internacional abastecido pelo petróleo. Um colapso no fornecimento<sup>4</sup> desta matéria-prima arrastaria consigo a economia para uma crise sem precedentes, pois ela é base de uma indústria ampla, que envolve quase toda a cadeia produtiva mundial.

5. Custo de produção viável: Com um custo de produção relativamente baixo, o alto preço do petróleo no mercado internacional aumenta o lucro das empresas petroleiras a níveis insustentáveis.

6. Consumo concentrado e dependente: há um enorme desequilíbrio entre os grandes consumidores e os grandes produtores. Somente dois países do grupo dos grandes consumidores são auto-suficientes: Canadá e Inglaterra. Todos os demais são dependentes, e suas economias vivem sob a ameaça de corte do fornecimento e aumento dos preços. Essa dependência impulsiona estratégias econômicas e militares e, conseqüentemente, guerras. Como o Oriente Médio é detentor de 61% das reservas do mundo, fica fácil compreender o histórico de instabilidade política da região, sempre alvo dos interesses das potências dependentes.

7. Dinâmica dos preços: podemos afirmar que o período dos baixos preços do petróleo é parte do passado e que não há volta, assim como o controle dos preços pelos grandes consumidores. Os EUA foram os definidores do setor, garantindo seu controle, e tentaram, como fiadores militares do fornecimento de petróleo a preço baixo, manter essa lógica de fornecimento e preço. Mas a crise econômica da década de 1970, agravada

4 Os conflitos no Golfo Pérsico - de Israel e os Árabes (1973) e a revolução iraniana (1979) resultou no corte do fornecimento, o primeiro aos EUA/Israel/Holanda e causou pânico global do corte do fornecimento. Lançou os EUA na estratégia de garantir reservas anti-choque da oferta e aumento nos preços. Ver Fuser, pg. 52-4.

pelo choque do petróleo, em outubro de 1973, causou pânico nas economias importadoras, e gerou déficits e enormes dispêndios para manter as economias funcionando.

## Um histórico do petróleo no mundo

Buscamos separar as distintas fases da produção e disputa pelo petróleo, com objetivo pedagógico, sabendo que a interpretação desses estágios pode ser distinta para diferentes setores sociais e indivíduos.

### *Fonte de energia*

A primeira fase de produção do petróleo é marcada por sua utilização como fonte de energia, ainda de baixo consumo, concentrado em alguns países e com preços baixíssimos. Há, nesta fase, uma intensificação do desenvolvimento de tecnologia para a exploração e uma corrida no mundo para a verificação de existência de petróleo.

Os dois principais consumidores nesse período – Inglaterra e EUA – foram os grandes controladores do mercado mundial deste produto, produzindo e exportando tecnologia para tanto, além de serem os principais responsáveis pelo desenvolvimento da cadeia produtiva da indústria petrolífera. Esse é o período da formação do cartel das Sete Irmãs<sup>5</sup>, que dominavam o mercado do petróleo no mundo e foram centrais nos conflitos marcados pela imposição dos interesses dos grandes consumidores.

### *O petróleo e as guerras*

Num segundo momento, as duas grandes guerras adicionaram um elemento novo ao tema: o petróleo como combustível tinha um papel estratégico na guerra. A II Guerra Mundial consumiu vastas quantidades de óleo, o que levou ao debate da teoria da conservação (preservar reservas para os momentos de aumento de preços, embargo no fornecimento ou situação de guerra) formulada pelos EUA. A atuação e absoluto controle dos grandes consumidores sobre os preços foram determinantes para inaugurar esta segunda fase, marcada pelos grandes movimentos de nacionalização dos recursos naturais e a conseqüente resposta dos grandes exportadores à ação das Sete Irmãs e ao controle dos preços. O agrupamento dos grandes países produtores foi a saída para enfrentar as poderosas empresas petroleiras, e os países consumidores fundam, no ano de 1960, em Bagdá, a OPEP<sup>6</sup> (Organização dos países exportadores de petróleo, OPEC, em inglês).

Também é o período de entrada em ação das intervenções dos EUA e da sua máquina de organizar atentados, golpes e genocídios: a CIA, sua principal agência de inteligên-

6 Sete irmãs é uma expressão para designar um grupo de 7 grandes empresas, sendo cinco norte americanas: Standard oil de New Jersey (Exxon), Standard oil da Califórnia (Chevron), Gulf – hoje parte da Chevron, Mobil e Texaco, uma britânica: British Petroleum e a outra Anglo-holandesa: Royal Dutch – Shell.

cia. A estratégia do imperialismo se concentra na disputa pelo Golfo Pérsico, região de maior concentração de reservas do mundo. Patrocina guerras, grupos terroristas, forças de ultra-direita, golpes militares. Promove uma verdadeira ocupação com a implantação de bases militares alocadas de acordo com a dimensão das reservas e proximidades de inimigos hostis ou potenciais. A estratégia de apropriação de reservas ganha em agressividade e ousadia.

O ápice dessa tensão entre os países consumidores e o bloco dos grandes exportadores ficou conhecido como Choque do Petróleo, que aconteceu em outubro de 1973, com um aumento exorbitante dos preços do barril<sup>7</sup>, resultando no agravamento da crise econômica mundial. Neste momento, o poder sobre o petróleo passa das Sete Irmãs para o controle da OPEP.

Nesse período a luta estava em ascensão, com estatizações no Irã, Iraque e Arábia Saudita. No conjunto da OPEP, havia a posição de embargo do fornecimento aos EUA/Israel/Holanda, por apoio e envolvimento na guerra entre Israel e os árabes, resultando num verdadeiro pânico global da ameaça do corte do fornecimento<sup>8</sup>. Uma das respostas articuladas nesse momento foi a constituição da Agência Internacional de Energia (AIE) em 1974.

O óleo negro se converte em ouro, e os impactos do choque não se limitaram aos consumidores ou produtores, mas ao mundo todo.

Os grandes importadores foram profundamente atingidos e isso se alastrou por toda a economia, resultando no desequilíbrio da balança comercial. Os Estados importadores tiveram que partir para a busca de dólares no exterior para subsidiar a economia, e uma década depois a fatura foi cobrada com a crise da dívida. No ano de 1974, o Brasil produzia apenas 20% do que consumia e o choque resulta no aumento de mais de 100% do valor das importações, causando déficits na balança comercial durante três anos seguidos – 74 a 76<sup>9</sup>.

Os grandes exportadores, por outro lado, assistiram a uma enorme entrada de dólares em suas economias. O que se recebia em anos, passou a ser adquirido em meses, o que gerou inflação galopante. Parte desses dólares abasteceu o mercado financeiro, aumentando o volume de crédito e foi a fonte dos empréstimos que subsidiaram as economias atingidas mais duramente pelo choque.

O choque foi revelador das estratégias econômicas dos países centrais na obtenção da renda do petróleo. Esses países, mercados confiáveis para receber aplicações, seja dos

7 Em 1961 a OPEP foi fundada para cumprir três objetivos:

- aumentar a receita para o desenvolvimento;

- aumento gradativo do controle da produção, no lugar das empresas;

- unificar políticas de produção.

- Criar pisos – mediante a regulação da produção.

Preços do barril (em dólares):  
1969 – 1,27 | 1970 – 2,01 a 2,53  
| 1971 – 2,18 | 1972 – 2,48

Até junho: 1973 – 2,90.

O choque foi em outubro de 73.: 1978 – 12 | 1980 – 30 a 41 dólares | 1981 – 35

FUSER E HOBSBAWN

FUSER - A renda obtida com o petróleo pelos países da Opep salta de 23 bi de dólares em 1972 para 140 bi de dólares em 1977. 131.

8 Fuser, pg. 52

9 Planilha do ministério do comércio exterior

governos, sejam das famosas petro-monarquias. Portanto, no curto prazo o dinheiro do petróleo, transferido para os países produtores, voltou ao centro do capitalismo, e uma das vias foi o intenso investimento na indústria da guerra, e nesse campo, os grandes fornecedores das mercadorias coincidentemente são os EUA e Inglaterra.

No final da década de 1970, outro choque nos preços abalou a economia do petróleo e, conseqüentemente, toda a sociedade. A revolução iraniana foi a causa deste colapso, com um forte conteúdo anti imperialista. Foi mais um momento de subida nos preços que, desde então, não cessou.

### *O neoliberalismo*

A terceira fase marca o final da década de 70, numa conjuntura de ofensiva contra o bloco socialista. Os EUA e países da Europa concentram sua atuação no Oriente Médio, em resposta aos traumas provocados pela OPEP e a recente revolução iraniana. É o início da implantação do neoliberalismo no mundo.

Essa ofensiva neoliberal investe na idéia de maior liberdade para a entrada e livre trânsito das grandes empresas transnacionais, contrapondo-se às estatizações e nacionalizações do período anterior, intensificando o controle de recursos naturais estratégicos. Uma década depois, com o fim da bipolaridade geopolítica, ocorre uma verdadeira transformação das economias nacionais, e os monopólios são questionados e os mercados abertos em quase todo mundo.

O controle dos preços já não está mais nos países importadores, e os países exportadores são alvo de uma intervenção política que estimula conflitos regionais entre os países exportadores, criando uma situação de desestabilização política que permanece até hoje.

### *Conflitos pelos recursos*

A quarta fase é um processo de resposta ao cenário criado nas décadas anteriores. O receituário neoliberal de desestatização caiu por terra aos olhos de todos. A avaliação de amplos setores é que uma das saídas para a crise, ainda dentro dos marcos do capitalismo, é a intensificação da exploração dos recursos naturais estratégicos, que passa pela garantia dos contratos, do mercado aberto para suas transnacionais, aumentando o controle dos preços e estabilidade política para garantir o fornecimento.

As situações e conflitos da Bolívia, sobre a apropriação e gestão da renda do gás; a questão da água no Uruguai; os desdobramentos sobre a exploração do petróleo no Equador e na Venezuela e a luta pela terra e pela soberania energética no Brasil são

exemplos do momento de luta em que vivemos. São casos de resposta à onda privatizante e de redução do papel do Estado, que se tornou não apenas fiscalizador, mas fiador do mercado.

Nesse momento, a estratégia do imperialismo e dos grandes países consumidores e dependentes é garantir o fornecimento, e com isso impedir uma política de controle dos preços pelo controle da oferta, postura da OPEP que noutros momentos balançou a economia e o mundo. E essa garantia não passa mais pelas famosas Sete Irmãs, que na atualidade detém aproximados 5% das reservas do mundo.

Em razão das mudanças ocorridas, que combinam os fatores apontados no início, os preços altos do petróleo e os reduzidos custos de produção, tornaram o petróleo uma riqueza literalmente líquida e certa. E portanto, a luta não mais se direciona para a gestão estatal da produção, mas também para o destino da renda. O quadro se altera profundamente, e passamos a ter uma disputa por soberania energética, fonte de robusto orçamento e, conseqüentemente, soberania nacional. Os inimigos das forças populares modificaram sua tática, do controle das reservas por suas empresas para acordos com governos para assegurar o acesso irrestrito as reservas, e no mercado, lucrando com as altas e baixas da mais estratégica commodities.

### **Elementos do tema na história do Brasil**

O debate sobre o petróleo no Brasil se intensifica influenciado pela luta, nos países exportadores, em defesa dos recursos naturais (sobretudo na América Latina). Em 1938 são nacionalizadas as riquezas do subsolo brasileiro com a criação do Conselho Nacional do Petróleo (CNP). Alguns anos depois, tem início a produção em território nacional, com o estabelecimento do monopólio estatal e a criação da Petrobras, em 1953.

Num primeiro momento, a produção concentrou-se em áreas continentais, e atendia cerca de 2% da demanda interna. A pesquisa nacional se fortalece nas décadas de 1960 e 1970, marcada pela descoberta de petróleo em águas profundas, com a descoberta do primeiro campo em Guaricema (SE) e, em plena crise do petróleo, em 1974, é encontrada no Brasil uma imensa jazida, a de Campos (RJ), atualmente a maior produtora brasileira.

Na década de 1990, o país vive a ofensiva neoliberal dos interesses das transnacionais e das classes dominantes brasileiras. A onda privatizante que varreu o país deixou pouco do que eram as grandes estatais dos setores estratégicos. Com a quebra do mo-

nopólio, a Petrobras deixa de atuar como produtora exclusiva e reguladora e passa a ser uma grande operadora. Perde a exclusividade no Brasil e ganha o mundo.

As privatizações buscaram, no conjunto, assegurar ao mercado mundial segurança jurídica, absoluto respeito aos contratos, um bom ambiente cambial, estabilidade política e um regime de impostos e contribuições não ofensivas à iniciativa econômica. O Estado, até então provedor, organizador e produtor, passa a ocupar o papel limitado à regulação e fiscalização. Cria-se todo um aparato institucional, em especial a Agência Nacional do Petróleo (ANP), um órgão regulador com o objetivo de: “regular a relação entre a oferta, com qualidade e preço acessível, e demanda, para que sejam minimizadas as forças de mercado através de controles sobre os preços e a qualidade do serviço, assegurando a competição e viabilizando a existência e continuidade do mercado, além de assegurar”<sup>10</sup>

O Estado passa a apropriar-se da renda de forma indireta, com o bônus de assinatura (valor único pago no arremate em leilões), nos royalties (ajustados para variar entre 5% e 10%) e a participação especial sobre os lucros dos poços, muito rentáveis. Essa renda era distribuída entre Estados, municípios e uma parte para a União (ministérios).

No atual modelo de exploração brasileiro, cabe ao Estado leiloar os poços e utilizar o contrato de concessão<sup>11</sup>. Esse modelo é utilizado em poucos países, em especial em países com baixa produção e exploração, voltadas para o mercado interno, como é o caso dos EUA. A combinação de abertura do mercado e fim do monopólio e adoção desse modelo de contrato fez com que o Brasil entregasse para o mercado a renda desse lucrativo negócio. Atualmente, o Estado fica com uma parcela inferior a 40% da renda da atividade petrolífera. Um presente para as grandes transnacionais.

O jornalista Aloysio Biondi narrou em seu livro *Brasil Privatizado* o caso da privatização da Petrobras. Ele descreve o processo como uma articulação de pouco mais de 20 sócios, que investiram cerca de R\$ 140 milhões sendo destes R\$ 60 milhões provenientes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), formando a chamada Sociedade de Propósito Especial para captar no mercado internacional R\$ 1,3 bilhão (justamente o valor do investimento de R\$ 1 bilhão previsto no orçamento do Estado que o governo cortou em 1999<sup>12</sup>). Essa jogada resultou num aporte de R\$ 1,5 bilhão para um negócio com a previsão de faturamento de R\$ 5 bilhões em médio prazo. Como se pode notar, o que aconteceu foi uma entrega do patrimônio do povo ao mercado internacional.

10 A base legal do novo setor de petróleo no Brasil, Natália A. M. F. Vianna (<http://www.comciencia.br/reportagens/petroleo/pet15.shtml#2>)

11 O modelo de contrato de concessão é antigo e a remuneração por royalties se referia a uma parcela da produção que deveria ficar com o dono da terra. O primeiro contrato de concessão celebrado no Brasil foi a concessão a Fernando de Noronha para explorar o Pau Brasil, também pagando pouco ao concessionário e voltado para a exportação.

12 Destaca-se que nesse mesmo período, 1999, o governo socorreu a Globo cabo em quase 500 milhões de reais a perder de vista

13 [www.petrobras.com.br](http://www.petrobras.com.br)

Hoje, a maior empresa de exploração petrolífera brasileira atua como estatal no território nacional e em outros 27 países<sup>13</sup> tendo uma posição semelhante à das grandes transnacionais européias ou estadunidenses, buscando maximização de lucros e resultados, ampliando sua atuação num acelerado processo de concentração de capital.

O valor de mercado da Petrobras surpreende a todos e tem tido variação ascendente. Em dez anos decuplicou seu valor, alcançando, em junho de 2009, a posição de 8ª maior empresa do mundo, sendo considerados todos os setores, e a 3ª entre as petrolíferas<sup>14</sup>. Em novembro de 2007, em apenas dois dias, após a confirmação da descoberta no campo de Tupi de óleo na camada do Pré Sal, o valor das ações da empresa acumularam R\$ 57,6 bilhões.

14 Petrobras – fatos e dados. [www.petrobras.com.br/fatose-dados](http://www.petrobras.com.br/fatose-dados)

### Dados da Petrobras referentes ao ano de 2008

<b>Receitas Líquidas:</b> R\$ 215.118 milhões	<b>Postos de abastecimento:</b> 5.998
<b>Lucro Líquido:</b> R\$ 32.988 milhões	<b>Fábricas de Fertilizantes:</b> 3
<b>Investimentos:</b> R\$ 53,3 Bilhões	<b>Relação lucro líquido / investimento em publicidade:</b> 0,8%
<b>Acionistas:</b> 208.962	<b>Países com atuação:</b> 27
<b>Reservas (Critério Sec):</b> 11,19 bilhões de barris de óleo	Em 31 de março de 2009, o capital subscrito e integralizado foi avaliado no valor de R\$ 78.966 bilhões.
<b>Poços Produtores:</b> 13.174	<b>Valor de mercado:</b> R\$ 285.151 milhões (Março de 2009)
<b>Plataformas de Produção:</b> 112 (78 Fixas; 34 Flutuantes)	<b>Produção</b> (mil barris/dia): 2.078 (1º trimestre de 2009)
<b>Produção diária de Petróleo:</b> 1.978.000 barris por dia - Bpd	<b>Patrimônio líquido:</b> 144.407 milhões de reais (1º trimestre de 2009)
<b>Refinarias:</b> 16	<b>Reservas:</b> R\$26.554 milhões
<b>Rendimento das Refinarias:</b> 1.937.000 Barris por dia (98% da produção)	
<b>Dutos:</b> 25.197 Km	
<b>Frota de Navios:</b> 189 (54 são propriedade da Petrobras)	

15 Relatório anual 2008 – [www.petrobras.com.br](http://www.petrobras.com.br) (acesso em 20 de julho de 2009)

O governo brasileiro e a direção da empresa a propagam como tendo papel essencial para garantir o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Contudo, os investimentos no PAC estão longe de ser parte dos investimentos em política pública da parte estatal da empresa. Trata-se mais bem de parte dos lucrativos negócios da Petrobras. O anunciado é, assim, uma verdade falsa. O investimento feito é o que faz a empresa para mover o seu negócio:

PAC - investimentos Petrobras<sup>16</sup>

Área	R\$ milhões
1. Exploração e Produção (detalhes abaixo)	7.385
2. Abastecimento	3.285
3. Gás & Energia	2.228
4. Internacional	1.013
5. Distribuição	103
6. Corporativa/financeira/serviços	366
<b>Total do sistema</b>	<b>14.380</b>

16 [http://www.brasil.gov.br/pac/arquivos/balanco7pac\\_parte3b.pdf](http://www.brasil.gov.br/pac/arquivos/balanco7pac_parte3b.pdf). Dados do primeiro trimestre de 2009.

O ano de 2008 marcou uma radical mudança no quadro acionário da companhia. O número de acionistas praticamente duplicou em relação ao ano anterior e, com isso, se desconcentraram as ações<sup>17</sup>.

O quadro de trabalhadores é formado por contratados indiretos (terceirizados) e empregados efetivos da companhia, sendo que os terceirizados representam 2/3 desse quadro. O índice de acidentes fatais de trabalho também refletem essa proporção: entre 2004 e 2008, num total de 73 vítimas, 66 eram trabalhadores terceirizados (90,4%)<sup>18</sup>. No exterior, a Petrobras possui 6,7 mil funcionários próprios<sup>19</sup> (aprox. 10% do quadro de funcionários no Brasil).

### A descoberta do petróleo na camada do Pré Sal e o setor no Brasil

O impacto da descoberta do petróleo na camada do Pré Sal no Brasil ouriçou os ânimos. Até agora foram confirmadas reservas de 36 bilhões de barris recuperáveis nessas camadas<sup>20</sup>, mas há a estimativa de que se poderá explorar até 300 bilhões de barris. Para se ter uma idéia, 50 bilhões de barris seriam suficientes para mudar o Brasil. Tendo como base o valor do barril de petróleo a US\$ 100, esse volume multiplicaria

17 Um destaque é para a movimentação do mega investidor-especulador George Soros, que ampliou em 74% sua participação na Petrobras, partindo de 21,1 milhões de ADRs para 36,8 milhões. Em dezembro, o valor dessas ações era de US\$ 901,2 milhões, e a Petrobras configura como a maior aposta da carteira do Fundo administrado por ele.

18 Fonte: Relatório anual 2008 – [www.petrobras.com.br](http://www.petrobras.com.br) (aceso em 20 de julho de 2009)

19 Petrobras

20 ANP

por algumas dezenas o orçamento da União e no mínimo de três a quatro vezes o PIB de 2008 do Brasil. Esses barris a mais representam 10 mil vezes o orçamento da União em Habitação, 500 vezes o orçamento do trabalho, 200 vezes o da saúde e 500 vezes o da Defesa. Com esse dinheiro a mais, o governo poderia investir 25 vezes mais no PAC. Em termos de segurança energética, isso seria suficiente para garantir mais de 70 anos do consumo doméstico, tendo como base os últimos 15 anos, com referência no consumo anual de 2008 (664 milhões de barris).

### **O debate atual: os desafios das forças populares, a proposta do governo e as bandeiras das forças antipopulares**

O tema enseja um debate nacional amplo, profundo e livre das esfumaçadas questões técnicas e complexas, que visam unicamente afastar a população do tema. Os aspectos políticos, tecnológicos, econômicos e energéticos sugerem uma correção abrupta da rota, que pode vir a ser de conteúdo popular e nacional, de conciliação de classes ou o pior deles, mantida como esta, um projeto da classe dominante.

O modelo para o setor poderia ser definido em duas possibilidades, o que seria a retomada do monopólio estatal, tendo o Estado na gestão e na apropriação da renda, na sua totalidade. Esse seria o modelo estatal puro. O segundo caminho, com o Estado com o monopólio da gestão e regulação, e a renda disputada pelo Estado e o setor privado.

O primeiro modelo foi derrotado com a proposta do governo de conciliação de classes, com uma proposta que garante a gestão completa do setor para o Estado, e modifica a forma de apropriação da renda, passando a ser direta (em petróleo) e indireta (via tributos). Reforçamos que a situação enseja uma política soberana e popular, porém, alguns obstáculos, entre eles a Petrobras, hoje a 8ª maior empresa do mundo, e com 62% do seu capital social nas mãos do capital privado.

Em se tratando da luta dentro de uma perspectiva de um modelo de monopólio estatal para a gestão e não para a renda, a centralidade do debate se desloca para o modelo de contrato para a operação. Cumpre ressaltar que no modelo puro, o modelo de contrato, assim como os tributos, não é central e sequer é motivo de polêmica para além das disputas orçamentárias. No caso brasileiro, esse debate tende a ganhar o centro da questão, e com ele também o destino dessa renda, elemento diferenciador da temática no atual momento.

A luta e o debate neste momento não se resumem ao controle estatal da produção, mas no destino da renda do petróleo. E esse ponto se desdobra na questão dos royal-

ties e no Fundo Social. O primeiro é a renda indireta, tradicionalmente adotada em conjunto com o contrato de concessão e que também se estende para o modelo de partilha, e sua destinação privilegia os estados e municípios que hospedam os poços de produção (ou estão na zona marítima considerada do estado/município).

## Resumo dos quatro projetos do governo

O certo é que o debate está limitado aos poços do pré sal do território ainda não leiloados (59%), deixando de fora os poços leiloados nas dez rodadas já realizadas e da área leiloadas sobre o pré sal, que compreende 41% área do pré sal<sup>21</sup>.

O centro desse tema é o papel do Estado e o debate nos termos atuais limita a pensar uma melhor regulação, uma política oriunda da cartilha neoliberal, e essa é uma bandeira do governo atual em diversas áreas, como na defesa do fim dos subsídios agrícolas na OMC, como uma política anti protecionismo, permitindo – na visão do governo – que o Brasil dispute no mercado internacional com o que tem de mais forte: exportação de commodities agrícolas, dentre elas o petróleo. E outro aspecto que indica a manutenção do mercado aberto é a postura de assegurar um ambiente jurídico e político ameno, equilibrado e sem tensões<sup>22</sup>, bandeira do governo atual desde antes de assumir o posto (Carta aos Brasileiros - ou Carta ao Capital).

### a. Fundo Social (FS)

Descrição: a constituição do fundo visa maximizar os benefícios para o país das receitas oriundas da atividade do petróleo e foi justificado pela combinação de três fatores:

- finitude do petróleo, fonte das receitas do fundo;
- volatilidade da receita, dependente dos preços do mercado internacional;
- entrada de grandes volumes de moeda estrangeira no país, resultando na apreciação cambial e na redução da competitividade dos produtos nacionais e na atrofia de setores da economia (maldição da doença “holandesa”). E evitar também que a entrada de recursos nesses volumes tenham efeitos na inflação.

Será um aspecto da política que passa a ter maior centralização dos recursos e uma destinação específica e pré-determinada as suas áreas;

*Objetivo:* constituir fonte regular de recursos para a realização de projetos nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, da ciência e

21 E esse percentual não reflete a quantidade de óleo recuperável, podendo conter um percentual ainda maior ou menor.

22 Esse ponto pode ser verificado concretamente todos os dias desde o primeiro dia de governo, seguindo a orientação dos anos do FHC. As razões de veto de um artigo da Lei nº 11.909/2009 é enfático na preocupação em preservar a segurança jurídica. “Razões do veto - Com efeito, a Lei nº 8.884, de 1994, confere ao SBDC a competência de analisar, aprovar ou reprovar atos societários com base em critérios concorrenciais e a previsão de análise dos mesmos aspectos pela ANP, no setor de Gás Natural, poderá gerar conflitos e insegurança jurídica que poderão prejudicar o desenvolvimento desse setor estratégico.” Grifo nosso.

tecnologia e da sustentabilidade ambiental; mitigar as flutuações de renda e de preços na economia nacional, decorrentes das variações na renda gerada pelas atividades de produção e exploração de petróleo e de outros recursos não renováveis.

*Fonte dos recursos:* parte da parcela do valor do bônus de assinatura (valor pago no momento do leilão); da parcela dos royalties que cabe à União; a receita advinda da comercialização de hidrocarbonetos (advinda da Petrosal) e dos resultados de aplicações financeiras sobre suas disponibilidades.

*Gestão:* a prioridade e a destinação dos recursos resgatados do Fundo serão definidos por um Conselho Deliberativo do Fundo Social (CDFS), que contará com a participação de representantes da sociedade civil e da administração pública federal. Os membros do comitê não serão remunerados. O fundo será uma poupança que poderá constituir fundos de investimento, no Brasil e no Exterior, visando rentabilidade, segurança e liquidez. A política de investimento do FS será gerida por um Comitê de Gestão Financeira (CGFFS), este constituído com a participação dos Ministérios da Fazenda e Planejamento e do Banco Central.

## **b. Petro-sal SA**

Descrição: será uma empresa 100% estatal, e sua proposição é consequência da adoção do contrato de partilha, que prevê uma forma direta de apropriação da renda do petróleo, em que o Estado receberá a parte definida no contrato de partilha (previsto para ser definido para cada campo de produção). O contrato de partilha exige maior fiscalização e monitoramento, e também nos processos de unitização da produção (nos casos em que as jazidas se estendam para áreas não leiloadas ou não contratadas sob o regime de partilha).

Para sua constituição é necessário uma lei ordinária, e estará sujeita a supervisão do Ministério das Minas e Energia, e a fiscalização do TCU e Controladoria Geral da União.

Objetivos: gestão dos contratos de partilha de produção entre o Ministério de Minas e Energia e outras empresas responsáveis pela gestão dos contratos para a comercialização dos hidrocarbonetos da União; assim como avaliar, técnica e economicamente, planos de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural (a aprovação é de responsabilidade da ANP); monitorar e auditar a execução dos projetos e os custos de investimentos relacionados aos contratos de partilha de produção; e monitorar e auditar as operações, custos e preços de venda de petróleo e gás natural da União;

Receitas: As receitas da empresa advirão da contraprestação de serviços para a União, podendo receber rendas provenientes da gestão dos contratos de partilha de produção e da gestão dos contratos que celebrar com os agentes comercializadores do petróleo, do gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União, além de parcela do bônus de assinatura e de receitas de outras fontes.

### **c. Contrato de Partilha**

Esse modelo de contrato permite que o Estado fique com parte da produção, que será definida em cada contrato, e esse óleo bruto será comercializado diretamente pelo estado, por intermédio da empresa pública Petro-Sal.

Nesse modelo o contratado (consórcio composto por empresas privadas, e com a operação realizada pela Petrobras) assume a exploração e produção por sua conta e risco, na proporção de sua participação no consórcio. Em caso de poços viáveis para produzir, o consórcio das empresas receberá os custos investidos, em óleo, e o restante do óleo será partilhado entre a empresa e a União, num percentual definido em cada contrato. O percentual da partilha (parte do Estado e do consórcio) será o critério para definição da oferta vencedora dos leilões, e quando da não realização de leilão este será definido pela União.

O custo de produção será previamente aprovado pela União, e monitorado pela empresa pública Petro-sal. A partilha do excedente (todo o óleo, exceto a quantidade necessária para pagar o custo da produção) será dividida entre União (Petrosal) e o consórcio das empresa.

Área do pré sal: delimitada no mapa (indicado no projeto de lei) e que pode ser estendido a partir da descoberta de novas jazidas com as mesmas características, denominadas “área estratégica” e que será, após a aprovação da lei, definida por indicação do CNPE e ANP por ato do executivo;

Operação: será realizada pela Petrobras, ou seja, apenas ela poderá fazer os trabalhos de pesquisa, exploração e produção.

Quem proporá ao Executivo o ritmo em que se darão os leilões e a celebração de contratos será o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), vinculado ao Ministério das Minas e Energia.

Conteúdo local/nacional: proporção entre o valor de bens produzidos e serviços prestados no País para a execução do contrato.

Para essas áreas do pré sal delimitadas pela proposta ou novas áreas estratégicas, os contratos serão celebrados a partir da realização de licitações públicas (leilões) ou quando indicada a não realização e contratação direta da Petrobras, dispensado o leilão.

Algumas definições de competências (para além do que esta disposto na legislação específica ou Constituição Federal):

Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) - propor ao Presidente da República o ritmo de contratação, baseado na política energética; quais os blocos que serão destinados a contratação direta (sem leilões) da Petrobras, e os que serão para leilão; os parâmetros técnicos e econômicos do contrato; delimitação de outras regiões a serem classificadas como pré sal ou estratégicas; política de comercialização.

Ministério das Minas e Energia (MME): planejar o aproveitamento do petróleo e gás; propor ao CNPE a definição dos blocos que serão objeto de concessão ou partilha de produção; propor ao CNPE os seguintes parâmetros: critério de definição de excedente, percentual mínimo para a União; participação mínima da Petrobras no consórcio; critérios e percentuais máximos de produções destinado ao pagamento do custo; conteúdo local (nacional) mínimo para a produção; o valor do bônus de assinatura (valor ofertado na arrematação do leilão); estabelecer diretrizes a serem observadas pela ANP para a promoção de licitação; aprovar minutas e editais de licitação e dos contratos de partilha;

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP): promover estudos técnicos para subsidiar o MME na delimitação dos blocos que serão objeto do contrato de partilha; elaborar e submeter ao MME às minutas dos contratos de partilha e dos editais dos leilões; realizar os leilões; fazer cumprir as melhores práticas da indústria do petróleo; analisar e aprovar os planos de exploração e produção; regular e fiscalizar as atividades sob regime de partilha.

Cada contrato será realizado com participação da empresa pública, e a administração será realizada por um comitê operacional. E neste comitê, realizado para cada contrato, a empresa pública indicará metade dos integrantes, o presidente e este terá poder de veto e voto de qualidade dentro do comitê.

O contrato de partilha prevê as seguintes receitas governamentais: royalties (conf. Lei 9478/97), bônus de assinatura e quando o bloco se localizar em terra prevê também uma participação aos proprietários da terra.

O óleo oriundo da partilha, a parte da União, serão comercializados pela empresa pública, dispensada de licitação, podendo ela contratar diretamente a Petrobras como agente comercializador direto, também dispensada a licitação.

E a proposta prevê ainda que o MME terá acesso irrestrito e sem compensação financeira ou pagamento aos dados do petróleo do BDEP, administrados pela ANP por meio de uma empresa privada, a Halliburton.

#### **d. Petrobras**

Descrição: destinar um volume de até 5 bilhões de barris de petróleo. Esse volume seria o investimento do Estado para assegurar a operação do pré sal. Esse volume será convertido em valores, com o preço do barril definido a partir de um laudo técnico.

Essa medida é justificada para criar as condições para a exploração do pré sal.

A exploração e produção será por conta e risco da Petrobras, assim como está prevista a indicação de um percentual mínimo de bens e serviços que devem ser nacionais.

O pagamento da Petrobras poderá ser em títulos da dívida pública mobiliária federal, e nesse mesmo sentido a subscrição de capital, da União na Petrobras, poderá ser feita com os mesmos títulos.

Esse volume, a um preço de US\$ 20.00 será de US \$ 100 bilhões, o que equivale a mais de 40% do valor de mercado da empresa (avaliada em R\$ 300 bilhões em 31 de agosto de 2009). E essa operação dependerá da resposta dos acionistas minoritários, que é assegurada por lei, e pode ser no valor proporcional a suas ações. O risco é o mercado reagir e subscrever ações na mesma proporção, não alterando o quadro acionário.

Esse volume é intransferível.

#### **Os pontos centrais no programa popular:**

Os pontos de uma proposta popular para o tema pode ser dividido em duas dimensões: questões de conjunto, tendo os pontos mais centrais e estratégicos, que definidos determinam toda uma orientação para o setor; e noutra que seriam as bandeiras pontuais que emanam dessa estratégia e a ela se somam. Em última instância o que determina a aplicação de parte ou da totalidade da proposta popular é a capacidade de interferir na disputa como força social, construída sob o signo da unidade e expressa nas ruas, nas lutas.

Os detalhes da proposta e as questões sobre sua execução são contingenciais ao que queremos, aos objetivos centrais e principalmente até onde podemos avançar no confronto com as forças das classes dominantes.

É necessário tomar cuidado para não se deixar submergir nas questões técnicas, jurídicas, geológicas etc, são muito bem utilizadas para obscurecer o debate e os pontos centrais e importantes. Para lançar fumaça e impedir que o povo conheça o que está sendo decidido, ou melhor, negociado em seu nome.

Uma observação importante é quanto ao conhecimento das bandeiras e propostas da classe dominante e imperialismo, como uma bússola importante por onde a proposta popular certamente se chocará se for de fato numa perspectiva popular, anti-neoliberal e anti-imperialista.

### **Monopólio estatal e gestão completa do setor**

A bandeira central é o restabelecimento do monopólio estatal, com o Estado atuando como gestor, organizador e regulador da atividade, assim como o proprietário do resultado da exploração e produção, permitindo a apropriação social da renda do petróleo. A combinação desses dois aspectos, conforme enunciamos como sendo este o modelo puro e totalmente estatal, significa o fim do mercado aberto, dos leilões e dos contratos nos padrões do mercado.

A luta na década de 50 combinou duas dimensões: no plano institucional foi a definição do monopólio estatal, resultando no fechamento do mercado no plano econômico, e isso foi casado com a construção (e definição) de uma empresa para realizar esse monopólio. Portanto, foi uma política que casou gestão do Estado pelo monopólio e uma empresa para isso. Hoje, com o desenvolvimento tecnológico e geológico, não se faz necessária a construção dessa empresa, ela já existe, e deve ser contratada para prestar serviço ao Estado na produção do petróleo.

A renda deve ser apropriada pelo Estado na sua totalidade, e o mecanismo disso é a combinação do monopólio com a operação sob regime contratual de serviços (similar ao modelo de contratação de empreiteiras para realização de determinadas etapas da produção) pela Petrobras.

## **Destino social da renda**

Outro ponto fundamental é que a renda deve ser apropriada pelo Estado em sua totalidade, e o mecanismo para tanto é a combinação do monopólio com a operação sob regime contratual de serviços pela Petrobras. Isso seria similar ao modelo de contratação de empreiteiras para realização de determinadas etapas da produção.

É preciso que tenhamos um destino social para a renda petroleira. Um dos mecanismos que defendemos é o Fundo Soberano, que seria criado para gerir a renda da exploração de recursos naturais, principalmente o petróleo. Esse fundo seria administrado de maneira conjunta entre ministérios da área social e seu orçamento direcionado para fins específicos que, na opinião da maioria dos setores populares, deve ser a reforma agrária, saúde, habitação popular, geração de renda e postos de trabalho, investimento na pesquisa de energias limpas e no controle ao impacto ambiental da atividade petroleira, assim como em educação pública e gratuita em todos os níveis. Acreditamos na importância de investir nestes pontos pois os consideramos dívidas sociais históricas e que a descoberta do Pré Sal deve ajudar a pagar. O elemento diferenciador do Fundo que propomos é a constituição de uma reserva para aplicação vinculada a áreas pré-definidas.

Esses pontos são na sua maioria dívidas sociais históricas e que a descoberta do Pré Sal poderá ajudar a enfrentar com a urgência devida e necessária. São as dívidas sociais mais profundas, as dívidas públicas com maior prioridade na destinação dos recursos do Estado brasileiro.

Soma-se a isso a mudança do destino da remuneração indireta, advinda dos tributos em especial dos royalties. O centro é que o destino respeite três aspectos: programas sociais de combate a pobreza; densidade demográfica e áreas com demandas e absoluta assimetria na renda em relação ao restante do país.

## **A operação**

Garantir a parte operacional da produção é outro ponto estratégico e parte essencial do monopólio estatal. Isso porque a operação assegura o controle e definição da compra de equipamentos e maquinário, da contratação dos serviços, de pessoal, entre outros pontos fundamentais para que a exploração beneficie o povo brasileiro.

O que entendemos, nesse caso, é que a operação deve ser realizada não pelo Estado ou por uma nova empresa estatal, mas sim pela Petrobras, contratada como prestadora de serviços, estando sob absoluto controle do Estado.

Para áreas fora do Pré Sal, o padrão também deve ser o contrato de serviços, que elimina os leilões, assim como a figura do contrato de concessão e também o de partilha.

### **São, dessa maneira, fundamentais para o posicionamento das forças populares:**

#### *Sobre os leilões já realizados*

O provocador de todo esse debate são as enormes jazidas do Pré Sal. Porém, há que se abordar a questão dos leilões anteriores, realizados a partir de um ambiente de atração do mercado e por isso de amplas liberdades, segurança, enormes vantagens e uma remuneração para o Estado abaixo da média mundial. Foram mais de 978 blocos já concedidos<sup>23</sup> (não consideramos os dados da 10ª rodada, com blocos continentais).

#### *Sobre o ritmo da produção*

A definição do ritmo de exploração e produção não pode ser ditada pelas empresas e referendada pela ANP, como ocorre atualmente, sem respeitar uma orientação estratégica para o setor, seguindo os interesses nacionais. O ritmo não deve ser ditado pela demanda crescente e galopante, mas com base em orientações ambientais, sociais, e pela estratégia nacional.

#### *O destino do petróleo*

O destino dos blocos leiloados até o momento é de livre definição da empresa concessionária. A exportação do óleo cru é a operação menos rentável do setor e a menos interessante na perspectiva de geração de emprego e renda.

A bandeira deve ser de fim das exportações de óleo cru, e indutor do desenvolvimento da indústria petroquímica e toda cadeia produtiva do setor. E isso deve estar articulado, no caso dos blocos já concedidos, taxando a exportação de óleo cru para que essa política do Estado se programe desde a situação atual.

23 Tabela ao lado. Fonte: ANP/SPL, conforme a Lei nº 9.478/1997.

Resultado das Rodadas de Licitações de Blocos promovidas pela ANP, por Rodada - 1999-2007

rodadas de licitação	Rodada 1 1999	Rodada 2 2000	Rodada 3 2001	Rodada 4 2002	Rodada 5 2003	Rodada 6 2004	Rodada 7 2005	Rodada 8 2006	Rodada 9 2007	Total
blocos ofertados	27	23	53	54	908	913	1.134	1.151	271	4.534
blocos concedidos	12	21	34	21	101	154	251	267	117	978

O volume de blocos não expressa uma quantidade total, pois muitos se repetem por terem sido colocados a leilão reiteradas vezes.

### *Sobre o meio ambiente*

O setor é um dos responsáveis pelos principais acidentes ambientais dos últimos anos no Brasil e no mundo. Porém, a perspectiva ambiental não deve ser avaliada somente na prevenção e ação quando dos acidentes e tragédias, mas principalmente em desenvolver política de redução do uso do petróleo nos transportes e ainda mais para o transporte individual<sup>24</sup>.

### *A atuação da Petrobras*

A Petrobras é uma empresa mista com o Estado exercendo o controle e administração, e suas ações controladas na maioria pelo capital privado. Isso garante o interesse público na operação, sobretudo nacional, e o interesse privado na renda da sua atividade-fim.

Atua como uma grande transnacional na exploração das riquezas naturais e energéticas em todo mundo. Uma medida imediata, pautada pelos setores populares, é sua atuação internacional respeitando a soberania dos povos, com o princípio da solidariedade como eixo estruturador.

Outro aspecto é que preserva uma operação com a maioria do pessoal, da força de trabalho, contratada via empresas prestadoras de serviço, sendo que atualmente a proporção de terceirizados na operação no Brasil é de dois terços, e no mundo não dispomos da informação. Uma das medidas mais urgentes é aumentar o quadro de funcionários visando alcançar a totalidade do quadro da sua atividade.

### *Os dados das nossas bacias sedimentares*

As informações das nossas bacias sedimentares são administradas pela ANP, que por sua vez contratou a Landmark Digital and Solution, que é um produto/marca da Halliburton, uma grande empresa do setor e muito famosa pela ligação com o governo Bush e beneficiária da agressão ao Iraque. Todos os dados sísmicos, geológicos, geográficos, e outros obtidos pelas atividades de exploração e produção são controlados por ela. E essas informações são públicas, porém o acesso é privado e isso é um produto do mercado.

Essa situação tem impactos negativos para o Estado, quando o acesso é controlado desde uma empresa de fora, ligada a grupos com atuação no setor, tornando isso um serviço e dispondo das informações essenciais para organizar o setor e as atividades primordiais.

24 O volume de vazamento das operações entre 2004 e 2008 foi de 1,914 mil litros de óleo, numa média de 382 mil litros por ano, e as emissões de Óxido de Enxofre (SOX) alcançaram o volume de 580 toneladas nesse mesmo período, com uma média de 145 toneladas/ano. E com base nesses dados da Petrobras, estimando que as demais empresas que operam não estejam livre desses acidentes. Os critérios do que é aceitável em termos de acidentes ambientais e emissão de poluentes deve ser baseada em índices que não naturalizam ou partem do pressuposto de tamanhos desastres, e parte do orçamento do desenvolvimento da produção esteja associado a projetos ambientais – preventivos, corretivos, indenizatórios e outros.

### *Lei Kandir*

Com a Lei Kandir (LC 87/96) as exportações de matérias-primas agrícolas e minerais passaram a ser isentas de recolhimento de ICMS. Essa lei tem como objetivo desonerar a exportação, e faz parte da política entreguista dos que se beneficiam do Brasil agro-exportador. Com ela o Estado deixa de arrendar e segue com um estímulo à exportação de produtos primários e produtos industrializados semi-elaborados.

Um dos desafios é inibir a exportação de óleo cru, e garantir a exportação de derivados da indústria petrolífera. Uma pauta importante seria a definição de impostos que desestimulem a exportação da parte da operação sob controle das empresas privadas, e encerrar a exportação da Petrobras.

### *Capitalização da Petrobras*

Organizar uma política de Estado em parceria com uma empresa mista é um dos aspectos nefastos da proposta do governo (do que sabemos dela). Embora saibamos da importância da empresa, sua história e importância na economia brasileira, não é admissível que seja essa a solução para o tema. E, com isso, a questão de como ampliar totalmente suas ações sob controle do Estado está em pauta. E as propostas variam, mantendo sempre uma visão de re-compra das ações, numa operação em parte política, mas na verdade uma simples operação mercantil. E isso pode – e deve – ser estendido para a cadeia de empresas que foram alvo do programa das privatizações (Petroquisa, Transpetro e outras da rede).

Algumas possibilidades aventadas (todas realizadas pela União):

1. Aquisição da totalidade das ações, tendo uma aparência radical, e escondendo ingenuidade, alto custo para o Estado e o fato de ser uma mera operação mercantil. O valor da empresa (quantidade de ações x preço das ações nas bolsas) atingiu R\$ 300 bilhões. E o preço das ações, que determinam o volume de recursos necessário segue uma lógica da oferta e procura, e diante do interesse do Estado na compra, os preços vão para as alturas. É a pior das opções, pelo alto custo para o povo brasileiro, e numa operação que legitima a especulação.
2. Aquisição das ações pagando o valor de venda original, sendo que a possibilidade de realizar essa operação, com um conteúdo político mais ousado, (estimativas de que a empresa em 1997 estava avaliada em R\$ 12 bilhões), esbarrando na contrariedade do governo no que seria a quebra dos contratos. Essa opção somente se realizaria com forte pressão popular, e com forte pressão para que a pauta passe a ser reestatizar a empresa.

3. Aporte de recursos em petróleo ou em espécie, como alternativa que vem sendo apontada, como uma iniciativa do governo como acionista, e dependendo da não realização pelos demais acionistas. Com isso o percentual de ações do Estado seriam ampliadas e o quadro alterado resolveria a questão do percentual da empresa nas mãos do capital privado. A inviabilidade dessa proposta poderia ser medida, pois esse aporte, segundo a legislação brasileira, é uma iniciativa dos acionistas, e que pode resultar na mudança do quadro acionário (percentual das ações para cada acionista), mas isso estaria condicionado a uma incapacidade dos demais acionistas de fazerem o mesmo, o que resultaria num aumento do capital da empresa e manutenção dos percentuais e divisão das ações.

Simulação simples desse cenário:

Estado – aporte de 5 bilhões de barris

Valor médio do barril em terra (antes de ser extraído): US\$ 10

Total da operação: US\$ 50 bilhões

• Cenário 1 (acionistas não correspondem a subscrição). Percentual do Estado com esse aporte: aproximadamente 25% do capital social seria incorporado, totalizando 58% para a União, somando ainda os 7,62% do BNDES, alcançando 65,2% do capital social<sup>25</sup>.

Percentual de ações com a iniciativa privada (ADR PN e ON): 5,3%

Venda dos 5 bilhões de barris – com o barril a US\$ 100 – US\$ 500 bilhões. Se excluídos os custos e os impostos seria uma receita líquida de US\$ 365 bilhões.

O percentual de lucro/faturamento em 2008: 15,4%

Lucro de US\$ 56,3 bilhões. Os acionistas privados receberão os R\$ 89 bilhões na supervalorização da empresa, e isso valoriza as ações transferindo o valor para os acionistas que vendem as ações na bolsa, e do lucro ainda receberão aproximadamente R\$ 5,5 bilhões.

• Cenário 2 (parte dos acionistas correspondem a subscrição): o percentual da União crescerá na proporção do que não foi subscrito pelos minoritários.

• Cenário 3 (os acionistas minoritários exercem integralmente o direito de subscrição): o percentual se mantém, alterando apenas o percentual dos acionistas controlados pelo Estado – FGTS e BNDES, que representam respectivamente 2% e 7,62%. Esse aporte será um investimento que valorizará todas as ações e isso pode não ser aferido

25 Considerando o valor do dólar a R\$ 1,78 e o preço da ação da Petrobras em R\$ 40,00 (independente se ordinária ou preferencial), e foram baseados em uma média do valor dentro do último mês.

de imediato, mas a fatura é cobrada na venda das ações, que após uma operação como essa tendem a subir à estratosfera e no momento seguinte pode iniciar uma queda, forçando a especulação e manobras do mercado financeiro.

O valor de mercado, hoje alcançando R\$ 300 bilhões no final de agosto, poderá alcançar um valor de mercado superior a R\$ 1 trilhão, e a maior empresa por valor de mercado do mundo, superior em mais de 40% a segunda no ranking<sup>26</sup>. Isso é o Brasil sonhando ser o imperialismo no quintal descoberto dos EUA, o sub-imperialismo em estado puro, cristalino e aos olhos de quem dúvida.

4. Estatização via decreto, sendo esta a mais justa e de interesse popular, e também a mais ousada e que depende de construirmos uma correlação de forças baseada num pujante movimento de massas.

### **Comentários finais**

Nos últimos anos as forças populares tiveram papel importante no enfrentamento de projetos das classes dominantes em conluio com a internacional. O projeto da ALCA foi barrado por pressão popular, por luta de massas e uma luta em todo continente. E isso na América Latina toda, que revive uma intensificação das lutas populares em defesa dos recursos naturais e estratégicos, com vitórias como na Bolívia, na Venezuela, como na composição que levou a vitória popular no Equador, no Paraguai, no Uruguai, e assim sucessivamente. Há um sinal claro que marca um novo momento da luta pelos recursos estratégicos, que no Brasil se destacam o petróleo, a biodiversidade, a água, a terra.

Nesse caso temos um conflito aberto de interesses que poderíamos resumir em dois campos muito cristalinos: forças populares e os interesses da burguesia brasileira e internacional. E nesse meio temos um “campo” que pode jogar um papel de coesão entre setores dos dois campos principais e resultar numa saída conciliadora que na nossa história sempre foi a expressão dos interesses da burguesia com alguma dimensão popular. Construir um campo que privilegie as forças organizadas em torno da soberania nacional e popular - como o tema do petróleo - e impedir que o bloco antipopular se consolide garante a saída desejada pelos donos do poder de sempre. E conciliar interesses antagônicos, sob o signo da negociação, é a essência do atual momento.

Nosso desafio passa também por impedir que as questões de conjunto do setor sejam debatidas e definidas pelo legislativo federal, cenário de negociatas, das operações de rapina, propinas, subornos, patrocínios ilegais e do velho toma-lá-dá-cá. O tema deve

26 Considerando: valor de mercado da Petrobras R\$ 300 bilhões, equivalente a U\$ 168,5 bilhões. Com o aporte de aproximados U\$ 500 bilhões, esse valor alcançará U\$ 668,5 bilhões. A primeira hoje é a Petrochina, com um valor de mercado de U\$ 366,6 bilhões, seguida da Exxon Mobil no valor de U\$ 341,1.

ser debatido por todo povo, e definido em consulta direta, como um direito soberano do povo de decidir sobre questões de importância como essa. Sem a crença de que isso resolve a questão, mas certamente trará mais dificuldades para as forças da classe dominante e imperialismo imporem sua vontade. Sem isso, será mais um episódio de conciliação de classes, fantasma da nossa história. E nessas verdadeiras negociações, o que sempre sobra para o povo são a conta e algumas migalhas. No caso do petróleo será a poluição e a festa dos poucos sorridentes.

O tema é estratégico e está presente nas lutas mais importantes da América Latina e África, e independente do Pré Sal, é uma pauta que permanecerá. E a ela se associam outras, como a luta pelo controle do território para produção, do solo, resultando na luta pela terra, o mais antigo conflito de classes do nosso país; a luta pela energia e contra os projetos das barragens que visam altíssimas taxas de lucro de um serviço básico para o nosso povo; em defesa da Amazônia e biodiversidade; dos minérios; dentre outras. E são lutas que se agrupam em uma síntese: defesa do solo e subsolo, alvo da sanha do imperialismo e que na divisão internacional do trabalho define como estratégicas no nosso país e continente.

## **Bibliografia**

- Assembléia Popular. O Brasil que queremos. Expressão Popular. 2006. São Paulo.
- Assembléia Popular. Para debater a crise. Assembléia Popular. 1. ed. Março. 2009. São Paulo.
- Associação dos Consultores Legislativos e de Orçamentos e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados. Em discussão... A exploração do pré-sal. Cadernos ASLEGIS 1. set/dez. 2008.
- Beer,Max. História do socialismo e das lutas sociais. Expressão Popular. 2006. São Paulo.
- Benjamin, César. et. al.: A Opção Brasileira. Contraponto. 1998. Rio de Janeiro.
- Biondi, Aloysio: O Brasil privatizado. Editora Fundação Perseu Abramo. 10. reimp. 2001. 1999.
- Ceceña, Ana Esther. Mapas. Observatorio Latinoamericano de Geopolítica. Acessado em [www.geopolitica.ws](http://www.geopolitica.ws)
- Chomsky, Noam: A política externa dos Estados Unidos da segunda guerra mundial a 2002.
- Coggiola, Osvaldo. A revolução iraniana. Editora UNESP. 2008. São Paulo. Revoluções do século 20.
- Consulta Popular, Cartilha Nº 14, Fevereiro. 2005.
- Consulta Popular: O neoliberalismo, ou o mecanismo para fabricar mais pobres entre os pobres.
- Consulta Popular: Cartilha Nº 5, Julho. 1999. São Paulo.
- Consulta Popular: Resoluções da 3ª Assembléia Nacional. Consulta Popular. (Cartilha Nº 19). 2007. São Paulo.
- Debord, Guy: A sociedade do espetáculo. Contraponto. 1997. Rio de Janeiro.
- Dep. Ferro, Fernando e Dep. Paulo Teixeira (Relatores). Os desafios do pré-sal. Câmara dos Deputados e Conselho de Altos Estudos e avaliação Tecnológica. 2009. Brasília.

Fattorelli, Maria Lucia (org.): Auditoria da dívida externa: questão de soberania. Contraponto: Campanha Jubileu Sul. 2003. Rio de Janeiro.

Fiori, José Luís: O poder global e a nova geopolítica das nações. Boitempo Editorial. 2007. São Paulo.

Fiori, José Luís (org.): Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Editora Vozes. 1999. Petrópolis, RJ.

Furtado, Celso. A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina. Civilização Brasileira. 1973. Rio de Janeiro.

Fuser, Igor: Petróleo e poder: o envolvimento militar dos Estado Unidos no Golfo Pérsico. Editora UNESP: Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UNESP, Unicamp e PUC-SP. 2008. São Paulo.

Hobsbawm, Eric J.: Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991. Companhia das Letras. 1995. São Paulo.

Hobsbawm, Eric J. A era das revoluções: Europa 1789-1848. Editora Paz e Terra. 20. ed. 2006. São Paulo.

Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial e Instituto Talento Brasil. Estudos sobre o pré-sal. (Dezembro). 2008.

Löwy, Micahel (Org.): O Marxismo na América Latina. Editora Fundação Perseu Abramo. 2. ed. ampliada, 2006. 1999. São Paulo.

Maringoni, Gilberto: A Venezuela que se inventa. Editora Fundação Perseu Abramo. 2004. São Paulo.

Netto, José Paulo: Economia política: uma introdução crítica. Cortez Editora. 3. ed. 2007. São Paulo.

Nogueira Batista, Paulo: O conselho de Washington: a visão neoliberal dos problemas da América Latina. Consulta Popular. (Caderno Dívida Externa Nº 6, Setembro). 1994. São Paulo.

PETROBRAS. Plano de Negócios 2009-2013. PETROBRAS. 26-1-2009.

Prado Junior, Caio: Historia econômica do Brasil. Brasiliense. 45ª reimp. 1998. São Paulo.

Prado Junior, Caio: Formação do Brasil contemporâneo: Colônia. Brasiliense. 23. ed. 2007. São Paulo.

“Uma proposta para o pré-sal”. Entrevista com Ildo Sauer. Retrato do Brasil Nº 15, Outubro-Novembro, 28-43. 2008.

Santos, Milton. Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal. Record. 10. ed. 2003. Rio de Janeiro.

**Páginas da internet:**

[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090728/not\\_imp409473,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090728/not_imp409473,0.php) – acesso dia 29 de julho as 22:31.

<http://www.blogspetrobras.com.br/fatosedados/>

<http://contasabertas.uol.com.br/asp/>

[http://www.bdep.gov.br/custos\\_anual.jsp](http://www.bdep.gov.br/custos_anual.jsp)

<http://nxt.anp.gov.br/NXT/gateway.dll?f=templates&fn=default.htm&vid=anp:10.1048/enu>

construtoras

**As origens da internacionalização das  
empresas de engenharia brasileiras**

Pedro Henrique Pedreira Campos



## As origens da internacionalização das empresas de engenharia brasileiras\*

Pedro Henrique Pedreira Campos\*\*, Universidade Federal Fluminense

Recentemente, em entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura de São Paulo, o presidente venezuelano Hugo Chávez teve que responder à seguinte pergunta de um representante da construtora Norberto Odebrecht:

Presidente Hugo Chávez, boa noite. Em 2006, o senhor deverá inaugurar um complexo rodoviário e a ponte sobre o rio Orenoco, que é a obra mais emblemática em termos de integração sul-americana. Este projeto, adicionado aos estudos que estão sendo desenvolvidos para a construção da infra-estrutura energética através de um gasoduto ligando Argentina, Brasil e Venezuela, não virão a significar aquela auto-estima que nós tanto precisamos para começarmos o caminho da independência sul-americana?<sup>1</sup>

A resposta dada pelo presidente foi de grande entusiasmo e em total acordo com a mensagem implícita na indagação feita pelo executivo da empresa brasileira. Em um programa cheio de jornalistas questionadores do governo chavista, esse foi um dos raros momentos de conforto para o líder venezuelano.

Esse diálogo remete a um processo bastante vigoroso por que passam as empresas brasileiras de indústria de construção desde a década de 1970, o da sua transformação em multinacionais. Pode-se dizer, sem grande chance de erro, que atualmente os ramos mais internacionalizados da economia brasileira são o de engenharia e o de siderurgia, contando com diversas transnacionais que atuam em várias partes do mundo. As principais empreiteiras nessa situação são Norberto Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Mendes Júnior, Queiroz Galvão e OAS. Todas elas têm presença consolidada no exterior e serão citadas constantemente daqui por diante.

Para compreender esse processo, é necessário retornar algumas décadas da história e debruçar-se sobre grandes obras feitas no país e sobre a penetração de representantes

\* Agradeço a leitura do texto e as sugestões sempre pertinentes de Virginia Fontes.

\*\* Doutorando em História social na Universidade Federal Fluminense e professor de História na UERJ-FFP.

1 Programa exibido em 03/10/2005 e transcrito no endereço <http://rodaviva.fapesp.br/>, sítio acessado em 20 de janeiro de 2008.

dessas empresas e de suas agências específicas no aparelho de Estado. A partir do poder do grupo e também das diferentes conjunturas passadas pela economia brasileira nas últimas décadas será possível explicar esse processo de internacionalização.

Essas grandes firmas de construção civil nacionais surgiram por volta da década de 40. Como o nome de quase todas deixa mostrar, são empresas de origem familiar e nacional. A Odebrecht (NO) foi fundada na cidade de Salvador, em 1944, por Norberto Odebrecht, descendente de imigrantes alemães que chegaram a Santa Catarina em meados do século XIX. A Andrade Gutierrez (AG) foi criada em 1948 por Flávio Gutierrez e pelos irmãos Gabriel e Roberto Andrade e é mineira, assim como a Mendes Júnior (MJ), de 1953. A Camargo Corrêa (CC) é a mais antiga de todas, de 1939, gerada em Jaú, interior de São Paulo, por Sebastião Ferraz de Camargo Penteado, uma das maiores fortunas brasileiras, e Sylvio Brant Corrêa. A pernambucana Queiroz Galvão (QJ) nasceu em 1953 das mãos de três irmãos, Antonio, Mário e Dário Queiroz Galvão. Por fim, a OAS é a mais novata de todas, datando de 1976, em Salvador<sup>2</sup>.

Um dos motivos que explica o fato de três das maiores empresas de engenharia terem origem nordestina é o grande número de obras de infra-estrutura locais nas décadas de 1950 e 1960, principalmente por conta da SUDENE e das usinas hidrelétricas na região – o potencial hidrelétrico do Nordeste é o mais explorado dentre as regiões do Brasil. A maioria dessas empresas não manteve as sedes nos estados de origem, fazendo com que, hoje, as quatro maiores tenham centro nacional no Rio e em São Paulo. Outra aparente distorção na origem regional das companhias é a presença de apenas uma construtora paulista e duas mineiras. Para entender essa peculiaridade é preciso voltar os olhos para os cinco anos da administração do presidente mineiro Juscelino Kubitschek.

No Plano de Metas do governo JK, estavam previstos 10 mil quilômetros de rodovias a serem construídas, mas, em 1960, haviam sido feitos 20 mil quilômetros, ao passo que, no mesmo período, foram criados 826 km de estradas de ferro. Esses números se relacionam diretamente com a escolha do modelo rodoviário no Brasil, que remete à chegada das grandes montadoras multinacionais no período, quais sejam Volkswagen, General Motors, Mercedes-Benz e Toyota. Um caso mais emblemático no período é o da construção da estrada Belém-Brasília, enorme rodovia realizada pela Queiroz Galvão que corta grande parte do território nacional e que foi utilizada como marco de integração da Amazônia, segundo o discurso oficial. A mineira Andrade Gutierrez ganhou a oportunidade de fazer a sua primeira obra interestadual no período, com a BR-3, atual BR-040, no trecho que liga o Rio de Janeiro a Belo Horizonte<sup>3</sup>.

2 <http://www.odebrecht.com.br/> acessado em 19 de agosto de 2007; <http://www.andrade-gutierrez.com.br/> acessado em 20 de agosto de 2007; <http://www.camargocorrea.com.br/> acessado em 20 de agosto de 2007; <http://www.mendesjunior.com.br/> acessado em 20 de agosto de 2007; <http://www.queirozgalvao.com.br/> acessado em 30 de agosto de 2007; <http://www.oas.com.br/> acessado em 20 de agosto de 2007.

3 MARANHÃO, Ricardo. O Governo Juscelino Kubitschek. Coleção Tudo é História. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 44-67.

Porém, a maior área de ganho das empreiteiras não foi e nem é a construção de rodovias e sim as hidrelétricas e barragens. Foi nesse tipo de obra que essas firmas mais auferiram lucros e acabaram se consolidando. Ainda no governo JK, foram construídas duas grandes hidrelétricas, as de Furnas e de Três Marias, que junto com outros projetos aumentaram em 65% a produção energética nacional. A construção da usina de Furnas foi importante para o fortalecimento da empresa mineira Mendes Júnior, que a construiu e acabou se tornando a primeira multinacional brasileira de engenharia.

Outra importante alavanca para o ramo da construção pesada nacional foi a Petrobras e os seus requisitos na área de engenharia. Todas essas companhias prestaram serviços para a estatal e tiveram lucros com isso, havendo o caso extremo da Odebrecht que, em sua apresentação empresarial se orgulha de ter construído para a empresa refinarias, plataformas, estradas, prédios – inclusive o prédio-sede da BR na avenida Chile, no Rio –, portos e ter perfurado nada menos do que 140 poços de petróleo e gás no mar.

Se o governo de Juscelino possibilitou amplas encomendas para a construção civil brasileira, o regime ditatorial constituiu o período com maiores oportunidades para essas empresas na história recente. Em primeiro lugar, a política dos governos ditatoriais foi, em geral, benéfica para o grande capital. Medidas como o rebaixamento do salário mínimo e restrições para os aumentos salariais, imposição de silêncio aos sindicatos, o incentivo às fusões de empresas, a criação das poupanças compulsórias do FGTS, PIS e PASEP, a inação forçada da justiça do trabalho e de mecanismos fiscalizadores típicos propiciaram o crescimento dos lucros privados e a consolidação de conglomerados empresariais. No caso da construção civil, as restrições à justiça trabalhista e aos mecanismos fiscalizadores – tais como imprensa, ministério público – tiveram o efeito perverso de incrementar em grande escala os acidentes de trabalho<sup>4</sup>.

Para o setor da construção, importantes medidas do regime ditatorial foram a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e a encomenda de grandes obras às empreiteiras. O BNH foi projetado antes do período ditatorial por membros do IPES/IBAD como Sandra Cavalcanti, aliada de Carlos Lacerda e secretária de seu governo no estado da Guanabara, e outros agentes que participaram do planejamento do golpe de 64. Criado logo após a derrubada de João Goulart, o BNH estava incluído na reformulação do sistema financeiro nacional, que incluiu também a criação do Banco Central e do Sistema Federal de Habitação. O banco tinha o propósito de implementar políticas governamentais de habitação, refinar o crédito habitacional, remover favelas, dentre outras incumbências menores. Os recursos utilizados pelo banco estatal eram oriundos

4 MENDONÇA, Sônia Regina de; FONTES, Virgínia Maria Gomes de Mattos. História do Brasil Recente: 1964-1992. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1996. p. 66-9; IANNI, Octavio. A Ditadura do Grande Capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. p. 69-78.

do FGTS e da poupança voluntária. Forjado para o financiamento de casas para as classes populares, o BNH foi utilizado preferencialmente para custear imóveis de pessoas de rendimento médio, já que não se admitia a hipótese de subsídio total das casas<sup>5</sup>.

5 FONTES, Virgínia Maria Gomes de Mattos. Rupturas e Continuidades na Política Habitacional Brasileira, 1920-79. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF/CHF/PPGHIS, 1986. p. 120-8; 156-63; DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 231-52; 446-7.

Se o BNH é um elemento central para se compreender o fortalecimento das empresas de construção imobiliária, as grandes obras realizadas a partir de 1964 explicam em boa medida a robustez das grandes firmas de engenharia nacional no fim do período ditatorial. O modelo rodoviário, estabelecido na gestão JK, foi reiterado, com a construção de grandes estradas, como a Transamazônica e outras, em especial na região Norte do país. Isso fez com que, no final da década de 1970, mais de 80% de todo o transporte no país fosse feito em rodovias. As hidrelétricas de grande porte viraram regra nas construções para a área de energia, chegando ao ápice da construção de Itaipu, a maior hidrelétrica do mundo em atividade até hoje, com uma potência de 14.000 MW. Além da hidrelétrica no rio Paraná, podem ser destacadas as usinas de Tucuruí I e II, Ilha Solteira, Xingó, Paulo Afonso IV e Itumbiara, todas com mais de 2.000 MW de potência instalada. No período, houve outras grandes obras como a construção das linhas de metrô urbano, estádios, pontes, túneis, usinas nucleares e outras<sup>6</sup>.

6 MANTEGA, Guido; MORAES, Maria. Acumulação Monopolista e Crises no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 59-71.

Maria Moraes e Guido Mantega afirmam que, no final da década de 1970, a economia nacional se mostrava mais madura, mais autônoma que anteriormente, com a emergência de grupos monopolistas em três setores: na produção de bens de produção, na área financeira e na de construção civil. Por grupos monopolistas, entenda-se grandes grupos empresariais que têm um controle monopolista ou oligopolista sobre um determinado ramo da produção. São grupos de formação e constituição razoavelmente nacional, apesar de estarem na órbita da produção de bens duráveis, ramo dominado pelas multinacionais. Os bens de produção tiveram um grande crescimento durante o chamado período do “milagre”, com a triplicação da produção no setor. Os bancos brasileiros foram altamente beneficiados pela reformulação do sistema financeiro nacional e pela emissão de papéis do governo, ganhando caráter nacional e grande penetração no aparelho de estado no final do período ditatorial. Por fim, o setor da construção civil teve crescimento destacado em função da nova política habitacional e das grandes obras<sup>7</sup>.

7 MANTEGA, Guido; MORAES, Maria. Acumulação Monopolista e Crises no Brasil. op. cit. p. 13-20.

As empresas construtoras se organizaram em aparelhos privados de hegemonia para garantir posições estratégicas no aparelho de Estado, impulsionando medidas benéficas, políticas favoráveis, além das obras de infra-estrutura. Esses organismos específicos asseguram a representação e reivindicação dos interesses das construtoras dentro do aparelho de Estado. Desde o final da década de 1950, foram criadas diversas

agências desse tipo, como a Câmara Brasileira de Construção Civil (CBIC), em 1957, o Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (SINICON), em 1959, e, por fim, a mais importante de todas, a Associação Brasileira de Engenharia Industrial (ABEMI), em maio de 1964. Esse último órgão reúne as principais empresas do ramo e tem maior projeção que as outras agências, por ter interlocução com a Petrobras e também maior acesso à mídia e à imprensa<sup>8</sup>.

Com seu grande porte e alta capacidade organizativa, as empresas do setor reunidas em torno de alguns objetivos comuns puderam barganhar e pressionar por políticas favoráveis ao longo do regime ditatorial, fator decisivo para a monopolização das empresas no final dos anos 70. E é exatamente nesse período que as empreiteiras brasileiras deixam de atuar unicamente no país para entrar em grandes projetos no exterior. Apesar de essa tendência se evidenciar claramente apenas no final da década de 1970 e início dos anos 1980, antes disso, a Mendes Júnior solitariamente participou de alguns projetos no exterior. Em um momento em que o Brasil não tinha nenhuma outra multinacional no ramo, a empresa construiu uma hidrelétrica na Bolívia, de 1969 a 1973, e uma rodovia na Mauritània, de 1975 a 1979. No final da década de 1970, quando outras empresas do ramo já começavam a participar de projetos no exterior, a construtora mineira participou de um interessante mecanismo da política externa do governo Geisel. Como o petróleo tinha quadruplicado de preço em 1973 e a balança de comércio com o Iraque era em muito desfavorável para o Brasil, a solução encontrada pelo Itamaraty foi a de trocar petróleo por serviços de engenharia. Nessas circunstâncias, a MJ foi convidada para a construção de uma ferrovia, uma rodovia expressa e uma estação de bombeamento do rio Eufrates, o chamado projeto Sifão. Ao valor de US\$ 1,3 bilhão, as obras mobilizaram 10 mil trabalhadores brasileiros e tiveram por saldo a abertura do valioso mercado do Oriente Médio para outras empreiteiras brasileiras, região até hoje com obras da Odebrecht e Andrade Gutierrez. Apesar de a Mendes Júnior ter incrementado sua participação no exterior nas décadas de 1980 e 1990 com hidrelétricas, obras de metrô, minas e tratamento de água na China e no Chile, ela não participa hoje do rol das principais multinacionais brasileiras da indústria de construção<sup>9</sup>.

As demais firmas de obras pesadas começaram a se internacionalizar em fins da década de 70. Em 1979, a construtora Norberto Odebrecht iniciou obras de barragens no Chile e no Peru, consolidando sua fase internacional iniciada com uma construção feita no Paraguai, a partir de 1973. Em 1978, a Camargo Corrêa começou a construção da hidrelétrica de Guri, na Venezuela, a segunda em potência do mundo, então, com

8 <http://www.cbic.org.br/> acessado em 26 de julho de 2007; <http://www.sinicon.org.br/> acessado em 20 de agosto de 2007; [www.abemi.org.br](http://www.abemi.org.br/) acessado em 5 de abril de 2007.

9 <http://www.mendesjunior.com.br/>

capacidade instalada de 10.300 MW. Em 1983, A Andrade Gutierrez estabeleceu o seu primeiro projeto no exterior, o de uma rodovia no Congo. Com uma barragem próxima a Montevidéu, a Queiroz Galvão fincou os pés na América Latina, em 1984. Por fim, a OAS tem projetos internacionais desde 2003<sup>10</sup>.

10 <http://www.odebrecht.com.br/>; <http://www.andradegutierrez.com.br/>; <http://www.carmargocorrea.galvao.com/br/>; <http://www.oas.com.br/>.

A dispersão dessas empresas pelo mundo, em seguida, só tendeu a aumentar, mas não seguiu em uma ordem aleatória. Muito pelo contrário, o que se vê são focos bem claros nesse processo. Em primeiro lugar, mais da metade das obras no exterior se situa na América Latina, preferencialmente nos países da América do Sul. A presença marcante na América do Sul é o traço fundamental da internacionalização dessas empresas e um caso emblemático disso é a Bolívia, o único país do mundo em que todas as cinco grandes empresas construtoras brasileiras estão presentes. Após a América do Sul e América Latina, o alvo são os chamados países subdesenvolvidos, em especial a África e, em menor escala, o Oriente Médio. As incursões nos países desenvolvidos é marginal, sendo emblemático o fato de que apenas duas empresas, a AG e a NO, estejam presentes em um mercado gigante como o norte-americano e apenas a Odebrecht tenha presença na Europa para além de Portugal. A explicação para isso é o alto desenvolvimento das empresas de engenharia dos centros dominantes do capitalismo mundial. Enquanto as grandes empresas de construção civil norte-americanas, europeias e japonesas tornam os mercados dos seus países de origem dificilmente penetráveis para as empresas brasileiras, regiões como a América Latina, a África e a Ásia apresentam um quadro inverso; não tem empresas poderosas o suficiente para fazer frente às grandes brasileiras.

O continente africano apresenta exatamente essas características e, por isso, é o segundo mercado preferencial para as construtoras brasileiras, destacando-se a África portuguesa. Após a independência desses países, muitas obras foram encomendadas a empresas estrangeiras pagas com recursos da exportação de matérias-primas e recursos minerais. O caso de Angola é emblemático. Independente em 1975, o país de governo comunista teve como primeiro país estrangeiro a reconhecer a sua independência o Brasil, que tinha então um Estado ditatorial de direita. Logo em seguida, a Petrobras passou a atuar no país e, já em 1980, também a Odebrecht, para construir hidrelétricas, estradas e sistemas de abastecimento de água. Hoje, a empreiteira tem quase 11 mil funcionários no país e divide o mercado de engenharia local com AG, CC e QG<sup>11</sup>.

11 O Globo. Caderno de Economia. Reportagens de Eliane Oliveira e Ramona Ordoñez. 20 de agosto de 2006. p. 38.

A presença em Portugal também é marcante na trajetória das transnacionais brasileiras da construção, após as aquisições feitas pela Odebrecht e pela Andrade Gutierrez de empreiteiras locais nos anos 1980. Em 1988, a Norberto Odebrecht comprou o José Bento Pedrosa & Filhos, rebatizada para Bento Pedrosa Construções S.A. (BPC) e, na mesma década, a AG obteve a portuguesa Zagope. Os frutos da entrada das duas empreiteiras naquele mercado foram a participação da construção do metrô de Lisboa tanto pela Andrade Gutierrez como pela Odebrecht a partir de suas empresas afiliadas locais, como a participação nas obras da ponte Vasco da Gama e de rodovias portuguesas pela companhia controlada pela Odebrecht<sup>12</sup>.

12 <http://www.odebrecht.com.br/>; <http://www.andradegutierrez.com.br/>

O movimento de internacionalização dessas empresas não se reduziu ao fim do regime ditatorial; muito pelo contrário, mostra-se fortemente atual. Por isso, vemos diariamente nos jornais notícias como a da morte de um funcionário da Odebrecht no Iraque invadido pelos Estados Unidos; a tentativa da CC, AG e QG de participar da ampliação do Canal do Panamá, obra orçada em US\$ 5,2 bilhões; a expectativa de rescisão pelo governo boliviano de um contrato com a Queiroz Galvão para a construção de uma estrada no país por conta de graves denúncias de irregularidades no processo de licitação e construção; a presença das principais empreiteiras brasileiras em projetos de infra-estrutura promovidos pelos petrodólares do governo de Hugo Chávez na Venezuela; dentre muitas outras<sup>13</sup>.

13 <http://www.oglobo.com/> acessado em 21 de janeiro de 2008; <http://www.mre.gov.br/> acessado em 22 de janeiro de 2008.

Hoje, essas companhias, juntas, estão presentes em 35 países do mundo e tem boa parte de suas receitas provenientes do exterior. A empresa-líder desse processo, a construtora Norberto Odebrecht, já teve obras em 30 países do mundo e, atualmente, tem *80% de todas as suas receitas oriundas de atividades no exterior*, índice inédito no Brasil.

Em 2004, as exportações de serviços das empresas de engenharia brasileiras chegaram a US\$ 2,3 bilhões, prevendo-se US\$ 3 bi para 2005 e US\$ 4 bi para 2006, números que provavelmente foram alcançados. Para essa trajetória ascendente dos últimos anos foi fundamental uma política do governo Lula de financiamento das exportações, incluindo a de serviços. De acordo com os parâmetros dessa política, o BNDES e o Banco do Brasil resguardam uma linha de crédito específico para as exportações de empresas nacionais. Assim, bancos estatais financiam obras por toda a América do Sul, África e outros locais<sup>14</sup>.

14 <http://www.cbic.org.br/> acessado em 22 de janeiro de 2008.

O ano de 2006 foi um marco para a internacionalização das empresas brasileiras em geral, não só as de engenharia. Ao longo desse ano, as empresas brasileiras fizeram um volume de investimentos no exterior maior do que o das empresas estrangeiras

no Brasil. Empresas nacionais investiram US\$ 27,2 bilhões no exterior enquanto as multinacionais estrangeiras entraram com US\$ 18,6 bilhões no Brasil. Esses números, porém, são bem discutíveis, já que US\$ 19 bilhões desses recursos que saíram correspondem à compra da Inco, empresa canadense de mineração, pela Vale do Rio Doce. As multinacionais brasileiras incluem Petrobras, Vale, CSN, Gerdau, Coteminas e as empresas de engenharia<sup>15</sup>.

15 <http://www.alusa.com.br/noticias/> acessado em 22 de janeiro de 2008.

Além dos números de investimentos, é interessante focar um dado que sempre era observado no sentido inverso, o das remessas de lucro para o exterior. Não se deve dar ênfase apenas ao que a economia brasileira remete para fora em lucros e dividendos de transnacionais instaladas no país. Em 2005, entraram no país US\$ 641 milhões de remessas de empresas brasileiras estabelecidas no estrangeiro e, em 2006, foram US\$ 928 milhões, um aumento de quase 50%, mesmo com a conjuntura cambial desfavorável, de desvalorização do dólar. Esperava-se para 2007 a ultrapassagem da barreira do bilhão de dólares, com a manutenção dessa tendência. Esses números ainda são irrisórios quando comparados com o valor da remessa de lucros e dividendos das multinacionais instaladas no país para o exterior, de US\$ 16,3 bilhões em 2006, mas não se pode desprezar e entrada de 1 bilhão de dólares de lucros de empresas nacionais no país<sup>16</sup>.

16 O Globo. 26/01/2007. Reportagem de Patrícia Duarte. <http://oglobo.globo.com> acessado em 24 de janeiro de 2008; <http://www.alusa.com.br/noticias/> acessado em 22 de janeiro de 2008.

Uma outra tendência paralela à internacionalização é encontrada quando se pesquisa a trajetória dessas empresas de construção. Todas elas diversificaram suas áreas de atuação diante da diminuição das grandes obras no país na decadência da ditadura. Essa ramificação é visível em diversos segmentos, como energia, telecomunicações, petroquímica, cimentos, calçados, têxteis e outros. Um primeiro tipo de ramificação é o da integração de processos<sup>17</sup>, em que as empresas investem em atividades subsidiárias às que vinham desenvolvendo, como a atuação no mercado imobiliário, ou passam a produzir o que antes cabia a seus fornecedores, aço e cimento, por exemplo. Outro caminho comumente traçado foi a participação em concessões públicas a partir das políticas neoliberais. Assim, todas as cinco grandes empreiteiras têm concessões nas áreas de rodovias, telefonia, geração e distribuição de energia elétrica e outros, inclusive no exterior, onde a Odebrecht tem, por exemplo, contratos para exploração de estradas em Portugal e de abastecimento de água na capital de Angola.

17 HOBSON, John Atkinson. A Evolução do Capitalismo Moderno: um estudo da produção mecanizada. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985. p. 108-9.18

Essa tendência é tão acentuada que as empresas têm perdido o seu caráter original de construtoras, convertendo-se em conglomerados monopolistas com uma variada carteira de investimentos, dentre os quais o de construção de obras de infra-estrutura se

tornou minoritário. Assim, as organizações Odebrecht incluem a famosa construtora e também uma empresa muito maior, a Braskem, conglomerado petroquímico que possui pólos no Sul e no Nordeste, líder na América Latina e o terceiro grupo petroquímico das Américas, atrás apenas das gigantes Exxon e Dow Chemical. A empresa foi criada a partir da privatização de empresas como a Salgema Indústrias Químicas, PPH e Poliolefinas, nas décadas de 80 e 90. O enorme tamanho da Braskem diminui o porte da construtora no grupo como demonstram os números: 68,85% das receitas das organizações Odebrecht em 2006 eram provenientes da química e petroquímica, enquanto 30,89% eram oriundos da construção e engenharia. Outros projetos da organização se situam nas concessões rodoviárias, concessões de energia e até no agonegocio, em que a empresa ETH, pertencente ao grupo, pretende investir R\$ 5 bilhões no setor de açúcar e de álcool até 2014<sup>18</sup>.

A Andrade Gutierrez passou por um processo similar, apesar de ser especializada em outra atividade, a concessão de telefonia e telecomunicações. Mesmo participando de concessões como a da rodovia presidente Dutra, da ponte Rio-Niterói, da Rio-Teresópolis, da Via Lagos, da distribuição de energia na cidade do Rio de Janeiro e da ligação hidroviária entre Rio e Niterói através da AG Participações, o cerne da ramificação da companhia mineira é na área de telecomunicações, a partir da privatização da Telebrás, em 1998, certamente um grande negócio. A empresa é a terceira acionista da Telemar, atual Oi, com 10,28% do seu capital votante, e também da empresa Contax, da área de “callcenter”, que tem 48 mil funcionários. Atualmente, está envolvida na compra da Brasil Telecom, negócio que fará com que a fatia da construção se reduza a 40% nos negócios do grupo AG, menos que o de telecomunicações<sup>19</sup>.

Queiroz Galvão, OAS e Mendes Júnior também têm negócios nas áreas financeira – principalmente nos empréstimos consignados e com desconto em folha –, concessões rodoviárias, abastecimento de água, controle de hidrelétricas, siderurgia, engenharia ambiental, agroindústria e petroquímica. Porém, nenhuma delas se compara aos tentáculos criados pela empresa criada por Sebastião Camargo Penteado. Dificilmente alguém lembraria mais da Camargo Corrêa do que de marcas como as dos calçados Havaianas, Rainha e Topper, pertencentes ao grupo, ou das grifes Levi’s, Gap e Lee, cujos tecidos são fornecidos pela Santista Têxtil, empresa do grupo CC. A ramificação da empresa a caracteriza como caso clássico de grupo monopolista que tem um leque extremamente variado de atividades. Fazem parte do grupo empresas de engenharia, edificações, equipamentos elétricos, empreendimentos imobiliários, construção naval, cimento, calçados, têxteis, siderurgia, táxi aéreo, gestão ambiental, agropecuária e

18 O Globo. Coluna do Ancelmo Góis. 31 de agosto de 2007. p. 24; <http://www.odebrecht.com.br/>

19 <http://www.andradegutierrez.com.br/>; O Globo. Coluna de Ancelmo Góis. 17 de janeiro de 2008. p. 14.

concessões nas áreas de energia e rodovias. A Camargo Corrêa é acionista de empresas famosas e poderosas como Cimentos Cauê e Loma Negra, a empresa têxtil Alpargatas, a siderúrgica Usiminas e Itaúsa, holding que controla o banco Itaú, a Itautec-Philco, Duratex, Deca e outras. Isso tudo faz que a engenharia fique minorada dentro das atividades do grupo monopolista. Nos dados de 2003, a construtora representava apenas R\$ 1,4 bilhão dos R\$ 7,4 bilhões de receita de todo o grupo<sup>20</sup>.

20 <http://www.mendesjunior.com.br/>; <http://www.queirozgalvao.com.br/>; <http://www.camargocorrea.com.br/>; <http://www.oas.com.br/>

### **Nos caminhos de uma explicação**

A pesquisa que deu origem a esse artigo é ainda incipiente, sendo necessárias a coleta de mais informações e a discussão de diferentes hipóteses explicativas para se alcançar uma compreensão mais conclusiva do problema. Isso não impede que se faça um primeiro encaminhamento da questão, destacando-se as características e a historicidade desse processo de internacionalização, com vistas a encontrar a melhor explicação possível para o fenômeno.

As incursões das empresas de engenharia no exterior têm a “coincidência” de acontecerem quase ao mesmo tempo. Com a exceção da Mendes Júnior, com seu vôo solitário nos anos 70, as quatro outras grandes empresas de construção iniciaram seus projetos em território estrangeiro no período entre 1978 a 1984. A diversificações de atuação também começam no início da década de 80, acentuando-se esse processo com as desestatizações nos anos 90.

Baseado em leituras de Rudolf Hilferding e John Hobson, Lênin mostrou que a expansão do capital em escala mundial é um fenômeno inserido na lógica do capitalismo e se deve à busca de altas taxas de lucro<sup>21</sup>. As possibilidades de investimentos e de obtenção de grandes lucros na área de construção pesada e infra-estrutura no Brasil em fins da década de 1970 diminuíram consideravelmente devido à crise do “milagre”, ou melhor, ao esgotamento do modelo econômico da ditadura civil-militar<sup>22</sup>. A capacidade do Estado de encomendar grandes obras a essas firmas ficou reduzida devido aos índices de endividamento público e como o Estado era o principal cliente dessas companhias, houve a necessidade de ramificar ou buscar novos clientes. Essas empresas tinham adquirido experiência técnica e acumulado capital com as grandes obras desde meados da década de 50, o que facilitou a sua atuação em mercados como o latino-americano e o africano. Portanto, uma explicação possível para a internacionalização e diversificação das atuações dessas empresas pode ser encontrada na crise do modelo econômico dos anos 70 e na conseqüente diminuição de grandes obras de

21 LENIN, Vladimir Ilich. Imperialismo: fase superior do capitalismo. São Paulo: Global, 1985. passim; LENIN, Vladimir Ilich. O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. apud MANTEGA, Guido; MORAES, Maria. A economia política brasileira em questão, 1964-75. In: Cadernos do Presente. São Paulo: Aparte, 1978. p. 16.

22 Para a crise do “milagre”, ver SINGER, Paul Israel. A Crise do “Milagre”: interpretação crítica da economia brasileira. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

engenharia internamente e no estágio de consolidação monopolista que essas empresas tinham atingido no mesmo período.

Para que o sucesso dessas incursões no estrangeiro tenha ocorrido, não se pode deixar de lembrar a importância central que teve o Estado brasileiro. Se foi com grandes obras de infra-estrutura realizadas pelo Estado e política habitacional favorável que as companhias brasileiras de engenharia se fortaleceram – criando um oligopólio no mercado de construção pesada –, as políticas estatais foram fundamentais para a internacionalização dessas empresas. Através de políticas externas favoráveis, convites para projetos internacionais e financiamento direto, o Estado brasileiro foi decisivo para o processo de transnacionalização. Também para a ramificação das empresas, o aparelho de Estado teve papel essencial pelas privatizações realizadas e pela criação dos mercados de concessão rodoviária, de energia e outros.

A expansão dessas empresas pelo mundo pode se considerada imperialista no sentido de que se baseia na exportação de capitais, característica maior do imperialismo de acordo com a explicação de Lênin. O próprio capital financeiro, núcleo da expansão de capitais no final do século XIX e início do XX, também participa da expansão brasileira atualmente, via BNDES, BB e também de poderosos bancos privados estrangeiros e nacionais que financiam obras das construtoras no mundo. Notavelmente, há muitas diferenças entre a expansão mundial do capital atual em relação àquela ocorrida no início do século XX, mas não é possível negar a semelhança básica da tendência da exportação de capitais para busca de maiores taxas de lucro nos dois contextos. Por isso, as reflexões de Lênin parecem ser um bom ponto de partida para se tentar compreender o atual fenômeno do imperialismo.

**Os padrões de comportamento das  
“transbrasileiras” no Equador: extra-  
territorializando a responsabilidade do  
Estado brasileiro**

Natalia Landivar



## Os padrões de comportamento das “transbrasileiras” no Equador: extra-territorializando a responsabilidade do Estado brasileiro\*

Natalia Landivar, FIAN/Equador

### Introdução

Em novembro de 2008, a Comissão para a Auditoria Integral do Crédito Público (CAIC) divulgou os resultados da pesquisa que realizou durante 14 meses para analisar a ilegalidade e a ilegitimidade da dívida comercial, multilateral, bilateral e interna contraída por governos equatorianos entre 1976 e 2006. A principal conclusão desta auditoria consistiu em declarar a dívida pública como ilegal e ilegítima, o que fez com que o governo nacional decidisse suspender, num primeiro momento, o pagamento da mesma<sup>1</sup>, que em fevereiro de 2009 excedia US\$ 14,194 milhões, o equivalente a 27% do Produto Interno Bruto (PIB)<sup>2</sup>.

Além de oferecer um sustento legal para as ações que o Estado equatoriano pode empreender em defesa de sua soberania, a auditoria identifica claramente os organismos internacionais, empresas e países estrangeiros envolvidos na geração da dívida, e oferece a possibilidade daquelas pessoas e grupos, como parte do exercício de seus Direitos Humanos, pôr em execução processos de exigibilidade, em relação à reparação dos danos ocasionados por impactos ambientais e sociais negativos que causaram projetos financiados pela dívida externa.

Assim, o informe de auditoria da dívida pública mostrou a reponsabilidade que têm o Estado equatoriano, a Comissão de Estudos de Desenvolvimento da Bacia do Rio Guayas (CEDEGE), o Estado brasileiro, instituições financeiras, como o Banco do Brasil e o BNDES, a construtora Odebrecht, entre outras, nas ilegalidades contratuais cometidas, nos crimes ambientais e violações aos direitos humanos, provocados pela

\* Neste artigo contribuíram Alfredo Chum, Jimena Sasso e Cristina Morales

1 El Comercio. 11/19/2008. “Comisión de deuda externa halla indicios de ilegalidad.” [http://www.elcomercio.com/solo\\_texto\\_search.asp?id\\_noticia=152964&anio=2008&mes=11&dia=19](http://www.elcomercio.com/solo_texto_search.asp?id_noticia=152964&anio=2008&mes=11&dia=19)

2 El Universo. 03/05/2009. “La deuda pública aumentó en 13,4% desde diciembre”. In: <http://www.eluniverso.com/2009/05/03/1/1356/C3BE721FF1424E2EB7A6AA7662D68E22.html>

construção do Projeto Multipropósito “Jaime Roldós Aguilera” e seus componentes, a hidrelétrica Marcel Laniado de Wind, a represa Daule Peripa e o Trasvase (transposição) para a Península de Santa Elena.

Apesar desta obra, quando foi iniciada sua construção e em 1984, ter sido concedida como um importante produto da democracia, os resultados deste projeto são amplamente questionados pela CAIC. Por um lado, a represa de Daule Peripa e a hidrelétrica Marcel Laniado de Wind geraram benefícios limitados e ocasionaram rigorosos impactos sobre o meio ambiente e a população. Por outro lado, a construção do trasvase (transposição) trouxe conseqüências contraproducentes, pois em vez de gerar desenvolvimento na Península de Santa Elena, agravou as assimetrias socioeconômicas e o acesso desigual às terras produtivas e à água nesta região.

Neste sentido, este documento pretende mostrar o grau de influência negativa que teve a construtora “transbrasiliera” Norberto Odebrecht, o Banco do Brasil e o BNDES na vida de milhões de equatorianos devido à sua participação na construção e financiamento de grandes projetos de infraestrutura que não apresentaram benefício coletivo para o Equador. Este documento recolhe as evidências da auditoria da dívida pública contraída pelo Estado do Equador para a construção do trasvase (transposição de águas) para a Península de Santa Elena e compara estes resultados com outros projetos também financiados pelo capital brasileiro, numa tentativa de apresentar padrões de comportamento e atuação das empresas e bancos brasileiros no Equador. Com esta informação, nos perguntamos finalmente que papel assume o Estado brasileiro e suas “transbrasilieras”, assim como suas instituições financeiras na reparação de danos causados à população e ao país. Finalmente, dentro do atual contexto de integração regional, refletimos se é possível implantar um novo cenário para projetos de desenvolvimento no país e na região; num ambiente que parece continuar perpetuando os mesmos padrões de comportamento dos atores – governos, empresas e financistas etc. – que hoje auditamos e questionamos.

### **1. Projetos de desenvolvimento: sacrifício de muitos, benefício de poucos**

Grandes projetos de infraestrutura foram desenvolvidos pela Odebrecht – e por várias construtoras – no Equador: Daule Peripa, Hidrelétrica San Francisco, Trasvase (transposição) Santa Elena, Projeto Carrizal-Chone, Multipropósito Baba e muitos outros. Todos eles tiveram como ponto em comum o fato de terem sido concebidos a partir de uma visão de desenvolvimento hegemônica, difundida por instituições como o Banco

Mundial, que consideram que os recursos naturais devem ser exportados ao máximo para a obtenção de maiores lucros, sem respeitar os direitos humanos e os tempos e processos que os ecossistemas requerem para manter sua capacidade de carga<sup>3</sup>.

A partir desta visão, muitos dos megaprojetos que são impulsionados no Equador, sob o discurso de “desenvolvimento para todos, sacrifício para alguns” acabam beneficiando grupos de investidores, aqueles que monopolizam as terras das imediações e a água dos rios transportada pelos canais de irrigação para plantações agroindustriais de sua propriedade, utilizam a energia gerada pelas hidrelétricas, obtêm exonerações tributárias etc. Enquanto isso, as populações locais geralmente perdem seu acesso à terra e à água para a produção de alimentos. A natureza também sofre as consequências devastadoras do represamento dos rios, da erosão do solo, da poluição ou do desaparecimento de terras agrícolas que ocorreram devido a mudanças em seu uso. Tudo isso acaba gerando uma situação de mais desigualdade: em vez de gerar desenvolvimento e bem-estar coletivo, agravam os focos de subdesenvolvimento.

## 2. Capitais brasileiros no Equador

A empresa brasileira Odebrecht é uma das maiores transnacionais da América Latina. Como transnacional, tem negócios nos 5 continentes, de modo que o Brasil, a América Central e a América do Sul são as regiões que trazem mais renda à empresa. Vários projetos dos quais participa esta “transbrasileira” estão entre os mais polêmicos da América Latina.

Na atualidade, a empresa construtora pretende desalojar milhões de pessoas, sem o seu consentimento, nas margens do Rio Madeira para a construção da represa Santo Antônio – parte do Complexo do Rio Madeira, no estado brasileiro de Rondônia, na fronteira com o território amazônico. Por esta razão, as populações afetadas da Bolívia já apresentaram uma queixa ante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Outro país onde a Odebrecht foi alvo de questionamentos sociais e econômicos é o Panamá. Ali, a empresa encarregada da construção da auto-estrada Panamá-Colón, foi denunciada em 2007 por operários do Sindicato Único Nacional da Indústria, Construção e Similares (SUNTRACS) por contratar gente armada para enfrentar os trabalhadores que protestavam contra as demissões em massa e contra a obrigação de serem filiados a um sindicato controlado pela empresa brasileira Norberto Odebrecht. Um dos operários que protestava morreu assassinado pelos homens armados da Odebrecht<sup>4</sup>.

3 McCully Patrick (2004) “Ríos Silenciados. Ecología y Política de las grandes represas”. Pro- teger Ediciones. Argentina.

4 In: [www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=ES&cod=29213](http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=ES&cod=29213)

Da mesma maneira, na Argentina a Odebrecht se envolveu em um caso de corrupção na construção de um gasoduto, enquanto na cidade brasileira de São Paulo foi uma das empresas responsáveis pela queda de um túnel da linha 4 do metrô.

No caso específico do Equador, a Odebrecht foi amplamente questionada por seu recente trabalho em dois projetos em particular: o Sistema Carrizal-Chone e a Central Hidrelétrica San Francisco. Ainda que nos últimos dois anos estes casos tenham sido os mais divulgados nacionalmente por estarem impregnados de irregularidades técnicas, legais e financeiras – especialmente o segundo, que foi tão importante a ponto do governo nacional decidir expulsar a construtora do Equador – não são os únicos nem os mais relevantes no que se refere aos impactos que tiveram para a população, meio ambiente e finanças do país.

De fato, a história da Odebrecht no Equador se inicia há pouco mais de vinte anos, quando em 1987 a empresa se encarregou da construção do Trasvase (transposição de águas) para a Península de Santa Elena. Até 2008 – ano em que a Odebrecht foi expulsa do Equador, a construtora deveria realizar quatro projetos: o Sistema Carrizal-Chone, o aeroporto de Tena, o Projeto Multipropósito Baba e a hidrelétrica Toachi-Pilatón. A seguir identificaremos as irregularidades denunciadas pela Comissão para a Auditoria Integral do Crédito Público (CAIC) pela dívida assumida pelo estado Equatoriano no projeto do Trasvase (transposição de águas) para a Península de Santa Elena, fazendo referência a outros projetos executados pela “transbrasilereira”, onde se observam os mesmos padrões de comportamento.

### **3. Transposição do Rio Daule para a península Santa Elena e outros projetos**

O Trasvase (Transposição de águas) para a Península Santa Elena (PHASE Plano Hidráulico Aqueduto de Santa Elena) é parte do projeto de Multipropósito Jaime Roldós Aguilera (PMJRA), promovido pela Comissão de Estudos para o Desenvolvimento da Bacia do Rio Guayas (CEDEGE) e tinha como objetivo regular e controlar o imenso caudal que corre pelos rios da Bacia do Guayas até o mar.

O PMJRA é formado pela represa Daule Peripa, de uma superfície de 27.000 hectares, pela central hidrelétrica Marcel Laniado de Wind, situada na parte inferior da represa e por um sistema de irrigação e transposição de águas até a península de Santa Elena e até a província de Manabí para beneficiar a produção de mais de 100.000 hectares. O custo total da obra foi de US\$ 1.516,91 milhões, ou seja, 180% a mais do valor inicial combinado.

O PHASE consiste em um canal de mais de 120km, além do túnel Cerro Azul e das estações de boleoamento: uma no rio Daule e outra no açude de Chongón. Há também três represas de terra: Chongón (280 milhões de m<sup>3</sup>), El Azúcar (70 milhões de m<sup>3</sup>) e o açude de Cola Playas (dois milhões de m<sup>3</sup>). Este projeto foi implantado com o fim de desenvolver as atividades agrícolas, pecuárias, industriais e pesqueiras da Península de Santa Elena, assim como proporcionar uma fonte contínua, sustentável e suficiente de água potável, a partir da água do Rio Daule. O projeto, dividido em dois trechos, foi concebido de acordo com uma base de estudos que qualificava a zona como um futuro grande celeiro do país e polo de desenvolvimento econômico e social<sup>5</sup>.

Como veremos a seguir, o projeto do Trasvase (transposição) de Santa Elena, assim como a maioria dos demais projetos construídos pela Odebrecht, se caracterizou pelas múltiplas irregularidades legais e financeiras durante o processo de outorgamento de contrato e de créditos. Da mesma forma, a construção e execução do projeto gerou violações aos direitos humanos e impactos sociais e ambientais negativos para a população das imediações.

### **Contratos 'chave na mão' e abuso no uso de recursos públicos**

A Odebrecht foi a empresa adjudicatária para a construção do Trasvase (transposição) para a Península de Santa Elena e de obras complementares de infra-estrutura. Isso ocorreu a partir de um processo de licitação irregular realizado pelo CEDEGE em junho em 1987, que acabou adjudicando à empresa brasileira a construção de todas as partes contempladas da obra. A CAIC observou que depois da subscrição dos três contratos principais para a construção do PHASE, financiados em sua maioria pelo Banco do Brasil, outros 13 contratos complementários surgiram ao longo de mais de 15 anos<sup>6</sup>.

Esta quantidade exagerada de contratos complementares modificaram os contratos originais gerando prejuízo ao país. Primeiramente, permitiram a construção de novas obras que hoje demonstraram não cumprir com os objetivos sociais para os quais foram construídas; reduziram a quantidade de infra-estrutura ocasionando graves danos ao país, diminuíram a zona de irrigação inicialmente planejada, entre outros. Assim, a CAIC aponta que a represa San Vicente demonstrou não ter nenhuma utilidade, já que não existe disponibilidade hídrica, nem obras de infra-estrutura para irrigação que permitam sua funcionalidade<sup>7</sup>. Além disso, a decisão de não realizar o revestimento do Túnel Cerro Azul com o objetivo de poupar gastos, gerou a demolição e suspensão do mesmo em junho de 2007<sup>8</sup>.

5 CAIC. Informe Final de la Auditoría Integral de la Deuda Ecuatoriana. Volume IV, pág. 68. Novembro, 2008.

6 Idem. Volume III, pág. 203.

7 Idem. Volume III, pág. 247.

8 Idem. Volume III, pág. 200.

9 Este tipo de contrato permite que a construtora realize as mudanças que decida no plano inicial sem prévia aprovação estatal.

Este tipo de contrato é conhecido como “chave na mão” (“turn-key”)<sup>9</sup>. O mesmo foi assinado entre a Odebrecht e a Hidropastaza, em março de 2000, para a construção da central San Francisco, localizada na bacia do rio Pastaza e financiada pelo BNDES. Posteriormente foram aprovados 10 adendos modificativos que foram subscritos sem nenhum sustento legal e que custaram ao Estado US\$ 357 milhões, o que significou um aumento de quase 25% no valor inicial do projeto. Estas mudanças permitiram que a construtora instalasse turbinas de menor capacidade do que aquelas previstas no plano inicial e que, desta maneira, poupasse custos. A economia provocou, após apenas um ano de operação, a paralisação da hidrelétrica por falhas nas turbinas, no túnel e no sistema de enfrentamento, que foram detectadas por técnicos equatorianos.

Além de alterar a qualidade e a quantidade das obras planejadas, este tipo de contratação deixa a porta aberta para supervalorizar os preços do orçamento da obra e conseqüentemente, requerer novos empréstimos. No momento de subscrever os contratos entre a CEDEGE e a Odebrecht para a construção do PHASE, não se contava com o financiamento completo, por isso o Estado foi forçado a solicitar créditos adicionais que foram finalmente concedidos pela Corporação Andina de Fomento (CAF) e o Banco Nacional de Desenvolvimento do Brasil (BNDES). A soma total foi de US\$831 milhões, ou seja, 80% a mais do que o combinado. Este padrão de comportamento de parte da CEDEGE, Odebrecht, Banco do Brasil, BNDES e CAF, reflete, como divulga a CAIC, um abuso no uso de recursos públicos do Estado Equatoriano<sup>10</sup>.

10 CAIC. Informe Final de la Auditoría Integral de la Deuda Ecuatoriana. Volume III, pág. 203 e 211.

No caso do Sistema Carrizal-Chone, que foi suspenso pelo Ministerio do Litoral do Equador em junho de 2007, o preço estabelecido inicialmente pela Associação Odebrecht – Hidalgo & Hidalgo, era de US\$102 milhões, o que significava um encarecimento de US\$12 milhões a US\$33 milhões, segundo a auditoria realizada em julho de 2007<sup>11</sup>. Em consequência, em agosto do mesmo ano, a associação apresentou um novo orçamento de US\$84.888.118. A Nova proposta foi aceita pelo governo e as obras foram retomadas em setembro<sup>12</sup>. No entanto, a Secretaria Anticorrupção percebeu que o contrato assinado do tipo “chave na mão” deixava espaço para acrescentar rubricas (itens) de construção sem determinar seu valor. Além disso, se deu conta que um contrato complementar que diminuía em 47% a capacidade de geração de água para irrigação havia sido subscrito.

11 In: [http://www.elcomercio.com/solo\\_texto\\_search.asp?id\\_noticia=83951&anio=2007&mes=8&dia=8](http://www.elcomercio.com/solo_texto_search.asp?id_noticia=83951&anio=2007&mes=8&dia=8)

12 In: [http://www.elcomercio.com/solo\\_texto\\_search.asp?id\\_noticia=84944&anio=2007&mes=8&dia=15](http://www.elcomercio.com/solo_texto_search.asp?id_noticia=84944&anio=2007&mes=8&dia=15)

## Contratos com cláusulas abusivas

Os contratos desenvolvidos para a construção do Trasvase (transposição) aplicaram cláusulas abusivas<sup>13</sup>. As cláusulas contratuais que foram incluídas no convênio do PHASE partes I e II, obrigaram o Equador a subordinar-se aos condicionamentos que o Banco do Brasil estabelecia, à legislação brasileira e ao idioma português, em caso de controvérsia. Além disso, as cláusulas forçaram o país a pagar a dívida<sup>14</sup> sem considerar qualquer eventual fator social ou natural pelo qual, em condições normais, seria possível pedir um reescalonamento da dívida ou a moratória da mesma. Finalmente, foram permitidas exonerações tributárias ignorando as disposições legais vigentes na data em que o convênio<sup>15</sup> foi assinado.

O financiamento outorgado pelo BNDES é considerado como uma ajuda condicionada no sentido que não se destina a promover o desenvolvimento do Equador, mas sim a fomentar a comercialização de bens e serviços brasileiros no exterior. Com isto, a aprovação de créditos esteve condicionada à utilização de bens e serviços de origem brasileira e a que a transferência dos fundos de crédito fosse realizada diretamente para a empresa construtora. O dinheiro não foi entregue em nenhum momento para a CEDEGE ou para o Ministério das Finanças do Equador e sim depositado diretamente para a construtora nas contas que para tal efeito esta designou<sup>16</sup>. O Estado equatoriano nunca teve acesso a estes recursos, apesar disso, é obrigado a pagá-los.

A ajuda condicionada ou ligada foi aplicada em todos projetos de infra-estrutura dos quais a Odebrecht participou: Trasvase (transposição de águas) para a Península de Santa Elena, central San Francisco, canal de irrigação Tabacundo e Via Interoceânica. O projeto San Francisco foi construído com o financiamento do BNDES, instituição que realizou um empréstimo de US\$ 243 milhões que não foram entregues ao Estado Equatoriano para sua administração, mas sim à Odebrecht, que do Brasil, se encarregou do uso deste dinheiro. Contudo, este empréstimo deverá ser pago pelo Estado com juros incluídos, o que gerou um novo atrito diplomático após a negativa do Equador a aceitar uma dívida por uma quantia que não foi recebida nem utilizada pelo governo nacional<sup>17</sup>.

## Incompetência técnica

De acordo com o informe da CAIC, as modificações nos contratos originais do Trasvase (transposição) ocasionaram a não realização de todas as obras de irrigação contempladas, assim como a não realização do revestimento do túnel Cerro Azul, o que gerou o seu colapso em junho de 2001. Além disso, possibilitaram que fossem cons-

13 Se define como cláusulas abusivas aquelas não negociadas individualmente e que são contrárias à boa fé e ao justo equilíbrio dos direitos e obrigações entre as partes contratantes. Em geral, as cláusulas abusivas rompem com a ordem constituída, impõem condições favoráveis a uma das partes contratantes passando por cima das normas legais estabelecidas para o desenvolvimento livre, voluntário e equitativo, com o único fim de obter vantagens de tipo econômico e legal. CAIC. Informe final de la Auditoria Integral de la Deuda Ecuatoriana. Volume IV. Informe final de auditoria de la deuda bilateral. Noviembre 2008. pág. 21.

14 Em geral, procedimento de ajuste dos termos aplicados aos passivos existentes de uma empresa ou de um país, como por exemplo, uma redução do tipo de juros aplicado ou uma extensão do prazo de pagamento. No caso de países em desenvolvimento muito endividados, o termo indica um acordo entre o país devedor e o país credor para modificar os termos do crédito quando o país prestatário sofre sérios problemas no serviço da dívida. O reescalonamento pode ser uma extensão do prazo de vencimento, um adiamento no pagamento do principal da dívida, uma redução do tipo de juros ou uma transformação dos créditos a curto prazo em empréstimos a médio ou longo prazo, etc. <http://www.intracen.org/tfs/docs/glossary/rs.htm>

15 CAIC. Informe Final de la Auditoría Integral de la Deuda Ecuatoriana. Volume IV, pág. 75 - 77.

truídas obras como a reparação da represa de San Vicente que, como mencionamos anteriormente, até a data não mostrou nenhuma utilidade, e permitiram que fossem construídas obras que não eram tão complexas e que poderiam ter sido realizadas por construtores locais por um valor muito menor.

16 Idem. Volume IV, pág. 95 - 96.

17 In: <http://www.expreso.ec/ediciones/2009/04/13/economia/odebrecht-rechaza-acusaciones-por-estafa-del-estado-ecuatoriano/Default.asp>

18 CAIC. Informe Final de la Auditoría Integral de la Deuda Ecuatoriana. Volume IV, pág. 202.

Apesar de que se tenha investido uma grande quantidade de recursos e de que um dos objetivos da transposição era o abastecimento de água potável e a construção de esgotos para a população da Península de Santa Elena, na atualidade, este serviço foi garantido somente às urbanizações de luxo instaladas no setor de Punta Blanca, Capaes, Punta Barandúa, Salinas e La Libertad. No entanto, as comunidades com menos recursos continuam sem o serviço. A cobertura da rede de esgoto ainda chega a apenas 40%, enquanto a água potável a somente 70% da região<sup>18</sup>.

Situação similar ocorreu na Central San Francisco, cujas atividades foram suspensas em julho de 2008, apenas um ano depois desta começar a funcionar, devido a falhas causadas por um trabalho mal feito de revestimento com concreto armado no túnel e devido ao fato das turbinas instaladas serem distintas das concebidas no projeto, razão pela qual sofreram danos nos sedimentos que o rio Pastanza transporta. Ante este imprevisto, que causou perdas diárias ao Estado calculadas em US\$200.000, o governo nacional exigiu que a empresa Odebrecht repare os danos e ameaçou expulsá-la do país<sup>19</sup>, o que concretizou em outubro de 2008.

19 In: <http://www.hoy.com.ec/noticias-ecuador/regimen-investiga-danos-en-hidroelectrica-construida-por-brasilena-odebrecht-302030-302030.html>

## **Desrespeito ao meio ambiente**

Quanto ao aspecto ambiental, no PHASE não foi aplicado nenhum tipo de normativa ambiental nacional ou internacional que permitisse preservar a fragilidade ambiental que existia na Península de Santa Elena antes de sua construção. Até 2001 diferentes estudos que evidenciavam a frágil situação socioambiental da zona haviam sido preparados. Os documentos analisados pela CAIC permitem entrever que os estratos de vegetação, assim como o habitat da fauna silvestre podem ter sido afetados de maneira irreversível. A situação descrita era conhecida pelas instituições creditícias que financiaram o Projeto Trasvase (transposição). Tanto é assim que outros contratos com outras instituições financeiras como a CAF incluíam estudos e planos de impacto ambiental para as zonas do Trasvase (transposição), os quais nunca foram realizados<sup>20</sup>.

20 CAIC. Informe Final de la Auditoría Integral de la Deuda Ecuatoriana. Volume III, pág. 227.

Apesar disso, os contratos de créditos concedidos pelo Banco do Brasil e pelo BNDES não levaram em conta esta situação e nem respeitaram as normas ambientais de cumprimento obrigatório às quais estas instituições eram submetidas no Brasil, como por exemplo,

a necessidade de elaborar com antecedência Estudos de Impacto Ambiental, tarefa que estipulava o artigo 25 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

As violações à legislação ambiental foram repetidas no caso do Projeto Balba, que apesar de já se encontrar em construção, não contou com um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) rigorosamente realizado, o que provocou críticas de diversas organizações nacionais e internacionais. Em dezembro de 2008, a Corte Constitucional do Equador ordenou uma revisão do EIA realizado pela construtora Efficácitas em 2007<sup>21</sup>. Além disso, de maneira assombrosa, o EIA do projeto Baba indica que o plano de reassentamento segue as normas de uma república “federal” do Equador e uma lei de Gestão Ambiental de 1999, o que faz pensar que este estudo tenha sido realizado para outro projeto de um país federado, como o Brasil, além de mostrar desconhecimento, já que a Lei de Gestão Ambiental do Equador foi regulamentada no ano de 2004.

Outros questionamentos de tipo ambiental também foram feitos ao projeto de construção do Aeroporto de Tena, que foi concedido à Odebrecht, antes que esta fosse expulsa do país. Ambientalistas da região consideraram que a localização do aeroporto é errônea, pois afeta as vidas silvestres que habitam nas reservas de Selva Virgen (1.400 hectares) e Jatun Sacha (2.270 hectares). Nestas áreas estão registradas mais de 1.000 espécies de aves<sup>22</sup>. Trata-se de um aeroporto importante para o Eixo Manta-Manaus, no contexto da iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA).

### **Violação ao direito à alimentação e respeito ao território ancestral**

Quanto às violações dos Direitos Humanos, a implantação do Trasvase (transposição) a Santa Elena trouxe consigo o rompimento do caráter consuetudinário da transferência de titularidade de terras comunitárias ao propiciar um alto grau de concentração da terra e, conseqüentemente, a acentuação da pobreza dos habitantes das comunidades. Quando se consolidou o processo de transferência de titularidade de terras em 1995, amparado pela Lei Agrária, as terras comunitárias foram afetadas, sendo muitas delas declaradas como terras infrutíferas. Neste momento, tanto a Odebrecht quanto o Estado Equatoriano permitiram que grandes grupos econômicos tivessem acesso a informação privilegiada antes de que fosse iniciada a construção dos canais<sup>23</sup>.

Desta maneira, os habitantes das comunidades da região não foram informados a respeito dos benefícios da irrigação, do traçado dos canais, nem de que áreas seriam beneficiadas com a irrigação. Em 1982 as comunidades possuíam 87% das terras nas potenciais áreas de irrigação. Depois da transferência de terras, em 2001, se observa

21 In: [http://www.fian.org/noticias/comunicados-de-prensa-1/corte-constitucional-ordena-modificar-licencia-ambiental-de-represa-baba-ecuador?set\\_language=es](http://www.fian.org/noticias/comunicados-de-prensa-1/corte-constitucional-ordena-modificar-licencia-ambiental-de-represa-baba-ecuador?set_language=es)

22 In: [http://www.elcomercio.com/solo\\_texto\\_search.asp?id\\_noticia=131546&anio=2008&mes=7&dia=5](http://www.elcomercio.com/solo_texto_search.asp?id_noticia=131546&anio=2008&mes=7&dia=5)

23 CAIC. Informe Final de la Auditoría Integral de la Deuda Ecuatoriana. Volume III, pág. 225.

24 Idem. Volume III, pág. 226.

que as comunidades possuem somente 21,55% das terras, enquanto 78,45% está nas mãos de proprietários de plantações para a agroexportação<sup>24</sup>.

Uma situação similar ocorreu na implantação do Projeto Baba. Durante o período que durou sua planificação e desenho, as populações potencialmente afetadas nunca foram informadas devidamente, assim como não tiveram acesso ao projeto definitivo. Ao invés disso, a Odebrecht fez promessas de obras – como uma escola, uma maternidade e um estádio – aos prefeitos com o intuito de obter apoio. Da mesma forma, contratou técnicos e engenheiros da Universidade Técnica de Quevedo para obter sua aprovação no Estudos de Impacto Ambiental. Cabe também mencionar a manipulação que sofreu a consulta para o Estudo de Impacto Ambiental, da qual participou um grupo reduzido de pessoas escolhidas a dedo. A isto se acrescenta a contratação de sociólogos encarregados de fragmentar a organização das populações.

O projeto nunca contou com o consentimento da população que seria afetada com a transposição de 80% das águas do rio Baba. Pelo contrário, foram considerados somente comentários e preocupações que pudessem contribuir com a construção do projeto. Os consultores nomearam doze representantes da população que seriam afetadas pelo represamento; seis dos quais possuíam grandes, médias e pequenas propriedades que seriam muito afetadas, três que seriam medianamente afetadas e três que seriam muito afetadas. Estas pessoas não representam todo o universo dos afetados. Não foi realizada em nenhum momento uma consulta às comunidades negras assentadas na zona, muito menos às comunidades tsáchilas que se encontram rio acima, violentando os direitos ancestrais que as protegem.

### **À guisa de conclusão**

As normas de conduta observadas neste documentos revelaram que todos os projetos aos quais estiveram vinculados a empresa brasileira Odebrecht e as instituições financeiras Banco do Brasil e BNDES se caracterizaram não apenas por atos lesivos ao interesse nacional do Equador, como à realização convênios abusivos e do uso indevido de recursos do Estado, mas também por danos contra a natureza e violações aos direitos econômicos, sociais e culturais, devidos à falta de estudos de impacto ambiental e social adequados e à falta de consentimento prévio das comunidades de pessoas afetadas.

Assim, resta que nos perguntemos qual é a responsabilidade que tem esta empresa e financistas nos danos gerados ao Estado e nas violações aos direitos humanos e à natureza cometidas nestes projetos. O Estado Equatoriano expulsou definitivamente a Odebrecht do país em outubro de 2008 por conta de problemas técnicos registrados

na hidrelétrica de San Francisco e deu um passo importante ao identificar claramente a ilegalidade e ilegitimidade da contratação de crédito com o banco brasileiro para a construção do Trasvase (transposição) à Península Santa Elena. Ainda que seja um passo necessário para implantar ações legais e deixar de pagar uma dívida ilegal e ilegítima, isto não é suficiente para que as pessoas e comunidades afetadas por estas infra-estruturas, possam conseguir justiça verdadeira.

O Estado Equatoriano, de acordo com a legislação internacional de Direitos Humanos, tem a obrigação de implantar uma política pública que repare integralmente os danos causados às pessoas afetadas por este projeto, que perderam seus territórios comunitários e o acesso à água. Um verdadeiro compromisso em buscar justiça para as consequências que a grande dependência ao pagamento da dívida pública provocou, implica em exigir que o Estado Brasileiro faça parte deste processo de remediação dos impactos negativos à natureza causados por sua política comercial de produtos e serviços e às violações aos direitos econômicos, sociais e culturais observadas pela CAIC. É também obrigação extraterritorial do Estado brasileiro cumprir com respeito, proteção e garantir a aplicação dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais fora de suas fronteiras. Uma maneira de cumprir com esta obrigação seria perdoar a dívida equatoriana a fim de que estes recursos sejam transferidos para a indenização da população afetada.

Finalmente, é preciso que, em um marco de integração regional, se estabeleçam normas claras que proíbam qualquer tipo de abuso por parte de outros Estados, que o desenvolvimento possa ser pensado a partir do respeito a nossa biodiversidade, costumes e tradições ancestrais. Neste processo, a organização social, tanto no Equador quanto no Brasil, tem um papel especial, pois é a responsável por fiscalizar que os Estados a cumpram com o respeito aos Direitos Humanos e com a justiça social. É importante ressaltar que atualmente movimentos sociais na Itália estão impulsionando um processo para declarar a nulidade da dívida de 28 milhões de euros que tem o Equador com o país pelo crédito recebido para a construção da central elétrica Marcel Laniado de Wind, parte do projeto Multipropósito Jaime Roldós Aguilera.

Isto significaria uma oportunidade para a população equatoriana e latino americana recuperar a memória histórica e planejar uma redefinição ao modelo economicista que vem regendo a concepção de todos os projetos de desenvolvimento no país e na região. Para um marco de integração sul-americana é necessário sonhar com um modelo de desenvolvimento diferente a tudo que foi vivenciado até então e não voltar a cometer os mesmos erros.

**O modelo de energia elétrica no Brasil e as  
grandes empresas brasileiras**

Movimento dos Atingidos por Barragens



# **O modelo de energia elétrica no Brasil e as grandes empresas brasileiras**

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

## **1. Introdução**

A questão da energia tem sido muito discutida, tanto no sentido de preocupações com um possível esgotamento futuro da principal fonte utilizada atualmente, que é o petróleo, quanto do ponto de vista dos problemas ambientais que este modo intensivo em usos dos derivados do petróleo vai deixando em nosso planeta, sendo o mais falado o chamado aquecimento global, ou mudanças climáticas.

Em particular, neste momento que vivemos uma grande crise mundial, a questão energética ganha lugar importante novamente por ser fonte vital para o desenvolvimento de possíveis tecnologias novas que permitam alcançar novos padrões de produção das mercadorias.

Percebemos ainda que há uma corrida dos investimentos de grandes empresas e do capital de forma geral para privilegiarem seus interesses com relação às diversas fontes de energia mundial. Neste sentido é importante percebermos que nos países mais ricos do mundo é onde há o maior consumo de energia – em torno de 70% - mas não são estes os países onde se situam as principais fontes de energia. Nosso caso em particular, o Brasil é um dos países que tem na sua natureza ( água, petróleo, terras e insolação) grandes potencialidades para a produção da tão falada e tão cobiçada energia.

Com o processo de privatização, a partir dos anos 90, a energia elétrica brasileira tornou-se um grande negócio que movimentou em torno de R\$ 100 bilhões por ano. A energia tem se transformado numa mercadoria, agora controlada e colocada a serviço das grandes empresas transnacionais. O domínio privado da energia elétrica tem trazido consequências negativas ao povo brasileiro, pois privatiza ao mesmo tempo a

água e a energia, e impõe uma super-exploração da população, ao mesmo tempo em que privilegia os mais ricos (grandes empresas que se apropriam da geração, transmissão, distribuição e, em grande parte, são ainda consumidores de energia).

Se observarmos o que ocorre no atual modelo energético brasileiro, em especial no setor elétrico, perceberemos que nossa matriz energética é majoritariamente constituída pela fonte hídrica, em torno de 85% da produção atual. Isto se deve ao fator natural brasileiro, pois temos rios que permitem realizar este tipo de empreendimento, mas é dirigido principalmente pela lógica de utilização daquela fonte que permite um menor custo de produção da mercadoria requerida- no caso a energia elétrica. Neste caso, a energia elétrica produzida à base de água é de fato a de menor custo e favorecida ainda por todo o Sistema Interligado Nacional que permite ao mesmo tempo ganhos de escala e um maior grau de segurança no abastecimento. Hoje, estima-se que a energia provinda de fonte hídrica tenha um custo 50% inferior, se comparada com a principal fonte de energia no mundo que é o petróleo, ou seja, se você produzir um kilowatt de energia com água custa 1 e com petróleo custa 2.

Constitui-se, portanto, a energia hídrica num insumo extraordinariamente lucrativo. O povo brasileiro paga tarifas com base no mercado internacional que é baseado no preço do petróleo, e a energia é usada como insumo para a transformação de outros produtos como os derivados de minerais, celulose etc. Assim, estes produtos são vendidos com um grau muito grande de energia embutida no mercado internacional.

Em recente estudo, o professor José Paulo Vieira afirmou que, depois da privatização, o brasileiro passou a pagar R\$ 15 bilhões mais a cada ano para as empresas donas da energia no Brasil.

As empresas estatais do setor elétrico brasileiro, antes da privatização, possuíam mais de 200 mil trabalhadores/as. Com a privatização mais da metade foi demitida, e hoje temos pouco mais de 100 mil. Da parte dos trabalhadores que foi demitida, muitos estão desempregados e outros foram incorporados em empresas terceirizadas, nas quais as condições de trabalho e a exploração aumentaram enormemente.

No caso das tarifas, em dez anos de privatização os aumentos ultrapassam 400%, elevando desta forma os preços da energia em patamares de tarifas internacionais (padrão petróleo ou energia térmica). O discurso de escassez tem sido o principal argumento ideológico para justificar novas obras, aumento de tarifas, e também para garantir o financiamento público através do BNDES.

O cenário mundial de crise energética afeta principalmente os países centrais do capitalismo (Estados Unidos, Europa e Japão) pois são eles que consomem 70% de toda energia do mundo, apesar de possuir apenas 21% da população mundial. Este cenário trás como consequência o aprofundamento da construção de grandes obras de geração de energia elétrica em nosso país, em especial as hidrelétricas, e o avanço das multinacionais sobre a terra para produção de agroenergia e celulose.

Esta energia hídrica (da maneira como tem sido a construção de barragens no Brasil), é considerada uma das fontes mais baratas e tem como destino abastecer os grandes consumidores de energia, principalmente a chamada indústria eletrointensiva (celulose, alumínio, ferro, entre outras) e os grandes supermercados (shoppings). Atualmente, existem 665 grandes consumidores de energia que sozinhos consomem aproximadamente 30% de toda energia elétrica brasileira, além disso, recebem energia ao preço de custo real.

Da forma como está organizada a energia no Brasil e em grande parte dos países latinos, ela permite ao capital internacional obter lucros extraordinários, onde os grandes beneficiados são as multinacionais e os grandes bancos mundiais, enquanto o povo brasileiro é quem paga a conta.

O problema central na questão da energia é o atual modelo energético, que busca garantir as mais altas taxas de lucro em todas as áreas que compreendem o setor elétrico. Na esfera financeira, exigem que se tenha uma “boa imagem” de cada empresa, em outras palavras, que seja a mais rentável de todas, e que tenha uma imagem ligada a preservação ambiental, permitindo com isso enormes ganhos no mercado de ações. Na esfera da circulação de mercadorias, as tarifas de energia elétrica têm sido uma verdadeira mina de ganhar dinheiro em cima de todo povo brasileiro, e na esfera da produção de mercadorias, a construção das hidrelétricas e a geração de energia também se tornou um dos negócios mais lucrativos do atual sistema.

Vejamos aqui dois casos dos impactos sociais da atuação das grandes empresas brasileiras na questão das barragens, que são exemplares para este modelo energético.

## **2. Odebrecht: o caso da Hidrelétrica Santo Antonio**

As grandes multinacionais, tanto brasileiras como estrangeiras, têm como objetivo principal aumentar seu capital. Para isso precisam aumentar cada vez mais seus lucros, obtendo isso através da exploração dos trabalhadores e exploração da natureza.

A produção de energia elétrica tem sido um dos grandes negócios cobiçados pelas empresas, tanto construtoras, grandes bancos, mineradoras, empresas do setor energético, distribuidoras etc.

Grandes empresas brasileiras, que utilizam o fato de serem nacionais para legitimarem-se perante a sociedade brasileira, têm avançado em outros países e explorado enormemente a população e a natureza. O caso da Odebrecht, que está em 35 países no mundo todo, tem criado sérios conflitos onde a população se revolta contra a sua forma de impor-se. Esse foi o caso do Equador, onde a Odebrecht foi expulsa pela sociedade equatoriana e pelo Presidente Rafael Correa, após o desgaste das turbinas da barragem que a empresa havia construído.

“A Odebrecht é considerada a décima maior empresa privada do Brasil. Seu crescimento sempre esteve associado com obras públicas de governos federais e estaduais (praticamente todas) e parcerias com grandes empresas multinacionais como Vale e Suez. Teve enorme crescimento durante os anos 70, período do governo da ditadura militar. Também se beneficiou com as privatizações”<sup>1</sup>.

1 Cartilha Hidrelétricas no Rio Madeira: energia para que e para quem? MAB, 2008, pg. 18.

No Brasil, já participou da construção de várias obras envolvidas em polêmicas, como fraudes como o caso da UHE Ita, que junto com a Alstom foi acusada de corrupção e superfaturamento, assim como negligência no caso do acidente da Linha 4 do metrô em São Paulo.

O caso mais recente da Odebrecht no Brasil é a construção da hidrelétrica de Santo Antonio no Rio Madeira, no estado de Rondônia. A Odebrecht entrou liderando um consórcio para participar do leilão, mas já estava na região desde os estudos técnicos de viabilidade da obra. Ela ganhou o leilão para construção da obra juntamente com a estatal Furnas como majoritárias, formando o consórcio MESA (Madeira Energia S.A.). A Barragem de Santo Antonio vai gerar 3.168 MWh e terá um custo de R\$ 8 bilhões. O faturamento durante os 30 anos iniciais de concessão será de R\$ 50 bilhões, cerca de R\$ 200 mil por hora.

A construção da hidrelétrica feita por Odebrecht e Furnas, que são as acionistas majoritárias. Trata-se uma Parceria Público Privada (PPP). Esse modelo de parceria se intensificou no último período, principalmente nas obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). As PPPs garantem que a participação de empresas públicas levem investimento estatal e que as empresas privadas invistam o mínimo possível. Neste caso, o BNDES estará financiando R\$ 6,1 bilhões dos R\$ 8 bilhões necessários para construção

da usina. É o maior volume de recursos da história do BNDES destinado para uma mesma obra.

A Odebrecht contratou uma empresa terceirizada para fazer o trabalho de campo, ou seja, os primeiros contatos e negociações com os ribeirinhos em nome da MESA. Quando seu nome foi desgastado devido aos conflitos com as famílias, através de denúncias do Movimento dos Atingidos por Barragens, então mudaram o nome do Consórcio para SAESA (Santo Antonio Energia S.A). Fica claro nos depoimentos dos atingidos que as grandes empresas escondem seus verdadeiros nomes, e com isso buscam legitimar os consórcios.

Os relatos passados pelos ribeirinhos são de descaso com as pessoas por parte da empresa, não respeitando quem viveu sempre próximo ao rio Madeira, como no caso do depoimento a seguir:

*“Eu vou sair daqui porque tem que sair mesmo, mas eu não tenho vontade de sair daqui não. De jeito nenhum. Minha infância foi aqui nesse lugar. Porque sair daqui pra ir pra outro canto eu acho muito ruim”*<sup>2</sup>.

2 Depoimento de Atingidos pelas Barragens no Rio Madeira, no vídeo Complexo Madeira expulsa Ribeirinhos, MAB, 2008.

Esses anos de sugamento do capital do Estado e exploração dos trabalhadores também reflete a diminuição dos direitos dos atingidos pelas barragens: *“No meu caso, eu vou receber durante um ano e meio, a importância de um salário mínimo, R\$ 415. Mas hoje eu tenho uma renda de R\$ 525. Fora a pesca, que não é uma renda, mas é um recurso, porque a gente vai ali, pega um peixe...”*<sup>3</sup>.

3 Idem

Mais recentemente a empresa tem usado táticas fortes para a cooptação e repressão dos atingidos. Nas reuniões em comunidades, a polícia é levada para intimidar e reprimir possíveis questionamentos, como neste outro depoimento: *“Assim, por exemplo, um ribeirinho não pode falar nada pra outro ribeirinho. Porque outro ribeirinho vai roubar. (...) O ribeirinho mesmo, um conhece o outro desde que nasceu, um tem que lutar pelo outro, não fazer um negócio desse. Então eu acho isso, muita ameaça, faz muita pressão psicológica”*<sup>4</sup>.

4 Idem

Ainda como cooptação, a empresa tem prometido melhorias de vida para as pessoas na região, por exemplo o combate à malária e à dengue. Porém, no que diz respeito a levar em conta o que de fato as pessoas precisam, já não demonstra ter a mesma relevância, não deixando sequer que as famílias escolham onde serão suas terras. A própria empresa é que escolhe onde compra as terras e casas para as famílias. O método que tem feito é de negociação individual para diminuir o poder de reação das

pessoas frente às propostas, resolvendo caso a caso sem possibilidade de negociação coletiva.

Relatos dos atingidos contam que a empresa fez doações de motos e de ambulâncias para a polícia da região. Essa é uma prática já antiga de empresas construtoras de barragens, pois necessitam de aparato policial que as proteja enquanto capital frente aos possíveis conflitos com os atingidos. A ação para neutralizar a luta dos atingidos chegou a um nível elevado de disputa. Em março de 2009 durante as mobilizações dos atingidos, a empresa contratou ônibus de várias empresas da região para ficarem parados e não poderem ser contratados pelos atingidos. Assim, muita gente não conseguiu participar das ações. *“Quem está tendo suas vidas destruídas se mobilizou e está aqui, mesmo que os ônibus tenham sido boicotados”*, afirmou Tânia Leite, atingida pela hidrelétrica.

Também serão atingidas populações indígenas, sobre as quais não houve um estudo devido sobre os impactos, já que são tribos isoladas, que nunca tiveram contato com não-índios.

As conseqüências ambientais causadas pela hidrelétrica já são visíveis. Ainda no ano de 2008, cerca de 11 toneladas de peixes morreram, e isso ocasionou uma multa de R\$ 7,7 milhões aplicada pelo Ibama à empresa. Porém, a prática tem sido de esconder da sociedade esses problemas ambientais e sociais, tentando passar uma imagem de empresa socialmente e ambientalmente responsável.

O MAB compreende que as grandes empresas sugam nossos recursos. Por isso, são nossos inimigos centrais, e devem ser combatidas. São nosso alvo principal no enfrentamento ao capital e ao imperialismo.

### **3. Vale: o caso da hidrelétrica de Aimorés**

Em Aimorés, a Usina Eliezer Batista foi implantada no Rio Doce, no Estado de Minas Gerais, próximo à fronteira com o Espírito Santo. Para operar com potência instalada de 330 MW, dos quais 172,5 MW assegurados (energia firme), foi construída uma barragem com altura máxima de 16,2 m. Também se fez necessária a criação de um reservatório artificial de 30,9 km<sup>2</sup>, aí considerados cerca de 16 km<sup>2</sup> da calha natural do rio.

O AHE Aimorés pertence ao consórcio empresarial constituído pelas empresas Companhia Vale do Rio Doce (atual VALE) e Centrais Elétricas de Minas Gerais–CEMIG. O Consórcio Hidrelétrica de Aimorés (CHA) informa que foram investidos R\$ 750 milhões, dos quais R\$ 290 milhões foram destinados à recomposição ambiental, entre outras despesas consideradas como sociais.

O sofrimento do povo começa em 1998, quando têm início os estudos, e piora quando, em 2005, a obra fica pronta e o povo fica na miséria. A constituição do reservatório exigiu a total inundação da cidade de Itueta, sede do município de mesmo nome, e de parte de Resplendor. Segundo estudo, foi parcialmente inundado o Parque Estadual Sete Salões, criado em 1998 para proteger um sítio arqueológico rico em pinturas rupestres, nos municípios de Conselheiro Pena, Santa Rica do Itueta, Itueta e Resplendor. A empresa reconhece que constituem “*área de influência do reservatório*” os municípios de Itueta, Resplendor, Aimorés (inclusive seu distrito de Santo Antônio do Rio Doce), em Minas Gerais, e Baixo Guandu, no Espírito Santo. Segundo denúncias, um grupo do povo indígena Krenak teria sido afetado no município de Resplendor<sup>5</sup>.

A mesma fonte indica que, no total, foram desapropriadas 623 propriedades, sendo 553 urbanas e 70 rurais. O projeto implicou igualmente em um desvio do Rio Doce por um canal de adução, criando um trecho de 12 km de extensão de vazão reduzida a 16 m<sup>3</sup>/seg, entre a barragem principal e o canal de fuga. Este trecho atravessa o centro da cidade de Aimorés, causando o desaparecimento do curso d’água (há apenas um filete a correr pelo largo leito), e transformando a morfologia e paisagem urbana.

A perda ocasionada pela inviabilização da pesca, segundo os depoimentos, provocou marcada degradação das condições materiais dos pescadores:

*“O que aconteceu conosco? Na parte de baixo, o rio praticamente secou, e reduziu quase totalmente a pesca. Antes, durante o defeso, o pescador só cultivava, mas durante a fase boa, era pescado 5 a 6 kg por dia, o que dava 3 a 4 salários”.*

Os relatos sugerem que a comunidade de pescadores teria sido conduzida a uma verdadeira depressão psicossocial:

*“Muitos se tornaram alcoólatras, se drogaram. Alguns ficaram doentes, quase loucos. Eu tive problemas de epilepsia”.*

Particularmente dramático é o relato de um portador de deficiências físicas. Vale a pena reproduzir na íntegra seu depoimento:

*“Quando foi antes, o cara do Consórcio disse que a cidade nova era planejada, ia ter rampa. Disse que ia ter varanda. Eles me disseram que ia ter tudo. Eu estava lá, e disseram que eu podia vir, que minha esposa estava aqui e estava tudo pronto. Mas cheguei aqui, não tinha nada. A casa não estava pronta. Eu fiquei quase 5 meses sem sair de casa, porque eles não fizeram rampa, varanda, calçamento em volta. Eu fiz tudo. A casa não é adaptada às condições dela (a sogra também é deficiente física). Se vou no*

5 Uma das três Ações Cíveis Públicas ajuizadas pelo Ministério Público Federal teve como elemento central a denúncia de fraude nos estudos antropológicos, integrantes do EIA, que teriam levado, de forma equivocada, ao entendimento de que o povo Krenak não seria afetado pela UHE Aimorés.

*posto de saúde, tenho que ficar no asfalto esperando alguém me ajudar a subir. Não tem telefone para eu telefonar, tem que pedir ajudar a alguém.*

*A casa antiga era totalmente adaptada, o banheiro, corredores, varanda onde podia falar com o pessoal. Quero indenização pelo que eu gastei”.*

Os depoimentos registram sentimentos de perda material e o sentimento de terem sido desconsiderados, desrespeitados, enganados.

Um morador do trecho da vazão reduzida de Aimorés expressou a preocupação coletiva com a situação criada com a redução da vazão em trecho de 12 km, que atravessa o centro da cidade de Aimorés: *“Temos a caveira de um rio, um rio com as costelas expostas. Temos malária, leishmaniose, e outros vetores”.*

A má qualidade das construções também se refere à vulnerabilidade a enchentes. Outros reclamam de que casas estão afundando.

Este servidor chama a atenção para outros riscos, como o da malária e da esquistossomose:

*“Somos região endêmica de esquistossomose. Aumentou a população de capivara, que é hospedeira do carrapato que transmite a febre maculosa. Houve um caso já registrado. Houve um funcionário da usina que morreu com febre maculosa após o fechamento da barragem”.*

As dificuldades de fazer a VALE e a outra empresa assumirem estes problemas são enormes, segundo o depoente: *“Trocamos as equipes de negociação a cada 6 meses e nunca se tem nada de continuidade. Para piorar a situação, o consórcio não passa as informações que solicitamos”.*

Um morador de Santo Antonio do Rio Doce apresentou denúncia:

*“Trabalhei na barragem, dentro da casa de força. Saí com danos físicos. Não me deram nada”.*

*“Sei de lixos que foram jogados, aterrados por cima, que estão debaixo da água. Produtos químicos que usava na concretagem, filtro de óleo de caminhão. Quando chegava o pessoal do meio ambiente, eles mandavam a gente na frente para tampar o óleo diesel. Cavaram buraco, jogavam lá embaixo e agora está debaixo da água”.*

O relato desta outra comerciante é também expressivo:

*“Eu tinha um restaurante. Servi comida para os operários – 550 marmítas no almoço, 400 e tantas no jantar. Fiz muita dívida. Meu restaurante foi interdito durante muito tempo, os caminhões passavam. Reclamei com eles. Quebravam mesas. Dava dois dedos de poeira. Lá sempre dava pra eu sobreviver, e tinha meu carro. A assistente social deles fez vistoria, mas não me deu cópia. Eu queria ir na justiça, mas ela não deu, pois é funcionária do consórcio. Quando eu vim pra cá, proibiram de entrar no restaurante antigo. Disseram que tinha o fundo de comércio. Trouxeram minhas coisas do restaurante, pusemos num galpão que eu tive que construir de eternit. Perdi tudo. Tenho dívidas. Vendi meu carro. Comida estragou. Roubaram uma parte do que eu tinha. Até hoje não tenho onde trabalhar. Pediram 35 mil reais para eu me instalar no Centro Comercial. To plantando uma horta pra tentar sobreviver. Cobrador na minha porta, meu nome na justiça. Fiquei sem água, sem luz, sem ter o que comer. Eu tinha uma vida boa. Eles destruíram a minha vida. Entrei em depressão, quase morri. Minha pressão subindo”.*

Há casos de idosos que ficaram praticamente isolados, em conseqüência das alterações nos acessos viários e hidrovíários. São vários os depoimentos sobre situações de depressão e stress de pessoas idosas, submetidas a profundas e bruscas mudanças em seus modos de vida, moradia etc., com o deslocamento compulsório:

*“Ao invés de apoio aos idosos (em referência ao programa social de 3ª idade de que tanto se orgulha a empresa), fizeram um massacre. Minha mãe e uma tia minha foram pressionadas a abrir mão do usufruto de uma propriedade porque senão, diziam, iam prejudicar a mim e à minha negociação. Quando chegamos para a negociação, todos chegamos abalados – não foram só os idosos, não. Se formos relatar a situação de saúde, todos os que foram atingidos têm problemas de saúde. Depressão, traumatizados”.*

Vários são os depoimentos que apontam a situação de que, ao invés dos idosos serem alvo de uma atenção particular, a idade avançada transformou-se em um meio a mais para agilizar e/ou reduzir custos de processos de desapropriação e realocação. As mudanças foram feitas antes que as condições de moradia e acolhimento estivessem asseguradas.

*“Vários problemas aconteceram. Várias mortes, mortes cruéis. Uma senhora foi atacada, estuprada e morta. A chave de uma casa abria as outras portas, e o consórcio custou a mudar. Não há centro comercial, e têm que ir ao centro. Na época que foram para lá, nem mesmo tinha telefone”.*

E para a aceitação de “acordos amigáveis”:

*“Nossas avaliações foram incorretas, atropeladas. Usaram a justiça para nos ameaçar. Eles chegavam para a negociação. A primeira palavra era: temos uma semana para negociar com vocês. Davam um valor e diziam: “Se não aceitar, vamos pra justiça e vai receber 1/3. Nunca disseram o critério.*

*Diante de murmúrios de acordo de praticamente todos os presentes à Câmara Municipal de Aimorés, a advogada da APRAPUA afirmou: ‘Várias pessoas negociaram coagidas, com medo’. E quando, em situações de maior resistência dos proprietários, a empresa obtinha a imissão de posse judicialmente, os tratores começavam a chegar, as pessoas ficaram com medo e negociaram em qualquer situação”.*

Métodos de deslocamento forçado:

*“Tivemos casos de bombas para quebrar as pedreiras. Quando havia reclamações, o consórcio dizia para as pessoas se mudarem. Uma das vítimas foi o pastor. Dentro das casas caíam pedras”.*

Os chamados “casos sociais”, certamente em situação social mais vulnerável, teriam sido vítimas de pressões maiores:

*“Quando eles iniciaram a mudança, fizeram muitas promessas. As pessoas que eram casos sociais, pressionaram para mudarem logo. ‘Tua casa está pequena, mas depois vamos fazer melhor’. Pressionaram para que as pessoas mudassem antes de ter a casa construída”.*

Os relatos feitos por técnicos sanitaristas, assim como por moradores de diferentes áreas, são mais que convincentes. Um simples olhar para a paisagem do leito seco do rio que atravessa a cidade de Aimorés torna todas as denúncias absolutamente críveis.

Estes são alguns depoimentos de como ficaram os atingidos por barragem na região de Aimorés depois da construção da Barragem da Vale<sup>6</sup>.

#### 4. Conclusão

Podemos concluir que a luta em torno da energia necessita (além da luta pelos direitos das famílias ou contra as barragens) ser entendida em sua totalidade, como parte da luta pela transformação do atual modelo de sociedade. Na esfera da produção e

6 As informações e depoimentos são parte do relatório da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, em visita a Aimorés nos dias 25 e 26 de julho de 2007, com a participação dos seguintes integrantes: Márcia Catarina David (Ministério do Meio Ambiente), Carlos Vainer (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Celso Knijnik (Ministério de Minas e Energia), Leandro Scalabrin (Movimento dos Atingidos por Barragens).

geração de energia, a luta contra as hidrelétricas tem se transformado numa luta anti-imperialista, porque o enfrentamento se concentra contra as maiores transnacionais do mundo, incluindo também as transnacionais brasileiras. Na esfera da circulação, a luta por tarifas mais baixas para a população, apesar de seu caráter tático, também pode ser uma luta importante, pois afeta a esfera de realização dos lucros pelos capitalistas, além de afetar quase que a totalidade da população brasileira. O povo brasileiro paga uma das tarifas de energia elétrica mais caras do mundo, enquanto isso, os grandes consumidores (que são as empresas multinacionais) têm recebido a mesma energia com preço dez vezes mais baixo do que o pago pelo povo brasileiro. Assim, esta luta não pode ser reduzida a um problema de natureza puramente tecnológica (simplesmente querer encontrar uma nova matriz para substituir o petróleo).

É possível afirmar que a maior parte das obras em andamento estão pensadas na lógica do atual modelo energético, e, portanto, são contra o povo. Combatê-las deve ser um compromisso de todo povo brasileiro. Não se trata de uma luta apenas da população atingida pelos lagos, assim como a luta das tarifas, senão que todo povo brasileiro é atingido: ou pelas tarifas, ou pela privatização da água e da energia, ou pelo dinheiro público financiado via BNDES, ou porque coloca as empresas públicas a serviço desta lógica perversa etc.

Portanto, a luta da energia deve se transformar em luta popular, porque antes de tudo, é uma luta pela soberania de nosso país e uma luta antiimperialista.

O modelo energético brasileiro está organizado na lógica do capital financeiro, para permitir os maiores saqueios e rapinas. Atualmente, os chamados “donos da energia”, são uma fusão de grandes bancos, grandes empresas energéticas mundiais, grandes empresas mineradoras e metalúrgicas mundiais, grandes empreiteiras e grandes empresas do agronegócio. Cumprem cada vez mais um papel importante no Brasil e no mundo as empresas e bancos multinacionais com origem em nosso país.

*“Seqüestram tuas correntezas / Impactos no RESPLENDOR / Riquezas, terras submersas / A humilde ITUETA se afugentou, / Jusante o teu leito ferido / Sangrando a Lorena a teus pés / Em compensações só promessas / Ficou sem o Doce nosso AIMORÉS.*

*Meus olhos choram pelo Doce / Que feito criança eu deixei levar / Se VALE não nos vale nada / Mas levou meu rio pra ‘s bandas de lá. / Doce, ó meu Rio Doce / Quanta doce vida a este vale traz, / Não fosse ignorância humana / Preservar-te-ia, agredir jamais. Bondosa é a natureza / Perfeita que o bom Deus criou / Das serras lá da Mantiqueira / Águas do Espinhaço o Doce assim brotou / Orgulho e riqueza de um vale A Minas vem render milhões / Florescem em tão férteis margens / Progresso e sustento de populações.*

*Doce, ó meu Rio Doce / Tuas águas me inspiram a cantar / Desde a Ressaquinha de Minas, / Espírito Santo, Regência ao mar / Doce, ó meu Rio Doce / Quanta doce vida a este vale traz / Não fosse a ignorância humana / Preservar-te-ia, agredir jamais.*

*Seqüestram tuas correntezas / Impactos no RESPLENDOR / Riquezas, terras submersas / A humilde ITUETA se afugentou, / Jusante o teu leito ferido / Sangrando a Lorena a teus pés / Em compensações só promessas / Ficou sem o Doce nosso AIMORÉS.*

*Meus olhos choram pelo Doce / Que feito criança eu deixei levar / Se VALE não nos vale nada / Mas levou meu rio pra ‘s bandas de lá. / Doce, ó meu Rio Doce / Quanta doce vida a este vale traz, / Não fosse ignorância humana / Preservar-te-ia, agredir jamais.*

*Fala alto o poder do dinheiro / Se dane a população / Sem diques sem espelhos d’água / Pra alguém com certeza embolsar milhão. / A bomba que deixam armada, quando / essa barragem romper / Sempre a natureza se vingá, CEMIG / me diga pr’onde vou correr (bis)*

*Meus olhos choram pelo Doce que feito / criança eu deixei levar...*

Doce Rio, texto distribuído durante uma reunião.

campanha

**Pelos direitos do povo paraguaio em Itaipu:  
Campanha pela soberania hidrelétrica**

Coordenação Nacional pela Integração e Soberania Energética



## **Pelos direitos do povo paraguaio em Itaipu: Campanha pela soberania hidrelétrica**

Coordenação Nacional pela Integração e Soberania Energética, Paraguai.

A vitória do povo na eleição em 20 de abril de 2008, que levou Fernando Lugo à Presidência da República, é o início de um profundo processo de mudança. Um dos eixos fundamentais é a recuperação da soberania hidrelétrica, a principal riqueza natural do Paraguai.

Em reconhecimento à importante mudança que iria acontecer, o Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, em seu primeiro encontro com Fernando Lugo no dia 2 de abril de 2008, aceitou discutir todas as reivindicações paraguaias a respeito de Itaipu.

Em função disso, o governo paraguaio escolheu uma Comissão de Entes Binacionais Hidrelétricos que trabalhou conjuntamente com o Presidente Lugo e estabeleceu seis (6) pontos a serem reivindicados ao Brasil. Tais pontos são:

1. Soberania hidrelétrica (livre disponibilidade da energia hidrelétrica paraguaia).
2. Preço justo para a energia exportada.
3. Revisão da dívida.
4. Administração paritária (co-gestão)
5. Controle e transparência.
6. Execução das obras faltantes.

Estes seis pontos foram apresentados na reunião preliminar com Marco Aurélio Garcia, no dia 1 de agosto de 2008 e ratificados na cúpula presidencial do dia 17 de setembro de 2008, realizada em Brasília. A partir de então, começou-se a estudar cada um dos tais pontos. Analisaremos o que significa cada um destes pontos.

## **Pontos 1 e 2. A Livre disponibilidade da energia paraguaia e o preço justo**

Estes dois primeiros pontos estão estreitamente relacionados entre si. De acordo com o Tratado de Itaipu, corresponde a cada país (Brasil e Paraguai) 50 % da energia gerada pela central, e toda a energia não utilizada por uma das partes deve ser cedida à outra, em troca de uma compensação. Esta compensação foi estabelecida (no tratado de 1973) sem nenhum critério de mercado ou técnico. Por conta das assimetrias entre ambos países, não seria possível que o Paraguai consumisse toda sua energia internamente e era, então, o Paraguai quem deveria ceder sua energia ao Brasil.

No entanto, o tratado (assinado em 26 de abril de 1973) se baseia na Ata do Iguazu (de 22 de junho de 1966), na qual se estabelecia que o Paraguai tinha direito a vender sua energia a terceiros países, ainda que o Brasil tivesse “preferência” na sua aquisição, se pagasse por ela um “preço justo”.

A Ata do Iguazu está incorporada no Preâmbulo do Tratado e, portanto, faz parte dele. O mesmo tratado não proíbe que o Paraguai venda sua energia a terceiros países e outorga ao Brasil o direito de aquisição da energia que o Paraguai não utilize para seu consumo interno, o que deve ser interpretado, à luz da Ata de Iguazu, como um direito de preferência, a “preço justo”

O Paraguai reivindica plena soberania sobre sua energia hidrelétrica, da mesma forma que o Brasil exige e exerce soberania sobre seus recursos naturais. Concordamos plenamente, portanto, no princípio de exercer a soberania sobre nossos recursos. Então, por que o Brasil não aceita que o Paraguai disponha de forma soberana de sua energia? Se baseia no fato de que – segundo sua interpretação – o Paraguai teria renunciado a exercer sua soberania de acordo com o Tratado de Itaipu de 1973 e de que, se o Brasil soubesse que o Paraguai queria exercer sua soberania, não teria impulsionado a construção da Itaipu.

A citada afirmação, feita por expoentes do governo brasileiro – ainda que não pelo Presidente Lula – é falsa em vários sentidos.

Primeiro, porque o Tratado, ainda que com seus defeitos, não proíbe que o Paraguai disponha livremente de sua energia, já que a Ata do Iguazu está incorporada a seu Preâmbulo e que, portanto, é parte integral do mesmo Tratado. Consequentemente, não há nenhuma renúncia a exercer a soberania hidrelétrica paraguaia. O que comprometeu nossa soberania foi a aplicação do Tratado por parte dos sucessivos governos (paraguaios e brasileiros) até o passado 15 de agosto e não seu conteúdo.

Segundo, porque não há no Tratado nenhuma renúncia expressa à soberania hidrelétrica por parte do Paraguai e, se a houvesse ou alguém a pudesse interpretar assim, tal renúncia seria nula, de nulidade irreparável, pois a eventual renúncia à soberania nacional deveria obedecer formas que não foram obedecidas.

Terceiro, porque o povo paraguaio estava submetido à ditadura de Alfredo Stroessner e, portanto, qualquer eventual renúncia à soberania nacional – em um momento em que o povo não podia exercer seus direitos – seria inteiramente nula.

E quarto porque, na verdade, o Brasil não tinha – e muito menos tem hoje – alternativa mais conveniente que Itaipu. Mesmo com os custos exagerados da hidrelétrica (que geraram um fabuloso negócio para a indústria, empresas de construção e para as finanças do país, até este momento), sua energia é relativamente barata para o Brasil. Além disso, a maior parte deste custo (o pagamento da dívida e os gastos de exportação) ficam “em casa” e são, verdadeiramente, fontes de negócio para grandes empresas brasileiras e transnacionais radicadas no Brasil.

No último trimestre de 2008, o Chile ofereceu comprar energia paraguaia por cerca de 120 US\$/MWh (quase o triplo do que o Brasil paga pela energia paraguaia de Itaipu, por 45 US\$/MWh). Mesmo prevendo maiores custos, o benefício líquido que resultaria da operação de exportação ao Chile seria de aproximadamente 60 US\$/MWh, cerca de 20 vezes (2.000%) a compensação que o Paraguai recebe do Brasil para ceder com exclusividade sua energia. Esta oferta concreta – que em maio de 2009 dependia da autorização argentina – demonstra a importância do princípio da soberania hidrelétrica.

A energia de Itaipu tem uma tarifa elétrica que deve ser sempre igual ao custo, de acordo com o que foi estabelecido no Anexo C do Tratado. Os dois países, quando contratam a potência e a energia que está associada a ela, pagam a Itaipu este custo do serviço, que é o mesmo (aproximadamente 42 US\$/MWh). Quando o Brasil recebe a energia paraguaia, paga a compensação pela cessão de energia ao Paraguai (3 US\$/MWh), fazendo com que a tarifa lhe custe cerca de 45 US\$/MWh. Se levarmos em conta que o Brasil recebe uma energia quase gratuita (a energia excedente e “não garantida”, a 5 US\$/MWh), a tarifa média para o Brasil seria igual a 38 US\$/MWh (por 84.000 GWh/ano, energia equivalente a 20% da demanda do sistema elétrico brasileiro).

**Quadro 1**

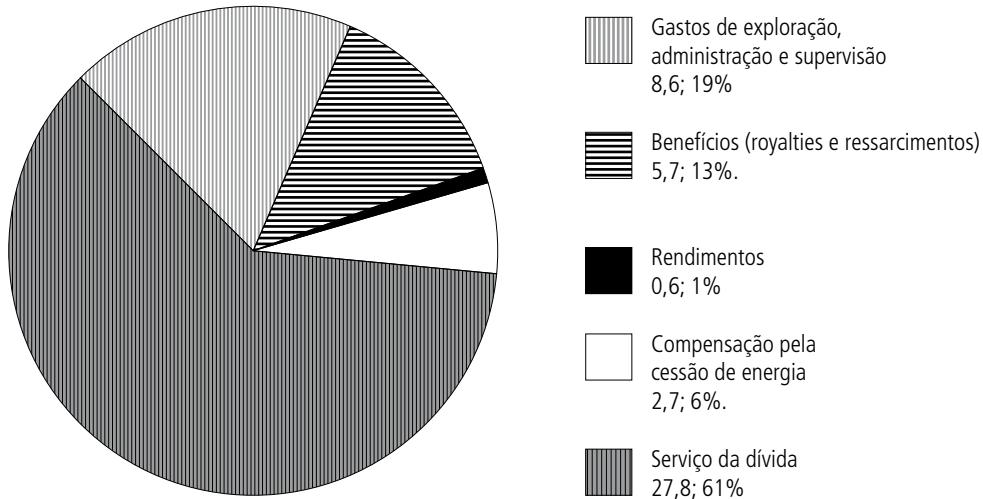
Tarifa e custo anual da energia de Itaipu  
(quanto se paga pela energia que se recebe)

Conceito	Milhões US\$/ano	US\$/MWh
1 Serviço da dívida (que Itaipu paga à ELETROBRÁS e ao Tesouro brasileiro)	2.085	
2 Gastos de exploração, administração e supervisão	643	
3 Benefícios (royalties e ressarcimentos), que Itaipu paga em partes iguais ao Paraguai e ao Brasil	428	
4 Rendimentos em partes iguais para a ELETROBRÁS e para a ANDE	44	
<b>Custo total (tarifa do Paraguai e do Brasil por sua parte), por um total de 75.000 GWh/ano</b>	3.200	42,7
5 Compensação pela cessão da energia (O que o Brasil paga ao Paraguai)	104	2,7
<b>Tarifa de energia paraguaia que vai ao Brasil</b>		45,4
<b>Tarifa de energia adicional (excedente e não garantida), por 17.000 GWh/ano</b>	87	5,1

### Gráfico 2

Componentes do custo da energia cedida pelo Paraguai ao Brasil (33.240 GWh/ano). Em US\$/MWh.

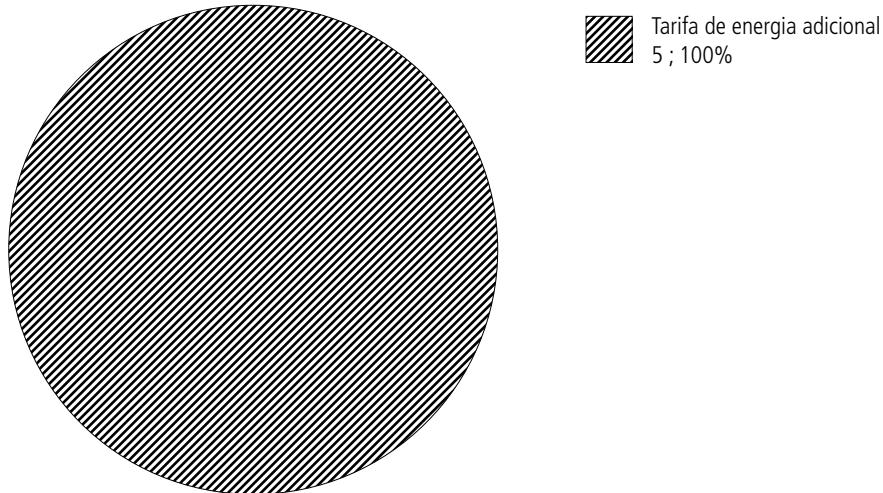
Total: 45,4 US\$/MWh



### Gráfico 3

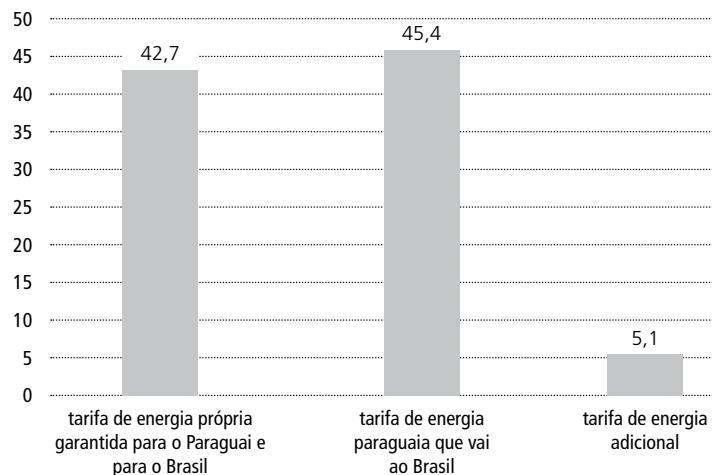
Componentes do custo da energia "adicional" ou "secundária" (17.000 GWh/ano). Em US\$/MWh.

Total: 5,1 US\$/MWh



**Gráfico 4**

Tarifa da energia, em US\$/MWh.

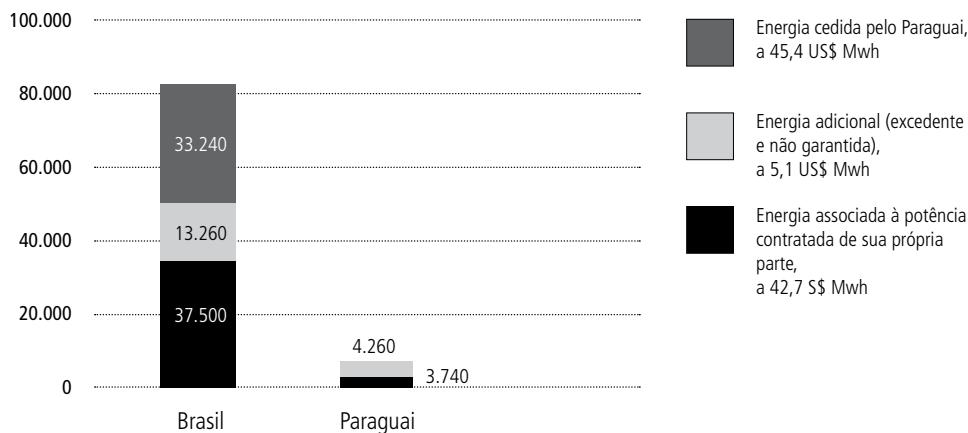
**Quadro 2**

Energia que adquirem Brasil e Paraguai de Itaipu

Tipo de energia	GWh/ano	US\$/
1 Energia associada à potência contratada pelo Brasil, de sua própria parte	37.500	42,7
2 Energia adicional brasileira (excedente e não garantida)	8.500	5,1
3 Energia adicional paraguaia cedida ao Brasil (excedente e não garantida)	4.240	7,8
4 Energia cedida pelo Paraguai	33.760	45,4
<b>Total de energia de Itaipu adquirida pelo Brasil</b>	<b>84.000</b>	<b>37,8</b>
Energia adquirida pelo Paraguai		
1 Energia associada à potência contratada pelo Paraguai, de sua própria parte	3.740	42,7
2 Energia adicional (excedente e não garantida)	4.260	5,1
<b>Total de energia adquirida pelo Paraguai</b>	<b>8.000</b>	<b>22,6</b>

**Gráfico 5**

Quantidade de energia que adquire cada Alta Parte de Itaipu (Gw/ano)



Nota-se que as tarifas que pagam Paraguai e Brasil são as mesmas para (a) a energia associada à potência contratada (42,7 US\$/MWh) e para (b) a energia “adicional” (excedente e “não garantida”, 5,1 US\$/ Mwh). O sistema elétrico brasileiro leva mais de 80% desta última energia quase gratuita (12.740 GWh/ano), enquanto o Paraguai menos de 20% (3.740 Gwh/ano), apesar do Tratado estabelecer que a energia deveria ser dividida em “partes iguais” e que essa deveria ter sido a prática da operação em relação à energia gratuita ou quase gratuita (energia de prova, energia de transição, energia excedente) desde o início. É necessário apontar que por 8.500 Gwh/ano o Brasil paga 5,2 US\$/MWh (seus 50%) e por 4.240 Gwh/ano (a energia paraguaia “não garantida” cedida) o Brasil paga 7,8 US\$/MWh.

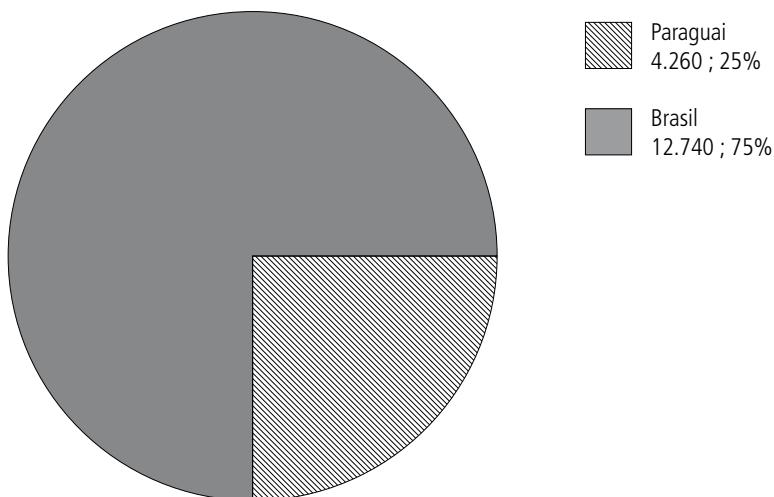
**Quadro 3**

Energia adicional levada pelo Brasil e Paraguai

País	GWh/ Ano	%
Brasil	12.740	75
Paraguai	4.260	25
<b>Total</b>	<b>17.000</b>	<b>100</b>

**Gráfico 6**

Energia adicional levada por Brasil e Paraguai. GWh/ano



É verdade, como correntemente apontam os técnicos brasileiros de Itaipu, que a tarifa média do Paraguai é mais barata (22,6 US\$/MWh) do que a do Brasil (37,8 US\$/GWh), mas isto se deve ao fato de que, ainda que o Paraguai tenha acesso a menos do que tem direito da energia quase gratuita, já que consome uma pequena quantidade, em média, o preço é mais baixo. Isto não deve ocultar que o Brasil leva muito mais (75%) de energia (quase gratuita). O Paraguai reivindica ter acesso à 50% da energia “não garantida” quase gratuita, tal como assegura o artigo XIII do tratado.

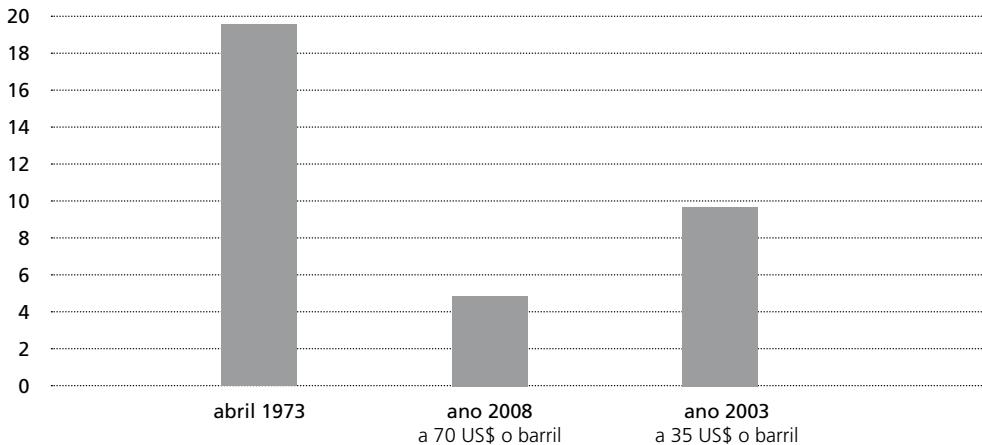
Um fato semelhante ocorre com a reserva de potência gratuita, em torno de 400 MW, que majoritariamente serviu para manter a frequência do sistema elétrico brasileiro.

Quanto aos benefícios totais (não somente a compensação, como também os royalties, o ressarcimento e os rendimentos, os quatro conceitos previstos no Anexo C do tratado), houve uma visível deterioração, em relação ao presente, do valor que previa o Tratado que o Paraguai receberia no dia 26 de abril de 1973, quando foi assinado o mesmo.

Em abril de 1973 o Paraguai podia comprar 19,5 milhões de barris com os benefícios previstos no Tratado, enquanto hoje, ainda que com a acentuada queda da cotação do petróleo, o Paraguai pode comprar apenas a quarta parte (se o barril está a 70 US\$) ou a metade (se o barril está a 35 US\$). Em maio de 2009, a cotação está a 60 US\$/barril, o que permite comprar menos da terceira parte que em 1973.

### Gráfico 7

Benefícios que o Paraguai recebe segundo o Tratado de Itaipu e seus Anexos, em comparação com 1973. Em milhões de barris de petróleo.



Não seguir os critérios de mercado pode ser uma política justa para reparar as assimetrias em relação aos países menos desenvolvidos. É o que faz a Venezuela, por exemplo, quando vende seu petróleo a países pobres abaixo do preço internacional. Vender abaixo do custo é justificável para subsidiar e ajudar países pobres. O mesmo acontece quando consumidores de países ricos pagam mais num acordo direto com pequenos produtores de países pobres, por exemplo. É o que se denomina “comércio justo”. No nosso caso ocorre exatamente o contrário. O Paraguai é um país mais pobre do que o Brasil. Em termos percentuais, o país possui o triplo de indigentes.

Existe um paradoxo, então, já que o país mais pobre – o Paraguai – subsidia (com uma energia de qualidade mais alta que o petróleo) um país percentualmente mais rico como o Brasil. Além do mais, esta tendência vem se intensificando nas últimas décadas, por isso o Paraguai pode comprar hoje a metade (se o petróleo está cotado a 35 US\$), menos de um terço (se o petróleo está a 60 US\$/barril, cotação de maio de 2009), ou a quarta parte (se o petróleo está cotado a 70 US\$) do que podia comprar em abril de 1973.

O que o Paraguai reivindica é que se aplique o critério definido na Ata de Iguazu, base do Tratado de Itaipu, incorporado a ele e parte do mesmo. Neste caso, o Brasil continuará tendo preferência sobre a energia paraguaia, sempre que pague o “preço justo” (120 US\$/MWh, como oferece o Chile, inclusive com um desconto por menores gastos de transmissão e intermediação, e não 45 US\$/MWh como hoje paga a Itaipu pela energia paraguaia). O Paraguai propõe que a livre disponibilidade de sua energia represente um marco de integração regional elétrica no Cone Sul da América, medida que favoreceria a todos.

Da mesma forma, se exige que o Paraguai tenha 50% da energia “não garantida” quase gratuita e também 50% de potência gratuita, igual à reserva de potência gratuita adicional, que foi 50% utilizada pelo sistema elétrico brasileiro desde 1985 até esta data para manter sua frequência.

### **Ponto 3. Revisão da dívida de Itaipu**

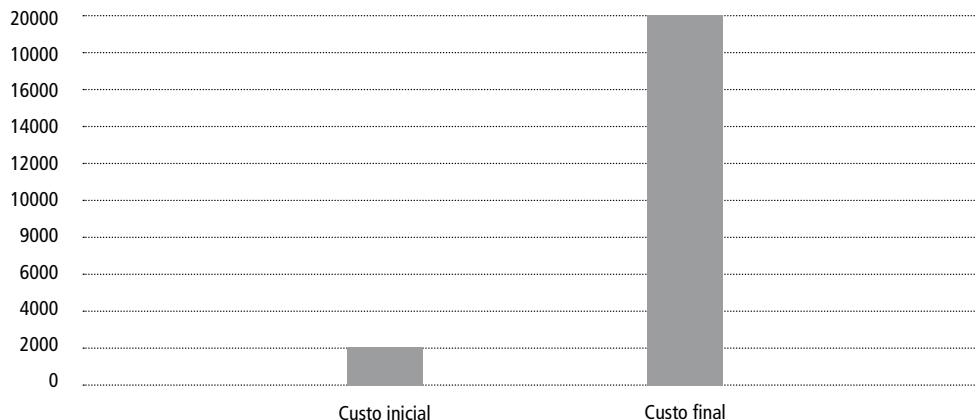
A regra que rege em Itaipu é que as empresas elétricas que contratam potência (e adquirem energia) pagam uma tarifa igual ao custo total do serviço de eletricidade, dentro do qual se inclui o pagamento do serviço da dívida (total de encargos financeiros e amortização de créditos contratados). Como foi visto no “Quadro 1”, 66% do custo do serviço corresponde ao pagamento da dívida. Pois bem, qual é a origem e o caráter da dívida mencionada, que no fim de 2007 era de US\$ 18,701 bilhões?

No início de sua construção, se havia calculado que Itaipu custaria US\$ 2 bilhões, incluindo as encargos financeiros. No entanto, a mesma acabou custando mais de US\$ 20 bilhões. Este forte aumento de custos se deve aos enormes superfaturamentos (roubos) perpetrados durante a etapa inicial de sua construção, dirigida por ambas ditaduras, brasileira e paraguaia. Aproximadamente 85% do faturamento foi realizado por empresas brasileiras ou transnacionais radicadas no Brasil e os restantes 15% por empresas paraguayas. Estes 15% possibilitaram o surgimento de uma oligarquia possuidora de uma imensa fortuna adquirida de forma duvidosa que teve como membro

Stroessner, além de seu círculo íntimo, entre eles, Andrés Rodriguez e os popularmente denominados “barões de Itaipu”, que governaram diretamente o país entre 1993 e 1999 (Juan Carlos Wasmosy e Raúl Cubas).

### Gráfico 8

Custo inicial e final de Itaipu. Em bilhões de US\$.



Outra razão pela qual a dívida de Itaipu não ter baixado desde o início de sua operação até agora é que, em vez de se amortizar os créditos contratados – como estabelece o anexo C do Tratado – desde o início da operação da usina (1985), Itaipu decidiu fixar uma tarifa inferior ao custo, a pedido das empresas elétricas brasileiras FURNAS e ELETROSUL. Este pedido poderia ter sido atendido, porém como crédito de Itaipu a ambas empresas elétricas e não como uma medida não prevista pelo Tratado: a aplicação de uma tarifa abaixo do custo, da qual se beneficiou também a ANDE, ainda que em apenas 2%.

O Paraguai solicitou ao Brasil na mesa de negociações que este fato fosse levado em conta e que Itaipu cobrasse as empresas elétricas brasileiras (em 98%) e a ANDE (em 2%), bem como as Altas Partes Contratantes (Brasil e Paraguai), como se estabelece no Tratado. Da mesma forma, o Paraguai propôs que fosse cobrado de cada empresa elétrica (ou das Altas Partes) os juros de mora de 1% mês que a Itaipu Binacional atualmente cobra da ANDE pela conta de energia que não pagou entre 1999 e 2000.

A adoção desta medida (fixação de tarifa abaixo do custo) demonstra que, quando convinha às grandes empresas elétricas do Brasil, não se hesitou modificar de fato o Tratado. Por isso, a negativa em interpretar a reivindicação do Paraguai como correspondente ao Tratado de Itaipu (segundo os negociadores brasileiros isto seria uma “modificação” do Tratado, no sentido que o Paraguai já pode dispor livremente de sua energia – se bem que com preferência para o Brasil). Tal afirmação carece de toda lógica, já que, em algumas ocasiões, o Brasil procedeu deixando de levar o Tratado em conta, a fim de obter uma tarifa inferior ao custo.

Também há outros questionamentos à dívida, como (a) a não contratação de potência por parte do Brasil entre 1988 e 1990, (b) o aumento brusco da dívida em 1994 (de mais de US\$ 4 bilhões) devido à aplicação do Plano Real no Brasil e (c) a não consideração do reajuste aplicado ao saldo de dívida desde de 1997 até 2007 e eliminado em 2008 no custo do serviço de eletricidade de Itaipu. Também se deve considerar o fato que, segundo o artigo IX do Tratado, as Altas Partes (e seus verdadeiros “alter egos” como a ELETROBRÁS) devem dar aportes e não créditos.

O que propõe, em resumo, o Paraguai a respeito da dívida de Itaipu? Que se realize uma auditoria da dívida, que sejam eliminados todos os elementos ilegítimos e que o Tratado seja estritamente aplicado. Caso se proceda desta forma, a dívida atual de Itaipu será nula, ou próxima a zero.

#### **Ponto 4. A plena co-gestão de Itaipu**

As duas principais direções de Itaipu, Financeira e Técnica, foram ocupadas desde a criação do ente binacional (1974) até os dias de hoje por pessoas nomeadas pelo governo brasileiro. Itaipu foi um excelente negócio financeiro para a ELETROBRÁS, como revelam suas próprias contas e inclusive um recente anúncio desta empresa publicado no Financial Times de Londres. O exercício ininterrupto da Direção Financeira nas mãos do Brasil (ELETROBRÁS) explica porque a ELETROBRÁS – hoje com capital privado e cotado em diversas bolsas do mundo – tem um excelente negócio financeiro em Itaipu, desvirtuando-a do objetivo de oferecer uma energia barata aos povos do Brasil e do Paraguai.

Esta prática de manter durante 35 anos as direções Financeira e Técnica a cargo do Brasil, viola o caráter binacional de empreendimento. O Paraguai exige a plena co-gestão dos cargos mais importantes da Itaipu Binacional e exercer as direções executivas Técnica e Financeira pela primeira vez desde a assinatura do tratado de Itaipu em 1973.

### **Ponto 5. A implantação de auditorias binacionais públicas**

A binacionalidade foi utilizada como desculpa para que a gestão administrativa e financeira – os contratos com grandes empresas – não fosse auditada pelos órgãos de controle dos respectivos países. Em 36 anos, nunca houve uma auditoria das contas, da gestão nem da dívida em Itaipu.

O aumento (em 10 vezes) do custo de Itaipu e os preços unitários, como o do concreto armado – na época o mais caro do mundo – indicam explicitamente que existiram irregularidades que devem ser investigadas. Até hoje há graves denúncias de fraudes e roubos em Itaipu.

O Paraguai exige uma imediata auditoria binacional para as contas e para a dívida binacional, sob responsabilidade dos entes públicos de controle (a Controladoria Geral da República do Paraguai (CGR) e o Tribunal de Contas da União do Brasil). O fato de o Brasil ter aceitado que a CGR audite a dívida binacional de Itaipu é considerado um passo importante.

### **Ponto 6. A realização de todas as obras previstas no Tratado**

Neste ponto, o Paraguai exige que se cumpra o Tratado e que se construam todas as obras previstas. Há duas obras citadas expressamente no Tratado que não foram realizadas até a data: a subestação seccionadora do lado paraguaio e as obras de navegação.

O Tratado prevê a existência de duas subestações seccionadoras idênticas em cada lado. A subestação brasileira foi construída desde de o princípio, enquanto no lado paraguaio foi construída apenas uma subestação seccionadora e transformadora mínima, que já chegou a seu ponto de saturação. Há redes de 500 Kv que partem do lado paraguaio e Itaipu e vão direto à estação FURNAS do Brasil sem passar pela subestação seccionadora, razão pela qual o Paraguai não pode ter acesso tecnicamente à totalidade de sua própria eletricidade de Itaipu. O Paraguai exige a imediata construção desta subestação seccionadora.

Da mesma maneira, o Tratado estabelece que devem ser feitas obras para permitir a navegação fluvial ultrapassando o obstáculo que representa a represa de Itaipu. No passado já foram estudadas diversas opções dentro do próprio ente binacional, porém nunca foi feito algo a respeito. O Paraguai exige que as diversas opções voltem a ser estudadas, que seja escolhida a melhor e que, de imediato, sua construção seja iniciada.

Em princípio, O Brasil aceitou que fossem realizadas estas duas obras pendentes, o que também é considerado um importante avanço.

### **Por quê o Paraguai propõe agora a recuperação de sua soberania hidrelétrica?**

Porque o Tratado foi escrito por duas ditaduras, a de Alfredo Stroessner (1954-1989) e a ditadura militar brasileira. No Paraguai, o mesmo grupo político que assinou o Tratado e deu aval para suas transgressões continuou governando o país até o passado 15 de agosto de 2008.

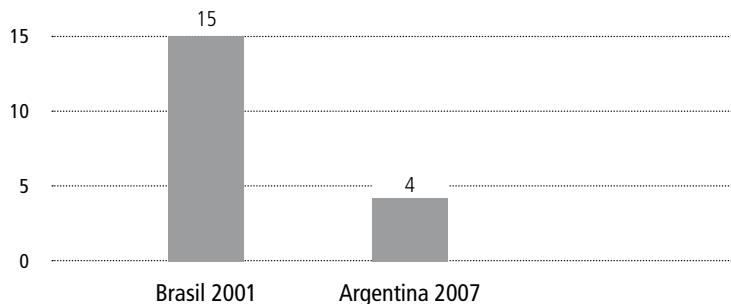
É por esta razão que o povo paraguaio, após conquistar sua liberdade no dia 20 de abril de 2008, propôs a recuperação de sua soberania hidrelétrica ao Governo do Brasil e este, presidido por Lula, aceitou tratar de todos e cada um dos seis pontos, sem dúvida porque este fato representa uma transformação histórica que cria uma nova condição de igualdade, ao invés daquela de subordinação.

### **A proposta do Paraguai é: “ganhamos todos”**

A proposta do Paraguai é recuperar a soberania hidrelétrica – o que inclui receber um preço justo e eliminar a parte ilegítima da dívida – e ao mesmo tempo transformar a Itaipu no maior instrumento de integração elétrica regional.

**Gráfico 9**

Custos extra dos “apagões” da Região. Em bilhões de US\$.



A Argentina, o Chile e o Uruguai têm problemas periódicos com a escassez e os altos custos de geração de eletricidade. A Argentina perdeu US\$ 4 bilhões em 2007 por falta de eletricidade. O Brasil sofreu um “apagão” que lhe custou mais de US\$ 15 bilhões. Estas perdas – superiores a US\$ 20 bilhões nos últimos 8 anos em toda a região – podiam ter sido evitadas, ou ao menos minimizadas, se existisse uma potente interconexão elétrica regional entre Itaipu e Yacyretá, sem dúvida, a “coluna vertebral” da interconexão elétrica do Cone Sul da América .

O Paraguai sugere que o deixem assumir seu papel de único país com genuínos excedentes hidrelétricos (mais de 40 milhões de MW/ano, 85 % das exportações brutas de eletricidade e 95% das exportações líquidas de eletricidade da América do Sul) e ser, conseqüentemente, o eixo da interconexão elétrica regional, pois não existe nenhuma outra Itaipu ou Yacyretá na região (no futuro, a represa de Corpus dará mais força a esta interconexão elétrica). Não há, aliás, nenhum outro país que exporte tanta eletricidade na América do Sul.

A região ganhará, já que se reduzirá a queima de combustíveis fósseis, os riscos e os custos dos “apagões” e se aumentará a segurança energética.

É importante dizer que o eventual maior preço (o preço justo) que o Brasil pagará pela energia paraguaia ou por substituí-la, caso o Paraguai a exporte a outros países, será compensado com o crescimento de toda a região, com custos globais significativamente menores, inclusive para o Brasil, que se apenas evitasse um novo “apagão” de US\$ 15 bilhões, ganharia representativamente. Somente em 2008 o Brasil gastou mais de US\$ 100 milhões em combustíveis fósseis por causa de um novo risco de “apagão”. Todos estes custos podem ser reduzidos enormemente se o Paraguai dispuser livremente de sua energia, o que simbolizaria um marco de integração energética.

Definitivamente, o que o Paraguai propõe é, não somente uma reivindicação histórica justa, que dará dignidade à sua relação com o Brasil, como também uma solução para que todos ganhem, em particular os povos do Paraguai e Brasil.



mineração  
e siderurgia

## **A face agressiva da Vale**

Dário Bossi, Gustavo Gazzinelli, Karina Kato, Bruno Milanez



## A face agressiva da Vale

Dário Bossi, Gustavo Gazzinelli, Karina Kato, Bruno Milanez, Articulação Mineração-Siderurgia\*

“Temos o minério de ferro mais barato do mundo. Precisamos ser mais agressivos e ocupar rapidamente esse espaço senão outros o farão”.

(Roger Agnelli, Presidente da Vale, 2006).

### Introdução

Agressividade na ocupação dos espaços (e territórios) é uma forma bastante adequada de descrever a estratégia de negócio da Vale. Tendo como diferencial competitivo uma enorme reserva de minério de ferro de alta qualidade no Brasil, a Vale vem expandindo seus negócios em diferentes regiões do país e do mundo. Porém, sua agressividade não é dirigida somente aos seus concorrentes. Populações tradicionais, movimentos sociais e entidades ambientalistas são também alvo da face agressiva da Vale toda vez que a empresa decide iniciar um novo negócio.

O objetivo deste capítulo é apresentar e discutir alguns exemplos de impactos que as atividades da Vale causam sobre populações e meio ambiente. Muitos casos de violações de direitos humanos e de destruição ambiental decorrentes da atuação da Vale vêm sendo denunciados por diferentes movimentos sociais. Neste capítulo partindo de uma leitura transversal de diferentes casos de conflitos entre comunidades tradicionais e a Vale dentro do Brasil, buscou-se delinear um perfil da atuação da empresa, buscando evidenciar alguns traços emblemáticos de sua forma de atuação no território. O artigo é organizado em cinco sessões principais. Na primeira, é feita uma breve apresentação da empresa. As três sessões subseqüentes são reservadas para a análise dos principais conflitos que vêm se desenrolando nos territórios de atuação da empresa, divididos em três grupos de impactos: sobre o meio ambiente, sobre a qualidade de vida das populações locais e sobre os trabalhadores. Por fim, na conclusão, são feitos alguns comentários gerais sobre as práticas da empresa.

\* Os autores são membros da Articulação Mineração-Siderurgia, um grupo de trabalho da Rede Brasileira de Justiça Ambiental.

## A Vale

A Vale é uma das maiores empresas transnacionais brasileiras e uma das principais empresas mineradoras do mundo. Seu grupo empresarial é composto por pelo menos 27 empresas coligadas, controladas ou *joint-ventures* distribuídas em mais de 30 países, dentre eles Brasil, Angola, Austrália, Canadá, Chile, Colômbia, Equador, Indonésia, Moçambique, Nova Caledônia e Peru, nos quais desenvolve atividades de prospecção e pesquisa mineral, mineração, operações industriais e logística (Vale, 2008a; b).

A história de mineração da Vale iniciou-se em 1909, com criação da empresa britânica *Brazilian Hematite Syndicate*, dedicada a explorar minério de ferro em Minas Gerais. Dois anos mais tarde, a empresa foi rebatizada como *Itabira Iron Ore Company* e, em 1941, foi dividida em duas empresas nacionais: a Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia, e a Companhia Itabira de Mineração. Nesse período, como consequência da Segunda Guerra Mundial, o acesso a reservas de minério de ferro tornou-se estratégico para as potências bélicas e foi neste contexto que, em 1942, consolidaram-se os “acordos de Washington”, envolvendo Brasil, Estados Unidos e Inglaterra. Num destes acordos, o governo britânico adquiriria e transferiria para o governo brasileiro as minas de ferro da empresa *British Itabira Company* em Itabira (MG), o governo dos Estados Unidos proveria empréstimos e o governo brasileiro constituiria uma empresa para explorar e exportar minério de ferro para aqueles países (Diniz 1981). Dessa forma, foi criada a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) uma sociedade anônima de economia mista que, em 1952, passou totalmente para o controle estatal. Como empresa estatal, a CVRD não apenas consolidou sua posição no Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais como também, na década de 1970, iniciou a exploração das reservas minerais na região de Carajás. Graças a essa riqueza, a CVRD foi classificada como a maior empresa nacional em 1993. Apesar de sua importância para a economia brasileira, a empresa foi incluída no Programa Nacional de Desestatização em 1995 e vendida ao capital privado dois anos mais tarde (Vale, 2008a).

Depois da privatização, a maior parte das ações da CVRD passou para o controle da Valepar<sup>1</sup>, uma sociedade financeira criada por algumas empresas interessadas em comprar o pacote majoritário da Vale. Em 2007, a Valepar detinha 53,3% do capital ordinário da empresa, sendo o BNDESPar<sup>2</sup> responsável por 6,8% das ações. O restante encontrava-se distribuído entre investidores diversos, sendo 27% não brasileiros e 12,9% brasileiros. Com relação ao capital preferencial, o governo brasileiro possuía

1 A Valepar é controlada pela Litel (grupo formado pelos fundos de pensão do Banco do Brasil, Petrobras, Caixa Econômica Federal e Setor Elétrico Paulista), Bradespar, Mitsui e BNDESPar.

2 O BNDES Participações S/A é uma holding de propriedade integral do BNDES criada para administrar as participações do banco em diversas empresas, atuando como o braço financeiro do banco. Por meio do BNDESPar o banco atua no mercado de capitais, tornando-se sócio das empresas que fazem parte de sua carteira de investimentos

apenas 3,3% das ações, porém gozava do chamado *golden share*, que lhe dá direito a veto em decisões estratégicas (Vale, 2008b).

Em 2007, após a compra da mineradora canadense INCO, a Vale tornou-se a 31ª maior empresa do mundo, atingindo um valor de mercado de R\$ 298 bilhões, à frente da IBM e com um lucro operacional de US\$ 13,2 bilhões. Os principais produtos responsáveis pela receita da empresa são o minério de ferro (36%) e o níquel (30%) (Vale, 2008b). Os produtos extraídos no Brasil correspondem por 62% da receita da Vale, que desenvolve atividades em 11 estados, conforme apresentado na Tabela 1 (Vale, 2008b).

As atividades da Vale causam acentuados impactos sobre os territórios e as populações que os habitam, gerando altíssimos custos sociais e passivos ambientais que são raramente divulgados. Desmatamento, deslocamento de populações, destruição de modelos tradicionais de subsistência, poluição atmosférica, intervenções em mananciais de abastecimento público e contaminação de cursos d'água são atividades que acompanham o percurso da Vale desde a exploração dos minérios, passando pela transformação e pelo transporte de seus produtos. Além de causar esses impactos diretamente, a infra-estrutura e o mercado criados pela Vale também permitem a expansão de atividades correlatas que amplificam ainda mais os efeitos negativos da empresa sobre populações e meio ambiente, como exploração de madeira, produção de carvão vegetal e ferro gusa. Esses impactos podem ser observados claramente ao longo da Estrada de Ferro de Carajás, no Pará e Maranhão.

No processo de exploração dos recursos minerais brasileiros pela Vale, cabe ressaltar o papel desempenhado pelas políticas governamentais, de forma que a história da companhia encontra-se em muitos aspectos interligada ao Estado brasileiro. Nas últimas décadas, essa cooperação se acentuou, colocando ênfase no papel dos financiamentos diretos do BNDES no processo de expansão e transnacionalização das atividades da Vale. A título de ilustração, se em 1999 os desembolsos do BNDES para o setor de mineração eram de R\$ 258,5 milhões, em 2008 esta cifra se expandiu e alcançou o patamar de R\$ 3,3 bilhões, dos quais a maior parte foi destinada à Vale. Não obstante a grande participação do BNDES na empresa por meio do BNDESpar, não foram poucas as situações em que houve troca de executivos entre a empresa, o governo federal e o banco. Por exemplo, Demian Fiocca foi presidente do BNDES entre abril de 2006 e abril de 2007; em agosto do mesmo ano assumiu a Diretoria Executiva de Tecnologia da Informação e Gestão da Vale (Vale, 2009). Em outra situação, também em 2008, uma semana após anunciar a liberação do maior financiamento já concedido

pelo BDES a uma empresa, de R\$ 7,3 bilhões, Luciano Siani Pires funcionário do alto escalão do banco saiu do BNDES para ocupar o cargo de Diretor de Planejamento Estratégico da Vale (O Globo Online, 2008).

**Tabela 1**

Distribuição das atividades da Vale no Brasil

Estado	Atividade
Amazonas	Mineração de bauxita
Bahia	Beneficiamento de manganês / Mineração de ferro e silício
Ceará	Beneficiamento de ferro / Terminal marítimo
Espírito Santo	Ferrovia / Terminal marítimo / Unidade de pelotização de ferro
Maranhão	Mineração de ferro / Beneficiamento de ferro / Ferrovia / Terminal marítimo / Unidade de pelotização de ferro / Usina hidrelétrica
Mato Grosso do Sul	Mineração de ferro, manganês e silício / Beneficiamento de ferro e manganês
Minas Gerais	Beneficiamento de minério de ferro, manganês, silício / Ferrovia / Mineração de ferro e manganês / Unidade de pelotização de ferro / Usina hidrelétrica
Pará	Beneficiamento de alumínio, caulim, manganês e minério de ferro / Ferrovia / Mineração de bauxita, cobre, ferro, manganês, níquel e potássio / Usina hidrometalúrgica de cobre
Rio de Janeiro	Beneficiamento de alumínio e ferro / Ferrovia / Terminal marítimo
Sergipe	Mineração de potássio / Terminal marítimo
Tocantins	Usina hidrelétrica

Fonte: (Vale, 2008a)

As práticas de exploração da Vale confirmam e acentuam o modelo de desenvolvimento desigual e concentrador brasileiro pelo qual a população local é afetada negativamente, ao mesmo tempo em que os benefícios econômicos são apropriados por acionistas nos grandes centros urbanos do país e no exterior. Todos os custos sociais e os passivos ambientais resultantes das atividades da Vale são ignorados e desconsiderados no discurso da empresa.

## A Vale e o meio ambiente

Em seu Relatório de Sustentabilidade, a Vale menciona 14 processos abertos contra a empresa por descumprimento da legislação ambiental. Uma estimativa conservadora da própria Vale totalizava os valores de tais processos em aproximadamente US\$ 2 bilhões (Vale, 2008b). Os impactos ambientais da Vale são variados de acordo com suas práticas.

Muitos dos problemas ambientais causados pela Vale são decorrentes de atividades de mineração. Um dos casos mais emblemáticos diz respeito à Mina do Pico, em Itabirito (MG), que passou para controle da Vale quando ela incorporou a empresa Minerações Brasileiras Reunidas S.A. (MBR). O Pico do Itabirito é um patrimônio histórico natural tombado pela Constituição do Estado de Minas Gerais. Com a expansão do Complexo Pico, de 12 para 23 milhões de toneladas por ano, a empresa destruiu inúmeras nascentes, além de amontoar toneladas de dejetos minerários ao redor do Pico, acabando com seu valor estético e histórico. Além da intervenção sobre o monumento tombado, a sequência de minas sobre um mesmo conjunto serrano, propiciou a destruição de ambientes únicos e raros, como os campos rupestres sobre cangas, com suas cavernas e espécies raras.

A Vale também vem realizando diversas infrações com relação a desmatamento, uso de madeira e descumprimento da legislação brasileira. Em 2006, a empresa foi multada por diversos crimes ambientais, entre eles consumo de carvão oriundo de mata nativa, incêndios em áreas de preservação e destruição de florestas permanentes. Naquele ano, as multas totalizaram quase R\$ 3 milhões, dos quais a Vale pagou apenas R\$ 217 mil (Carvalho, 2007).

Em 2007, a Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), uma *joint-venture*<sup>3</sup> da Vale com o grupo alemão Thyssen Krupp teve suas obras embargadas pela supressão ilegal de mangue no estado do Rio de Janeiro. Embora tivesse obtido licença do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) para cortar 2 km<sup>2</sup> de mangue para a construção de uma ponte, a empresa derrubou mais do que o triplo dessa área, o que levou a abertura de uma investigação pelo Ministério Público Federal (Rodrigues e Werneck, 2009). A TKCSA alegou ter tido autorização do Instituto Estadual de Florestas e da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (órgãos ambientais estaduais) para ampliar a área de supressão; porém, segundo o IBAMA, os órgãos estaduais teriam delegado a responsabilidade

3 Inicialmente, a Thyssen Krupp detinha 90% do projeto e a Vale 10%. Contudo, em virtude da crise financeira de 2008 e do seu reatamento sobre o mercado de siderurgia mundial, a Vale pretendia em 2009 ampliar a sua participação na TKCSA em até 30%.

pelo licenciamento ao órgão federal, que, em momento algum, teria sido comunicado da mudança no projeto (O Dia, 2007). Em 2008, a Vale foi multada em US\$ 5 milhões por venda ilegal de 9,5 mil m<sup>3</sup> de madeira no estado do Pará. Segundo o IBAMA, a empresa teria obtido a permissão para derrubar uma área de floresta para uso próprio, onde se calculava haver 11,6 mil m<sup>3</sup> de madeira, entretanto, fiscais do órgão ambiental encontraram somente 2,7 mil m<sup>3</sup>. Segundo o argumento do IBAMA, a diferença teria sido vendida pela empresa; a Vale, por sua vez, argumentava que havia errado na estimativa da quantidade de madeira disponível (Barros, 2008).

No Pará, empresas subsidiárias da Vale, como a Albrás e a Alunorte, têm sido causadoras de diferentes acidentes ambientais. Um dos mais graves ocorreu em abril de 2009, quando houve o vazamento de milhares de litros de lama vermelha de uma das bacias de contenção da empresa. A lama vermelha é um subproduto extremamente cáustico da produção de alumínio e a contaminação que causou no rio Murucupi teve como consequência uma elevada mortalidade de peixes, e impactos diretos no modo de vida de populações tradicionais (IEC-SAMAM, 2009).

A atuação da Vale também tem criado impactos ambientais negativos significativos na área costeira. Para a instalação da TKCSA, foi necessária a dragagem de um canal na Baía de Sepetiba para que navios tivessem acesso ao terminal portuário da empresa. Em 2006, movimentos sociais locais questionaram o procedimento da empresa, pois segundo ambientalistas e pescadores a dragagem estaria revolvendo o fundo da baía (originalmente contaminado por metais pesados oriundos de acidentes ambientais anteriores) espalhando grande volume de lama contaminada e aumentando o risco de contaminação de peixes e, conseqüentemente, das pessoas que se alimentavam deles (Durão, M., 2007; Durão, V. S., 2007).

Além dos casos mencionados acima, há ainda processos contra a empresa por poluição atmosférica no Espírito Santo e pelos impactos decorrentes de um acidente ferroviário no estado do Rio de Janeiro (Vale, 2008b).

### **A Vale e as comunidade locais**

Da mesma forma que a atuação da Vale tem efeitos negativos sobre o meio ambiente, a empresa também impacta negativamente a vida das populações que vivem em territórios por ela explorados. Existem populações em conflito com a mineradora em diferentes partes do país, independente de região geográfica, etnia ou atividade econômica.

Antes da fundação da Vale, o vale do Rio Doce, no estado de Minas Gerais, era ocupado pelos índios Krenak que sofreram intensamente após a constituição da empresa. Um dos exemplos mais emblemáticos é a Usina Hidrelétrica de Aimorés, cuja construção foi feita sem consulta ou consentimento dos Krenak. Na ação ajuizada pelo Ministério Público Federal e pela Fundação Nacional do Índio (Funai), alega-se que a empresa ignorou quase por completo os direitos dos povos indígenas. Em 2008, os Krenak, a Vale e as demais companhias responsáveis pela hidrelétrica, como a Companhia Energética de Minas Gerais CEMIG), firmaram um acordo segundo o qual as empresas se comprometeriam a pagar uma indenização de mais de R\$ 11 milhões (MPF/MG, 2008). Não obstante o conflito com os Krenak, a Usina Hidrelétrica de Aimorés promoveu uma importante mudança na paisagem local, uma vez que sua construção desviou o curso natural do rio Doce para atender o projeto da usina.

A Vale também entrou em conflito com populações indígenas no município de Ipixuna (PA). Nessa localidade, uma filial da Vale (Pará Pigmentos) abriu minas de caulim em terras próximas a áreas ocupadas pelos povos Tembé e Turé-Mariquita em 1996. No momento da abertura da mina, a empresa assinou um acordo de indenização pelos danos provocados a esses povos e pela travessia de uma tubulação de 180 km por suas terras. O acordo tinha a duração de cinco anos, podendo ser renovado. Porém, quando as populações indígenas solicitaram uma renovação em 2001, esta foi negada pela empresa. Somente após a intervenção da Funai em 2004, a empresa concordou em assinar novo acordo. Porém, como ele não foi respeitado pela Vale, a Funai iniciou uma Ação Civil Pública contra a empresa em 2006 (FUNAI, 2006).

Os índios não são, entretanto, os únicos povos a ter problemas com a Vale no estado do Pará. Populações quilombolas no município de Moju têm sofrido os impactos negativos de obras da Vale. A empresa havia assumido o compromisso de construir uma série de benfeitorias como forma de compensação, descumprindo o acordo com a comunidade quilombola e, desta forma, levando-a à realização de uma série de protestos, acirrando os ânimos na região. A saída do impasse somente foi encontrada em 2007, após o envolvimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que intermediaram um novo acordo, no qual a Vale foi levada a reconhecer suas responsabilidades (Suzuki, 2007).

Outra situação de conflito diz respeito aos fornos de carvão que a Vale possui no município de Açailândia (MA). Em 2005, a empresa instalou 71 fornos industriais na Fazenda Monte Líbano ao lado de um povoado assentado desde 1996. O Estudo de Impacto

Ambiental dessa atividade não levou em consideração a existência do assentamento nem os impactos que os fornos teriam sobre a saúde das pessoas. Como consequência da fumaça dos fornos, vários assentados (especialmente idosos, bebês e crianças) foram vitimados com problemas respiratórios, de pele e de visão. Apesar de o parecer técnico da Secretaria Estadual de Meio Ambiente de 2008 recomendar a implantação de 16 filtros queimadores de gás, além de uma campanha de amostragem para coleta de ar atmosférico, visando medição de partículas totais em suspensão e dióxido de enxofre, tais dispositivos não têm funcionado de forma sistemática (SEMA, 2008).

Apesar dos conflitos mencionados acima parecerem pontuais, disputas com populações locais são na verdade intrínsecas às atividades da empresa. A Vale opera mais de 2.500 km de ferrovias e os distúrbios causados por elas são diversos. Somente na Estrada de Ferro de Carajás circulam em média 20 trens por dia, cada um com cerca de 330 vagões. Os trens atravessam povoados inteiros, interrompendo as atividades e a vida e obrigando os moradores muitas vezes a atravessarem os trilhos, sob os vagões parados. O ruído e as vibrações causados por esses trens geram incômodos para as populações que vivem próximas da ferrovia, e causam rachaduras nas casas. Além disso, é frequente a morte por atropelamento de animais e pessoas, não havendo nenhuma política específica da empresa para lidar com esse problema. Segundo Relatório de Sustentabilidade, o número de acidentes de trem nos últimos anos foram 59 (2005), 63 (2006) e 46 (2007) (Vale, 2008b).

Na baía de Sepetiba, as atividades da Vale e sua parceira Thyssen Krupp estão afetando a vida e a sustentabilidade de pescadores artesanais e quilombolas. Nesta localidade, vivem e trabalham cerca de oito mil pescadores, diretamente prejudicados pelo aumento do número de navios na baía e pela poluição que as obras para a construção da usina siderúrgica têm causado (Villas Bôas, 2008). Há também denúncias por partes dos pescadores da colocação de cercas e barreiras dentro de rios na região, o que impede seu acesso aos mesmos (Quintela, 2008; Shoo, 2008). Da mesma forma, o projeto da ponte que ligará a usina siderúrgica ao terminal portuário da empresa não considerou a presença dos pescadores e a necessidade da passagem de seus barcos. Para contornar a ponte, os pescadores precisam navegar oito quilômetros a mais cada vez que saem para a pesca.

O caso mais grave, contudo, diz respeito à ligação do empreendimento com milícias locais. Lideranças dos pescadores vêm sendo ameaçadas por sua posição contrária à TKCSA e há inclusive, pessoas que tiveram de ser incluídas no Programa Nacional de

Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, por terem sido ameaçados. Em audiência pública perante a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, no primeiro semestre de 2009, a própria diretoria da empresa identificou como funcionários da segurança da empresa, pessoas que eram acusadas por membros da comunidade de terem ligações com milícias locais. A empresa não soube explicar as razões pelas quais esses funcionários não utilizavam uniformes ou qualquer outra forma de identificação enquanto trabalhavam (APN, 2009).

Entretanto, os conflitos não se restringem a populações tradicionais ou comunidades rurais do Brasil. A Vale também é alvo de severas críticas na região metropolitana de Belo Horizonte, onde explora a Mina Capão Xavier. A mina é uma das últimas reservas de alto teor de ferro do Quadrilátero Ferrífero e consiste numa reserva de 173 milhões de toneladas de minério de ferro, que teve sua exploração iniciada pela MBR em 2004. As jazidas de ferro são também grandes reservatórios naturais de água, e o conflito entre o uso das águas para o abastecimento público e os direitos minerários concedidos pelo Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) vem se agravando sistematicamente. Capão Xavier encontra-se na Área de Proteção Ambiental Sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte (APA SUL RMBH), criada para preservar a biodiversidade e os mananciais que abastecem a região. A jazida é o principal aquífero a fornecer águas para os ribeirões Fechos, Barreiro, Mutuca e Catarina, que abastecem cerca de 320 mil pessoas, e cujas principais nascentes foram declaradas, no início dos anos 1980, áreas de Proteção Especial (APE).

O aprofundamento do lençol freático para a exploração da jazida acarretará significativa redução nos volumes destes mananciais e afetará a qualidade “classe especial” da maior parte desses corpos d’água. Além disso, há incertezas quanto ao lago que se formará na cava, após o fechamento da mina, e quanto à capacidade que o mesmo proporcionará à recarga e à qualidade da água que retornará aos mananciais. Existe ainda uma significativa insegurança jurídica em torno do licenciamento da Mina de Capão Xavier, que poderá criar um precedente bastante negativo sobre mineração em áreas de mananciais. Como a lei estadual 10.793 de 1992 proíbe a atividade extrativa mineral que importe na perda de volume e qualidade das bacias de mananciais de abastecimento público, existe uma Ação Civil Pública contra o Estado de Minas Gerais (Governador Aécio Neves), a MBR, o ex-prefeito de Belo Horizonte Fernando Pimentel e o então Gerente Regional do Instituto Estadual de Florestas, requerendo a anulação das licenças prévia, de instalação e de operação da Mina de Capão Xavier, bem como a condenação desses agentes por atos de improbidade administrativa (MPE/MG, 2004).

Outro exemplo dos impactos sobre as populações locais diz respeito aos problemas de saúde consequentes da poluição atmosférica gerada pelas atividades da Vale. Uma pesquisa sobre qualidade do ar e saúde realizada entre 2003 e 2004 em Itabira (onde a mineração a céu aberto realizada pela Vale é, aparentemente, a fonte mais relevante de emissão de material particulado inalável) identificou que o aumento dessas partículas no ar tinha impacto direto no aumento dos atendimentos de pronto-socorro por doenças respiratórias entre crianças e adolescentes e por doenças cardiovasculares entre adultos (Braga, Pereira *et al.*, 2007).

Por fim, o impacto da mineração sobre a vida e o modo de desenvolvimento de pequenos e médios municípios é de tal ordem, que poucas alternativas menos impactantes de desenvolvimento conseguem conviver com a mineração. A perspectiva da implantação de minas interfere em perspectivas econômicas que tenham a qualidade do meio ambiente como uma condicionante, a exemplo do turismo, da indústria limpa e a atividade agrícola familiar. Os processos de instalação de grandes plantas minerárias promovem um forte fenômeno migratório, em direção às regiões onde os projetos são iniciados e que, normalmente, não têm a infra-estrutura necessária para receber tantas pessoas em tão pouco tempo.

### **A Vale e os trabalhadores**

As ações e decisões da Vale impactam negativamente não apenas os moradores da vizinhança de seus empreendimentos, mas também seus próprios trabalhadores e subcontratados. Como consequência da política agressiva de terceirização adotada pela empresa, menos de 40% dos trabalhadores são funcionários da Vale. Os trabalhadores terceirizados, de forma geral, realizam atividades que envolvem maior risco, tanto que, dos 14 acidentes fatais ocorridos em 2007, 11 envolveram trabalhadores vinculados a empresas prestadoras de serviço (Vale, 2008b).

Independente desse maior risco, tanto trabalhadores terceirizados como funcionários da empresa na área produtiva acabam sendo submetidos a condições extremas de trabalho. Uma inspeção da Procuradoria Regional do Trabalho de Minas Gerais, realizada em 2006 em Mariana identificou que a empresa Samarco (uma filial da Vale) havia cometido mais de quarenta infrações trabalhistas, incluindo excesso de jornada de trabalho, falta de instalações sanitárias para uso dos trabalhadores, iluminação inadequada durante o turno noturno. Além desses problemas, foram identificados casos

de afastamento de trabalhadores devido a doenças do trabalho sem emissão da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT). A inspeção resultou em uma multa de R\$ 20 mil e a indenização de R\$ 2 mil reais para cada trabalhador (PRT/MG, 2007).

Entre 2006 e 2007, a Inspetoria do Trabalho da cidade de Marabá (PA) recebeu mais de oito mil denúncias por causas de trabalho contra a Vale. Uma inspeção, em 2007, validou as denúncias, identificando a violação coletiva dos direitos dos trabalhadores caracterizada por trabalho cansativo e desgastante por um horário diário de oito a doze horas. Como resultado, a Inspetoria propôs à Vale um acordo que prevê o pagamento de US\$ 35 milhões em indenizações (Adoue, 2007).

No mesmo ano, o Tribunal do Trabalho do Espírito Santo condenou a Vale a pagar R\$ 800 mil aos trabalhadores por dano moral coletivo. Nesta ação, foi identificada prática discriminatória pela empresa, uma vez que, segundo denúncias dos trabalhadores, que a empresa possuía uma lista de nomes de trabalhadores para cercear o direito de ação de alguns e inibir o acesso ao trabalho daqueles que tivesse entrado com ações trabalhistas na justiça. Em sua sentença, o juiz condenou a Vale a não exigir ou impor rejeição de trabalhadores às empresas por ela contratada (PRT/ES, 2007).

A construção da TKCSA também apresenta diferentes irregularidades do ponto de vista trabalhista. As obras da empresa foram paralisadas em diferentes momentos, tanto por causa de falta segurança para os seus trabalhadores, quanto por contrato ilegal de funcionários. Em abril de 2008, as obras da siderúrgica foram interditadas após inspeção do Ministério Público do Trabalho. Durante a visita, procuradores do trabalho detectaram diversas irregularidades, como falta de equipamento de proteção individual e ausência de sistemas coletivos de segurança como guarda-corpos. Após a interdição, foi firmado um TAC e a empresa voltou a funcionar (MPT, 2008). Entretanto, em agosto do mesmo ano, o MPT teve novamente de agir para garantir que a empresa cumprisse a legislação trabalhista brasileira. Em uma nova fiscalização, procuradores do trabalho encontraram 120 chineses trabalhando nos canteiros de obra da empresa sem registro ou contrato de trabalho. Nesse caso, o MPT abriu uma Ação Civil Pública contra a empresa exigindo o pagamento de R\$ 40 milhões por danos morais coletivos (Almeida, 2008).

## **Conclusões**

As questões discutidas neste capítulo apresentam a verdadeira face da Vale. Em sua busca de lucros crescentes a empresa impacta significativamente o meio ambiente, avança sobre territórios com condições socioambientais vulneráveis, desconsidera as

reivindicações e acordos firmados com comunidades afetadas, nega direitos de pessoas que trabalham para ela e desrespeita a legislação brasileira em diferentes áreas. Uma realidade muito distinta da imagem que a empresa delinea em suas propagandas institucionais.

A partir de uma perspectiva ingênua, alguns dos casos mencionados neste capítulo poderiam ser considerados como “falhas” operacionais, ou situações extremas. Porém, essa hipótese deixa de ser considerada quando se percebe que a empresa, apesar de sua propaganda ambiental e campanha de “responsabilidade social corporativa”, apresenta baixíssima predisposição ao diálogo com as populações afetadas e pouca capacidade de recuar em projetos cujos resultados sobre o meio ambiente são irreversíveis. A situação descrita torna-se ainda mais preocupante quando se considera as perspectivas de crescimento dos investimentos da empresa no médio prazo, que envolvem a abertura de novas minas, a duplicação das estradas de ferro, o aumento da capacidade de novos portos e a construção de usinas siderúrgicas.

Diante deste quadro, alternativa de recorrer a ações do judiciário e ao uso da autoridade pelo Estado, embora ainda válida, torna-se cada vez menos efetiva, devido ao enorme poder que a Vale detém no Brasil e no mundo. Portanto, o que se percebe é a necessidade do aumento da união, do fortalecimento da solidariedade e da intensificação da organização das populações atingidas por esses empreendimentos, para lutarem pelo respeito aos seus direitos, incluindo acesso e soberania sobre os recursos naturais e recursos hídricos de qualidade, bem como uma condição de saúde adequada.

## **Bibliografia**

Adoue, S. Compañía Vale do Río Doce es investigada por Ministerio del Trabajo en Pará. Disponível em: <http://www.radioagencianp.com.br>. Acessado em: 15 Jul 2009.

Agnelli, R. Agnelli, da Vale do Rio Doce alerta para o avanço da Ásia. O Estado de São Paulo. São Paulo: B2 p. 2006.

Almeida, C. Procuradoria entra com ação contra CSA. O Globo 2008.

APN. Transnacional alemã alega desconhecer perseguição aos pescadores da Baía de Sepetiba. (19 Mar 2009). Disponível em: [http://www.apn.org.br/apn/index.php?option=com\\_content&task=view&id=970&Itemid=1](http://www.apn.org.br/apn/index.php?option=com_content&task=view&id=970&Itemid=1). Acessado em: 17 Jul 2009.

Barros, B. Ibama multa a Vale por venda ilegal de madeira. Valor OnLine. (11 Jul 2008). Disponível em: [http://g1.globo.com/Noticias/Economia\\_Negocios/0,,MUL643235-](http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL643235-)

9356,00.html. Acessado em: 09 Jul 2009.

Braga, A. L. F., L. A. A. Pereira, et al. Associação entre poluição atmosférica e doenças respiratórias e cardiovasculares na cidade de Itabira, Minas Gerais, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v.23, n.Sup. 4, p.S570-S578. 2007.

Carvalho, L. M. A Vale é Verde? As ambigüidades ambientais da segunda maior mineradora do mundo. *Revista Piauí*. (Mar 2007). Disponível em: [http://www.revista-piaui.com.br/edicao\\_6/artigo\\_156/A\\_Vale\\_e\\_verde.aspx](http://www.revista-piaui.com.br/edicao_6/artigo_156/A_Vale_e_verde.aspx). Acessado em: 09 Jul 2009.

Diniz, C. C. Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira Belo Horizonte: UFMG/Proed. 1981

Durão, M. Ambientalistas protestam contra crédito para a CSA. *Jornal do Comercio*. (05 Abr 2007). Disponível em: [http://www.justicaambiental.org.br/noar/anexos/acervo/17\\_070405\\_ambientalistas\\_protestam\\_contra\\_credito\\_csa.pdf](http://www.justicaambiental.org.br/noar/anexos/acervo/17_070405_ambientalistas_protestam_contra_credito_csa.pdf). Acessado em: 07 Mai 2008.

Durão, V. S. CSA Companhia Siderúrgica: Usina da ThyssenKrupp enfrenta problemas. *Valor Online*. (09 Abr 2007). Disponível em: [http://www.justicaambiental.org.br/noar/anexos/acervo/17\\_070410\\_csa\\_usina\\_enfrenta\\_problemas.pdf](http://www.justicaambiental.org.br/noar/anexos/acervo/17_070410_csa_usina_enfrenta_problemas.pdf). Acessado em: 07 Mai 2008.

FUNAI. Ação Civil Pública Advocacia Geral da União. Procuradoria Federal Especializada – FUNAI. (19 Abr 2006). Disponível em: <http://www.funai.gov.br/procuradoria/docs/ACP%20-%20Par%E1%20Pigmentos%20-%20Final%20-%20enviada%20para%20o%20site.doc>. Acessado em: 09 Jul 2009.

IEC-SAMAM. Relatório IEC-SAMAM 001/2009 - Caracterização preliminar dos impactos ambientais, danos ao ecossistema e riscos a saúde decorrentes do lançamento no rio Murucupi de efluentes do processo de beneficiamento de bauxita, Barcarena-Pará / Belém-Pará Anadindeua: Seção de Meio Ambiente, Instituto Evandro Chagas, Secretaria de Vigilância em Saúde, Ministério da Saúde. 2009

MPE/MG. Ação civil pública com pedidos de tutela de urgência cumulada com improbidade administrativa Dep. Proc. 024.03.187522-2. Disponível em: <http://www.capaoxavier.org.br>. Acessado em: 15 Jul 2009.

MPF/MG. Acordo garante indenização por dano moral coletivo aos índios krenak. Ministério Público Federal de Minas Gerais. (29 Jul 2008). Disponível em: <http://noticias.pgr.mpf.gov.br/noticias-do-site/indios-e-minorias/mpf-mg-e-funai-celebram->

acordo-em-acao-civil-publica-e-garantem-indenizacao-por-dano-moral-coletivo-aos-indios-krenak/. Acessado em: 09 Jul 2007.

MPT. Thyssen Krupp CSA firma acordo para garantir segurança dos trabalhadores. (13 Jun 2008 ). Disponível em: <http://www.pgt.mpt.gov.br/pgtgc/publicacao/engine.wsp?tmp.area=270&tmp.texto=7405> Acessado em: 27 Nov 2008.

O Dia. Obra parada na CSA. (21/12/2007). Disponível em: [http://odia.terra.com.br/economia/htm/obra\\_parada\\_na\\_csa\\_141728.asp](http://odia.terra.com.br/economia/htm/obra_parada_na_csa_141728.asp). Acessado em: 04/01/2008.

O Globo Online. Polêmica envolve troca de cadeiras no BNDES e Vale. (08 Abr 2008). Disponível em: [http://oglobo.globo.com/economia/mat/2008/04/08/polemica\\_envolve\\_troca\\_de\\_cadeiras\\_no\\_bndes\\_vale-426752224.asp](http://oglobo.globo.com/economia/mat/2008/04/08/polemica_envolve_troca_de_cadeiras_no_bndes_vale-426752224.asp) Acessado em: 20 Jul 2009.

PRT/ES. Vale do Rio Doce é condenada a pagar indenização de R\$ 800 mil por dano moral coletivo no ES. Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região do Espírito Santo. (11 Jun 2007 ). Disponível em: <http://www.pgt.mpt.gov.br/pgtgc/publicacao/engine.wsp?tmp.area=269&tmp.texto=2688>. Acessado em: 09 Jul 2009.

PRT/MG. TACs garantem melhores condições de trabalho em mineradoras de MG. Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região de Minas Gerais. (12 Mar 2007). Disponível em: <http://www.pgt.mpt.gov.br/pgtgc/publicacao/engine.wsp?tmp.area=270&tmp.texto=2244>. Acessado em: 09 Jul 2009.

Quintela, S. ThyssenKrupp e Vale do Rio Doce: um consórcio que traz morte e destruição no Rio de Janeiro. Informativo PACS. Nº 21: 3 p. 2008.

Rodrigues, A. e F. Werneck. Usina da ThyssenKrupp no Rio é alvo de investigação do MP. O Estado de S. Paulo. São Paulo. B22 2009.

SEMA. Índícios de poluição do ar provocada pela UPR da Fazenda Monte Líbano, SEMA, São Luís, 8 de Abril de 2008. São Luís: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão. 2008

Shoo, M. Baía nem para peixe, nem para pescador. Informativo PACS. Nº 21: 4 p. 2008.

Suzuki, N. Acordo define compromissos da Vale com quilombolas de Jambuaçu. Carta Maior. (17 Feb 2007). Disponível em: [http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=13568](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=13568). Acessado em: 09 Jul 2009.

Vale. Quem somos. Disponível em: <http://vale.com.br>. Acessado em: 03 Jul 2009.

Vale. Relatório de sustentabilidade 2007. Rio de Janeiro: Vale 2008b.

\_\_\_\_\_. Perfil dos executivos. Disponível em: <http://www.vale.com/saladeimprensa/pt/empresa/perfil.asp>. Acessado em: 20 Jul 2009.

Villas Bôas, B. Dragagens e circulação de navios tiram o ganha-pão dos pescadores. O Globo. Rio de Janeiro 2008.

**O verdadeiro perfil do Grupo Votorantin**

Maria Luísa Mendonça

10

## O verdadeiro perfil do Grupo Votorantim\*

Maria Luisa Mendonça, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos\*\*

“A tragédia ambiental iniciada há mais de 40 anos pela Votorantim Metais, em Três Marias, atingiu um nível que coloca em risco a vida do povo e do Rio. A empresa continua poluindo e anuncia duplicação da produção. Exigimos que os órgãos ambientais tomem providências cabíveis, acelerem os processos para que possamos ter resultados concretos de reparação ambiental e social. (...) As águas do nosso rio estão sendo disputadas por grandes interesses econômicos, como as hidrelétricas (mais de 100 planejadas para Minas), o Agronegócio, dentre outros, tal disputa conta com a conivência de órgãos ambientais, que desconsideram as contínuas denúncias de degradação da vida do rio e de seu povo. Enquanto as leis dificultam a vida dos pescadores, elas são flexibilizadas para as grandes empresas. (...) A vida do rio depende da nossa prontidão para a luta em defesa de suas águas. A vida dos pescadores, do povo ribeirinho, está ligada à vida do rio. Acreditamos e queremos um São Francisco Vivo: Terra, Água, Rio e Povo”.

Declaração do Encontro de Pescadores da Bacia do Rio São Francisco, dezembro de 2008, em Três Marias, Minas Gerais.

É interessante comparar a denúncia dos pescadores com o perfil que a Votorantim promove em seu sítio na Internet:

*“Um dos maiores conglomerados econômicos privados do Brasil, o Grupo Votorantim gerencia um portfólio de negócios e produtos voltado principalmente a atividades de capital intensivo e a commodities.(...) Suas empresas são líderes ou têm posições de destaque em mercados como cimento e concreto, mineração e metais (alumínio, zinco, níquel e aço), celulose e papel. Igualmente relevante são suas atividades em suco de laranja concentrado, especialidades químicas e na auto-geração de energia elétrica. Atua também no mercado financeiro, por meio da Votorantim Finanças, e em Novos Negócios, com investimentos em empresas e projetos de biotecnologia e tecnologia da informação. (...) Juntos, esses negócios resultaram em uma receita líquida de R\$ 30,4 bilhões em 2007, com EBITDA de R\$ 8,4 bilhões e lucro líquido de R\$ 4,8 bilhões. Os investimentos do Grupo Votorantim feitos ao longo de 2007 totalizaram R\$ 4,7 bilhões. As exportações alcançaram US\$ 2,5 bilhões”.*

\* A pesquisa de campo e as entrevistas contidas no texto foram realizadas entre março e abril de 2008. A autora agradece a colaboração da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) e do Sindicato dos Metalúrgicos de Três Marias, MG.

\*\* Maria Luisa Mendonça é jornalista e diretora da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Atualmente cursa o doutorado em Geografia na Universidade de São Paulo (USP).

Em janeiro de 2009, o grupo Votorantim anunciou a compra de 28% da Aracruz Celulose, através de um aporte de R\$ 2,7 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Além de emprestar dinheiro para a Votorantim, o BNDES garantiu a compra de ações que serão oferecidas no mercado. A partir da fusão com a Aracruz, patrocinada pelo Estado brasileiro, a Votorantim Celulose e Papel (VCP) torna-se a maior empresa mundial do setor.

Nos últimos anos, houve um processo crescente de internacionalização da empresa, de acordo com a seguinte descrição: “A Votorantim começou o processo de internacionalização em 2001, e hoje as unidades de negócio Cimentos, Metais, Celulose e Papel, Agroindústria e Finanças já atuam em solo estrangeiro. Está presente em mais de 100 municípios brasileiros e possui operações em 17 países”. O sítio web da Votorantim divulga a localização de suas atividades no seguinte mapa:

A empresa também destaca seu suposto compromisso com princípios de “sustentabilidade”, descritos abaixo:

*“Para detalhar o posicionamento da Votorantim quanto ao desenvolvimento sustentável, o Grupo apresenta seus princípios em sustentabilidade. São sete princípios que, alinhados às recomendações da alta liderança do Grupo Votorantim e aos indicadores da Global Reporting Initiative (GRI), levam à proposição de valor nas três dimensões da sustentabilidade: Econômica, Ambiental e Social”.* ([http://www.votorantim.com.br/PTB/O\\_Grupo\\_Votorantim/Perfil/](http://www.votorantim.com.br/PTB/O_Grupo_Votorantim/Perfil/))

A propaganda da Votorantim cai por água abaixo diante das inúmeras denúncias de destruição ambiental e violação de direitos sociais e trabalhistas. Este artigo é baseado em duas situações emblemáticas, nos municípios de Três Marias e Vazante, ambos em Minas Gerais.

### **Votorantim Metais causa desastre ecológico**

“Cheguei em Três Marias em 1951, com 11 anos de idade. Eu vendia pão na rua. Um dia, vi um cardume de peixes no rio e decidi tentar pescar alguma coisa. No primeiro dia peguei uma corvina de dois quilos. O preço que consegui por ela era igual a tudo que eu ganhava vendendo pão durante um mês! Aqui era um paraíso para os pescadores”. Esse é o início da história do pescador Norberto dos Santos. A região de Três Marias, onde o rio São Francisco representa a principal fonte de vida e sustento da população, tem sido explorada por fortes interesses econômicos, principalmente pela atuação da siderúrgica Votorantim Metais.

Norberto conta que, “em 1969, a Votorantim começou a funcionar. Foi o maior desastre ecológico que já vi. Matou tudo, até barata d’água morreu. A empresa jogava os resíduos no córrego Consciência, que ia direto pro rio. De 1969 até 1990, todos os anos era essa tragédia. Os peixes morriam por asfixia porque não tinha oxigênio. A água ficava vermelha de tanto resíduo. Em 1997 estourou um cano na empresa e morreram 50 toneladas de peixes. A partir de 2004, começaram a morrer os “nobres” do São Francisco, que são os surubins. Até surubim de 90 quilos apareceu morto! De 2004 a 2008, nós calculamos que perdemos no mínimo 5 mil exemplares de matrizes reprodutoras. São fêmeas que pesam uns 40 quilos e cada uma tem 4 quilos de ovos, com 2 mil ovos por grama. No total calculamos que devem ter morrido 100 toneladas de surubim. E continuam morrendo.”

O Pescador Moisés dos Santos conta uma história semelhante. “Nasci na beira do São Francisco. Sou filho de pescador e minha família vivia da pesca. Mas a chegada da Votorantim afetou todo o ecossistema. Nós dependemos do rio para sobreviver”.

Os resultados de diversos relatórios técnicos confirmam índices altíssimos de contaminação por metais pesados na água, sedimentos e peixes. Um relatório do SISEMA (Sistema Ambiental do Estado de Minas) constatou que o nível de zinco nas águas do córrego Consciência, afluente do São Francisco que recebe dejetos da Votorantim, atinge o alarmante índice de 5.280 vezes acima do limite legal. O Cádmiio apresenta uma quantidade 1140 vezes acima do permitido, o chumbo 46 vezes e o cobre 32 vezes acima do limite legal.

Sobre a morte de peixes, o relatório do SISEMA concluiu que isto ocorre porque “O efluente da CMM (Companhia Mineira de Metais ou Votorantim Metais) em estado coloidal, após diluição pelas águas do rio São Francisco, deposita-se nas guelras dos peixes na forma de uma película impermeabilizante, provocando morte por asfixia. Esta hipótese é viável, pois a concentração de zinco e outros metais pesados tem sido mais elevada nas partes externas dos peixes. Outra hipótese, seria o acúmulo destes elementos na cadeia alimentar, fenômeno que seria agravado quando da ocorrência de concentrações muito elevadas de zinco nas águas, acelerando o processo de intoxicação.”

Além dos laudos técnicos, qualquer pessoa pode constatar a presença de metais nas margens do rio. Navegando no córrego Consciência, é possível coletar resíduos tóxicos no solo de suas encostas. De 1969, quando a empresa começou a funcionar, até 1983, quando foi construída a primeira barragem de contenção de resíduos, não houve nenhum controle ambiental. Mesmo após esse período, não houve um controle eficaz da poluição.

“As barragens que foram feitas para conter a contaminação estão na beira do rio e não são impermeabilizadas. Além disso, essas barragens têm bombas que jogam os resíduos diretamente no rio. Nossos poços artesianos estão contaminados. Dependemos de caminhão pipa porque não temos água potável. O tamanho da destruição é incalculável. Mas, além da empresa, eu culpo também os órgãos ambientais, que não fazem nada. Só mandam o batalhão de choque para fiscalizar os pescadores”, explica Norberto.

Exames realizados pela Fundacentro na população local constataram contaminação por arsênio, manganês e zinco. “É muito sofrimento pra gente que vive na beira do rio. Os olhos e o nariz ardem tanto que parece pimenta. Vem aquela poeira cor-de-rosa e a boca fica seca, às vezes até ferida. Irrita a pele e resseca o cabelo. A gente não pode beber a água do rio e nem lavar roupa. Agora meus filhos não podem viver da pesca. Vão fazer o quê? É o fim do mundo”, conta Maria dos Santos, moradora da região.

Cleide de Almeida, que mora em uma ilha no local, explica que, “as hortas morreram, tinha muita fruta antes, mas as árvores morreram. Até a água subterrânea está contaminada. A Votorantim acabou com muita coisa. Quando desce o minério pela encosta do rio fica um cheiro ruim e mata as plantas. Até os peixes vivos ficam fedendo. Quando bate o vento do lado da empresa, dá tanta tosse que não tem remédio que cure. Tem menino novo encostado, que pegou câncer e se aleijou trabalhando pra empresa. E o Antonio Ermírio é o homem mais rico do Brasil! Coitado do rio, não tem dó. Tem que tratar dele desde aqui. E imagina que esse rio vai até Pernambuco”!

O Sindicato dos Metalúrgicos de Três Marias possui registro de 145 trabalhadores que foram afastados da Votorantim Metais por doenças ocupacionais ou acidentes de trabalho. Os documentos demonstram que a partir de 2000 a situação piorou, pois a empresa instituiu um programa de reestruturação produtiva que reduziu o número de trabalhadores e aumentou a jornada de trabalho.

“Fui afastado em 2003. Tive que fazer uma cirurgia na coluna e depois fui despedido. O trabalho braçal acabou com a minha saúde. Com a reestruturação da empresa, tínhamos que trabalhar mais rápido”, afirma o operário Carlos de Lima. Outros trabalhadores têm histórias parecidas. “Diminuiu o pessoal e aumentou o trabalho. Isso arrebentou a gente. Meu ombro estourou e hoje sou aposentado, mas não recebi seguro. Por isso tem muita gente doente que continua trabalhando”, conta Pedro de Souza.

Para não conceder aposentadoria, a empresa obriga os funcionários a trabalharem doentes, através de um suposto programa de reabilitação. Depois de alguns meses, muitos

são despedidos e perdem o plano de saúde. “Tive artrose no ombro. Fiz duas cirurgias, mas não tive melhora. Tenho limitação para mexer o braço. O médico falou que era só problema da minha cabeça e que eu podia voltar para a mesma função. Eu aplicava remédio para dor e continuava a trabalhar”, explica o operário Geraldo Leite.

Outro problema, como denuncia Adimilson Costa, é que “os trabalhadores sofrem com o esforço repetitivo e também com contaminação com cádmio e chumbo. Quando precisamos de mais de um exame, os médicos não autorizam. Por exemplo, não podemos fazer mais de uma ressonância magnética para comparar e ver se melhoramos com o tratamento”.

A história de Sérgio de Almeida não é diferente. “Eu trabalhava nos fornos, com óxido de zinco. Carregava lingote de até 70 quilos. Antes o turno era de seis horas, mas depois passou pra oito horas. A empresa fazia competição entre as turmas para ver quem trabalhava mais. Sofri um acidente de trabalho e fui afastado. Meu tratamento foi interrompido em dezembro porque a Votorantim diz que não tem responsabilidade. A médica perita do INSS é esposa do gerente e mora dentro das dependências da empresa. Não paga aluguel, água, luz, nada. O chefe dos peritos do INSS já trabalhou para a Votorantim e agora tem uma psicóloga que é a “olhera”. Quer saber nossos problemas para contar para a empresa. Quando fazemos manifestação na porta da fábrica a polícia chega batendo com cassetete. Os fiscais do IBAMA avisam quando vão fazer inspeção. Aí o gerente manda esconder tudo”.

Há também casos de acidentes graves, como conta Carlos Roberto. “Comecei a trabalhar na Votorantim em 1986. Em 1991, sofri um acidente e queimei metade do corpo com zinco. Fiquei quatro anos em tratamento e fiz seis cirurgias. Não posso exercer atividades no calor ou carregar peso, mas a empresa me obrigou a trabalhar através do programa de reabilitação que criou com o INSS. Como precisava pegar peso, em 2003 tive que fazer outra cirurgia porque tive uma trombose na perna”.

Vanderlei Oliveira explica que teve que se aposentar com 26 anos porque trabalhava no setor de fundição e sofreu um desligamento no ombro. “Fiz cirurgia, mas fiquei com seqüelas e o ombro atrofiou. Mesmo assim, fui liberado para voltar a trabalhar carregando peso. Aí adquiri hérnia de disco”, explica.

Para o metalúrgico Isac Laurentino, há ainda o problema da discriminação de trabalhadores doentes. “Fui afastado em 2004 com problemas no ombro e na coluna. Depois de um ano, a empresa mandou que eu voltasse pra mesma função. Sinto muitas dores,

mas tenho que trabalhar com fundição de zinco. A empresa cria conflito e competição entre os funcionários e os outros acham que eu não estou doente. Tenho que cumprir a reabilitação, senão vou ser despedido. Outros colegas têm medo de dizer que estão doentes, para não ser discriminados. A família sofre, a gente passa vergonha”.

O poder da Votorantim, que domina a economia local, dificulta a organização dos trabalhadores. “É difícil organizar porque a empresa quer nos desunir. Então tenta cooptar, ameaça despedir quem não depor a favor dela. Sempre formam chapa branca para ganhar a eleição do sindicato, mas nunca conseguiram”, explica o sindicalista Jorge Mendes.

A impunidade da empresa é um dos principais problemas, como afirma o operário Valter Ramos. “A Votorantim tem influência na justiça e na política. Por isso polui o rio, a gente fica doente e não acontece nada. A empresa despeja resíduo de cádmio, zinco, chumbo, arsênio, cobre, cério e lantânio nas margens do rio. Não nasce nem capim”.

A opinião dos operários coincide com a dos pescadores. Norberto dos Santos conta que sua pele fica ferida só de entrar em contato com o lodo do rio. “As algas ficam vermelhas e deixam nossa pele em carne viva. Vários pesquisadores de universidades já constataram a presença de arsênio, chumbo, zinco, cádmio e outras substâncias tóxicas na água. O pior é que não sabemos o que fazer. Não tenho esperança nas ações do Ministério Público. Eles dizem que dependemos da boa vontade da empresa e que devemos aceitar o que oferecem. Dizem que a justiça é lenta, que os processos podem demorar mais de 50 anos e nós morremos antes disso”.

Para o pescador Moisés dos Santos, a solução é a organização popular. “Os termos de ajuste de conduta que a empresa assina com o Ministério Público, mesmo sendo paliativos, não são cumpridos. Se cumprissem a lei, a Votorantim seria fechada. Em dezembro de 2006, paramos a BR por 13 horas para protestar contra esse descaso. Só assim vamos conseguir alguma coisa”.

A destruição ambiental causada pela Votorantim em Três Marias não é um caso isolado. A prática predatória da empresa é comum, como se pode constatar no município de Vazante, em Minas Gerais.

### **Mina subterrânea da Votorantim gera devastação ambiental**

A estrada que leva à Vazante tem os contornos de Minas. As montanhas onduladas, cobertas de cerrado, nem parecem reais. Têm um tom cinematográfico. Por aqui passam

os rios Santa Catarina e Paracatu, que são afluentes do São Francisco. A região, rica em minérios, é explorada pela Companhia Mineira de Metais, do Grupo Votorantim.

Em 1992, após o esgotamento da extração mineral na superfície, a empresa passou a explorar uma mina subterrânea na região. A partir daí, aumentou a destruição ambiental. “Essa mina é como a galinha dos ovos de ouro da Votorantim. Mas para os moradores de Vazante, o resultado é a rachadura das casas, a poluição da água e a destruição das grutas naturais”, explica a professora Dolores Solis, que organizou um abaixo-assinado contra a empresa.

Em represália, a mineradora tentou processar Dolores judicialmente. “A Votorantim manda na cidade. A empresa financiou até mesmo a reforma do Fórum e da Prefeitura em Vazante. O prédio da Prefeitura recebeu o nome da mãe do Antônio Ermírio de Moraes! É por isso que não tem justiça” afirma Dolores.

Mesmo sem fundamento legal, o objetivo da empresa é intimidar outras formas de protesto. Através de uma ação judicial, a mineradora conseguiu retirar um sítio da Internet que continha denúncias sobre sua atuação. A solução foi passar a página de um servidor brasileiro para outro internacional, atualmente com o endereço: <http://www.ecodenuncia.org/>.

Diversos estudos de impacto ambiental confirmam o desastre ecológico causado pela Votorantim. Em 1992, a FEAM (Fundação Estadual do Meio Ambiente) constatou que a exploração subterrânea de minério causaria “subsistência (afundamento) dos terrenos, conflitos por escassez de água e problemas na qualidade dos afluentes”.

Em abril de 1999, ocorreu um grave acidente na mina subterrânea, a 350 metros de profundidade. A escavação atingiu um imenso lençol freático e a água invadiu a mina. Com isso, a empresa passou a realizar o bombeamento contínuo de grande quantidade de água. O relatório da FEAM afirma que a quantidade de água bombeada deveria ser no máximo de 2600 metros cúbicos por hora, mas atualmente essa quantidade é superior a 7500 metros cúbicos por hora. Este é um dos maiores níveis de bombeamento de água subterrânea no mundo e o maior já feito no Brasil. A cada ano, a quantidade de água bombeada equivale ao tamanho da baía da Guanabara.

Um documento elaborado pelo vereador Donizetti Vida para a Promotoria Pública de Vazante alerta que, “o desperdício de água, numa proporção de 180.000 metros cúbicos por dia, seria suficiente para abastecer uma cidade com 360 mil residências com consumo diário de 500 litros cada”.

Desta forma, um dos principais problemas apontados na operação da mina subterrânea é a quantidade de água bombeada do subsolo, que causa o rebaixamento do lençol freático e das reservas de águas subterrâneas. A região, que apresenta sub-solo calcáreo, abriga enormes aquíferos. O resultado desse desperdício tem sido a drenagem de águas subterrâneas, de córregos, lagoas e açudes. A Lagoa do Sucuri e o Poço Verde, próximos à mina, secaram completamente. Estes eram locais de lazer da população local, onde a água era limpa e havia grande quantidade de peixes. Ocorre também o problema da contaminação dos solos, rios e água pelos rejeitos da mineração, como no Rio Santa Catarina. A contaminação do rio por metais pesados causou a morte de milhares de peixes e destruiu praticamente toda a sua fauna.

Em 25 de outubro de 1999, o editorial da Folha Noroeste (de Paracatu, MG) denuncia que “uma enorme quantidade de rejeitos da mineração está sendo lançada no Santa Catarina, em volume superior a vazão do próprio rio. O que era água límpida e pura se transformou numa corrente de lama que, de tanto material sólido, mal consegue correr pela calha daquele importante manancial d’água”. O jornal noticiou também que uma das substâncias encontradas no rio Santa Catarina foi o cádmio, um subproduto tóxico da refinação do zinco que, mesmo se absorvido pela população em pequenas quantidades, pode causar insuficiência renal e deformação óssea.

Especialistas da Universidade Federal de Uberlândia constataram que o nível zinco no rio era 50 vezes maior do que o limite permitido por lei, o nível de chumbo era 137 vezes maior, o de manganês era 149 vezes maior e o de ferro era 9 vezes maior do que o limite legal. A contaminação com esses metais pode causar desde inflamação gastro-intestinal, toxidez crônica, anorexia, paralisia, distúrbios visuais, anemia e convulsões, até envenenamento e morte.

Estudos mostram que a água subterrânea no local está ligada ao Aquífero Guarani. Este é o maior manancial subterrâneo do mundo e abrange parte do território do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. No Brasil, o Aquífero Guarani está localizado nos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A mineradora coloca em risco outro importante patrimônio natural, pois em Vazante estão localizadas algumas das maiores grutas de Minas Gerais. O rebaixamento do lençol freático pode causar o desmoronamento dessas grutas. Um laudo elaborado por técnicos da Universidade Federal de Uberlândia constatou ainda que a diminuição

do nível do aquífero pode levar a “destruição de edifícios e equipamentos urbanos. Pessoas podem ser vitimadas pela destruição de suas moradias”.

Com a drenagem da água subterrânea, aumentaram os fenômenos conhecidos como dolinas—enormes crateras que se formam de maneira abrupta, como se fosse uma implosão. Em seu livro “Crateras da Cobiça”, o jornalista J. Carlos de Assis explica como ocorre a formação dessas crateras. “Quando essas águas são bombeadas, no processo de sucção na frente de mineração subterrânea, reduz-se a resistência ao peso da superfície, que é tragada para os bolsões secos, formando as dolinas”.

Mais de 100 agricultores locais, em uma área que abrange um diâmetro de 92 quilômetros, foram afetados pela formação de centenas de dolinas e pela poluição do solo e das águas. Somente em uma dessas fazendas, que faz divisa com a mina, existem hoje mais de 40 dolinas. Cada uma delas tem em média 25 metros de diâmetro e entre 12 e 25 metros de profundidade.

A produção agropecuária se tornou inviável e a secagem de poços gerou um risco de desabastecimento de água para a população. Há também um processo de desertificação dos solos e destruição da biodiversidade. A criação de gado praticamente acabou, pois os animais morrem envenenados quando bebem a água contaminada do rio.

As fazendas Salobo e Olaria, localizadas nas proximidades da mina, eram conhecidos centros de criação de gado da raça Pardo-Suíça. Com a poluição das fontes de água, utilizadas para o consumo animal, todo o rebanho morreu. Estima-se que somente nesta fazenda morreram 493 animais. Atualmente são registrados também altos índices de aborto no gado da região. O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CODEMA) atribui este fenômeno à presença de mercúrio, chumbo e zinco na água.

Especialistas advertem que há também risco de aumento de acidentes fatais, como o que ocorreu em 2002, quando o operário Elias Marques Jordão morreu soterrado na mina subterrânea. O jornalista J. Carlos de Assis afirma que “o acidente pode ser descrito como um processo de dolinamento, igual a centenas de outros em Vazante, só que visto de baixo para cima”.

Edgar Lunes, representante do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Vazante, conta que os operários precisam cumprir uma meta de produção, que aumenta todos os anos. Isso exige um esforço cada vez maior dos trabalhadores. “Entre 1998 e 2006, a meta de produção aumentou 100%. O salário depende das horas trabalhadas e não há estabilidade no emprego”, explica.

Recentemente, a Votorantim anunciou que pretende aumentar a exploração nesta mina e, conseqüentemente, a produção na siderúrgica de Três Marias, que é abastecida pelo minério de Vazante. Até 2010, a empresa pretende aumentar a produção de zinco de 180 mil para 260 mil toneladas por ano. Para isso, deve pressionar os órgãos ambientais para a liberação de uma outorga de água ainda maior em Vazante. O pedido de outorga mais recente da Votorantim pretendia aumentar o bombeamento de água na mina subterrânea para 16 mil metros cúbicos de água por hora. Essa quantidade seria quase três vezes maior do que a atual.

Os moradores de Vazante, atingidos pela destruição ambiental, parecem perplexos com o poder da empresa. Uma das táticas de chantagem utilizadas pela Votorantim é a ameaça de despedir funcionários e provocar uma crise econômica no município. O problema é que grande parte da população local não percebe que os prejuízos causados pela mineradora são muito maiores do que representaria a interrupção de suas atividades.

Outro mecanismo que a empresa encontrou para conter os protestos e as ações judiciais tem sido a cooptação, através de acordos paliativos, como a entrega de água em carrossa, a abertura de poços, o aterramento das dolinas ou até mesmo a compra das fazendas atingidas. Porém, agricultores que decidiram seguir com os processos contra a Votorantim denunciam que a água fornecida pela empresa está contaminada, assim como a terra usada para cobrir as dolinas, pois a vegetação não se recompõe nesses locais.

Em novembro de 2008, o Ministério Público Federal (MPF) de Uberlândia ajuizou uma ação civil pública (nº 2008.38.03.009551-5) exigindo a imediata paralisação das atividades de mineração em Vazante. Em nota, a Assessoria de Comunicação Social

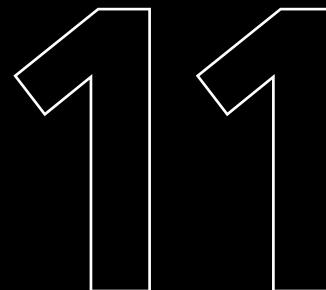
da Procuradoria da República em Minas Gerais afirma que, “a cidade de Vazante vive hoje um ‘inferno’ na terra. O rio que abastece o município está completamente poluído. A água não serve para beber e sequer pode ser usada para higiene pessoal. A população, destoando da média nacional, apresenta grande incidência de câncer de esôfago, intestino e do reto. A situação é tão grave que a fauna e a flora da região estão irremediavelmente contaminadas por partículas de zinco e chumbo, fator que tem causado a morte de centenas de animais”.

O que está em jogo em Vazante e em outras regiões atingidas pela prática predatória da Votorantim é, de um lado, o poder de um dos maiores grupos econômicos do país e, de outro, o agravamento de um desastre ecológico irreversível.

crédito e integração  
regional

**O Brasil e seu “desbordamento”: o papel central do BNDES na expansão das empresas transnacionais brasileiras na América do Sul**

Luís Fernando Novoa



## O Brasil e seu “desbordamento”: o papel central do BNDES na expansão das empresas transnacionais brasileiras na América do Sul\*

Luis Fernando Novoa, Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais\*\*

“Os cães de circo saltam quando o treinador estala o chicote, porém o cão verdadeiramente bem treinado é aquele que dá sua cambalhota quando não há chicote.”

George Orwell

### Introdução

Na trajetória histórica do BNDES, que surge em 1952 como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), elucidam-se os caminhos por que passou o processo de construção e desconstrução nacional. Em si, a (re)construção institucional do BNDES sempre foi lugar privilegiado para partejar novos processos, abrir sendas históricas, quer progressivas, quer regressivas. Foi o BNDES que delineou os traços do mercado interno nos anos do nacional-desenvolvimentismo, sobre o tripé: capital privado nacional, estatais e capital multinacional. O modelo de substituição de importações foi consolidado pelo BNDES em nome de uma burguesia que se pretendia “associada”, com direito a alguma primazia regional. Ainda que de forma espasmódica - com uma ditadura para pôr o tripé sob controle da perna imperialista, em posição de segurança tutelada - esse ciclo perdurou até o começo da década de 1990. Com os governos neoliberais, o BNDES passa a financiar e planejar a regressão desse processo, desvertebrando e fatiando o corpo que antes nutrira.

O BNDES sempre cumpriu ativamente o papel que se lhe impunha. Durante o ciclo de substituição de importações, foi considerado indispensável na constituição da “contra-parte nacional” de uma descentralização (do ponto de vista internacional) preferencial do capital estrangeiro, no Brasil. Ainda que com os núcleos dinâmicos

\* O texto tem como fio-condutor exposição oral do autor no Seminário “Empresas transnacionais brasileiras: um debate necessário”, promovido pelo Instituto Rosa Luxemburgo no Fórum Social Mundial 2009, na cidade de Belém/PA. Agradeço a Luciana Badin pela cessão e contextualização dos dados acerca dos principais projetos financiados pelo BNDES.

\*\* Sociólogo, membro da Rede Brasil sobre IFMs, Professor da Univ. Federal de Rondônia.

email: l.novoa@uol.com.br

da “economia nacional” sob controle do capital estrangeiro, nas bordas (auto-peças, metalurgia) e na base econômica (siderurgia e infra-estrutura), e em um território continental, havia um pulsar agregado e compassado que permitia imaginar uma nação no por vir. Qualquer projeto de nação, em um país com 2/3 de sua população oprimida secularmente, requereria algum horizonte de “integração social”, recorreria a um “povo brasileiro” com um grau mínimo de homogeneidade. O nacional-desenvolvimentismo teve que apelar ora ao populismo, ora ao patriotismo disciplinador. Foi ainda durante a Ditadura, em 1982, que o BNDE ganhou seu S, de “social”, para que não restassem dúvidas nominais quanto ao caráter do desenvolvimento econômico pretendido. Mesmo a esquerda de corte marxista, com seu projeto “nacional-popular”, teria que, por tabela, disputar o conceito de nação, procurando realizar “por baixo” as tarefas nacionais e democráticas, completamente alheias à nossa burguesia.

Os frágeis sustentáculos da “nação em construção” começaram a ser corroídos com a agudização da crise da dívida, na metade da década de 80. O modelo de “integração competitiva”, que mais tarde se estabeleceria como alternativa hegemônica, foi pioneiramente esboçado por técnicos do BNDES, a partir de seu posto avançado de observação (e de intervenção) do esgotamento da capacidade de financiamento público dos setores de infra-estrutura. Em seminário concebido por Júlio Mourão<sup>1</sup>, diretor do Departamento de Planejamento do Banco, e instruído por uma equipe técnica coordenada por Luiz Paulo Vellozo Lucas, ainda em maio de 1984, vaticinou-se o fim do ciclo de substituição de importações e a necessidade de construção de um novo paradigma de política industrial: “As empresas tinham que ser instadas a prospectar novas tecnologias no mundo, expostas à competição com o exterior, e os setores mais dinâmicos sobressairiam por si sós. Acabava a história de eleger um setor preferencial e cumulá-lo de proteção. Às instituições públicas competiria o papel de coordenar as empresas para que melhor se integrassem nesse novo cenário.” (NASSIF, p. 140-157, 2007). Sob a justificativa da inovação e da corrida tecnológica, propunha-se repassar o pleno comando da economia nacional para o setor privado e transnacional.

Ainda sob o Governo Sarney, o BNDES, tendo à testa o empresário Márcio Fortes, apresentou seu novo “Plano Estratégico (1997-1990)” que já incorporava os cenários possíveis da “integração competitiva”. Aos cem primeiros dias do mandato de Fernando Collor de Melo, em 26 de junho de 1990, foi lançado o programa “Diretrizes gerais da Política Econômica e do Comércio Exterior” que elencava a desregulamentação, a abertura comercial e as privatizações como ferramentas básicas para a “reestruturação competitiva” da economia brasileira.

1 “O BNDES começou, dentro de seu âmbito de atuação, a reformulação do papel do Estado. Num processo absolutamente inédito no País, em dois anos e meio foram privatizadas catorze empresas, em leilões públicos, de forma transparente e eficaz. Outra consequência foi que o Banco passou por uma abrangente reorganização interna, visando a modernizar suas práticas operacionais e adaptar-se às novas condições. Em 1990 o trabalho de cenários foi descontinuado, mas o conceito da Integração Competitiva já ganhara força própria. Não só a cultura do BNDES mudara, mas diversos segmentos da sociedade tinham absorvido a proposta e a nova bandeira ganhou o mundo político, vindo a representar, nos anos 90, a opção nacional para a participação do Brasil no processo de globalização.” Júlio Mourão, BNDES, 50 anos de desenvolvimento - entrevistas e depoimentos - 2002, disponível em [http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro50anos/Entrevistas.PDF](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro50anos/Entrevistas.PDF)

O BNDES manteve sua posição central, agora na condição de banco de abordagem e abalroamento, para identificar e facilitar as “privatarias”, a forma padrão das privatizações nessa década. O BNDES é que implementa o Programa Nacional de Desestatização (lei 8.031/90), localizando empresas mais atrativas, desarmando obstáculos administrativo-jurídicos, definindo preços mínimos, articulando potenciais investidores e depois ainda financiando a transferência patrimonial (PINHEIRO, GIAMBIAGI, p. 21, 2000).

Na era FHC, a reestruturação da economia brasileira, sob o toque de caixa do “automatismo de mercado”, procurou excluir a possibilidade de qualquer traço de autonomia nas políticas industrial e de comércio exterior. Mas o desmonte do Estado não foi gratuito, real e literalmente. Os cortes de gastos e as privatizações não foram lineares, não tiveram uma natureza meramente geométrica. Surgiram novos interesses e regras que impuseram como princípio supremo a “conectividade” do território e de todos os fatores econômicos nele postados.

É nesse quadro, a partir de 2003, que se recicla, e se re-nomina, o modelo de “inserção competitiva”. Na busca de um reposicionamento “vantajoso” na divisão internacional do trabalho, o BNDES, manterá sua posição nuclear, na concepção e operacionalização desse deslocamento. O Banco, desde então, vem protagonizando dinâmicas de concentração e centralização dos capitais postados no Brasil, projetado como uma coleção de habilidades, especializações e fronteiras de mercado. Um espaço assumidamente dedicado a valorizar capital despatriado.

### **Um enclave político a promover enclaves econômicos?**

A composição da diversidade produzida pelo desmonte neoliberal em uma nova unidade, em patamar diferenciado no mercado global, e com base regional ampliada, essa é a nova tarefa do BNDES. O Banco volta a ter caráter estratégico na construção ativa dessa internacionalização retardatária que se dá com a otimização das especializações econômicas regressivas, promovidas espontaneamente nos anos de desmonte.

O Banco está gerindo essa modelagem de duas formas. A primeira, procurando influenciar as filiais de transnacionais situadas no país ao adicionar elementos temporais-espaciais às estratégias delas, para que aqui estendam suas plantas operacionais. Nesse sentido, conta com um conjunto de estímulos governamentais coordenados que envolvem medidas de liberalização comercial e flexibilização legal, alianças empresariais público-privadas, com estatais orientadas para suplementar os requisitos

dos mercados. A segunda é potencializar as empresas de capital brasileiro, de capital “nacional”, assim definidas como aquelas constituídas sob as leis brasileiras e com sede e administração no país. Grande parte dessas empresas brasileiras são empresas-casulo: ou incubadas pelo capital estrangeiro ou orbitando em volta dele. Empresas que se valem da vantajosa estrutura institucional oferecida pelo país para expandir e monopolizar faixas determinadas de cadeias produtivas transnacionais.

O que alvoreceu no crepúsculo desse “outro Brasil possível”, o crescimento concentrado e concentrador, que aquilatou e diferenciou privilégios, foi a redenção da exclusão. O excluir não só por indiferença, mas por hábito e por precisão. A abstenção de direitos subjetivos e de qualquer pendão igualitarista. Mesmo assim o “Brasil” das transnacionais, do agronegócio e das altas finanças continua se apresentando como o “Brasil de todos”. Sabe-se onde começa o parasitismo da nação, em suas diversas possibilidades materiais e imateriais, não onde acaba. As ventosas então falam pelas bocas. E as bocas calam aquilo que foi sugado. Soberania ex post, para servir na montagem benévola do domínio dos grandes negócios. Direitos sociais vindo como bônus-domesticação. Participação válida até onde o novo cabresto da “governança” esticar. Queimados os navios e pontes de saída, perguntam os sabotadores que alternativa resta. Nominá-los e revelar seus métodos talvez seja um início.

O BNDES, pelo seu poder desequilibrador dos pactos oligopolistas, seria uma dessas naves de saída? Na verdade, os constrangimentos impostos pelo sistema financeiro e transnacional só tiveram efetividade por que houve vontade deliberada do próprio Governo de anuir com eles. Se somos tanto mais confiáveis aos mercados quanto mais contingenciamos nossa soberania econômica, territorial e popular, então sabemos, pelo temor reflexo deles, que a determinação majoritária de confiar nas nossas próprias forças não poderia ser castigada.

De forma preventiva, o sistema financeiro precisou enquadrar as políticas seletivas de financiamento. No novo processo decisório protagonizado por redes transnacionais descentralizadas operacionalmente e centralizadas financeiramente, a consecução das novas estratégias corporativas depende de ajustes pontuais e de rearranjos constantes das alianças inter-empresariais em um país ou em um conjunto de países. Essas costuras e remendos das teias econômicas exigem ampla mobilidade dos investimentos e absoluta previsibilidade de retorno. Os fatores econômicos precisam ser articulados a partir da lógica privada dos contratos de parceria, franquias ou joint ventures. Ação regulatória estatal que não reproduza tal lógica é percebida como “ruído”. Um corpo

estranho a ser reabsorvido pelo organismo circundante para que não haja entropia, que é como chamam a perda de previsibilidade de altos rendimentos. E lançam o ultimato: o BNDES que desapareça ou que seja corporatizado<sup>2</sup>.

No caso, o crédito público direcionado é visto paradoxalmente como estímulo à “particularização” frente à universalidade da lógica dos mercados. Segue o panóptico financeirizante a identificar reais e potenciais desvios no regime de irrestrita valorização do capital fictício, a apontar incongruências com políticas restritivas da demanda agregada, que enxuguem a liquidez que interessa.

A chamada “Proposta Arida” (ARIDA, 2005) refletiu o temor de perda do auto-direcionamento dos conglomerados financeiros, que sempre referenciaram e remuneraram o próprio Arida. Propunha ele a atrofia gradual do BNDES, zerando a alíquota do PIS, mantendo depois o Banco no limite do acumulado. A taxa de juros de longo prazo (TJLP), principal ferramenta de direcionamento do crédito, transitaria para uma convergência com a Taxa Selic, em nome da “coerência” com a política macroeconômica. Por fim, o acesso ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) seria “pluralizado” e privatizado.

Arida tratou de emitir a senha para que fosse coberto o risco político do financiamento público de longo prazo. Em entrevista recente, avalia que o setor privado tem obtido prazos dilatados de financiamento, seja no mercado de capitais, seja no mercado financeiro. De tal forma, na opinião de Arida, não haveria mais justificativa para a interferência do Estado – e do BNDES – nesse tipo de financiamento, e, por conseguinte, o Banco deveria ser paulatinamente extinto (citado em MAIA, 2007).

A crítica à funcionalidade dos mecanismos compulsórios de financiamento dos investimentos, especificamente ao BNDES, é na verdade uma exigência cifrada de uma compulsoriedade de ponta-cabeça: os investimentos privados é que devem definir o direcionamento dos financiamentos públicos. A ameaça na forma de enigma: postos os vetos, concessões na direção oposta passam a ser bem-vindas.

Em prol da hegemonia do capital financeiro faz-se o necessário balizamento das “políticas de Estado”. Juros, câmbio e orçamento público sob a restrição e dimensionamento que agradem aos “mercados”. A consagração e a quase constitucionalização dos regimes de metas de inflação, de câmbio flutuante e de superávits primários máximos, em troca da promessa de maior flexibilidade para estimular os circuitos produtivos que permaneceram competitivos e que foram considerados vitais para o aumento da

2 Corporatização ou corporativização é a antessala da privatização, isto é a conversão da empresa pública em empresa comercial com relação ao seu funcionamento e gestão para que se torne enxuta e rentável previamente( ver NESTOR, MAHBOOBI, p 119, 2000). Reproduzo sobre essa questão trecho de intervenção oral por mim feita em Seminário organizado pela Rede Brasil sobre IFMS perante membros da diretoria do Banco, coletada depois em publicação da Ed. Expressão Popular; “ (...) o Banco fica em uma posição de que só sobrevive se seguir à risca as determinações que outros bancos privados seguem, Esse parece ser o pano de fundo que ficou muito claro nesse Governo. Parece que esse Governo pelo menos tenta deter, paralisar o processo de corporativização do Banco, mas não consegue avançar. A forma como, e os motivos pelos quais, o Carlos Lessa foi destituído, evidenciam uma retomada da corporativização.”(Rede Brasil-Vários autores,p.36,2007)

3 Sobre processos de construção institucional, ver TAPIA (p. 183-189, 2007).

4 “Quem é que julga que é competitivo e eficiente? O mercado. Os resultados e os números das empresas é que mostram isso. Esse é o critério objetivo” Luciano Coutinho, presidente do BNDES em entrevista à Agência Brasil, em 29/04/2008.

5 “Quem é que julga que é competitivo e eficiente? O mercado. Os resultados e os números das empresas é que mostram isso. Esse é o critério objetivo” Luciano Coutinho, presidente do BNDES em entrevista à Agência Brasil, em 29/04/2008. Os dados originam-se, em parte, da divulgação feita pelo Banco em 2008, depois insistentes reclamos de organizações da sociedade civil, dos 50 maiores projetos em cinco “áreas críticas”. No entanto os dados publicados referem-se aos 12 meses acumulados, o que não permite que se vislumbre a real dimensão e alocação dos financiamentos de longo prazo do BNDES. Os dados dos anos anteriores a 2008 foram obtidos a partir dos releases que o BNDES disponibiliza no seu site para dar publicidade aos financiamentos que a instituição tem interesse em divulgar. (Conferir em [www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes.../BNDES\\_Transparente](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes.../BNDES_Transparente))

Fonte: IBASE/Plataforma BNDES com base nos dados do Banco, atualizada parcialmente pelo autor.

produtividade das cadeias transnacionais de produção. Tal qual se comprimia a matéria antes do *big bang*, identicamente infinita a “liberdade negativa” do BNDES.

O Banco só será tolerado, no limite, precificado positivamente, seguindo o script na ordem inversa das restrições dos mercados. Seletividade para solidificar as posições hegemônicas, prioridade para grandes corporações com *investment grade*, créditos condicionados a conglomerações previamente definidas e não em função da sofisticação das cadeias produtivas, todas fichas na expansão dos enclaves existentes e futuros. O “*institutional building*” do BNDES, como enclave político, vai se dando processualmente em uma lógica adaptativa conforme a coalizão hegemônica de interesses monopolistas na instituição<sup>3</sup>.

Das mil e uma formas de se canibalizar recursos públicos, essa é a mais nefasta. Ao fazer a opção preferencial por empreendimentos e iniciativas de grande escala, o Banco pequena em escala proporcional as margens de qualquer outro futuro desejável. Não é admissível que o Banco reproduza pré-opções para o país inteiro, que utilize de forma absoluta critérios de retorno financeiro e de aumento de competitividade setorial em sua política de financiamento<sup>4</sup>.

As tabelas, a seguir, elencam os principais financiamentos aprovados pelo BNDES entre 2006 e 2009<sup>5</sup>, em setores com uso intensivo de recursos naturais, justamente os que mais têm se concentrado e se expandido no mercado internacional.

**Tabela 1**  
Mineração

Empresa	Ano	UF / Município	Valor do projeto (R\$)	Financiamento BNDES (R\$)
Vale	2009	Brasil e exterior	4,3 bi	1,5 bi
ThyssenKrupp/ CSA Companhia	2008	Brasil e exterior	59 bi (44 bi no país)	7,3 bi
Siderúrgica	2007	RJ/ Santa Cruz	8 bilhões	1,48 bi
Vale	2007	PA/ Carajás	1,4 bilhões	774,6 mi
Cia brasileira de Alumínio	2008	SP/ Alumínio	-	723,8 mi
Siderúrgica Barra Mansa-Votorantim	2008	RJ/ Resende	1,2 bilhões	664 mi
Votorantim Metais Níquel S/A	2008	GO/ Niquelândia	-	582,9 mi
MMX Mineração e Logística	2007	AP/ Pedra Branca do Amapari	1 bilhão	580 mi
Alcoa Alumínio	2007/2009	PA/ Juriti	9.7 bilhões	1.15 bi+950 mi
Cosipa	2006	SP/ Cubatão	-	400 mi
Votorantim Metais Zinco S/A	2008	MG/ Juiz de Fora	-	379,2 mi

**Tabela 2**

Pecuária

Empresa	Ano	UF / Município	Valor do projeto (R\$)	Financiamento BNDES (R\$)
Bertim	2008	Brasil e exterior	-	2,4 bilhões
JBS S/A	2008	Goiás	-	1,1 bilhões
Marfrig Frigoríficos e Comércio Alimentos	2008	Brasil e exterior	-	700 milhões
Perdigão Industrial S.A	2008	Brasil e exterior PA/Carajás	-	342,6 milhões
Sadia	2008	MT	-	329,6 milhões
Unibanco <sup>6</sup>	2008	MT	-	196,1 milhões
Perdigão Agroindustrial Mato Grosso	2008	MT	-	156,5 milhões

6 Lastreado pelo BNDES, o Unibanco oferece uma linha de crédito direcionado para pequenos produtores, fornecedores (efetivos e potenciais) de frango para a Sadia/Perdigão, em suas unidades no MT.

Fonte: IBASE/Plataforma BNDES com base nos dados do Banco, atualizada parcialmente pelo autor.

**Tabela 3**

Papel e celulose

Empresa	Ano	UF / Município	Valor do projeto (R\$)	Financiamento BNDES (R\$)
Votorantim Papel e Celulose	2009	Brasil e exterior	5,4 bi	2,4 bi
Suzano Bahia Sul Celulose	2006	BA	2,4 bi	3,5 bi
Klabin S/A	2006	PR	2,6 bi	1,7 bi
Aracruz Celulose S/A	2006	ES	878 mi	595,9 mi
Bahia Pulp	2006	BA/Camaçari	700 mi	400 mi
Jari Celulose S/A	2007	PA	207 mi	145,5 mi
Votorantim Celulose e Papel	2008	SP	-	76,7 mi
Votorantim Celulose e Papel	2008	RS	41,9 mi	23,4 mi

Fonte: IBASE/Plataforma BNDES com base nos dados do Banco, atualizada parcialmente pelo autor.

**Tabela 4**

Usinas hidrelétricas

Empresa	Ano	UF / Município	Valor do projeto (R\$)	Financiamento BNDES (R\$)
Santo Antonio Energia (SAESA)	2008	RO/Porto Velho	9 bi	6,1 bi
Energia Sustentável do Brasil (ESBR)	2009	RO/Porto Velho	9 bi	7,2 bi
Suez Energia Renovável S.A	2008	TO	-	1 bi
ALCOA Alumínio	2008	TO	-	687,2 mi
Consórcio Estreito Energia (CESTE)	2007	MA/TO/Estreito/Aguiarnópolis	3,6 bi	2,6 bi
Rio Grande Energia S/A	2008	RS	-	2,5 bi

Fonte: IBASE/Plataforma BNDES com base nos dados do Banco, atualizada parcialmente pelo autor.

**Tabela 5**  
Etanol

Empresa	Ano	UF / Município	Valor do projeto (R\$)	Financiamento BNDES (R\$)
Santo Antonio Energia (SAESA)	2008	MS/Rio Brilhante	913 mi	648 mi
Usina São João Açúcar e Álcool SA	2008	GO/Cachoeira Dourada	565 mi	411,7 mi
Alto Alegria	2008	Brasil	415 mi	328 mi
Açúcar e Álcool Oswaldo de Mendonça Ltda	2008	SP	-	321 mi
Cocal Comércio indústria Canaã Açúcar e Álcool Ltda	2008	SP/Narandiba	384 mi	301 mi
Sta. Adelia	2008	SP/Pareira Barreto	339,1 mi	282,6 mi
Quata	2008	SP/Quata	303,9 mi	198 mi
Usina São João Açúcar e Álcool S/A	2007	GO/Quirinópolis	857,4 mi	184,4 mi
Angélica Agroenergia	2007	MS/Angélica	526,7 mi	151 mi
Cosan Centroeste S.A. Açúcar e Álcool e Barra Bioenergia S.A.	2009	MS/MT		788 mi

Fonte: IBASE/Plataforma BNDES com base nos dados do Banco, atualizada parcialmente pelo autor.

O país em si já oferece, pela sua continentalidade e dotação de recursos naturais, uma espécie de pré-subsídio às empresas que aqui concentram e multiplicam seus investimentos. A conversão de sócio e biodiversidade, com suas distintas possibilidades de desenvolvimento, em vantagens comparativas estáticas, consoma-se com esses financiamentos que cristalizam especializações regressivas, fundadas na devastação ambiental, no apossamento de bacias hidrográficas inteiras, na grilagem de terras, no avanço do latifúndio, com massacre de povos indígenas e camponeses.

*Commodities* primárias em primeiro lugar, com crise, sem crise, ou por causa dela. O setor extrativo mineral contou nesse último período com ampliação da escala de produção, das cotas e dos preços internacionais, especificamente com uma crescente demanda chinesa. A agropecuária contou igualmente com a expansão de escala, devido à “elasticidade” da nossa fronteira agrícola; foi também premiada com a disseminação de pasto plantado com novas sementes da Embrapa e com a manutenção dos baixos salários. Cerca de 1/4 de nossas exportações correspondem a *commodities* primárias. A expansão do potencial exportador do setor industrial se dá em bases semelhantes, com uso intensivo de mão-de-obra barata e/ou recursos naturais. Já os setores de bens de consumo de tecnologia restrita consolidada (veículos automotores e aeronáutica) são constituídos em grande parte por filiais de transnacionais que se converteram em plataformas de exportação regional e global que praticam a customização para os mercados periféricos, com baixo custo operacional (PRATES, p.155-160, 2006).

Financiar a privatização e promover a desregulamentação de recursos e setores estratégicos significa amortecer as nervuras sociais de uma coletividade, significa minar a capacidade de planejar as políticas públicas com foco na universalidade dos direitos e no controle social. A facilidade e rapidez com que esses créditos foram liberados, além de generosas injeções de recursos públicos diretamente nas carteiras das empresas através do BNDES-PAR, praticamente sem contrapartidas, em flagrante descumprimento das já vazadas normativas ambientais e sociais, é um efeito-demonstração da enorme maleabilidade institucional do país a favor dos investimentos. Não há “grau de investimento” suficiente para agradecer tantas portas escancaradas para o ingresso de investimentos privados, com suas dinâmicas verticais e incondicionais.

As empresas privadas agraciadas com tão volumoso suporte público poderiam ser então consideradas “empresas semi-públicas”? Subscrevo inteiramente a provocação de Reginaldo Moraes: “Se organismos desse tipo recebem fundos públicos ou realizam atividades delegadas pelo poder público, como poderiam estar colocadas fora do âmbito público e fora da esfera de controle do Estado? Alguma forma de regulação e *accountability* tem que ser prevista para elas”. (MORAES, p.128, 2003).

O BNDES está viabilizando (observem a proporção média dos financiamentos em relação ao volume total dos empreendimentos) projetos que implicam em um planejamento territorial voltado para a otimização de fluxos de capital, em dinâmica centrífuga e dilapidadora. Não há vinculação ou sinergia com políticas nacionais, sub-regionais ou regionais de integração. Não se exigem metas de desempenho que já estejam contempladas em políticas industriais e tecnológicas que propiciem a difusão da renda e do saber. Em se tratando, em sua grande maioria, de projetos de aproveitamento de recursos naturais contínuos e transfronteiriços, caberia antes de tudo acelerar a construção de espaços supranacionais em que fossem confirmados, em âmbito regional, os princípios do equilíbrio, da justiça social e ambiental, do controle público e da participação, que fossem definidos na escala nacional. A ausência ou insuficiência desses mecanismos indica que prerrogativas e aspirações coletivas estão sendo terceirizadas para grandes grupos econômicos, em geral ramificações de corporações transnacionais.

### **Internacionalização tardia ou imperialismo de aluguel**

Em 2002 forma-se um Grupo de Trabalho no BNDES para conceber linhas de financiamento ao investimento direto “brasileiro” no exterior. O Estatuto Social do BNDES, em seu art. 9º, inciso II, é posteriormente adaptado<sup>7</sup> para que se impulse a

7 “Art. 9º O BNDES poderá também:

(...)

II – financiar a aquisição de ativos e investimentos realizados por empresas de capital nacional no exterior, desde que contribuam para o desenvolvimento econômico e social do País;” Estatuto Social do BNDES, criado pelo Decreto nº 4.418/ 2002, com redação final do inciso pelo Decreto nº 6.322/2007.

internacionalização de empresas de capital nacional, objetivando o controle de mercados externos, com utilização de insumos nacionais e o incremento de exportações.

O Banco, além de criar uma subsidiária em Londres, inaugurou em Montevidéu um Departamento específico para tratar da América do Sul. O Departamento da América do Sul tem por objetivo identificar, estimular e criar oportunidades comerciais para exportação, re-exportação e outras modalidades de investimentos externos diretos na região. Isso tudo em “compatibilidade com a política exterior brasileira”, condizente, portanto, com a política de integração regional, fachada que recobre nosso tardio processo de expansão de capitais.

O eficaz acoplamento da economia da América do Sul aos fluxos globais de mercadorias e capitais não se viabiliza sem a intermediação do Brasil, isto é, de seus setores econômicos internacionalizados e concentrados, e de seu Estado, tributário que é do dinamismo desses mesmos setores. Diferentemente de seus vizinhos, historicamente restringidos à produção agrícola e mineral, e/ou que se submeteram a extensos processos de desindustrialização, o Brasil reciclou seu parque industrial através de operações intra-firma que mantiveram-no, ainda que sob a égide da desnacionalização, em condições de produzir e exportar manufaturados com médio valor agregado, a custos competitivos. Na economia “brasileira” somam-se economias primário-exportadoras de larga escala e grandes empresas de serviços de infra-estrutura, incluindo conglomerados industriais especializados em recursos naturais (celulose, etanol, siderurgia, metalurgia, petroquímica, cimento, indústria hidrelétrica, etc.). Esta enrevesada somatória capacita o bloco de poder dominante “brasileiro” a querer protagonizar o encaixe das economias do subcontinente, em função dos interesses das cadeias transnacionais e suas ramificações no Brasil.

Com o encolhimento dos mercados dos países desenvolvidos e adoção de novas barreiras protecionistas, a absorção de mercados residuais dos países latino-americanos tornou-se crucial aos capitais que aqui triangulam. O aprofundamento da abertura de mercados e a flexibilização das regulamentações domésticas acelera o reposicionamento das cadeias produtivas “brasileiras” no sub-continente e no mundo. Essa re-localização dos negócios leva em conta os nichos de consumo, a disponibilidade de matérias-primas estratégicas, a densidade e eficiência da infra-estrutura, o grau de precarização do mercado de trabalho e a discricção e/ou boa vontade dos Governos vizinhos.

O resultado é um Brasil de que não se pode ser sócio, nem mais em idéia. No caudal desse novo desenvolvimentismo transnacional-regional não há margem para viragens ou reversões, nada parecido com o que conhecíamos como “nacional”, abertamente avesso ao que almejávamos como “popular”. Apesar das naturais reverberações retóricas em contrário, “nacionalismo subalterno”, a nação refeita pelos “de baixo”, aquele Brasil possível, emprenhado na cultura popular, sucumbiu tanto no plano de experiências focais como no plano do imaginário.

Não podemos esquecer que as companhias globalizadas que nos vitimaram historicamente foram projeções exitosas das economias centrais de origem, que foram e são o resultado de suportes estatais concatenados, de uma somatória de preferências e de opções políticas e geopolíticas. Foram políticas “públicas” encadeadas, que envolvem apoio tecnológico, comercial, e de crédito, que permitiram a descentralização geográfica dos investimentos em busca do nivelamento mínimo de custos operacionais e de posições dominantes em mercados estratégicos. Vemos agora o BNDES repetindo a mesma história de internacionalização de capitais, sob a farsa de uma integração regional como substrato ideológico e como moldura institucional adequada à gestão integrada de corredores de exportação e clusters em escala continental.

Alguns investimentos-chave nos países vizinhos são exemplares nesse sentido (cf. estudo de Mathias Luce - LUCE, 2008). No Uruguai, o BNDES tem dado suporte às empresas que têm desnacionalizado os poucos setores dinâmicos da economia local, situados basicamente no setor do agronegócio e no setor frigorífico. As “brasileiras” Friboi e a Marfrig controlam mais de 70% da exportação de carne derivada do Uruguai. E esse país conta com a vantagem de ter cotas adicionais para vender seus produtos na União Européia. Então, o que não se exporta daqui, reexporta-se de lá, expediente comum nas estratégias de deslocalização das transnacionais dos países centrais.

Na Argentina, ocorreu uma “brasileirização” do investimento externo direto muito acentuada com a débâcle do país em 2000. Quando os investimentos externos diretos europeus, norte-americanos e japoneses bateram em retirada, os capitais brasileiros souberam oportunamente ocupar esse lugar. A Petrobras adquire a Pecom, e passa a ser o segundo grupo econômico no setor de petróleo e gás. A Ambev, típica empresa casulo, compra a Quilmes. A Camargo Correa compra a maior fábrica de cimento do país, a Loma Negra. A Friboi, turbinada com créditos do BNDES, adquire as unidades da Swift na Argentina, e se torna o maior pólo frigorífico do mundo.

No Peru, a Votorantim comprou a maior produtora, refinaria, metalúrgica de zinco, e também a companhia mineira MinCo, que tem 66% das jazidas desse que é o principal produto mineral do país. A Gerdau comprou a SiderPeru, maior siderúrgica peruana, também com recursos do BNDES. A Petrobras/Pecom detém, por sua vez, a segunda produção petrolífera peruana.

No Equador, o BNDES impõe pacotes fechados e que têm tornado incondicionais as obras das empresas brasileiras no país. Qualquer contestação durante o processo de licenciamento e execução, como ocorreu no caso da UHE de San Francisco, a cargo da Odebrecht, passa imediatamente a ser encarada como “agressão diplomática” ao Brasil. O financiamento é dado em função do travamento a todo tipo de requisitos que provenham do país que recebe esse investimento. Até mesmo em relação às compras governamentais do anfitrião, e às parcerias para fornecimento, existem condicionalidades de que sejam insumos e equipamentos brasileiros.

No caso da Bolívia, a Petrobras tem os melhores campos petrolíferos por que obteve as concessões iniciais com as maiores jazidas, e ainda controlava duas refinarias. Por conta do processo de retomada desses recursos por um Governo que deve sua existência à rebelião indômita do povo boliviano, a Petrobras ameaça desinvestir, e anuncia o cancelamento de futuros investimentos caso não sejam estipuladas garantias específicas. Há nessa chantagem uma pretensão não só da Petrobras, mas do Governo brasileiro e das transnacionais brasileiras, de exigir acordos de proteção de investimentos nos mesmos moldes dos acordos que nosso Congresso nunca ratificou, por conta de suas disposições lesa-soberania. Doravante o Brasil se posicionará de forma ofensiva acerca de um acordo multilaterais de inversões, e daquilo que já se coloca no TRIMS, nos acordos da OMC?

Um estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2007) procura uma resposta positiva e ofensiva a respeito. A CNI sugere “avançar na compreensão do funcionamento dos acordos de proteção de investimento”, o que demonstra que “nosso” setor empresarial adota a mesma pauta da irrestringibilidade adotada pelas demais transnacionais. Temem, portanto, o que deveria ser antes política nacional de controle e regulação de investimentos. Frente à possibilidade de “intervenções regulatórias arbitrarias”, solicitam que se revisem as experiências argentina e boliviana e as “condicionantes da ruptura e a evolução da negociação posterior”. Na direção oposta, seria preciso estabelecer uma pauta conjunta para o continente acerca dos requisitos, obrigações e reciprocidades mínimas dos IEDs, mais ainda dos investimentos intra-regionais, na busca de geração de complementaridade, sinergia e redução de assimetrias.

O empenho do Governo brasileiro no G20 – em sua última versão – para reciclar a governabilidade da globalização e sua meta de tornar factível a Iniciativa de Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana, replicando sua lógica no PAC, não deixa nenhuma margem de dúvida sobre a opção que o país adotou acerca de sua projeção externa. O BNDES, ao mesmo tempo em que se vai se tornando o principal esteio das obras do PAC, vai cumprindo o mesmo papel com relação aos corredores da IIRSA, deslocando o BID de sua posição matricial originária. A IIRSA não deve ser vista como um pacote de projetos físicos. Mais do que isso, ela é uma ferramenta política do imperialismo que, por dentro dos Estados nacionais sul-americanos, de forma coordenada, impulsiona acordos econômico-políticos, para aumentar a escala dos atuais corredores de exportação e criar novos, especialmente na Amazônia, onde o jogo político é mais visível com o desmonte da regulamentação ambiental, com a imposição de restrições às territorializações impeditivas da territorialização única dos grandes negócios, e com a regularização da grilagem e do latifúndio e de todas suas práticas e modos criminosos, em suas “posses” e em seus “Estados”. Isso quer dizer que a IIRSA oferece, além dos eixos físicos dos corredores de escoamento, novos marcos regulatórios para os setores de infra-estrutura (desde sempre estratégicos), novas formas de regulamentação social e ambiental, e, até mesmo, um nível admissível de “direitos”. A IIRSA é uma arma imperialista/sub-imperialista inteligente com embalagem de desenvolvimento e integração. Trata-se de uma metodologia de repasse de recursos naturais, mercados potenciais e soberania a investidores privados, em escala continental, com respaldo político e segurança jurídica.

Objetivamente, os grandes projetos viários, energéticos e de comunicações associados a medidas de “convergência regulatória”: a) viabilizam a consolidação dos oligopólios privados na região; b) o estabelecimento de conectividades econômicas que irão nos subalternizar de forma irreversível. Os eixos e projetos da IIRSA são voltados para competitividade externa dos conglomerados econômicos situados na região, não para gerar dinamismo econômico equalizador entre os povos sul-americanos.

Os grandes projetos viários, energéticos e de comunicações, associados a medidas de “convergência regulatória”, viabilizam a consolidação dos oligopólios privados na região e o estabelecimento de conectividades que irão nos subalternizar (país e região) de forma irreversível. Os eixos e projetos da IIRSA são voltados para a competitividade externa dos conglomerados econômicos situados na região, não para gerar dinamismo econômico equalizador entre os povos sul-americanos.

Nessa “periferia especial” (OLIVEIRA, 2001) que é o Brasil, expressa-se uma forma particular de articulação política e espacial do imperialismo. Mais que defeito nos anos de liberalização selvagem, o Brasil foi feito. Um país continental que docilmente aceita a condição suplementar dos países centrais como vocação última requer tratamento especial. Suplementaridade que se realiza não apenas no clássico fornecimento de matérias-primas em larga escala, mas também na composição de estruturas intermediárias das empresas transnacionais em segmentos industriais e de serviços tendencialmente monopolistas e como praça financeira suficientemente auto-regulada.

### **Crise: oportunidade para quem?**

Os impactos “diferenciados” da crise mundial na economia brasileira não são fruto de virtude inata, ou de seus “bons fundamentos”. Câmbio flexível, elevados índices de superávit primário e de juros, metas de inflação conservadoras e grandes reservas cambiais formadas durante o boom de exportação de commodities apenas demarcam o lugar ímpar ocupado pelo país na divisão internacional do trabalho, o que resulta na manifestação diferenciada dos efeitos da grande contração. Mais do que isso, o Brasil tem oferecido saídas de curto prazo para compensar os efeitos da sobreacumulação, franqueando novas fronteiras de mercadorização e margens adicionais de exploração. Novos e mais intensivos cercamentos para o capital, capazes de liberar excedentes de capital (e de mão-de-obra) a baixíssimo custo.

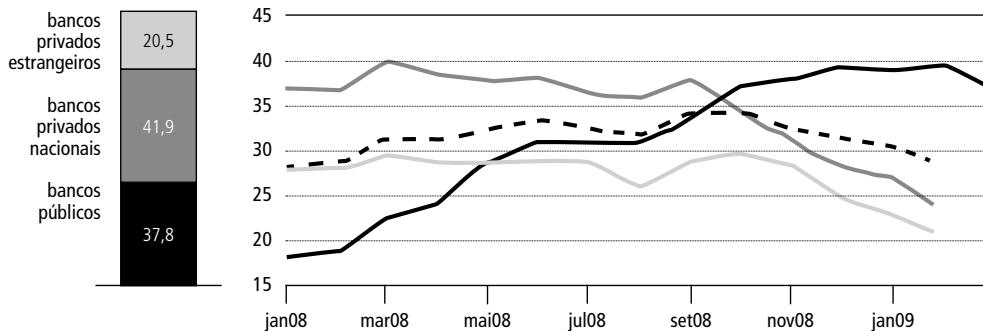
O modelo sócio-econômico é a superfície das relações de dominação. Quando em crise, saltam fora suas entranhas. Por isso, é tempo de politização. A crise joga luz sobre as opções e construções políticas em curso que tratam de dar fôlego ao capitalismo neoliberal. Um modelo econômico e societal falido, nacional e mundialmente, que tem encontrado no Estado brasileiro, e especificamente no BNDES, providenciais tábuas de salvação.

A variação do crescimento do crédito bancário no país, entre janeiro de 2008 e janeiro de 2009, demonstra o papel crucial do crédito público em momentos de fuga de capitais e de quebra de confiança no sistema financeiro (tabela 6). Enquanto os agentes financeirizadores recolhem-se para assegurar os frutos da rapinagem por anos acumulada, os agentes públicos entram em cena para manter os mercados funcionando e preparar o terreno para o início do próximo ciclo de espoliação.

Os setores de infra-estrutura, por exemplo, continuam sendo uma ótima opção de investimento, mesmo com a diminuição da demanda agregada. Isso porque seus riscos estão sendo cobertos previamente por fundos públicos enquanto se antecipam

**Tabela 6**

Crescimento do crédito bancário por controle da instituição



Fonte: Banco Central, Credit Suisse (março de 2009)

os benefícios com a venda antecipada dos recebíveis privados. Neste sentido, ocorre um acirramento da disputa pela atração de investimentos à base de mais sacrifícios inflingidos aos trabalhadores e ao meio ambiente. Nesse cenário, são requeridas novas “adequações” nos marcos regulatórios dos setores de energia, saneamento, transportes e comunicações.

Nossa burguesia submergiu no mercado transnacional e não há mais nenhum tipo de referência ou instância nacional que ainda possa ser gabaritada como espaço de agregação de interesses e de diálogo. Os trâmites institucionais internos estão em vias de esgotamento; pior, tem servido para criminalizar a resistência à implementação desse modelo de desenvolvimento pretensamente único. A tarefa inescapável dos movimentos sociais e da intelectualidade crítica é impedir que sociedade brasileira seja feita refém desse impulso vertiginoso de crescimento, que associe eventuais ganhos e benefícios a esse processo de incorporação territorial e expansão sub-imperialista.

Precisamos promover o devassamento de uma modernização conservadora que segue em polaridade crescente: quanto mais moderno mais destrutivo, mais injusto. A burguesia, que se anuncia nacional, opta pela associação global subordinada, tendo por lastro “próprio” largas fronteiras econômicas a serem abertas. A acumulação primitiva permanente, à custa do processamento dos territórios tradicionais, do campesinato, dos biomas, do sucateamento dos serviços e direitos essenciais, no Brasil e países vizinhos, compensa sobejamente a posição “minoritária” do capital “autóctone” em sua sociedade com o capital global.

Mas como nos contrapomos às políticas aplicadas pelo Banco? Primeiramente, no entrecruzamento dos movimentos de resistência, fortalecendo a frente única social anti-privatização e anti-oligopolização. Em segundo lugar, criando contextos de legitimação de um modelo de desenvolvimento que priorize a destinação de recursos para infra-estrutura social, para a agricultura familiar e a agroecologia, para as energias alternativas e para a integração dos povos. A sinalização dos marcos de uma outra direção política do BNDES e do país e a construção de uma sólida oposição social nos entornos dos projetos, articulada nacional e internacionalmente, são tarefas complementares e interdependentes.

As comunidades das periferias urbanas, os camponeses, os trabalhadores e as comunidades tradicionais é que são as primeiras vítimas desse intento de vassalagem em escala continental. Vítimas primeiras de seu Banco Nacional de Desenvolvimento, de sua Petrobras, de sua Eletrobrás, os brasileiros do lado de cá são tão equatorianos quanto bolivianos, paraguaios e peruanos. O capital não distingue obstáculos em sua marcha motoniveladora, por isso mesmo as alianças entre os povos fincados no continente terão que se aprofundar.

### **Bibliografia**

ARIDA, P. - “Mecanismos compulsórios e mercados de capitais: propostas de políticas econômicas” texto de discussão nº 08, Casa das Garças, Rio de Janeiro, 2005.

CNI/Confederação Nacional da Indústria.- Os interesses empresariais Brasileiros na América do Sul. 2007. Disponível em <http://implantacao.cni.org.br/portal/>

LUCE, Mathias. -O subimperialismo revisitado: a expansão do capitalismo brasileiro e a política de integração do governo Lula da Silva na América Latina. Comunicação ao IV Coloquio Internacional de la SEPLA: America Latina - escenarios del nuevo siglo. Nuevos desafios y horizontes de transformación, Buenos Aires, 2008.

MAIA, Bento Antunes A. -O papel do BNDES: críticas ao crédito e ao FAT, Monografia, UFRJ, 2007, disponível em

[http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/dest/premio\\_dest/mencao\\_honrosa\\_bento\\_IV\\_premio.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/dest/premio_dest/mencao_honrosa_bento_IV_premio.pdf)

NASSIF, Luis. - Os Cabeças-de-planilha: como o pensamento econômico da era FHC repetiu os equívocos de Rui Barbosa. Ediouro, Rio de Janeiro:2007

NESTOR, S., MAHBOOBI L. - Privatização de serviços públicos: a experiência da OCDE, in “A Privatização no Brasil. Org. A. Castelar, BNDES-OCDE, Rio de Janeiro: 2000.

MORAES, Reginaldo. - Estado, mercado e outras instituições reguladoras, Revista Lua Nova, CEDEC, São Paulo: 2003

OLIVEIRA, Francisco. - O caráter da periferia especial, Folha de São Paulo, São Paulo: 25 de março de 2001

PINHEIRO. A. C., GIAMBIAGI F. - Os antecedentes macroeconômicos e a estrutura institucional da privatização no Brasil, in “A Privatização no Brasil. Org. A. Castelar, BNDES-OCDE, Rio de Janeiro: 2000.

PRATES, Daniela M. - A inserção externa da economia brasileira no Governo Lula, in A Supremacia dos mercados a política econômica do governo Lula, Ricardo Carneiro (Org) Editora da UNESP: 2006.

REDE BRASIL. - O BNDES que temos e o BNDES que queremos. Vários autores. Ed. Expressão Popular, São Paulo, 2007.

TAPIA, Jorge R. B. - Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social: o desafio da construção institucional in Globalização, estado e desenvolvimento: dilemas do Brasil no novo milênio, Diniz, Eli Roque, Bresser, Luiz Carlos (orgs). FGV Editora, Rio de Janeiro, São Paulo, 2007.

**Os caminhos e os agentes do  
saqueio da América Latina**

Ana Esther Ceceña

12

## **Os caminhos e os agentes do saqueio da América Latina**

Ana Esther Ceceña, Observatório Latinoamericano de Geopolítica, UNAM

Atualmente nos encontramos em um momento de crise. Crise sistemática que não anuncia uma queda ou explosão imediata, mas sim que é a expressão da vocação mutante do capitalismo e de sua capacidade de adaptação ou readequação às condições mutáveis das circunstâncias não só econômicas como sociais. Ainda que o caráter sistêmico da crise mostre a insustentabilidade civilizatória do capitalismo, não o elimina de maneira natural nem o impede de buscar sua recomposição. A crise abre espaço a uma concentração muito maior da riqueza e do poder, além de conceder condições de força e, ao mesmo tempo, de vulnerabilidade a um poder cada vez mais exclusivo e excludente que, em sua arrogância, põe em operação mecanismos variados de suporte e de articulação ou coesão de um ambiente crescentemente contraditório.

A crise cíclica, nas circunstâncias atuais, indica a incapacidade do mercado de garantir por si próprio as condições gerais do processo de acumulação do capital e de apropriação privada da riqueza e, neste sentido, apela aos mecanismos de contenção social para assegurar aquilo que o mercado não consegue controlar e dar coesão, sobretudo quando a economia capitalista é, ao mesmo tempo, legal e ilegal. Todos sabemos que a crise econômica não está afetando os setores ilegais que, sem dúvida, contribuíram a originá-la e muito provavelmente serão parte de sua solução.

De qualquer maneira, a crise exige uma mudança de estratégia e uma mudança da modalidade de dominação que abarca todas as dimensões da organização social, territorial e política do sistema, principalmente porque a necessidade de restabelecimento das condições gerais de valorização correspondente aos momentos de ajuste cíclico, característicos do funcionamento regular do processo de acumulação de capital ocorre agora em um contexto de questionamento integral, de crise sistemática,

de incapacidade de resolver internamente a contradição progresso-depredação que provém dos mesmos fundamentos da sociedade capitalista como lugar do domínio da natureza pelo homem.

Por este motivo, a crise atual não é somente financeira nem se resolve com subsídios e ajustes estatais ou com fusões e centralização do capital. Isso permite seguir adiante, mas, simultaneamente, agrava a situação de suicídio técnico em que, irremediavelmente, se encontra o capitalismo, apesar de sua capacidade de manter o mundo inteiro sob suas regras de funcionamento, mesmo sabendo que estas tendem, paradoxalmente, à insustentabilidade da sua própria vida.

### **A IIRSA como estratégia de poder hegemônico**

A força interna do capitalismo se define e se reconstrói permanentemente através do desenho de um conjunto de estratégias integrais, multidimensionais, que se desdobram planetariamente, entre as quais se encontram os megaprojetos de reordenamento territorial, que são necessariamente também de reordenamento político, como o da Integração da Infra-estrutura Regional da América do Sul, a IIRSA. A principal virtude de projetos como a IIRSA, é serem capazes de restabelecer e potencializar as condições gerais da valorização mais do que gerar substanciosos negócios em sua própria realização, coisa que também ocorre.

Observados a partir de uma perspectiva ampla, o IIRSA e o Plano *Puebla-Panamá* são duas partes de um mesmo projeto: os dois foram supostamente idealizados por algum presidente da região, no primeiro caso Fernando Henrique Cardoso, do Brasil e no segundo Vicente Fox, do México. Com toda distância cultural, intelectual e política que há entre ambos, os dois supostamente traçaram, ao mesmo tempo, projetos similares e geograficamente conectados. As negociações e realizações específicas variam de acordo com as condições sub-regionais, mas os fundamentos dos projetos, não: construir uma infra-estrutura de comunicações, transportes e geração de energia que constitua um ágil e dinâmico sistema circulatório que permita enlaçar as economias regionais ao mercado mundial.

Estamos diante, portanto, de um único projeto de mercantilização total da natureza para o uso massivo que vai do centro do México até a ponta da Terra do Fogo. Não se trata da exploração dos elementos naturais para uso doméstico, local ou nacional, mas sim de sua exploração de acordo com as dimensões de um comércio mundial sustentado em 50% por empresas transnacionais. A Infra-estrutura que se propõe – e que

se requer – é justamente a que permitirá que a América Latina se transforme em uma peça chave no mercado internacional de bens primários, a custo da devastação de seus territórios, abrindo novamente estas veias da abundância que sangram na *Pachamama*<sup>1</sup> e alimentam a acumulação de capital e a luta mundial pela hegemonia.

O plano dessa infra-estrutura vai do coração às extremidades, do centro da América do Sul até os portos, no caso da IIRSA e do Colômbia-Panamá, e até a fronteira com os Estados Unidos, no caso do Projeto Mesoamericano, novo nome do Plano *Puebla-Panamá*.

A dimensão da exploração do território da América Latina e da extração de seus elementos valiosos pode ser vista através dos níveis crescentes demandados por uma economia mundial que responde às vertiginosas necessidades de multiplicação dos próprios lucros muito mais que às necessidades reais da população do mundo, e provoca uma maior agilidade da circulação de mercadorias para reduzir ao máximo os momentos improdutivos do capital. O nível de extração e produção das empresas envolvidas, mesmo quando sua origem é local, se modificou de acordo com esta nova demanda de recursos. Casos como o do Vale são sintomáticos das novas dinâmicas: empresa enraizada na produção mineradora, em uma zona de grande abundância de jazidas, é, aos poucos, internacionalizada com a inserção de ações na bolsa de valores de Nova York ou similares, e seus níveis de produção, que já são grandes, se multiplicam ainda mais, de acordo com as necessidades de valorização dos capitais proprietários. Nos últimos anos o ritmo dos trens que transportam o ferro ao porto tem aumentado, assim como a quantidade de vagões carregados se multiplicou, assegurando a posse privada, fora da terra, já em qualidade de mercadoria, de um elemento natural que se transformou em parte importante da disputa hegemônica. A isto se acrescenta o roubo a que tem sido objeto o povo latino-americano há mais de 500 anos, com o início da conquista-colonização e que submete os seus territórios, espaço da relação natureza-sociedade, a uma depredação selvagem e irreversível<sup>2</sup>.

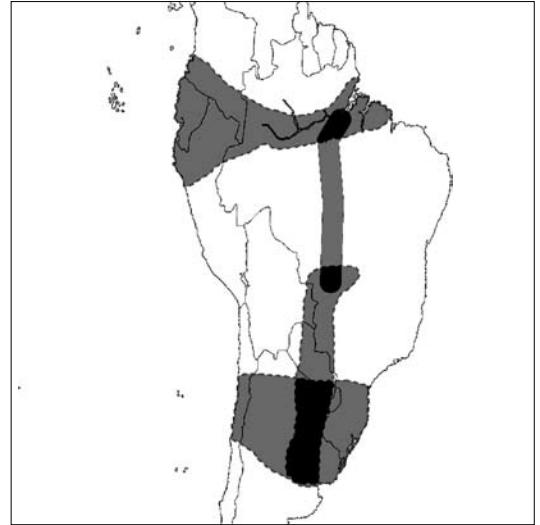
A exploração de matérias primas, vista pelos analistas macroeconômicos como um sinal de desenvolvimento e prosperidade, está alterando as condições da vida por seu caráter massivo e por responder a necessidades alheias as das sociedades locais. E o mesmo ocorre com as modernas vias de transporte que foram propostas e que estão sendo habilitadas com a IIRSA. As rotas da IIRSA colocam o enorme território sul-americano à disposição das necessidades do roubo de seus recursos estratégicos, como se pode observar no mapa 1, que mostra o que considero o desenho estratégico da IIRSA.

1 Pachamama: em quechua *Pacha* significa universo, mundo, tempo, lugar e *Mama*, mãe. *Pachamama* ou “Mãe Terra”, é a divindade máxima dos povos dos Andes peruanos, boliviano, do noroeste argentino e do extremo norte do Chile. Pode-se dizer que *Pachamama* é a força da natureza.

2 Basta observar o que está acontecendo no estado brasileiro do Pará, originalmente selvagem, hoje cheio de pastos para o gado e de crateras de mineração que desmatam, transformam as lógicas locais da socialidade e a organização da reprodução.

**Mapa 1**

Traço estratégico da IIRSA



Fonte: Ana Esther Ceceña e Rodrigo Yedra - Observatório Latinoamericano de Geopolítica

Os canais interoceânicos não buscam a rota mais curta entre os oceanos, mas sim a mais vasta, a mais rica. Os 80km do Canal do Panamá são agora substituídos por 20 mil km da rota amazônica. Esta diferença de critérios coloca em evidência que a conexão tem outros propósitos do que aqueles buscados no passado, de acordo com o aumento de capacidades e envergadura da apropriação capitalista. As rotas da IIRSA asseguram, não só a extração de recursos de cada uma de suas partes, mas também que esta extração seja realizada de maneira articulada. Os interesses nacionais ou locais são vinculados com interesses transnacionais e, inclusive, estratégicos.

As rotas do IIRSA passam pelas fontes de água, minerais, gás e petróleo; pelos corredores industriais do subcontinente; pelas áreas de diversidade genética mais importantes do mundo; pelos refúgios indígenas e por tudo aquilo que é valioso e apropriável na América do Sul. A ampliação dos caudais dos rios para dedicá-los ao trânsito intenso está pondo em risco os pantanais e degradando as condições de vida de espécies animais e vegetais, ao mesmo tempo que violenta os modos de vida das comu-

nidades dos arredores ou vinculadas; a prospecção e exploração massiva de minerais castiga a floresta com um tráfico pesado constante que vai tomando rapidamente a região amazônica e ameaça as geleiras; as modalidades locais de organização da vida se deparam com uma dinâmica vertiginosa que não lhes diz respeito e que as alteram externa e irreversivelmente.

### **A rede de interesses da IIRSA**

Os danos presentes e previstos que acompanham este projeto, foram consideravelmente denunciados e, ainda assim, a insistência em mantê-lo é tenaz. Cabe aqui nos perguntarmos que tipo de interesses prevalecem sobre os altíssimos riscos ecológicos e sociais ocasionados pela IIRSA. Por um lado, o fato de contar com a aprovação ou, inclusive, com o entusiasmo de muitos dos governos latino-americanos, é resultado de uma combinação em que governos e empresas locais recebem alguns benefícios que podem ser significativos.

Por outro lado, evidentemente, uma rede infra-estrutural com as características da planejada é, sem dúvida, um fator facilitador das atividades extrativas e, em geral, econômicas dos grandes capitais do mundo em busca de recursos competitivos e valiosos que em muitos casos podem ser considerados estratégicos para a reprodução global do sistema e portanto para garantir não apenas as condições de vida do capitalismo, mas também sua hegemonia.

A própria condição da infra-estrutura parece não ser o prato mais cobiçado. As grandes transnacionais têm como foco de interesse a exploração dos recursos, muito mais do que a construção de estradas, ferrovias, hidrovias, represas e outros similares que são grandes negócios para os investidores locais, mas relativamente pequenos para elas.

Pela maneira como se comportam os governos e as empresas, parece existir um acordo de complementariedade, do qual ambos se beneficiam e por esta razão defendem o projeto como próprio. A miscelânea de interesses vem crescendo ultimamente, em especial com a entrada de capitais estrangeiros em empresas locais, na maioria das vezes relacionada às atividades extrativas, como é o caso da Vale. Estas empresas se fortalecem, aumentam sua produção e, evidentemente, suas exportações; vinculam-se mais estreitamente ao mercado mundial, mas continuam figurando como empresas nacionais, quando em muitos casos seu capital é majoritariamente estrangeiro.

Talvez a empresa latino-americana mais favorecida pela IIRSA atualmente seja a Odebrecht, que se denomina uma empresa brasileira. Por se tratar de uma empresa de engenharia e construção, nesta primeira etapa a companhia tem se envolvido em projetos por toda a região da IIRSA.

A Odebrecht tem investimentos em 13 países da América, além de no Brasil. Abarca geograficamente do México até a Argentina, com atividades também no Caribe (República Dominicana), América Central (Costa Rica e Panamá) e América do Sul (Venezuela, Colômbia, Equador, Perú, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai), como pode ser observado no mapa 2 que mostra a proximidade das áreas de seus projetos e investimento com as que contêm os recursos mais valiosos.

Nas atividades extrativistas, verifica-se historicamente a presença de grandes transnacionais estrangeiras, e daí nasceu esta vinculação de interesses que mencionávamos. É um setor no qual a concorrência dificulta a entrada de capitais nacionais, sobretudo depois da desproteção e da mudança de critérios em relação aos patrimônios nacionais induzida pelo neoliberalismo.

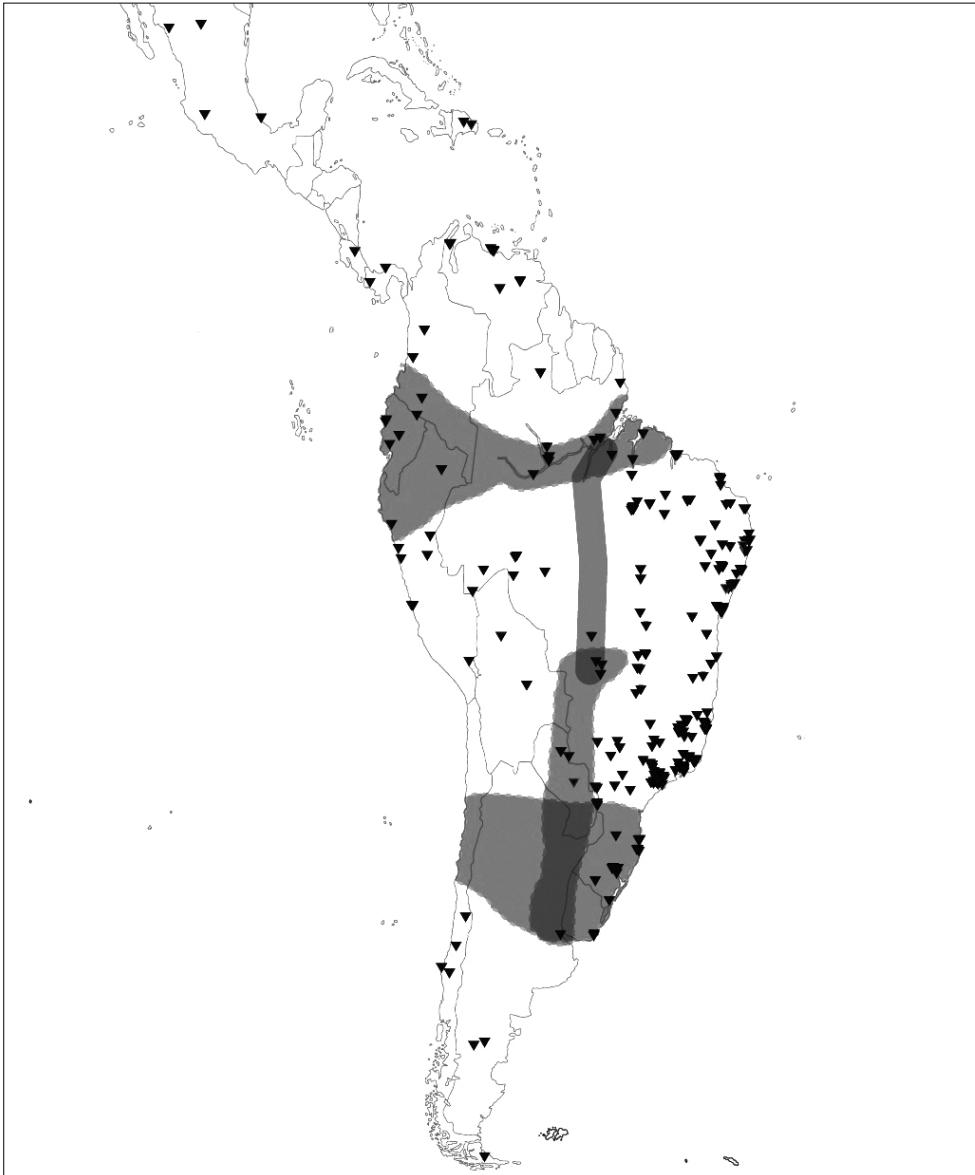
Observando a lista das 500 maiores empresas do mundo elaborada pela revista Fortune, assim como a das 500 maiores empresas da América, elaborada pela revista América Economía, o que se nota é a escassa participação de empresas latino-americanas nas atividades de maior envergadura. Da mesma forma, quando estas se encontram nestas atividades, sua participação é de muito menor importância, exceto nos casos da Odebrecht, Aracruz e Votorantim, as três originalmente brasileiras.

Na extração de petróleo e gás em alguns países ainda há a exclusividade de empresas do Estado, porém, no que diz respeito ao resto, as empresas principais neste setor são: Exxon, Royal Dutch, British Petroleum, Chevron, CONOCO-Phillips, ENI, Petrobras, Repsol-YPF, SK, Occidental Petroleum, Lukoil, EnCana e Oil and Natural Gas. A localização de projetos destas empresas não deixa dúvidas sobre seu bom tino, já que se encontram em todas as regiões que possuem importantes jazidas, como se observa no mapa 3. Estas locações ficam bem protegidas pelas facilidades infra-estruturais projetadas pela IIRSA, de maneira que o acesso ao mercado mundial, já bastante ágil por si próprio, se torne ainda mais veloz.

Os minerais, elementos que constituem a estrutura material básica dos processos produtivos, têm na América Latina um de seus espaços de maior diversidade e abundância. Os minerais metálicos são foco de atração de grandes empresas de dimensão planetária como a Anglo American, BHP Billinton, Río Tinto, Vale do Rio Doce, Xstrata

**Mapa 2**

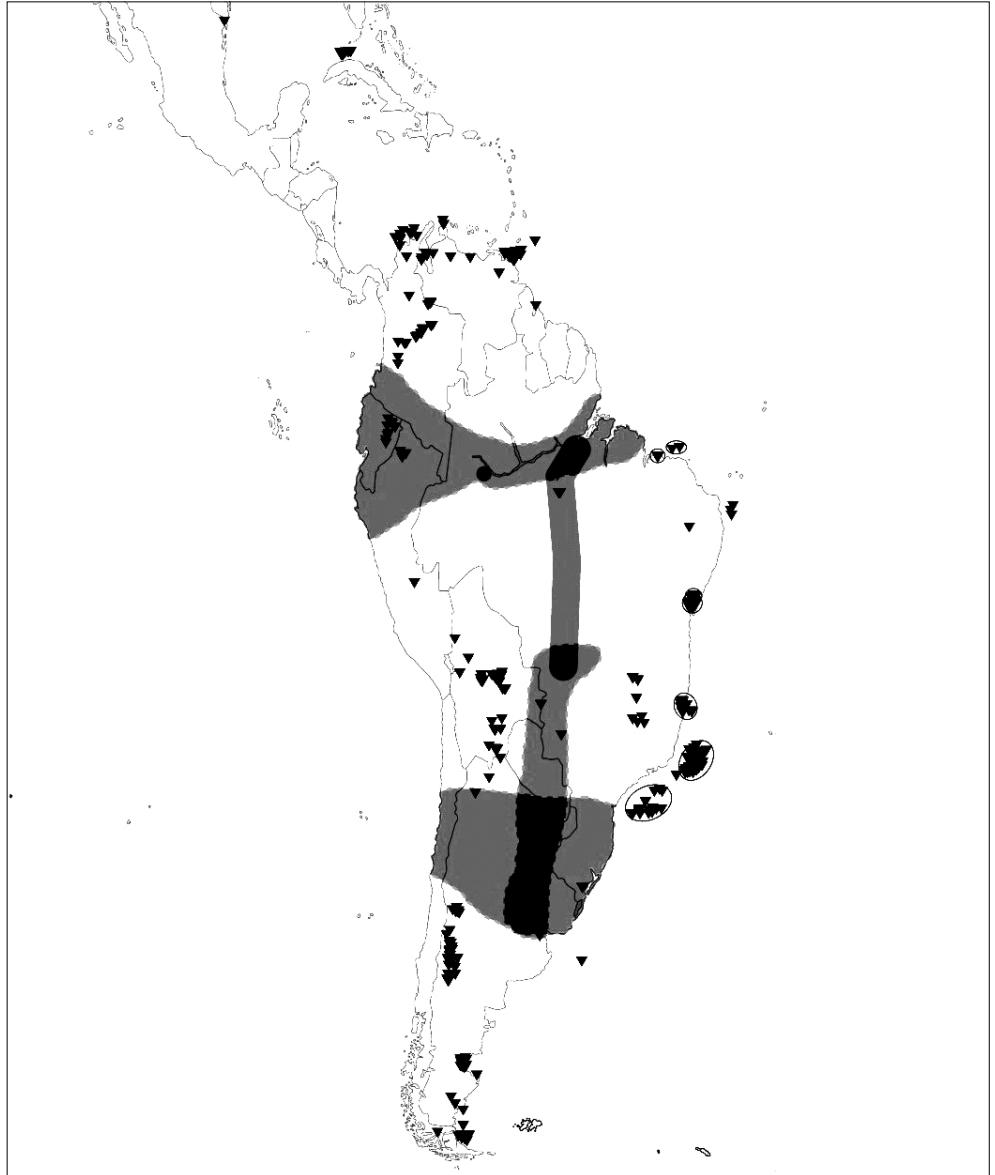
Inversões\* de Odebrecht



Fonte: Ana Esther Ceceña e Rodrigo Yedra - Observatório Latinoamericano de Geopolítica

**Mapa 3**

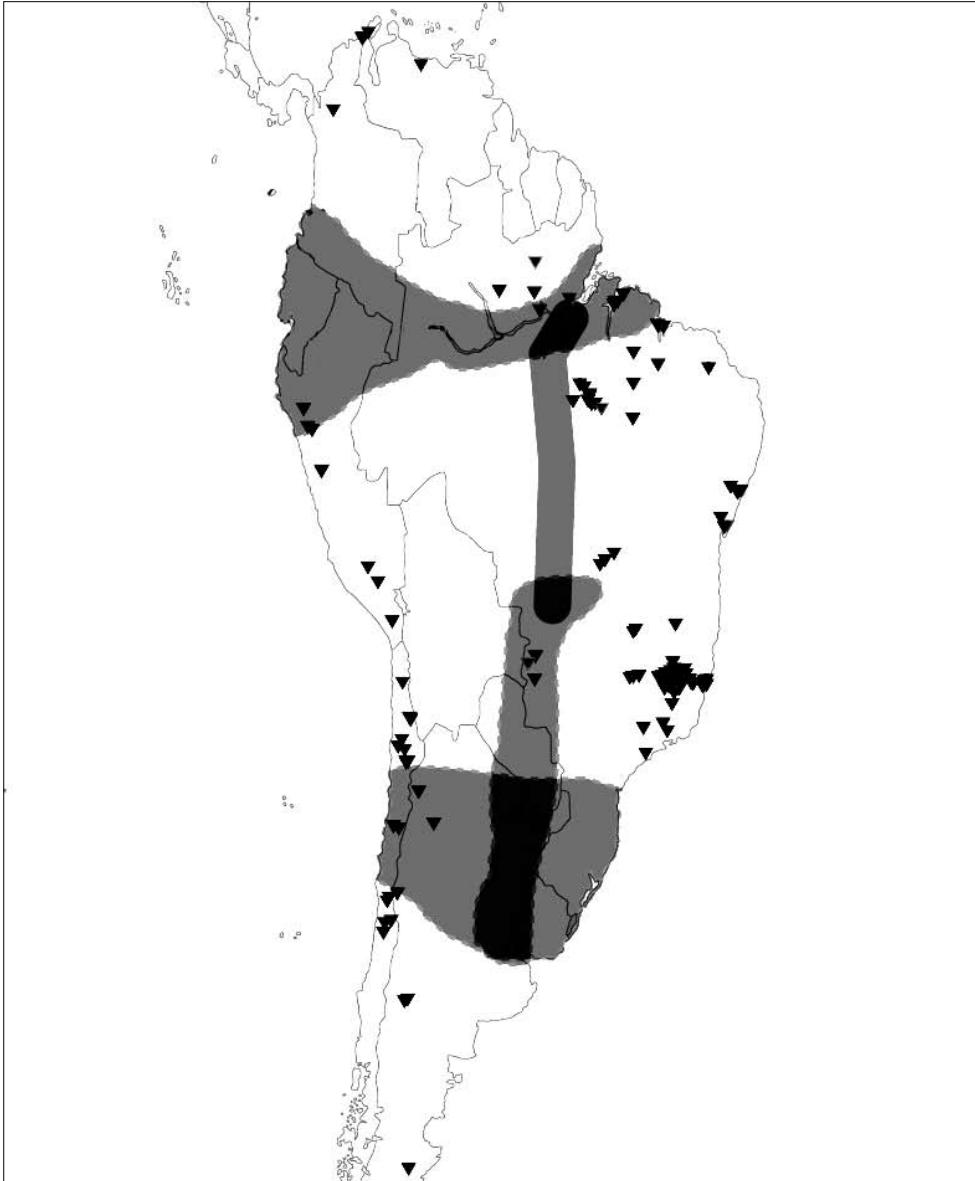
Transnacionais Petrolíferas - Localização geográfica de inversões



Fonte: Ana Esther Ceceña e Rodrigo Yedra - Observatório Latinoamericano de Geopolítica

**Mapa 4**

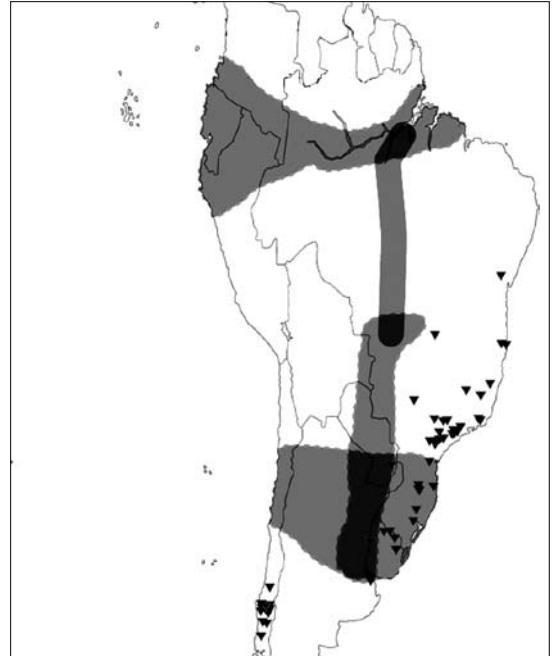
Transnacionais Mineiras - Localização geográfica de inversões



Fonte: Ana Esther Ceceña e Rodrigo Yedra - Observatório Latinoamericano de Geopolítica

### Mapa 5

Transnacionais Mineiras - Localização geográfica de inversões



Fonte: Ana Esther Ceceña e Rodrigo Yedra - Observatório Latinoamericano de Geopolítica

e Nippon Mining Holdings, e sua distribuição territorial as leva a diversas regiões sul-americanas que em todos os casos terão a facilidade de serem articuladas através das rotas da IIRSA (ver mapa 4).

A apropriação dos bosques, naturais ou gerados artificialmente, ocorre em pontos muito específicos. Seu desdobramento territorial é muito menos expandido do que os das atividades anteriores, mas se trata também de capitais de grande valor vinculados à produção de celulose e papel (ver mapa 5). As principais empresas que se encontram no setor são Stora Enzo, Weyerhaeuser, Aracruz Celulose, Votorantim Celulose, Kablin, Suzano Papel e Celulose, CELCO e CMPC, as duas últimas com investimentos no sul do Chile.

Evidentemente, além de todas as empresas mencionadas, há um grupo de empresas menores vinculadas às atividades das grandes, no entanto, ou são completamente dependentes destas, ou seus níveis de produção não repercutem nos grandes mercados nem definem as dinâmicas da economia.

A ideia de mostrar o desdobramento geográfico destes grandes investimentos provém do interesse de observar a capacidade destes agentes capitalistas de ocupar e definir o território e suas dinâmicas. Um dos fatores que deveria nos preocupar é o modo como este território está sendo expropriado e como projetos como o IIRSA reforçam esta tendência.

Além disso, na verdade, ainda que neste terreno possamos constatar a grande quantidade e diversidade de interesses em jogo, é o sujeito hegemônico quem caminha à frente do processo. Possuímos cálculos do território estrangeiro ocupado por bases militares norte-americanas, porém seria necessário medir também aqueles ocupados pelas propriedades das empresas para ter uma ideia cabal da dimensão territorial da dominação.

Estes cálculos poderiam nos ajudar a encontrar condições para avaliar se o IIRSA é um projeto dos Estados sul-americanos ou uma exigência destes grandes capitais que levam os Estados a formular políticas que os beneficiem, porque, o que são os Estados hoje, se não uma parte deste sujeito econômico, deste sujeito dominante que, às vezes se chama capital brasileiro, às vezes capital equatoriano, muitíssimas vezes capital norte-americano, mas que, finalmente, revela uma fusão de interesses em relação ao grande capital das empresas transnacionais, impulsionadas, protegidas e representadas pelo Estado norte-americano.

Hoje, inclusive, ainda que seja difícil falar em nacionalidade do capital, efetivamente há um enorme peso do capital norte-americano em todas as atividades mais importantes, mais dinâmicas e com maior futuro no mundo. Isto nos autoriza a seguir falando em sujeito norte-americano como sujeito hegemônico, isto é, este grande capital que se aglutina em torno do Estado norte-americano, que contém também alguns mexicanos, brasileiros, japoneses ou capitais provenientes de qualquer outro lugar, porém incorporados organicamente a esta estrutura de poder.



pela abertura  
do debate

**O Imperialismo Brasileiro**

Virgínia Fontes

13

## O imperialismo brasileiro\*

Virgínia Fontes, EPSJV/Fiocruz e Universidade Federal Fluminense\*\*

A que correspondem a expansão da economia e da influência brasileiras para além de suas fronteiras, em especial no contexto latino-americano? Estamos diante da implementação de um efetivo imperialismo brasileiro ou suas condições peculiares, de capitalismo dependente e umbilicalmente ligado aos interesses forâneos (especialmente estadunidenses), seguem reproduzindo o padrão do subimperialismo apontado por Ruy Mauro Marini?

Este livro expõe a situação dramática e urgente das lutas populares na América do Sul contra o imperialismo brasileiro, assim como modalidades especificamente brasileiras de impulsionar o processo de internacionalização (e multinacionalização) de capitais de origem brasileira. Os capítulos deste livro são extremamente eloquentes. Mostram a urgência de um posicionamento das forças sociais comprometidas com o anticapitalismo no contexto específico da América do Sul e da América Latina, sabendo que encarar de frente esse problema envolve a dolorosa constatação de que nossa luta, a dos brasileiros, tornou-se ainda mais complexa, pois temos de enfrentar o imperialismo tentacular externo e sua implantação interna.

O texto abaixo adota um percurso peculiar. A atuação do imperialismo já está evidente nas diversas análises reunidas neste livro. O papel fomentador da expansão imperialista realizado pelo Estado brasileiro também já está expresso no artigo sobre o papel do BNDES, assim como algumas áreas de sua intervenção econômica e política, como a Petrobras e seu suporte às empresas de engenharia. Assim, dediquei-me a apresentar algumas das *transformações sócio-políticas internas ao Brasil*, que me levam a considerar que o Brasil integra hoje um grupo de países que ascendeu a uma tal concentração de capitais que os impele – ainda que de maneira subordinada – a

\* A pesquisa subjacente conta com o apoio do CNPq.

\*\* Professora visitante da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio-Fiocruz; docente do programa de pós-graduação em História da UFF e docente da Escola Nacional Florestan Fernandes-MST.

1 Em 1991, Luiz Carlos Bresser Pereira argumentava a importância do Brasil perfilar-se como o 'último entre os primeiros', aderindo aos Estados Unidos, para não restar como o 'primeiro dos últimos', liderança retardatária na América Latina. Pereira, L. C. B. Integração latino-americana ou americana? *Novos Estudos Cebrap*. Nº 31, out. 1991, pp. 69-78. Bresser Pereira atuou ativamente em prol de sua proposta, porém a questão não se resolveria por uma opção entre um (o alinhamento capital-imperialista aos EUA) ou a América Latina, mas na tensa conjunção de ambos.

incorporar-se ao conjunto dos países imperialistas. Ainda que sendo “os últimos dos primeiros”<sup>1</sup>, nos colocam diante de urgentes desafios. Novas e importantes tensões inter-capitalistas se anunciam e precisamos nos preparar para elas.

Este artigo não oferece as respostas, que precisarão ser construídas coletivamente. Procura abrir espaço para que enorme série de questões, de interrogações e de pesquisas possam vir à luz. Precisamos de sólido campo de investigações e debates sobre a atuação imperialista de capitais de origem brasileira, sobre o amalgamento de capitais multinacionais de diversas procedências (sob o predomínio norte-americano) estreitamente associados com grandes capitais brasileiros e, não menos importante, sobre a atuação do Estado brasileiro neste processo. O capital-imperialismo contemporâneo atual, qualquer que seja sua procedência ‘nacional’, não deve contar com nosso silêncio ou omissão.

O argumento fundamental que procuraremos desenvolver será de ordem mais sócio-política do que econômica ou militar. Sabemos que o tema do imperialismo brasileiro ainda carece de aprofundamentos rigorosos e intensos, de maneira a enfrentar óbices e contra-argumentos sólidos, para além das resistências normais que novas e complexas situações envolvem. A primeira objeção – legítima – sugere a impossibilidade de uma atuação imperialista nos moldes daquele exercido pelos países centrais, em razão da dependência estrutural da economia brasileira. Frente a ele, relembramos o aprofundamento da característica a cada dia mais desigual, porém mais intensamente combinada, da expansão do capital-imperialismo contemporâneo. A segunda objeção é de cunho estratégico: o Brasil não dispõe de armamento nuclear e seu poder bélico é frágil para sustentar eventuais conflitos inter-imperialistas. Isso é certo, porém na atualidade nenhum país isoladamente reúne potencial bélico para enfrentar o poderio estadunidense. Uma avaliação mais extensa dessa questão está entretanto fora do escopo deste artigo. Será preciso aprofundar a análise sobre as formas pelas quais vêm se transformando rapidamente coligações e tensões inter-imperialistas, nas renovadas condições de um mundo plenamente capitalista e das contradições que suscita.

Uma terceira objeção remete à pequenez das empresas propriamente brasileiras com relação ao conjunto das grandes multinacionais com origem nos países centrais. Novamente, trata-se de argumento de peso e que demanda aprofundamento sobre as formas de conexão internacional entre capitais e seu papel na configuração do imperialismo contemporâneo.

A hipótese principal deste artigo é de que a atuação brasileira contemporânea imperialista incorpora uma subalterna plataforma de uso pelos capitais multinacionais aqui

implantados, mas conta com forças internas, e seu próprio movimento impulsionou extensa reconfiguração da vida social e política brasileiras contemporâneas. Há uma escala imperialista de acumulação e concentração de capitais em determinados setores; o conjunto da burguesia brasileira, em que pese seu caráter subalterno, constituiu extensa organicidade interna, revelada por exemplo, no papel desempenhado pelo Estado para assegurar tanto o impulso à concentração, quanto a expansão externa de tais capitais; e, finalmente mas não menos importante, a intensa luta de classes de décadas recentes impôs conquistas que, ainda incipientes, vêm sendo o alvo de intensa reconversão (pela violência e/ou convencimento), sob um formato democrático-eleitoral, a uma forma política característica do capital-imperialismo contemporâneo.

### **Ruy Mauro Marini e o subimperialismo brasileiro**

Ruy Mauro Marini foi o primeiro – e praticamente único autor – a insistir, precocemente, no papel imperialista desempenhado pelo Brasil. Apesar de seus trabalhos, o imperialismo segue considerado pelo senso comum no Brasil como algo externo, de fora para dentro. Esta posição é compreensível, tendo em vista a atuação aqui das transnacionais e a expansão econômica permanente de capitais de procedência norte-americana, ao lado da enorme influência política, militar, ideológica e cultural dos Estados Unidos no Brasil. Ignorar entretanto as condições da expansão de capitais brasileiros (em múltiplas associações) para o exterior pode, ao contrário, confortá-lo e, por omissão, confundir as lutas de classe, desviando seu foco e reduzindo sua capacidade de opor-se de maneira decidida a *todas as formas de capital-imperialismo*.

Para Ruy Mauro Marini, a dependência e subalternidade da burguesia brasileira não impediram o pleno desenvolvimento de relações capitalistas maduras no Brasil, embora o tenham truncado e deformado em várias direções. A permanência dos latifúndios e a não realização de uma reforma agrária radical conteve extensa massa de trabalhadores rurais sob precárias condições de existência e, ao favorecer um contínuo movimento migratório, envileceu os salários urbanos<sup>2</sup>. Este fenômeno estaria na base de um *truncamento da lei do valor* com relação aos trabalhadores, favorecendo uma dupla exploração, ou uma *superexploração* do trabalho. Lastreada em tal superexploração, a burguesia brasileira, dependente e associada aos capitais estrangeiros, constituiu uma base própria de acumulação de capitais, conservando para si uma parcela do mais-valor (sobretaxa) extraído dos trabalhadores remunerados abaixo de seu valor, ao mesmo tempo em que assegurava subalternamente a remessa de uma parte dos excedentes assim gerados para os centros capitalistas.

2 Cf. Marini, R.M. *Dialética da dependência*. Petrópolis, B. Aires, Rio; Vozes/Clacso, LPP-UERJ, 2000, p. 25.

O conceito de superexploração procura dar conta de maneira *estrutural* do peculiar desenvolvimento do capitalismo nas periferias, por seu caráter dependente e integrado, desigual e combinado, contraditório e tenso, através de dois determinantes fundamentais: o truncamento da lei do valor e a precariedade do mercado interno. Marini distingue entre a exploração apoiada no aumento da capacidade produtiva daquela apoiada na violação do valor da força de trabalho, esta última consistindo na conversão do fundo necessário do consumo dos operários em fundo de acumulação de capitais. Daí resultaria uma redução da vida útil dos trabalhadores pelo desgaste imposto à sua reprodução sempre incompleta<sup>3</sup>. Os trabalhadores dos países capitalistas periféricos suportariam a agregação de todas as formas de exploração, desde aquelas sob a vigência da lei do valor, como a extensão de jornadas, intensificação do trabalho, com o aumento da produtividade, até aquelas fora da lei do valor, acarretando a redução da vida útil dos trabalhadores.

Extremamente sugestiva, esta tese incorre entretanto em algumas dificuldades: a lei do valor se define a partir das condições reais e concretas de existência da população, correlacionada ao tempo socialmente necessário para a reprodução do conjunto dos trabalhadores, nas condições históricas e sociais dadas. Se há um truncamento estrutural, este não se limita às periferias. Assim, circunstâncias eventuais (embora dramáticas) de rebaixamento do valor da força de trabalho não configuram uma exceção periférica.

De fato, a manutenção dos latifúndios e seu papel estreitamente complementar ao processo de industrialização brasileira contribuiu durante longo tempo para o rebaixamento do valor da força de trabalho urbana, embora não necessariamente traduzida na redução da vida útil do *conjunto* da classe trabalhadora, ou mesmo do segmento da classe trabalhadora urbana. É certo ainda que a incisiva concorrência entre os trabalhadores fomentada por um sempre crescente exército industrial de reserva constituído pelas levas migrantes expulsas dos campos e a permanência de uma produção agrícola de gêneros alimentícios de baixo custo contribuíram para aproximar a subsistência urbana das precárias condições de vida de trabalhadores rurais (submetidos a variadas relações de trabalho, em sua grande maioria não assalariada). Esse procedimento de fato retarda (e altera) o processo da generalização da industrialização do campo, que não incorpora imediatamente a intensificação da produtividade para o fornecimento de gêneros a baixo custo para o mercado interno, assegurados por relações de trabalho não assalariadas (meeiros, parceiros, ou outras modalidades), mantendo a produção latifundiária mais significativa voltada para a exportação e o amealhamento de divisas internacionais. Estas divisas, por seu turno, eram deslocadas

3 A esse respeito, veja-se Osorio, J. – Dependência e superexploração – p. 167-87, 176-7 e Martins, C. E. – A superexploração do trabalho e a economia política da dependência – 189-215, p. 191, ambos integrantes da coletânea coordenada por Sader, E. e Santos, Theotonio dos. A América Latina e os desafios da globalização. Ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. Rio, Ed.PUC e SP, Ed. Boitempo, 2009.

para os setores urbano-industriais, assegurando a expansão do capital industrial. Não obstante, isso não configura uma exceção à lei do valor no que concerne a força de trabalho, uma vez que tal valor se definia exatamente pelas condições de reprodução do conjunto da força de trabalho (nos campos e na cidade).

Ainda para Marini, a superexploração se ligaria estreitamente ao próprio caráter da industrialização brasileira, realizada sob as condições de um mercado interno truncado (incapaz de realizar plenamente a reprodução dos trabalhadores), tendendo à produção de bens suntuários, direcionados a parcela restrita da população, assim como reiterando a recorrente necessidade do recurso ao mercado externo dos capitais implantados em solo brasileiro, para a realização de sua produção, dada a pequenez do mercado interno.

Esta foi uma questão perturbadora para inúmeros autores<sup>4</sup>. Não se trata de descartá-la, mas de observar que a expansão do mercado interno foi considerada sobretudo do ponto de vista da produção econômica estrito senso, deixando à sombra a produção das relações sociais fundamentais para a expansão capitalista, ou seja, a expropriação massiva da população, o que a impede de produzir sua própria subsistência (mesmo que em condições penosas ou difíceis, como a dos trabalhadores rurais brasileiros). Não se trata apenas da oferta de bens necessários para a população, mas da produção de uma população necessitada do consumo mercantil de certos bens. O processo de expansão do mercado interno é necessariamente duplo: ele é a produção social de massas expropriadas aptas a se converterem em mera força de trabalho, totalmente dependentes do mercado para subsistirem, ao lado da imposição de uma dada forma de produção econômica destinada a suprir, somente (ou prioritariamente) através do mercado, as necessidades sociais e históricas dessas populações. A própria extensão das expropriações no contexto do avanço da industrialização levaria à transformação das relações de produção dominantes no campo.

O conceito de superexploração não perde, entretanto, sua importância, pois indica a possibilidade efetiva de que classes dominantes, por razões políticas e/ou econômicas, se apropriem de *parcela do trabalho necessário* (portanto, dos recursos do fundo de reposição do trabalho) dos trabalhadores para convertê-lo em capital. Se a tese de Marini não resolve a especificidade da subalternização da classe trabalhadora brasileira e da produção capitalista no Brasil, o conceito de *superexploração evidencia entretanto, de maneira original, um problema de fundamental relevância para a compreensão do capital-imperialismo contemporâneo*.

4 Para citar apenas um grande clássico sobre o tema, veja-se Prado Jr, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. 9ª ed., SP, Brasiliense, 1969 e A Revolução Brasileira. 6ª ed., SP, Brasiliense, 1978.

De maneira similar, a hipótese de um truncamento *estrutural peculiar* da lei da valor nas condições específicas brasileiras e por extensão, para o desenvolvimento do capitalismo nas periferias, não constitui traço distintivo das periferias. Entretanto, Marini aporta contribuição significativa, ao assinalar a contradição permanentemente existente no que concerne ao valor da força de trabalho no capitalismo. Vejamos. Por um lado, tal truncamento é limitado, no *interior de uma formação social*, sobretudo no período em que aqui se expandia o processo de industrialização e de produção de trabalhadores livres, pois não depende de ‘vontade’ do capital ou das classes dominantes o exercício da lei do valor, que resulta da generalização das condições sociais para a expansão da produção mercantil, na qual estão aliás empenhados os setores dominantes. Admitimos que as classes dominantes brasileiras procuraram impedir politicamente (sobretudo através da violência) a *nacionalização do trabalho no país*<sup>5</sup>, mantendo vigentes barreiras regionais e estaduais que procuravam limitar conquistas laborais às suas regiões de origem. Com isso, agudizavam a concorrência interna entre os trabalhadores, enquanto, por outro lado, nacionalizavam as condições de exploração da força de trabalho, pela implantação de órgãos nacionais de apoio aos diferentes setores capitalistas. Por outro lado, entretanto, a lei do valor, no que concerne a força de trabalho, é *permanentemente truncada pelo capital*, pela contínua reprodução de exércitos industriais de reserva (pela expropriação do povo do campo ou através do crescimento da composição orgânica do capital e da redução relativa ou absoluta do número de trabalhadores necessários à valorização do capital) e, na atualidade, pela mobilidade de capitais contraposta ao encapsulamento da força de trabalho nos âmbitos nacionais. Essa é a lei do valor sob o capital, no que se refere à força de trabalho e nisso não difere o centro da periferia.

A argúcia de Marini ao suscitar essa questão permite iluminar o fato de que a existência de Estados, ao generalizarem (tornarem nacionais) os procedimentos dominantes para o capital, desempenham o papel de encapsulamento jurídico e político das massas trabalhadoras, atuando como moduladores da concorrência entre trabalhadores no mercado internacional, enquanto, ao contrário, liberam a mobilidade dos capitais. De fato, por um certo ângulo, um dos papéis cruciais do Estado na atualidade parece consistir em assegurar e conter a força de trabalho para os capitais em âmbito nacional ou subnacional (truncando, pois, a lei do valor).

Retomemos agora a determinante sugerida por Marini sobre o mercado interno brasileiro. Para ele, este permaneceria incompleto, voltado para bens suntuários dirigidos a pequena parcela da sociedade, levando os mais concentrados capitalistas brasileiros

5 Através, por exemplo, da imposição de salários mínimos regionais para os trabalhadores urbanos, e da exclusão dos trabalhadores rurais dos direitos trabalhistas, tema retomado mais adiante. Por nacionalização do trabalho, estamos entendendo a generalização de um mesmo regime legal a todos os trabalhadores, com sinalização universalizante. Fontes, V. Ampliação do Estado e coerção no Brasil – democracia e nacionalização truncada. In: Fontes, V. Reflexões Impertinentes. Rio, Bom Texto, 2006.

(e estrangeiros aqui implantados) a necessitar de mercados externos para a realização de suas mercadorias. A expansão para o exterior de capitais aqui sediados, brasileiros ou associados, seria duplamente marcada pela superexploração – a sustentação da produção dependente sujeitava-se à partilha de tal superexploração, enquanto o mercado interno assim forjado, ao excluir as massas (superexploradas) se direcionava para a produção de bens suntuários, tornando-o incapaz de absorver a produção. Mantida a dependência, a exportações de capitais brasileiros se tornavam economicamente necessárias, pois suas condições de emergência, a superexploração e o aporte de capital externo, bloqueavam sua realização. Tanto capitais brasileiros quanto estrangeiros aos quais se associavam precisavam expandir-se para a América Latina, convertendo o país em plataforma de exportação de capitais estrangeiros (e seus sócios brasileiros) para os demais países.

Tomada sobretudo do ponto de vista econômico, tal como apresentada acima, a tese de Marini pode corresponder a um momento do processo de expansão capital-imperialista brasileira, modificada rapidamente a partir da própria década de 1970, com o fomento à consolidação de um sistema financeiro realizado sob a ditadura brasileira, e que resultou em intensa difusão do crédito ao consumidor, alterando a estrutura das necessidades e do consumo populares. Porém desconsidera que um processo de industrialização de características substitutivas de importação voltava-se prioritariamente para o próprio mercado interno e que sua própria expansão alterava as condições deste mercado, excetuadas as situações – mais ou menos frequentes – de crises.

Em que pesem divergências e a necessária atualização da questão, o trabalho de Marini segue tendo um papel matricial. Reafirmando as características da superexploração e da pequenez do mercado interno, cujos limites apontei acima, em 1977, Marini enfatizaria outros elementos, que nos parecem essenciais, ao afirmar que o subimperialismo é:

*“la forma que asume la economía dependiente al llegar a la etapa de lo monopolios y el capital financiero. El subimperialismo implica dos componentes básicos: por un lado, una composición orgánica media en la escala mundial de los aparatos productivos nacionales y, por otro lado, el ejercicio de una política expansionista relativamente autónoma, que no sólo se acompaña de una mayor integración al sistema productivo imperialista sino que se mantiene en el marco de la hegemonía ejercida por el imperialismo a escala internacional. Planteado en estos términos, nos parece que, independientemente de los esfuerzos de Argentina y otros países por acceder a un rango subimperialista, sólo Brasil expresa plenamente, en Latinoamérica, un fenómeno de esta naturaleza”<sup>6</sup>.*

6 Marini, R.M. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. Cuadernos Políticos n. 12, Ediciones Era, México, abril-junio de 1977, p. 17. Disponível em <http://www.marini-escritos.unam.mx>, acesso em 30/6/2009.

Esta definição aporta outros e cruciais elementos, sobretudo no sentido de uma relativa autonomia (econômica e política) na condução da exportação de capitais. Admite portanto que, uma vez encetado tal processo, sua tendência é ampliar as desigualdades entre os países e, mantida e/ou aprofundada tal expansão, seu próprio movimento conduz a uma alteração das posições relativas entre os países, exigindo, no país predominante, a constituição de formas políticas adequadas a tal expansão imperialista.

Retomemos a questão inicial – como qualificar a atual transnacionalização de capitais brasileiros, que hoje se expressa através de investimentos externos diretos e da extração de mais-valor em países estrangeiros, sobretudo, mas não apenas, na América do Sul? Não se trata de uma questão de palavras, e o termo subimperialismo segue impactante, embora seu teor precise ser redimensionado. Sua importância radica em indicar explicitamente a dupla relação do capital-imperialismo brasileiro – a de predomínio, por um lado, e de subalternidade, de outro. Não abrange, entretanto, modificações substantivas da concentração de capitais no Brasil, da reconfiguração do Estado para favorecê-la, do papel que tal expansão capital-imperialista passa a exercer no conjunto das relações sociais *internas* ao país, nem das eventuais tensões inter-imperialistas decorrentes do contexto internacional pós-derrocada da União Soviética e da emergência da expansão capital-imperialista chinesa. Ademais, o conceito precisaria incorporar na atualidade as formas específicas de interpenetração de capitais no plano internacional, sob o predomínio do capital monetário contemporâneo, que conduziu a um aprofundamento da “união íntima” apontada por Lênin<sup>7</sup>, em direção a uma *fusão pornográfica* de capitais das mais diversas procedências, cuja valorização exige e impõe as mais variadas formas de extração de sobretrabalho.

Assim, de maneira propositadamente provocativa, considero que o Brasil hoje integra o grupo desigual dos países capital-imperialistas, em posição subalterna.

### **Forjando o imperialismo por dentro**

Ao longo dos últimos 30 anos, uma série de pesquisas, que apenas mencionaremos, podem aportar novas considerações sobre a dinâmica social interna brasileira e sua aproximação da forma dominante no mundo contemporâneo do capital-imperialismo. Apresentaremos alguns desses aspectos, lembrando que inúmeros outros merecem tratamento detalhado. Abordaremos, a seguir, o papel econômico e político da *ampliação estatal seletiva* através da agregação dos aparelhos privados de hegemonia patronais e burgueses e da repressão à associatividade contra-hegemônica; a necessi-

7 Lenin, V. I. Lénine, V. L'impérialisme, stade suprême du capitalisme. Paris, Moscou; Ed. Sociales / Ed. du Progrès, 1975, p. 59.

dade da fuga para a frente, via concentração de capitais, resultante das intensas lutas sociais no Brasil; o papel do mercado interno e, finalmente, algumas reconfigurações atuais, resultantes do conjunto do processo.

### Um Estado ampliado e seletivo

Foi nas brechas e contradições da expansão imperialista no pós II Guerra Mundial no contexto da Guerra Fria que uma complexa, desigual e contraditória expansão do conjunto das relações sociais capitalistas ocorreu no Brasil. Elencaremos alguns fatores que, mesmo não podendo ser plenamente desenvolvidos aqui, dão uma idéia desse processo. Em primeiro lugar, a existência de contradições e tensões entre as classes dominantes brasileiras, desdobrada numa complexa e razoavelmente precoce rede associativa inter-burguesa pré-existente. As disputas e conflitos entre os setores dominantes receberam sempre grande destaque e apareciam como se traduzissem imediatamente questões ‘nacionais’, como por exemplo, em recorrentes reclamos de decadência de certos setores ‘essenciais’, a exigirem intervenção pública, ou na imperiosidade da ‘modernização’, vagamente acenada como urgência para todos e garantia de melhoria do conjunto da nação ou, ainda, reclamos de ‘desenvolvimento’ que, voltados para a expansão do capital, apagavam as contradições sociais sobre as quais se gestavam. Essa diversidade interburguesa favoreceu uma maior flexibilidade do conjunto das classes dominantes frente às situações de crise, internas e externas, abrindo válvulas de escape e permitindo acordos e ajustes no sentido de impulsionar fronteiras à exploração capitalista, assegurando-se a sobrevivência de setores menos ágeis, amparando-os, confortando uma espécie de retaguarda burguesa interna.

Este tema já foi magistralmente explorado por Francisco de Oliveira, na sua *Crítica à Razão Dualista*, em texto que evidencia a centralidade da expansão capitalista e da industrialização no Brasil, através de “uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’”<sup>8</sup>, que não necessariamente atuou em sintonia com as imposições externas, às quais aliás o país prosseguia subordinado, ao tempo em que delas se nutriam as classes dominantes. A industrialização brasileira, marcadamente dependente, resultou ser, entretanto, concebida “*internamente* pelas classes dirigentes como medidas destinadas a ampliar a expandir a hegemonia destas na economia brasileira”<sup>9</sup>. Oliveira detalha a importância do desenvolvimento desigual e combinado para os anos 1930-1970, assinalando o pacto não declarado, porém central, que atravessa o período, pacto que assegurou

8 Oliveira, Francisco de. *A crítica da razão dualista*. SP, Boitempo, 2003, p. 32.

9 Id., *ibid.*, p.75, grifos do autor.

a preservação da grande propriedade (urbana e rural) imbricando-a à industrialização e garantindo a conservação do latifúndio rural e de intensa exploração dos trabalhadores rurais, ao quais foi negado inclusive o estatuto social de ‘trabalhadores’.

Desde finais do século XIX e, sobretudo, inícios do século XX, em que pese a prevalência de uma economia dominada pela monocultura, pelo latifúndio e pela exportação de produtos primários (em especial, o café, com forte inserção regional paulista), já havia incipiente industrialização e, mesmo no interior da classe dominante agrária, disseminaram-se no país diversas redes de organização com perfis distintos. Alinhados ao setor agro-exportador em momentos cruciais, sobretudo quando se defrontavam com as nascentes organizações de trabalhadores, implementaram uma pauta de reivindicações diversificada e diversificadora, assim como introduziram demandas de organização do Estado com um teor distinto do proposto pelo setor agro-exportador (cafeicultor, sobretudo). Esse processo foi detalhadamente rastreado para um período de mais de cem anos, nas pesquisas realizadas por Sonia Regina de Mendonça<sup>10</sup> que indicam uma *precoce organização de aparelhos privados de hegemonia de diferentes setores da classe dominante agrária*, através da Sociedade Nacional de Agricultura-SNA, reunindo grandes proprietários de todo o país voltados para a produção de gêneros destinados prioritariamente ao mercado interno, contrapostos à Sociedade Rural Brasileira-SRB, que agremiava grandes proprietários paulistas, fundamentalmente cafeicultores voltados para a exportação.

A SNA se implantou a partir de extensa rede nacional, com intensa atuação técnica, política e ideológica. Contava com publicações próprias que consolidavam e difundiam uma pauta política, culminando com a implantação de um aparelho estatal que permaneceu sob sua direção, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC); os grandes proprietários nela reunidos formularam e implementaram centros para a formação de técnicos e de dirigentes agrícolas, inclusive no ensino superior, e atuaram intensamente no adestramento de mão de obra rural, de maneira adequada a seus propósitos. A intensidade da contraposição entre as duas agremiações, SNA e SRB mostra como não foi homogênea a disputa travada entre elas, e como suas posições conflitivas, em última instância, conduziram o processo a expandir as fronteiras da acumulação de capitais e a coligar diferentes formatos de industrialização sem uma ruptura entre o setor agrário e o setor urbano-industrial.

Reitera-se a crítica à contraposição entre “atraso”, representado pelos grandes proprietários da SNA e “moderno”, exemplificado pela SRB. Exatamente o setor auto-

10 Considero fundamental o conjunto das pesquisas de Sonia R. de Mendonça para a compreensão das classes dominantes agrárias e do Estado brasileiros. Dentre elas, destacam-se *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*, SP, Hucitec, 1997, *Agronomia e poder no Brasil*, Niterói, Vício de Leitura, 1998 e *A política de cooperativização agrícola do Estado brasileiro (1910-1945)*, Niterói, Eduff, 2002 e *A classe dominante agrária: natureza e comportamento – 1964-1990*, In: Stedile, J.P. (Org.) - *A questão agrária no Brasil*, vol. 5, SP, Expressão Popular, 2006. Ver também Bruno, R. *Senhores da terra, senhores da guerra*. Rio, Forense Universitária, 1997.

proclamado moderno, enfatizando o uso da tecnologia e diversificando a produção industrial, mantinha-se na ponta do setor agro-exportador, tema já fartamente explorado na bibliografia brasileira sobre a cafeicultura paulista. Lastreado num discurso de cunho mais liberalista (do ponto de vista econômico), até mesmo pois apossava-se mais diretamente do Estado (por exemplo, através do Convênio de Taubaté, em inícios do século XX), o setor predominante agrário-exportador cafeicultor, moderno, cientificista e industrializante, reunido na SRB, precisava de, e apoiava-se, na ossatura do Estado que se constituía através da atividade rival da SNA. Em finais do século XX, a industrialização do campo brasileiro modificaria, enfim, a estrutura representativa das diversas frações dessa burguesia e, sem eliminar suas antecedentes, teria como fulcro a Organização das Cooperativas Brasileiras-OCB, porta-voz do agro-negócio estreitamente associado aos grandes capitais multinacionais internacionais, mas agregando em seu interior expressivas parcelas da grande burguesia agro-industrial brasileira.

Embora não dispondo de estudos tão detalhados e de tão longo alcance para outros setores da burguesia brasileira, já há uma extensa série de pesquisas que incorporam o porte da organização burguesa no Brasil em diversos setores, em períodos diferenciados. Vale mencionar o papel da atividade burguesa no adestramento da força de trabalho, através do sistema S (inicialmente, Sesi, Sesc e Senai)<sup>11</sup>, e a seletividade do Estado, permitindo a dupla representatividade empresarial (a corporativa e a autônoma) ao longo de todo o período 1946-64<sup>12</sup>; a enorme expansão, a partir dos anos 1950, da implantação de organizações empresariais especializadas, de abrangência territorial nacional<sup>13</sup>. Isso sem falar da centralidade ocupada pelas Federação das Indústrias de São Paulo-FIESP e de suas lutas internas, que levaram à constituição, na década de 1990, de novos formatos associativos burgueses, como o Pensamento Nacional das Bases Empresariais-PNBE<sup>14</sup>.

Tal organicidade burguesa, entretanto, defrontou-se ao longo de todo o século XX com duras e intensas lutas populares que, apesar da enorme disparidade de forças e da repressão permanentemente exercida sobre as organizações sindicais e populares<sup>15</sup>, lograria suscitar a urgência de profundas modificações no próprio aparato do Estado. Um dos textos cruciais sobre o alcance das organizações patronais e de seu papel político permanece o estudo de René Dreifuss<sup>16</sup>. Ele rastreia e explicita a extensa rede de entidades associativas empresariais e patronais reunidas em torno do IPES/IBAD (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais/Instituto Brasileiro de Ação Democrática) no período anterior ao golpe de Estado de 1964, que agregou a iniciativa *interna*

11 Veja-se a comparação entre os procedimentos da burguesia argentina e brasileira em Pronko, M. A. *Universidades del Trabajo en Argentina y Brasil*. B. Aires, Cinterfor, 2003, especialmente sobre a invenção do Senai e a 'exportação' do modelo para outros países da América Latina.

12 Cf. Leopoldi, M.A.P. *Política e Interesses na industrialização brasileira*. Rio, Paz e Terra, 2000.

13 Cf. Diniz, E. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio, Paz e Terra, 1978; Boschi, R. R. *Elites industriais e democracia*. Rio, Graal, 1979; Boschi, R.R.; Diniz, E. e Santos, F. *Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo*. SP, Fundação Konrad Adenauer, 2000; Diniz, E. e Boschi, R. R. *Empresários, interesses e mercado*. Belo Horizonte, Ed. Da UFMG e Rio, Luperj, 2004.

14 Cf. Bianchi, A. *Hegemonia em construção. A trajetória do PNBE*. SP, Xamã, 2001 e, do mesmo autor, a tese de doutorado em Ciências Sociais, O ministério dos industriais. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990, UNICAMP, 2004.

15 Mattos, Marcelo Badaró (coord). *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca*. Rio, Faperj/Arquivo Público, 2003 e *Trabalhadores em greve, polícia em guarda*. Rio, Faperj/Bom Texto, 2004.

16 Dreifuss, R.A. 1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. 5ª ed., Petrópolis, Vozes, 1985.

de organizações empresariais de diferentes portes e origens nacionais, imbricando-se com segmentos do Estado (sobretudo militares da Escola Superior de Guerra-ESG) e a intervenção *externa*, por elas convocada para o apoio e a sustentação ao verdadeiro assalto ao Estado que elaboraram.

### Revoluções passivas e fuga para a frente, ou a questão democrática

O'Donnel<sup>17</sup> com razão, espantava-se dessa “peculiar presença” burguesa, geradora de uma história eternamente realizada pelo alto e de cima para baixo, ao lado de um ‘hiato’ ou ‘ausência relativa’ das classes dominadas no processo político. Ora, o cerne do processo que culmina no século XXI e no imperialismo brasileiro não seria compreensível, ao contrário, sem as importantes lutas de classes, ocorridas em condições extremamente desiguais e da repressão seletiva que sofreu o conjunto da classe trabalhadora brasileira<sup>18</sup>.

O século XX inteiro foi marcado por fortes lutas populares rurais e urbanas, cujo teor se modificaria no compasso das transformações econômicas que os trabalhadores sustentaram (com seu suor) e que sofreram política e socialmente. Três períodos cruciais para a história do Brasil foram de intensas lutas com crescente teor classista, impulsionado por forte reivindicação igualitária e democratizante : 1920/35, 1955/64 e 1975/89. Somente levando tais lutas em consideração é possível compreender que a violência da reação proprietária – como a ditadura em 1937 e o golpe de Estado civil-militar de 1964 seria impotente para conter a incorporação popular nos quadros estreitos dos momentos precedentes. Nos três casos, embora com graus diversos, a repressão se abateu tanto mais violentamente quanto maior foi a tendência a uma aproximação entre os setores urbanos e os rurais. Após a degola de suas lideranças, precisaria entretanto ‘pacificar’ tais setores populares, o que se realizou através da formulação legal de direitos, ainda que amputados da capacidade socialmente transformadora que originalmente continham. Para tanto, era preciso realizar seguidos saltos para a frente em termos da acumulação de capitais, de maneira a assegurar tanto a coesão inter-elitária quanto o controle e a adesão, para além do silenciamento, de segmentos populares.

Sem muitos detalhes, nos anos 20, a Coluna Prestes e o Bloco Operário e Camponês demonstram o quanto o mundo popular rural, ainda que escassamente organizado, figurava como elemento crucial para as principais organizações de trabalhadores, de teor urbano. E foram essas lutas que geraram, sob uma ditadura implementada exatamente para contê-las, a primeira legislação geral do trabalho que, não por acaso, segregava cuidadosamente trabalhadores rurais e urbanos<sup>19</sup>, consolidando assim

17 O'Donnel, G. Hiato, instituições e perspectivas democráticas. In: Reis, F.W. et O'Donnel, G. A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas. São Paulo, Vértice, 1988, p. 75-7.

18 Fontes, V. Ampliação do Estado e coerção no Brasil – democracia e nacionalização truncada. In: op. cit.

19 Oliveira, F., op. cit., e Santos, W. G. Cidadania e Justiça. Rio de Janeiro, Campus, 1979.

o processo de industrialização brasileira, cujo caráter ‘substitutivo de importações’ estava prioritariamente voltado para o mercado interno. A nova Carta do Trabalho não só desmantelava conquistas anteriores, a começar pela autonomia organizativa, que se veria permanentemente bloqueada pelo viés corporativista então imposto e até hoje não desfeito, como carrearia para o Estado os recursos provenientes de parcela do imposto sindical, das caixas e das associações mútuas precedentes, favorecendo, ainda que em escala incipiente, sua política industrializante.

Na década de 1955/64 a situação se complexificaria, uma vez que a industrialização se completava e os grandes capitais brasileiros alçavam de patamar, integrando a monopolização já vigente nos países centrais e aqui presente através da estreita dependência que os ligava. Com a persistência das expropriações de trabalhadores rurais, crescera o contingente de trabalhadores urbanos e muscularam-se suas lutas, visíveis pela vigorosa participação sindical, apesar dos óbices que pesavam contra ela<sup>20</sup>. As reivindicações dos trabalhadores, das lutas populares rurais e urbanas, ainda que expressas em termos democráticos, chegaram a configurar uma situação pré-revolucionária não porque se organizassem para tanto, mas porque defrontavam-se com a truculência organizada dos setores dominantes e colocavam em risco o pacto proprietário em vigor<sup>21</sup>. Mais uma vez, reuniam-se politicamente expressivos setores dos trabalhadores urbanos e rurais, sob a reivindicação de Reforma Agrária ao lado das demais reformas de base, impulsionada pelo crescimento organizativo das Ligas Camponesas e sua aproximação com o sindicalismo urbano.

Uma Revolução na Ordem, que assegurasse um teor de incorporação democrático compatível com a complexificação da sociedade brasileira de então foi destruída pelo golpe de Estado, como caracterizou Florestan Fernandes<sup>22</sup>. Novamente, entretanto, a truculência ditatorial seria insuficiente para conter, em médio prazo, a expressão sociopolítica que resultava do crescimento acelerado de uma classe trabalhadora urbana, impulsionada pela monopolização da economia e pela continuidade da expropriação rural, aprofundada agora por políticas agressivas de abertura e adentramento das fronteiras rurais, escancaradas ao grande capital sobretudo a partir dos anos 1970. Fomentavam-se as condições para a propulsão monopolista do capital no país, pela abertura da economia para a participação ainda maior de capitais estrangeiros, consolidando o famoso tripé (estado-grandes multinacionais-grandes empresas nacionais). Aduvava-se um sistema financeiro, capturando recursos dos trabalhadores através do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço<sup>23</sup>; realizaram-se gigantescas obras de infra-

20 Dentre tais óbices, as dimensões do contingente de trabalhadores informais e, portanto, sem direitos trabalhistas ou sindicais. Para uma excelente análise da participação dos trabalhadores nas lutas sindicais do período, ver Mattos, M.B. Novos e velhos sindicalismos. Niterói, Vício de Leitura, 1998.

21 Melo, Demian B. O plebiscito de 1963: inflexão de forças na crise orgânica dos anos sessenta. Dissertação de Mestrado em História, Niterói, UFF, 2009.

22 Fernandes, F. A Revolução burguesa no Brasil. Rio, Zahar, 1975.

23 Valeriano, M.D. O processo de precarização das relações de trabalho e a legislação trabalhista: o fim da estabilidade no emprego e o FGTS. Dissertação de Mestrado em História, Niterói, UFF, 2008.

estrutura e de suporte ao grande capital, que se aproveitaram da enorme mobilidade territorial dos trabalhadores, politicamente jugulados.

Ao mesmo tempo, porém, o próprio processo de monopolização fermentava o crescimento de uma extensa e variada classe trabalhadora urbana, à qual seriam acenadas novas possibilidades (sobretudo através do crédito, como o acesso à casa própria e aos bens de consumo), em troca do espezinhamento dos direitos adquiridos no período anterior. Mesmo aqui, sob condições de longa e especial truculência, os efeitos de lutas anteriores se faziam sentir, impondo, por exemplo, a proposição de uma tímida reforma agrária, logo abalroada pela Sociedade Rural Brasileira, estabelecendo programas pífios de participação no aumento da produtividade (PIS e PASEP), algum reconhecimento de direitos para os trabalhadores rurais, dentre outros.

Irresolvidas nos dois momentos precedentes, as reivindicações democratizantes reapareceriam na década de 1970/80, com um perfil bem mais extenso e complexo e exigiriam um período mais longo e um processo mais tortuoso para sua contenção. Sob a ditadura, paralelamente ao forte impulso na escala da concentração de capitais, incubaram-se e fortaleceram-se as entidades organizativas das classes dominantes agora lideradas pela fração monopolista, industrial e bancária (na qual predominava o capital brasileiro) e associada a grandes capitais internacionais (sobretudo estadunidenses). Em que pese, porém, a exacerbação ditatorial da repressão seletiva sobre os trabalhadores, retornaram com mais intenso vigor as lutas operárias, os embates de trabalhadores rurais, as lutas populares diversas, convivendo com o surgimento de novas reivindicações próprias de uma sociedade já amplamente urbanizada. As mais significativas expressões nacionais dessas lutas foram a fundação do Partido dos Trabalhadores-PT, da Central Única dos Trabalhadores-CUT e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST.

Mesmo sofrendo enormes derrotas, estas lutas conduziram à conformação de uma nova Constituição, em 1988, que prometia, ao menos em alguns setores, uma incorporação mais expressiva de amplos segmentos da população, através da regulamentação jurídica futura dos direitos genericamente prometidos.

Como em cada momento anterior, o adiamento das conquistas populares pressupunha enorme salto para a frente na acumulação, dando fôlego econômico para uma incorporação minorada e assegurando que o exercício contumaz da violência se apresentasse como necessidade momentânea para o crescimento futuro. A principal inflexão nas lutas sociais dos anos 80 – e sua derrota principal – não decorreria, entretanto,

da imposição de mais uma ditadura, mas da redução das reivindicações sociais a uma democracia sinonimizada aos mecanismos eleitorais e parlamentares, o que se inicia com a eleição de Fernando Collor de Mello em 1989.

Recomeçaria um longo período de recuo de recém conquistados direitos (através de grandes planos de demissões e da preparação das privatizações), porém agora sob outro formato, de cunho parlamentar, sob o qual a retirada de direitos atuava sob a normalidade eleitoral democrática.

As bases da monopolização consolidadas no período ditatorial e asseguradas pela dívida pública (através dos gigantescos investimentos estatais para assegurar infra-estrutura e produção de base para os setores monopolistas) seguiam prioritariamente voltadas para o mercado interno, inclusive através da plena agregação a esse mercado das empresas multinacionais, porém já se lançavam em experiências de exportações de produtos industrializados ou, mesmo, de exportações de capitais (sobretudo no setor da construção civil<sup>24</sup>), em momentos de crise do mercado interno<sup>25</sup>. Na própria década de 1980, uma série de empresas brasileiras se lançava no mercado internacional, estabelecendo depósitos, subsidiárias, adquirindo plantas locais pré-existentes ou implantando suas próprias unidades de produção em países vizinhos<sup>26</sup>. A amplitude e variedade dos interesses burgueses e a intrincada rede de organizações patronais e empresariais gerava, certamente, maiores conflitos entre as frações que pretendiam dirigir o processo, mas também contava com uma multifacetada gama de articulações e de fóros internos de deliberação, assim como áreas de refúgio econômico, proporcionadas pela extensão de empresas de diferenciados portes, permitindo a diversificação de aplicações no plano interno e externo, para além de fusões e incorporações.

A década de 1980 e seus desdobramentos nos primeiros anos da década de 1990 demonstram uma importante inflexão na trajetória histórica brasileira a qual, conservando inúmeras de suas tradições, encontrava-se diante da *necessidade burguesa* da estabilização de um formato político de tipo democrático-representativo<sup>27</sup>. Vários elementos precisam entrar aqui na linha de conta: a crise econômica, com o crescimento explosivo da dívida externa; a inflação galopante, que cobrava seu custo sobretudo dos setores mais pauperizados da população, exatamente num período no qual a ditadura entrara em crise e ascendiam os movimentos populares pela democracia; a tensão crescente no interior dos movimentos populares no sentido de uma superação da ordem até então dominante, ainda que confusamente diluída no bojo de reivindicações que primavam por um conteúdo “democrático”, o que se confundia facilmente sob o termo “cidadania”.

24 Campos, P.H.P. As origens da internacionalização das empresas de engenharia brasileiras. História & Luta de classes n. 6, nov. De 2008.

25 Esse é o caso, por exemplo, do setor calçadista gaúcho que, na década de 1980, exportou mais de US\$ 2 bilhões, em período de recessão do mercado interno. Com a retomada do mercado brasileiro, tal setor reduziria sua participação internacional. Cf. Linda Goulart, Carlos Alberto Arruda, Haroldo Vinagre Brasil - A evolução na dinâmica de internacionalização. RBCE n. 41, out. a dez 1994, p. 37.

26 Nomeadamente, são exemplos disso as Cia. Vale do Rio Doce, Metal Leve, Cofap, Prensas Schuler, Toga, Gerdau, Gradiente, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Mangels, Sadia, Duratex, Embraer, Toga, Staroup, Aços Vilares, Cotia Trading, Embraco, Forja Taurus, Hering, citadas em Goulart, Arruda e Brasil, op. cit., p. 37.

27 Vale ressaltar que tal necessidade não pode ser considerada como garantia da permanência de tal formato, o que se verifica inclusive pela continuidade de uma certa tutela interna concedida às Forças Armadas, em nome da manutenção da ‘ordem’, vagamente definida.

Esses elementos contribuíam para o acirramento das disputas intra-classe dominante e para a redução de seu poder unificado de impor nova solução ditatorial, ao mesmo tempo em que no contexto internacional o degelo da guerra fria fazia recuar os argumentos de cunho político, alçando um pragmatismo estreitamente coligado à expansão de capitais ocidentais no então chamado (e agonizante) ‘mundo comunista’ e dando vezo à difusão dos pós-modernismos variados. Os grandes capitais aqui implantados – qualquer que fosse sua origem nacional – disputavam acidamente a condução do processo<sup>28</sup>, sob o predomínio econômico dos setores mais internacionalizados, isto é, mais subalternos com relação ao grande capital multinacional, porém integrado também por fortes interesses brasileiros.

Ocorria um descompasso político brasileiro, com um ascenso das lutas dos trabalhadores e de sua organização, exatamente quando, no cenário internacional, estas enfrentavam um processo de jugulamento imposto pelos governos neoliberais. Sua resultante confirmaria a nova centralidade da institucionalidade democrático-representativa, com o predomínio de um Estado de direito sob o formato democrático-eleitoral.

### **Dependência, concentração de capitais e mercado externo**

Esboços de internacionalização de capitais brasileiros já haviam ocorrido desde a década de 1960, inclusive através de iniciativas capitaneadas pela ditadura militar, como a construção da Hidrelétrica de Itaipu, juntamente com o governo ditatorial do Paraguai. A partir da década de 1990, entretanto, alterava-se a escala de concentração de capitais com base no território brasileiro, potencializada tanto internamente quanto pelo suporte externo, através do gigantesco crescimento de investimentos diretos estrangeiros-IDEs na economia, concentração estimulada através das privatizações, de centralização (fusões e aquisições) de empresas, pela continuidade das associações entre capitais brasileiros e estrangeiros. Vale mencionar o importante papel cumprido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social–BNDES ao realizar substantivos aportes, direcionando algumas privatizações, favorecendo certos grupos de capitais brasileiros. Assim, o setor público financiava o desmantelamento das empresas públicas, através de formidáveis doações de capital nos governos Fernando Henrique Cardoso. Pode-se dimensionar a concentração pelo crescimento do fluxo de capitais provenientes do exterior para investimento direto, ou seja de capitais que não se limitavam ao circuito imediatamente especulativo.

Como se observa, o fluxo de IDE mantém-se centralmente entre os países definidos como desenvolvidos. Quanto ao Brasil, este passou a concentrar parcela crescente

28 Cf. Silva, C.L.S. Veja: o indispensável partido neoliberal (1989 a 2002). Tese de doutoramento em História. Niterói, UFF, 2005.

dos IDEs destinados à América Latina, recebendo mais recursos entre 1996 e 2000 do que o México, apesar da proximidade deste país com os EUA e de sua incorporação ao Nafta (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio, envolvendo Estados Unidos, Canadá, México e, subsidiariamente, o Chile) desde 1994. Analisando dados das 500 maiores empresas privadas em atuação no Brasil, Sarti e Laplane concluem ter ocorrido uma profunda *desnacionalização* do setor produtivo brasileiro, uma vez que tais IDEs destinaram-se sobretudo à aquisição de empresas já aqui instaladas, em especial no período das privatizações.

#### Fluxos de investimento direto estrangeiro em países selecionados (US\$ milhões)<sup>29</sup>

Países e regiões	1990-1995*	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Mundo	225.321	386.140	478.082	694.457	1.088.263	1.491.934	735.146
Países desenvolvidos	145.019	219.908	267.947	484.239	837.761	1.227.476	503.144
Argentina	3.458	6.951	9.156	6.848	24.134	11.152	3.181
Brasil	2.000	10.792	18.993	28.856	28.578	32.779	22.457
Chile	1.499	4.633	5.219	4.638	9.221	3.674	5.508
México	8.080	9.938	14.044	11.933	12.534	14.706	24.731
China	19.360	40.180	44.237	43.751	40.319	40.772	46.846
Índia	703	2.525	3.619	2.633	2.168	2.319	3.403

(\*) média anual. Fontes; Bacen, Cepal e Unctad.

Enfatizam porém a diferença do caráter da internacionalização realizada no Brasil frente à ocorrida na Coreia e no México. Nestes últimos, “a internacionalização foi um processo de *extroversão* da produção, seja pelos investimentos das empresas nacionais no exterior, seja pela exportação da produção doméstica. No caso brasileiro, a *internacionalização teve como alvo o mercado interno*, tanto pela maior presença das empresas estrangeiras, como pelo aumento do conteúdo importado da produção. No Brasil, o processo pode ser caracterizado como um processo de *internacionalização do mercado doméstico*”<sup>30</sup>, como uma *introversão* do capital estrangeiro.

Desse processo resultaria a manutenção da característica de grande país exportador de produtos primários e de produtos com uso intensivo de recursos naturais para os países desenvolvidos, ao lado da exportação de produtos de “escala intensiva”, especializados ou com maior índice de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) para a América do Sul. Aprofundava-se a complexidade da estrutura produtiva brasileira, mas permaneceriam, segundo os autores, dois obstáculos ‘sistêmicos’: “a deficiente capacidade de gerar inovações e a fragilidade de mecanismos de financiamento de longo prazo”<sup>31</sup>.

29 Dados extraídos de Sarti, F. e Laplane, M. O Investimento Direto Estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 90. In: Laplane, Coutinho, L. E Hiratuka, C. Internacionalização e desenvolvimento da indústria no Brasil. SP/Unesp; Campinas/Instituto de Economia da Unicamp, 2003, p. 16

30 Sarti, F. e Laplane, M., cit., p. 50, grifos meus, VF

31 Id., p. 52-3.

Comparando os anos de 1989 e 1997, Maria L. Silva analisou as 90 maiores empresas nacionais, observando uma migração de parte dos grandes grupos brasileiros para os “setores commoditizados e/ou fortalecimento de atividade dos que já pertenciam a essa área”<sup>32</sup>. As empresas industriais foram forçadas, pela exposição à concorrência internacional decorrente da abertura comercial e da desregulamentação dos anos 90, a uma maior capacitação tecnológica e à obtenção de escalas mais competitivas, procurando se inserir em nichos de mercado, em geral, intensivos em recursos naturais. Entre os dois anos observa-se um crescimento na participação das exportações para essas empresas nacionais, sobretudo calcadas na escala da produção, no acesso a recursos naturais e no uso de instalações tecnologicamente atualizadas. Essas características, entretanto, não correspondem a uma internacionalização avançada, que somente atingiria um grupo pequeno de empresas sendo que “algumas, inclusive, com importantes investimentos no exterior”<sup>33</sup>.

Os dados acima justificam reafirmar a extensa desnacionalização e perda de soberania econômica, confirmando a manutenção do país como *plataforma de expansão do capital multinacional* aqui sediado. As desnacionalização, acoplada à dependência e à subalternização da burguesia brasileira em escala internacional não foram revertidas e, ao contrário, se aprofundariam<sup>34</sup>.

### Reconfigurações e novos problemas

Não obstante, não se pode analisar este processo como uma subordinação mecânica e automática, inclusive porque a generalização da forma da existência social, em seu conjunto, como relações plenamente capitalistas *alterava as condições* políticas nas quais precisavam intervir as diferentes frações da classe dominante internas e nas quais processavam-se as próprias lutas entre as classes. Assim, vale considerar alguns de seus elementos mais de perto. Em outros termos, a efetiva subalternidade da burguesia brasileira precisa levar em conta a nova escala em que ela também concentrou capitais e de sua capacidade de controle *político* do mercado interno. Assim, procederemos a uma análise mais detida da incorporação pela burguesia brasileira dos parâmetros internacionais predominantes, ao mesmo tempo em que conservava as características truculentas e autocráticas, que marcaram o processo histórico brasileiro desde a colonização.

Em primeiro lugar, é preciso destacar as condições econômicas fundamentais, sempre relacionadas ao chão social no qual se constituem. Completou-se o ciclo da industrialização no Brasil, que avançou celeremente em direção à assim-chamada terceira-revolução industrial<sup>35</sup>. Ademais, ocorreu a consolidação de vasto mercado interno, alvo

32 Silva, M.L. A inserção internacional das grandes empresas brasileiras. In: Laplane, Coutinho, L. E Hiratuka, op. cit., p. 110.

33 Id., *ibid.*, p. 111-2; 157-8, respectivamente.

34 Ver os Censos de Capitais Estrangeiros no Brasil, realizados nos anos de 1995, 2000 e 2005 pelo Banco Central do Brasil, pelos quais sobe a participação internacional na economia brasileira de 23,7% do PIB, em 1995, até 45,9% do PIB em 2005. Disponível em <http://bcb.gov.br/?CENSOCE>, acesso em 15/08/2009.

35 Chico de Oliveira, O Ornitórrinco, SP, Boitempo, 2003, p. 134.

prioritário tanto dos investimentos externos quanto dos capitais de origem nacional, impondo novas exigências à capacidade organizativa do conjunto da classe dominante no país. Não se trata de um mercado idealizado, que seria voltado para a satisfação das necessidades reais do conjunto da população, mas, ao contrário, de um mercado resultante da generalização da expropriação rural, traduzida no percentual de 75,47% da população residindo em áreas urbanas pelo censo de 1991, contra 67,59% do censo anterior, de 1980<sup>36</sup>. Aliás, a preocupação do mercado não é, e jamais o foi, o da satisfação de necessidades humanas, mas sim prioritariamente o de assegurar a realização do mais-valor extraído nos diferentes setores de sua produção. Para tanto, decerto satisfará certas necessidades, sendo a primeira delas a contínua produção de trabalhadores despossuídos, cuja existência e reprodução somente poderá ocorrer através do próprio mercado, quer o trabalhador encontre um emprego formal ou não.

As profundas desigualdades sociais brasileiras não obstaculizaram a expansão do mercado, embora tenham, segundo os períodos, hierarquizado mais ou menos rigidamente o acesso a determinados bens. Desde a década de 1970, entretanto, com a difusão do sistema de crédito, ampliou-se o espectro social do consumo de bens duráveis, configurando um acesso segmentado, porém continuamente ampliado. Aliás, o consumo de novas gamas de bens tende a ser apresentado como ‘democrático’, de forma excessivamente redutora<sup>37</sup>. Na década de 1990, o controle da inflação tornava-se prioritário e uma de suas razões era assegurar a extensão do crédito, impulsionado após o Plano Real. Este, aliás, foi elaborado por equipe organizada por Fernando Henrique Cardoso que, em seguida, se ocuparia centralmente das privatizações e da adequação legal aos formatos impostos pelo predomínio do capital portador de juros<sup>38</sup>, ao que retornaremos adiante. Não por acaso, posteriormente praticamente toda esta equipe estaria convertida em novos banqueiros ou em gestores de setores financeiros não bancários<sup>39</sup>.

Com relação à capacidade organizativa inter-burguesa, esta reagia a um conjunto de processos contraditórios, com interesses diferenciados com relação a generalização das práticas próprias do novo patamar internacionalizado de concentração de capitais, sob o predomínio do formato “capital portador de juros” (o chamado neoliberalismo). Inteiramente de acordo, em seu conjunto, com a desregulamentação das relações de trabalho e com a liquidação dos direitos sociais e trabalhistas (muitos ainda sequer implementados), dividia-se no grau e ritmo a implementar, como mostrou Décio Saes<sup>40</sup>. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo-Fiesp e a Confederação Nacional

36 Cf. Martine, George. A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 1980. Brasil, IBGE, 1994. Disponível em [ipea.gov.br](http://ipea.gov.br), acesso em 19-09-2009. Na sequência, a expropriação da população rural segue em ritmo intenso.

37 De maneira sarcástica, Francisco de Oliveira comentaria que “essa capacidade de levar o consumo até os setores mais pobres da sociedade é ela mesma o mais poderoso narcótico social.” O Ornitorrinco, p. 144.

38 Cf. Fontes, V. Marx, expropriações e capital monetário: notas para o estudo do imperialismo tardio. In: Crítica Marxista, n. 26, Rio, Revan, 2008 e Granemann, Sara. Para uma interpretação marxista da ‘previdência privada’. Tese de doutoramento em Serviço Social, Rio, UFRJ, 2006.

39 Ver Guiot, A.P. Um ‘moderno príncipe’ para a burguesia brasileira: o PSDB (1988-2002). Dissertação de Mestrado em História, Niterói, UFF, 2005.

40 Saes, Décio. República do capital. Capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo, Boitempo Editorial, 2001.

da Indústria-CNI expressavam reticências quanto a uma abertura total e incondicional da economia ao capital estrangeiro, pelo risco da conversão dos industriais em importadores de similares estrangeiros. Os bancos nacionais eram favoráveis às privatizações, mas contrários á abertura do sistema financeiro nacional a novos bancos estrangeiros, e contaram com ativa atuação da Febraban pressionando pela proibição de capital estrangeiro novo no setor. Os grandes proprietários fundiários apoiavam a maioria do programa neoliberal, porém procuravam preservar os subsídios públicos à grande propriedade. As diferenças entre os setores expressam-se em resistências dentro dos partidos e no interior do próprio governo (divergências interministeriais), reduzindo o ritmo da neoliberalização brasileira comparado ao dos demais países da América Latina<sup>41</sup>, ou, em outros termos, mais controlado pelo contraditório jogo entre instâncias do grande capital de origem brasileira, que via no processo também uma possibilidade de alçar-se, ainda que de maneira dependente, ao novo patamar internacional de concentração.

Em segundo lugar, porém não secundariamente, tratava-se de garantir o novo salto no patamar da concentração através da captura de todos os recursos sociais, destinando-os à valorização do valor, no mesmo padrão predominante no cenário internacional. Aqui, o fenômeno econômico é, ao mesmo tempo, político, social e ideológico e atravessa integralmente o terreno das lutas de classes. Ocorreria uma severa investida patronal e empresarial na reorganização da própria classe trabalhadora, em diferentes dimensões. Em condições de representação eleitoral, era preciso fragmentar de maneira profunda as ativas organizações dos trabalhadores, a partir de seu próprio interior, interessando-as e comprometendo-as com os processos de acumulação capitalista, golpeando-as por um lado e, por outro lado, levando-as a consentir, por razões pragmáticas, no próprio processo de fragilização de suas condições de existência, tema trabalhado no âmbito político de forma magistral por Eurelino Coelho<sup>42</sup> e recolocado por Sara Graneman no terreno econômico. No bojo da derrota eleitoral de Lula frente a Collor em 1989 e com a contribuição inesperada da derrubada do muro de Berlim e, logo em seguida, do desmantelamento da União Soviética, cujo papel ideológico não pode ser minimizado, a primeira grande cartada – evidenciando seu novo teor ‘*democrático*’ – da burguesia brasileira foi o decidido apoio à criação da Força Sindical, em 1991, voltada para a conciliação entre capital e trabalho e para resultados imediatos<sup>43</sup>. A introdução dessa cunha no movimento sindical foi fundamental para os passos seguintes, através dos quais a própria CUT seria neutralizada através de sua participação subalterna em agências do Estado, como o FAT e de assentos em conselhos de fundos de pensão.

41 Saes, op. cit., p. 90.

42 Coelho, E. Uma esquerda para o capital. Crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). Tese de doutoramento em História, Niterói, UFF, 2005.

43 Gianotti, V. Força Sindical. A central neoliberal, de Medeiros a Paulinho. Rio, Mauad, 2002.

O início da década de 1990 assistiu, portanto, a uma situação insólita: a presença de lideranças sindicais da mesma central (CUT) nas manifestações de repúdio à privatização, enquanto outros integrantes atuavam como partícipes de leilões privatizantes, integrando os conselhos dirigentes dos Fundos de Pensão<sup>44</sup>.

A previdência privada, sobretudo para alguns segmentos do setor público, havia sido introduzida pela ditadura civil-militar, quando do primeiro impulso de implantação de um sistema financeiro de larga escala no país. A criação de fundos com base nos recursos laborais fora precoce sob ditadura, como o já mencionado FGTS, que abolia a estabilidade no emprego.

Podemos observar, portanto, que a questão de um novo padrão capital-imperialista, se se tornava mais evidente em finais da década de 1990, já compunha o espectro brasileiro anteriormente. Desde 1977, a revista *Visão* – expressando os interesses de certas frações da classe dominante – empreendeu campanha pela transformação das fundações de seguridade em fundos de pensão segundo o modelo norteamericano, o que ocorreu em 1979, explicitamente sugerindo sua conversão em base para a expansão do mercado de capitais e defendendo uma nova forma de relacionamento entre o capital e os trabalhadores detentores de parcelas de tais fundos. As condições ditatoriais suscitavam, porém, excessiva desconfiança dos trabalhadores, inviabilizando a plena mobilização de tais recursos<sup>45</sup>.

Capturar tais massas de recursos, como se pode imaginar, envolvia um novo modus operandi, tanto do conjunto da classe dominante, quanto do próprio Estado. Não se tratava de lutar contra a gestão, por representantes de assalariados (os ‘proprietários’) de tais fundos, mas de convertê-los em ‘parceiros’ na acumulação e valorização do capital, seduzindo-os pelo atributo direto do capital, isto é, a lucratividade. Baseando-se em argumentos de Peter Drucker, Henry Macksoud, proprietário da revista *Visão*, inaugurava uma reviravolta ideo-política. Abria o espaço não para o combate aberto contra a esquerda ou o marxismo, mas para sua conversão lucrativa:

*“Nos Estados Unidos, portanto os trabalhadores detêm ‘posições de comando’ no sistema econômico de que nenhum país ‘comunista’, ‘trabalhista’, ‘socialista’, ‘democracia popular’, social-democracia’, ‘socialismo democrático’ ou qualquer Welfare State conseguiu nem de longe se aproximar. Parece, pois, que Marx não se equivocou quando, em seu ‘Manifesto Comunista’, em 1948, enaltecia a burguesia como classe revolucionária (...) O que Marx talvez não tivesse imaginado é que com o ‘capitalismo’ que ele acreditava vir a sucumbir por suas próprias contradições tivesse tanta vitalidade*

44 Garcia, C. PT: da ruptura com a lógica da diferença à sustentação da ordem. Tese de doutorado, Niterói, UFF, 2008, p. 30 e segs.

45 Graneman, S., cit., especialmente cap. 3.

*que superaria os próprios dogmas marxistas, atingindo ideais ‘socialistas’ (no sentido de justiça e bem-estar sociais e propriedade dos meios de produção pelos trabalhadores) sem quebra dos princípios da livre-iniciativa, preservando a propriedade privada e mantendo todas as liberdades individuais essenciais que nenhuma outra experiência ‘socializante’ conseguiu sequer vislumbrar’<sup>46</sup>.*

46 Revista Visão – 10 de janeiro de 1977 – nº 1 – Vol 50, p. 09. Apud Graneman, S., cit., p. 183.

Na década de 1990, os fundos estavam principalmente em poder de trabalhadores públicos ou de autarquias estatais, muitas em processo de privatização. Combinou-se, aqui, a truculência, característica tradicional da maneira de lidar com setores subalternos no Brasil, e o convencimento, tão mais fácil de exercer quanto mais fragilizados estivessem os trabalhadores. Faziam seu ingresso na política brasileira os argumentos democratizantes com base na rentabilidade ‘partilhada’. Pela truculência, através do esmagamento emblemático das greves de Volta Redonda, em 1989, ainda no governo Sarney, quando o Exército assassinou barbaramente três trabalhadores, e da Petrobras, em 1995, no governo Fernando Henrique Cardoso, quando, também com o recurso ao Exército, intentou-se a castração, por longo tempo, do sindicato dos petroleiros; além de assassinatos recorrentes de militantes do MST, em luta pela reforma agrária. Em outra dimensão da violência, pela velocidade da imposição de mudanças legais no concernente à previdência privada e pela introdução acelerada de fundos de pensão privados (previdência complementar), ampliando a privatização da previdência e a *captura de parcela do salário dos trabalhadores* para fomentar o impulso ao mercado acionista, como mostra detalhadamente o trabalho citado de Sara Graneman<sup>47</sup>.

47 Reside aqui característica importante do capital-imperialismo atual pois, ao expropriar limites históricos impostos ao capital pela classe trabalhadora (em geral, sob a forma de direitos), reatualiza o conceito de superexploração formulado por Ruy Mauro Marini. Ver, por exemplo, abordagem similar em Sader, E. e Santos, Theotonio dos (coords.), op. cit., passim.

Seria com a legitimidade aportada pelo governo Lula da Silva que, utilizando-se do mesmo mix truculência/sedução, se aprofundaria o papel de alavanca à concentração de capitais desempenhado pelos fundos de pensão e pelos fundos de investimento (ou pelos investidores institucionais) e se concluiria a desfiguração das direções do movimento sindical no Brasil. Os fundos de pensão convertem-se em controladores de empresas e em impulsionadores da centralização e concentração de capitais no país, como se observa no quadro abaixo, onde seus ativos atingem 17% do PIB. O montante de recursos captados cresce mais rapidamente do que a capacidade imediata de valorização, impulsionando a tendência à exportação de capitais. Ademais, os fundos evidenciaram a possibilidade de capturar não apenas recursos, mas gestores qualificados forjados no movimento sindical, como elementos fundamentais no apassivamento dos trabalhadores pelo capital. Tais ex-sindicalistas ocupam o local da propriedade do grande capital portador de juros, no qual a separação entre a propriedade e a gestão se aprofunda porém, ao mesmo tempo,

contribuirão para a imposição, através dos conselhos de acionistas dos quais participam, de profundas reestruturações empresariais visando aumentar a produtividade, reduzir o tempo de retorno dos capitais à sua forma-dinheiro e distender as taxas de lucro.

### **No compasso da política imperialista – das reconversões ao esmagamento democrático da classe trabalhadora**

O terceiro movimento de derrota das lutas de classe no país e sua adequação ao formato do capital-imperialismo contemporâneo também se inicia na década de 1970, se aprofunda nos anos 1980 para encontrar sua formatação mais explícita a partir da década de 1990: a conversão mercantil-filantrópica de alguns movimentos sociais, muitos com origens populares<sup>48</sup>, iniciado com um auto-proclamado distanciamento de entidades associativas (sociedade civil) das grandes questões políticas, propondo uma atuação apolítica, do que resulta uma crescente profissionalização de parcela da militância política. Ao se expandir na década de 1990, incorpora um padrão de internacionalização que também marca a economia, tanto pela origem internacional dos financiamentos, quanto pela adesão às formas de luta pulverizadas que predominavam no cenário internacional. Deslocava-se a articulação entre as lutas, que até então mantinham uma unidade tensa em torno da configuração das classes sociais no Brasil, para o terreno mercantil-filantropico, já de longo tempo preparado no cenário internacional por entidades similares e cujo teor voltado para a pobreza era agora defendido e difundido pelo Banco Mundial<sup>49</sup>. Uma pobretologia – e não um estudo da relação entre as classes e destas com as formas específicas da acumulação de capital – se difundia, culminando numa espécie de grande acordo nacional em torno da cidadania contra a fome ou a miséria, extremamente tímida entretanto para apontar as razões da produção da fome ou da miséria. Limitava-se aos efeitos. Ocorria um salto que, da conversão mercantil-filantrópica de segmentos da militância social, avançava doravante para um empresariamento direto de setores populares, sobretudo as mais fragilizadas e que, rapidamente, seria convertido em ‘responsabilidade social empresarial’ e em ‘voluntariado’, disseminando uma subordinação massiva de trabalhadores, totalmente desprovidos de direitos mas necessitados do pagamento que tais formas de ‘empregabilidade’ asseguravam. Aprofundava-se um ativismo estéril ao lado do apassivamento diante da precarização das condições de trabalho, aumentando o contingente de trabalhadores por projetos, sem direitos, ou o trabalho sem formas, na expressão de Francisco de Oliveira<sup>50</sup>. Não por acaso, a década de 1990 assiste a um enorme salto de associatividade das Fundações e Associações sem Fins Lucrativos

48 Cf. Fontes, V. A democracia retórica: expropriação, convencimento e coerção. In: Matta, G. C. E Lima, J.C.F. (Orgs.) Estado, Sociedade e Formação Profissional em Saúde. Rio, EP-SJV/Fiocruz, 2008.

49 Pereira, J.M.M. O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro – 1944-2008. Tese de doutoramento em História, Niterói, UFF, 2009.

50 “O trabalho sem-formas inclui mais de 50% da força de trabalho e o desemprego aberto saltou de 4% no começo dos anos 1990 para 8% em 2002 (...), entre o desemprego aberto e o trabalho sem-formas transita 60% da força de trabalho brasileira” (...) “É o mesmo mecanismo do trabalho abstrato molecular-digital que extrai valor ao operar sobre formas desorganizadas do trabalho.” Oliveira, Francisco de. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: Oliveira, F. e Rizek, Cibele S. (Orgs.). A era da indeterminação. SP, Boitempo Editorial, 2007, p. 34-5.

**Ativos dos Fundos de Pensão 2004/05**

(em US\$ bilhões)

Países	Ativos	% do PIB
<b>América do Norte</b>	<b>11.536</b>	<b>93%</b>
Estados Unidos	11.090	95%
Canadá	446	52%
<b>América do Sul</b>	<b>263</b>	<b>30%</b>
Argentina	22	13%
Brasil	137	17%
Bolívia	2	22%
Colômbia	16	13%
Chile	75	65%
Peru	9	14%
Uruguai	2	13%
<b>Europa</b>	<b>2.619</b>	<b>71%</b>
Alemanha	104	4%
Dinamarca	73	30%
Finlândia	84	45%
França	123	7%
Holanda	545	106%
Irlanda	77	43%
Itália	44	3%
Noruega	10	7%
Reino Unido	1.175	65%
Suécia	23	13%
Suíça	361	112%
<b>Ásia</b>	<b>1.171</b>	<b>38%</b>
Japão	661	14%
Austrália	465	73%
China - Hong Kong	45	17%
<b>Total</b>	<b>15.589</b>	<b>84%</b>

Fonte: Extraído de elaboração de Sara Graneman, *cit.*, p. 37, com base em dados divulgados na *Gazeta Mercantil*, Suplemento Especial - Fundos de Pensão, 9/10/2006.

(FASFIL), que já contam com dois censos do IBGE. Esse processo responde a uma tripla injunção: colabora para a expropriação de atividades até então públicas (bens coletivos), 'libertando-as' para a extração de mais-valor, ao passo em que naturaliza a expropriação de direitos; organiza-se sob a forma de um discurso incorporador e democrático da população, que acena para o reconhecimento das necessidades imediatas (tanto no âmbito das políticas públicas, quanto na dimensão cultural), reconfigurando o teor do próprio processo político; e, finalmente mas não menos importante, segrega e criminaliza as entidades associativas que denunciam o caráter de classe preponderante, assim como as lutas difusas de setores populares que não se amoldam aos formatos propostos.

Constitui-se uma nova pedagogia da hegemonia<sup>51</sup> que, sob direção empresarial, procura reconfigurar a classe trabalhadora e a própria sensibilidade social nacional para as novas condições psico-físicas da divisão internacional do trabalho, nas quais o Brasil passa a atuar como 'parceiro' do capital-imperialismo.

De maneira similar à incorporação de capitais estrangeiros no país, não resultou apenas de uma imposição externa, mas contou com enorme mobilização e iniciativa empresarial nativa, aprendendo com e incluindo os capitais externos, expressando uma nova capacidade empresarial (organizativa e mobilizadora de recursos) voltada para dentro. Consolida tanto a extração exacerbada de mais-valor no plano interno, impulsionando novas e diversificadas atividades produtivas de mais-valor (como a industrialização do setor de serviços), quanto silencia extensas camadas de trabalhadores. Os trabalhadores são silenciados pelo alto, através da associação de sindicalistas à gerência do capital, e por baixo, através do emaranhado de entidades mercantil-filantropias, configurando políticas generalizadas de gotejamento para as camadas sociais mais fragilizadas. Resulta num apassivamento contido no formato de uma democracia restrita que, ao menos por enquanto, vem liberando de peias o comportamento predatório do capital transnacional brasileiro e seus associados.

### **Algumas palavras à guisa de conclusão provisória.**

As intensas transformações recentes na sociedade brasileira requerem ainda análises muito mais profundas, mas apontam para a crescente incorporação interna de características dominantes nas sociedades capital-imperialistas contemporâneas, ao lado de profunda desnacionalização. A democracia restrita, em seu formato predominante na atualidade, demonstra sua adequação para esse capital-imperialismo, procurando apassar o conjunto da classe trabalhadora através do recurso concomitante à vio-

51 Segue indispensável a leitura de Neves, L. M. W. (org.) A nova pedagogia da hegemonia. Estratégias burguesas para educar o consenso, SP, Xamã, 2005 e de André Martins, A direita para o social, SP Xamã, no prelo.

lência e ao convencimento. Aqueles que supunham ser o desenvolvimento do capitalismo um salto civilizatório adicional, com uma melhoria substantiva das condições de vida da população, podem se dar conta de que, sob as novas condições, se tornam mais espessas, ao contrário, a alienação e o estranhamento. A expansão do capitalismo na atualidade se traduz na forma capital-imperialista, reduzindo as conquistas para o conjunto da classe trabalhadora no mundo, e não socializando conquistas que foram historicamente arrancadas em diversos países. Porém agudizam as contradições.

Por essa razão, não há lugar para pessimismos: as mesmas exigências que impulsionam a fuga para a frente capital-imperialista da burguesia brasileira subalterna e prepotente, fermentam novas contradições, pois se traduzem numa ampliação vertiginosa da classe trabalhadora, contraposta a um punhado de grandes capital-imperialistas brasileiros e seus aliados de procedência externa, ainda que cercados de subservientes egressos do âmbito sindical. Assim como ao longo do século XX, tudo leva a crer que as exigências igualitárias retornarão, já tendo feito agora a experiência da democracia restrita que o capital-imperialismo contemporâneo tem a oferecer.





Capa e projeto gráfico **oficina 2+**

Formato **20 x 20 cm**

Tipologia Frutiger/ Sylfaen

Papel **Cartão Triplex 250 g/m<sup>2</sup> / Chamois 80g/m<sup>2</sup>**

Número de páginas **248**

Tiragem **1500 exemplares**

Impressão e acabamento **Cromosete**